



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Daiana Cristina do Nascimento

**A produção teórica das Mulheres Negras sobre a  
questão étnico-racial: quilombagem na formação em Serviço Social**

Doutorado em Serviço Social

SÃO PAULO

2025

Daiana Cristina do Nascimento

**A produção teórica das Mulheres Negras sobre a questão étnico-racial:  
quilombagem na formação em Serviço Social**

Doutorado em Serviço Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Professora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides.

SÃO PAULO

2025

# QU LOMBAGEM



Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Nascimento , Daiana Cristina do  
A produção teórica das Mulheres Negras sobre a questão  
étnico-racial: quilombagem na formação em Serviço Social. /  
Daiana Cristina do Nascimento . -- São Paulo: [s.n.], 2025.  
271p. il. ; cm.

Orientador: Maria Beatriz Costa Abramides..  
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

1. Mulheres Negras. 2. Questão étnico-racial. 3.  
Quilombagem. 4. Serviço Social . I. Costa Abramides., Maria  
Beatriz . II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III.  
Título.

CDD

## BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides (orientadora)  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

---

Profa. Dra. Márcia Campos Eurico  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

---

Profa. Dra. Priscila Beralda Moreira de Oliveira  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

---

Profa. Dra. Rosicler Lemos da Silva  
Universidade Estadual Paulista – UNESP/FRANCA

---

Prof. Dr. Tales Willyan Fornazier Moreira  
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

---

Profa. Dra. Ariana Celis Alcantara (suplente)  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

---

Profa. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos (suplente)  
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

São Paulo, 26 de junho de 2025.

**Dedico esta tese a todas as mulheres  
negras que vieram antes, às que estão  
aqui e às que ainda virão, é por nós.**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, processo 88887.700166/2022-00.

The present work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Funding Code 001, under process 88887.700166/2022-00.

## AGRADECIMENTOS

Sou uma mulher negra do interior de Minas Gerais, forjada no trabalho de base, filha das políticas públicas e de uma família composta majoritariamente por mulheres negras que compõem a classe trabalhadora brasileira. Sou a segunda pessoa da minha família a ter acesso ao ensino superior, a primeira a alcançar o mestrado e o doutorado, desbravando caminhos e construindo outras maneiras de existência para além do resistir.

Sou muitas e não ando só, pois sou a continuidade das que vieram antes de mim. Cada passo que dei ao longo dessa jornada é resultado do legado das mulheres negras que me antecederam e sou grata a elas. A minha história é feita de muitas histórias, de muitas vozes e, é em nome de todas elas que estou aqui.

Ingressar e permanecer neste doutorado foi um ato de resistência. Conquistar um dos mais altos níveis acadêmicos sendo mulher negra em um país racista como o Brasil é quilombagem. O doutoramento, assim como a vida, não é um processo linear, mas dialético, entrelaçado com as complexidades e os determinantes do real, do existir. Mas eu venci, e agradeço:

À espiritualidade maior, à minha ancestralidade e às sete linhas, por me sustentarem neste processo. À minha bisavó Maria Euripa da Silva (*in memoriam*), nossa mais velha, pela sabedoria ancestral. A vida dela mesmo sem letras carrega um saber que educa. À minha mãe, Lucimeire do Nascimento, que estudou até a quinta série e não pisou em uma universidade: obrigada por me carregar em seu ventre. Nos reencontraremos em Aruanda. Suas bênçãos, minha mãe.

À minha tia Iolanda, pedagoga da família, pioneira, a única a ter ensino superior antes de mim, que me guiou para o caminho da educação e foi motivação. À tia Maria, pelos conselhos e orações. À Mãe Rosa de Oxóssi, por ser casa e amparo. Às minhas irmãs, Maria Emília e Isabella Letícia, por serem presença: “quando a gira girou, ninguém suportou, só vocês ficaram, não me abandonaram. Quando o vento parou e a água baixou, eu tive a certeza da nossa irmandade”. À minha cachorra Kiara, companheira na escrita e na vida.

Aos meus quilombos de acolhimento, afeto e resistência política, o Coletivo de Pesquisadoras(es) Negres Neusa Santos da PUC-SP e a Coletiva de Mulheres Negras do PEPGSS/PUC-SP que são a matriz do sentimento de pertença e representatividade na universidade. Com vocês, aprendi a existir e resistir nesta

travessia. Nossas trajetórias ecoam nos versos de Conceição Evaristo: “nossos passos vêm de longe, sonhamos além das cercas. O nosso campo para semear é vasto, e ninguém, além de nós próprios, sabe que também inventamos a nossa Terra Prometida”.

Agradeço à minha orientadora, Dra. Maria Beatriz Costa Abramides “Bia” por se posicionar em favor do aprendizado contínuo, por tecer revoluções críticas e reflexivas no processo de orientação e na vida.

A docente Dra. Márcia Campos Eurico por me receber em sua casa em uma quarta-feira de Xangô. Gentilmente, preparou um chá com ervas colhidas diretamente do pé e me fez transgredir na construção de um caminho para a minha pesquisa.

A Dra. Roberta Pereira da Silva, que me fez compreender o futebol a partir de suas multideterminações. Minha mais velha que abriu caminhos, me direcionou e aprendeu comigo na Selva de Pedras (SP).

As manas da pós-graduação e da Coletiva, pelas partilhas afetivas, pelos referenciais teóricos, livros, risadas, estratégias, sambas e congressos, somos vida. “De punho cerrado para qualquer intempérie: eu sou porque nós somos”.

A Dra. Vanessa Cristina dos Santos Saraiva, docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por me receber no estágio docente e por proporcionar trocas francas, lúcidas e generosas.

Aos/às docentes, supervisores/as de estágio, assistentes sociais, colegas de profissão e de trincheira que integraram o meu processo de formação, com destaque para a Dra. Cláudia Helena Julião (UFTM), o Dr. Dagoberto da Fonseca (UNESP) e o professor Antônio Carlos Marques (*in memoriam*).

Agradeço às mulheres que fizeram parte da minha jornada, especialmente àquelas com quem trabalhei. Nossas experiências me impulsionaram e demonstraram a urgência da presença de corpos como os nossos na universidade.

Agradeço à banca de defesa afetiva e política, majoritariamente negra, um quilombo potente que fortalece a formação crítica e antirracista no Serviço Social brasileiro. Meu reconhecimento à Dra. Márcia Eurico, Dra. Priscila Beralda, Dra. Rosicler Lemos e ao Dr. Tales Fornazier por suas contribuições nesse processo.

A todes que, de alguma forma, contribuíram para que este doutorado se realizasse, meu agradecimento.

## RESUMO

NASCIMENTO, Daiana Cristina do. **A produção teórica das mulheres negras sobre a questão étnico-racial: quilombagem na formação em Serviço Social.** 2025. 271 p. Tese (Doutora em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2025.

Esta tese investigou a produção teórica de mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial, compreendida como expressão de quilombagem na graduação em Serviço Social. A pesquisa evidencia a urgência de integrar as produções dessas intelectuais à formação profissional, reconhecendo nelas elementos indispensáveis para a construção de currículos racializados, comprometidos com a crítica social e com o enfrentamento do racismo, estrutural e estruturante da formação social brasileira. O racismo impacta violentamente a classe trabalhadora negra desde o período escravista. As assistentes sociais, majoritariamente mulheres negras, integram essa classe e direcionam suas intervenções profissionais em um contexto de desigualdades históricas na sociedade capitalista. A pesquisa foi motivada pela experiência profissional e vivência da autora como mulher negra na universidade e em coletivos da pós-graduação. Partiu-se do pressuposto de uma escassa presença da produção teórica de mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial nos planos de ensino. Adotando uma abordagem metodológica que articula o qualitativo, fundamentada no materialismo histórico-dialético e na escrevivência, a pesquisa combinou revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisadas as bibliografias básicas de 163 disciplinas dos cursos de graduação em Serviço Social de seis universidades federais brasileiras no biênio 2023-2024, cada uma representando uma regional da ABEPSS. A identificação de gênero e raça das autoras considerou critérios onomásticos, fenotípicos e a confirmação da autodeclaração racial. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, ao método dialético e à escrevivência. Apesar dos avanços no interior da categoria, a pesquisa constatou uma lacuna formativa marcada por resquícios de conservadorismo e estruturas de poder que estrategicamente perpetuam a ausência da produção teórica das mulheres negras nos planos de ensino, ou seja, no processo de formação que se consolida em sala de aula. Contudo, a presença da quilombagem e da subversão é notória. A inserção orgânica e sistemática dessas produções, para além da representatividade, configura-se como um imperativo ético e político para o fortalecimento de um projeto profissional genuinamente comprometido com a classe trabalhadora e com a formação crítica, antirracista e anticapitalista.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Questão étnico-racial; Quilombagem; Serviço Social; Formação antirracista.

## ABSTRACT

NASCIMENTO, Daiana Cristina do. **The Theoretical Production of Black Women on the Ethno-Racial Question: Quilombagem in Social Work Education.** 2025. 271 p. Thesis (Doctorate in Social Work) - Graduate Studies Program in Social Work - Pontifical Catholic University of São Paulo, 2025.

This thesis investigated the theoretical production of Black women professors on the ethno-racial question, understood as an expression of quilombagem in Social Work undergraduate education. The research highlights the urgency of integrating the productions of these intellectuals into professional training, recognizing in them indispensable elements for the construction of racialized curricula, committed to social critique and to confronting racism, which is structural and structuring in Brazilian social formation. Racism violently impacts the Black working class since the slavery period. Social workers, predominantly Black women, are part of this class and direct their professional interventions in a context of historical inequalities in capitalist society. The research was motivated by the author's professional experience and lived experience as a Black woman in the university and in postgraduate collectives. It began with the assumption of a scarce presence of the theoretical production of Black women professors on the ethno-racial question in teaching plans. Adopting a methodological approach that articulates the qualitative and quantitative, grounded in historical-dialectical materialism and *escrevivência* (written-living), the research combined bibliographic review and documentary analysis. The basic bibliographies of 163 disciplines from undergraduate Social Work courses at six Brazilian federal universities in the 2023-2024 biennium were analyzed, each representing a regional of ABEPSS (Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work). The identification of gender and race of the authors considered onomastic, phenotypic criteria, and confirmation of racial self-declaration. The data were submitted to content analysis, the dialectical method, and *escrevivência*. Despite advancements within the professional category, the research found a formative gap marked by remnants of conservatism and power structures that strategically perpetuate the absence of the theoretical production of Black women in teaching plans, that is, in the formation process that is consolidated in the classroom. However, the presence of quilombagem and subversion is notable. The organic and systematic insertion of these productions, beyond representativeness, constitutes an ethical and political imperative for the construction of a professional project genuinely committed to the working class and to the anti-racist and anti-capitalist struggle.

**Keywords:** Black Women; Ethno-racial Question; Quilombagem; Social Work; Anti-racist Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Carolina autografando seu livro quarto de despejo em 1960 na biblioteca nacional, Livro Quarto de Despejo.....	86
<b>Figura 2</b> - Livro intitulado Questão Social: particularidades no Brasil de Josiane Soares Santos. ....	88
<b>Figura 3</b> - Livro intitulado Ventres Livres: o aborto na perspectiva étnica e de gênero de Elisabete Pinto. ....	94
<b>Figura 4</b> - Livro intitulado Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelinda de Campos Mello (1904-1991) de Elisabete Pinto. ....	95
<b>Figura 5</b> - Livro intitulado Ó Paí, Prezada: racismo e sexismos institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas de Carla Akotirene. ....	98
<b>Figura 6</b> - Livro intitulado Visita domiciliar: teoria e prática" de Sarita Amaro.....	109
<b>Figura 7</b> - Livro intitulado Antirracismos e Serviço Social organizado por Maria Campos Eurico, Maria Liduina de Oliveira e Silva, Rachel Gouveia Passos e Renata Gonçalves.....	135
<b>Figura 8</b> – Livro intitulado Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente de Cristiane Luiza Sabino Souza..	160
<b>Figura 9</b> – Livro intitulado Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos .....	174
<b>Figura 10</b> - Foto do livro Racismo na Infância autora Márcia Campos Eurico .....	185
<b>Figura 11</b> - Foto do livro Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate organizado por Roseli Rocha, Maria Helena Elpidio e João Paulo da Silva Valdo .....	186
<b>Figura 12</b> - Foto da Dra. Márcia Campos Eurico .....	219
<b>Figura 13</b> - Foto da Dra. Roseli da Fonseca Rocha .....	221
<b>Figura 14</b> - Foto da Dra. Cristiane Luiza Sabino Souza .....	223
<b>Figura 15</b> - Foto da Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos .....	224
<b>Figura 16</b> - Foto da Dra. Magali da Silva Almeida .....	225
<b>Figura 17</b> - Foto da Mestra Suelma Inês Alves de Deus .....	227
<b>Figura 18</b> - Foto da Dra. Maria Helena Elpidio .....	228
<b>Figura 19</b> - Foto da Dra. Tereza Cristina Santos Martins .....	229
<b>Figura 20</b> – Livro intitulado Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social de Tereza Cristina Santos Martins e Nelmires Ferreira da Silva .....	230

<b>Figura 21</b> - Foto da Dra. Sheila Dias Almeida .....	230
<b>Figura 22</b> - Foto da Dra. Ana Paula Procopio da Silva .....	232
<b>Figura 23</b> - Livros de autoria da Dra. Ana Paula Procópio da Silva.....	233
<b>Figura 24</b> - Foto da Dra. Gracyelle Costa Ferreira .....	233
<b>Figura 25</b> - Foto da Dra. Isis Silva Roza.....	234
<b>Figura 26</b> - Foto da Dra. Sarita Teresinha Alves Amaro .....	235
<b>Figura 27</b> - Livros da Dra. Sarita Teresinha Alves Amaro .....	236
<b>Figura 28</b> – Foto da Dra. Elisabete Aparecida Pinto.....	237
<b>Figura 29</b> - Foto da Dra. Josiane Soares Santos.....	238
<b>Figura 30</b> - Foto da Dra. Carla Akotirene Santos.....	238
<b>Figura 31</b> - Livros de autoria da Dra. Carla Akotirene Santos .....	240
<b>Figura 32</b> - Foto da Mestra Maria Isabel de Assis .....	242
<b>Figura 33</b> - Foto da Dra. Maria Cristina de Souza .....	244
<b>Figura 34</b> - Livro intitulado Mulheres negras, pobreza e racismo de Maria Cristina de Souza .....	245
<b>Figura 35</b> - Maria Euripa da Silva .....	245

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) com curso de graduação em Serviço Social distribuídos nas regionais da ABEPSS .....	53
<b>Tabela 2</b> - Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) filiadas a ABEPSS participantes da pesquisa .....	54
<b>Tabela 3</b> - Planos de Ensino da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Campus Parintís) .....	80
<b>Tabela 4</b> - Planos de Ensino da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Região Nordeste .....	85
<b>Tabela 5</b> - Planos de Ensino da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Região Centro Oeste .....	116
<b>Tabela 6</b> - Planos de Ensino da Universidade Federal Do Espírito Santo (UFES) - .....	128
<b>Tabela 7</b> - Planos de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Região Sul .....	152
<b>Tabela 8</b> - Planos de Ensino da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)- Região Sul II .....	172
<b>Tabela 9</b> - Soma total das seis universidades .....	187
<b>Tabela 10</b> - Quantitativo de produções teóricas das mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial .....	189
<b>Tabela 11</b> - Artigos em periódicos .....	193
<b>Tabela 12</b> - Capítulo de livro .....	197
<b>Tabela 13</b> - Livro completo.....	198
<b>Tabela 14</b> - Projeto de Pesquisa.....	202
<b>Tabela 15</b> - Dissertação.....	202
<b>Tabela 16</b> - Tese.....	203
<b>Tabela 17</b> - Quantitativo de disciplinas com produção teórica sobre a questão étnico-racial de autoria de mulheres negras.....	206

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CISPN	Comissão Intersectorial de Saúde da População Negra
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CRAS-RJ	Conselho Regional de Assistência Social do Rio de Janeiro
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSE	Centro Socioeconômico
EAD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ERE	Ensino Remoto Emergencial
GTP	Grupo Temático de Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSEZ	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
IELA	Instituto de Estudos Latino-Americanos
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Instituto Saúde e Sociedade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação

MIR	Ministério da Igualdade Racial
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEHS	Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti
PSC	Processo Seletivo Contínuo
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas – Campus Parintins
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICSUL	Universidade Cruzeiro Do Sul
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFAs	Unidades de Formação Acadêmica

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1</b>	<b>DO CORPO POLÍTICO EMERGE O MÉTODO: PERCURSO DE UMA PESQUISA RACIALIZADA .....</b>	<b>40</b>
1.1	A ESCRITA COMO SUBVERSÃO: MEMÓRIAS DE UM REENCONTRO ... .....	40
1.2	CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	44
1.3	PESQUISA POLÍTICA E RACIALIZADA .....	47
1.4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	49
1.4.1	<b>O método.....</b>	<b>49</b>
1.4.2	<b>Tipo de pesquisa, técnicas e instrumentos utilizados.....</b>	<b>50</b>
1.4.3	<b>Coleta e análise dos dados .....</b>	<b>52</b>
<b>2</b>	<b>QUILOMBAGEM NO SERVIÇO SOCIAL: PIONEIRISMO DAS MULHERES NEGRAS E OS MARCOS FORMATIVOS DA ABEPSS E CFESS .....</b>	<b>60</b>
2.1	DO MOVIMENTO NEGRO AO SERVIÇO SOCIAL: O PIONEIRISMO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NA INSERÇÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL.....	60
2.2	AS PRODUÇÕES TEÓRICAS DAS MULHERES NEGRAS SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NAS DIRETRIZES, NOTA E PLATAFORMA ANTIRRACISTA. ....	71
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO TEÓRICA DAS MULHERES NEGRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA.....</b>	<b>78</b>
3.1	MAPEAMENTO DOS PLANOS DE ENSINO: AS SEIS INSTITUIÇÕES FEDERAIS ANALISADAS .....	79
3.1.1	<b>Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Campus PARINTIS....</b>	<b>79</b>
3.1.2	<b>Universidade Federal da Bahia (UFBA) .....</b>	<b>84</b>
3.1.3	<b>Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).....</b>	<b>114</b>
3.1.4	<b>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).....</b>	<b>128</b>
3.1.5	<b>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).....</b>	<b>151</b>
3.1.6	<b>Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).....</b>	<b>171</b>

3.2	A PRODUÇÃO TEÓRICA DAS MULHERES NEGRAS DOCENTES SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: PRESENÇA OU AUSÊNCIA? .....	188
3.3	ORI EM QUILOMBAGEM: CORPOS-PRESENÇA NEGRAS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL .....	218
3.4	FEMENAGEM .....	240
3.4.1	<b>Tributo à intelectualidade negra do Serviço Social brasileiro.....</b>	<b>240</b>
3.4.2	<b>Mestra Maria Isabel de Assis: uma rosa negra semeando a primavera .....</b>	<b>242</b>
3.4.3	<b>Dra. Maria Cristina de Souza .....</b>	<b>244</b>
3.4.4	<b>Maria Euripa da Silva .....</b>	<b>245</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>247</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>255</b>

## INTRODUÇÃO

“Não se espera que uma mulher negra escreva, se espera que uma mulher negra dance, cante, cuide bem de uma casa, mas não que ela escreva, eu sempre escrevi, vocês que só me conhecem agora”.

(Conceição Evaristo, 2023)

A afirmação da mineira, romancista, poetisa, escritora e docente Conceição Evaristo (2023)<sup>1</sup> ressoa como uma provocação erigindo-se como o ponto de partida desta tese e para compreendê-la, faz-se necessário revisitar a formação social brasileira, um passado que se faz presente nas relações sociais das mulheres negras<sup>2</sup> na contemporaneidade.

Para adentrar essa historicidade, Kehinde é aqui evocada, protagonista da obra “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves (2006), uma criança negra que viveu até os oito anos em Savalu, na República do Benim. Após sua mãe e seu irmão virarem ancestrais, Kehinde, sua avó e sua irmã gêmea Taiwo partem sem destino. Durante a jornada, chegam à cidade de Uidá, onde são capturadas e levadas à força para um navio negreiro rumo ao Brasil no período colonial.

A história das mulheres negras não começa com a escravidão no Brasil como ocorreu com Kehinde, mas na África, berço da humanidade e de civilizações milenares (Fonseca, 2004). O sequestro forçado de milhões de pessoas de ascendência africana, vítimas do tráfico transatlântico, as levou compulsoriamente para diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil. Antes dessa brutal ruptura, as mulheres pertenciam a sociedades organizadas e faziam parte de impérios e reinos como o Império do Mali e o Reino do Kongo.

Nessas civilizações, havia tradições, culturas, religiões, múltiplas etnias e línguas, além de diversos sistemas políticos a depender da localidade. As mulheres exerciam funções sociais indispensáveis em suas comunidades, sendo líderes, parteiras, educadoras, curandeiras, bem como desempenhando outros ofícios.

---

<sup>1</sup> O excerto foi extraído da entrevista concedida por Conceição Evaristo ao programa Trilha de Letras, da TV Brasil, em 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xplu30xQvzg>.

<sup>2</sup> Seguimos em marcha, trabalhando por um horizonte coletivo, para que, ao referenciar mulheres intelectuais, não seja mais necessário racializá-las como se fosse um fenômeno surreal ou ainda estranho que mulheres negras estejam produzindo teoricamente ou exercendo o trabalho docente no ensino superior e na pós-graduação. Esta autora-pesquisadora, também mulher negra, afirma a importância de, ainda hoje, nomearmos essa racialização como um compromisso político e coletivo, para demarcar que estamos em movimento: ocupando, construindo e, sobretudo, existindo na academia brasileira.

Com a violenta ruptura diaspórica, no território brasileiro, mulheres negras foram submetidas a um regime de superexploração compulsória em larga escala, realizando trabalho não pago em uma economia baseada no latifúndio e na monocultura, durante a fase de acumulação primitiva do capital. Kehinde exemplifica essa realidade, única sobrevivente de sua família após a travessia atlântica, foi escravizada no Brasil e compelida a trabalhar em uma fazenda na Ilha de Itaparica, na Bahia.

No que tange o processo de racialização, generificação e sexualização do trabalho compulsório e não pago neste período, as mulheres negras eram destinadas ao trabalho doméstico, à agricultura, ao plantio e à colheita e sua maternidade era também mercantilizada como pontua os estudos de Karoline Carula e Marília B. A. (2022).

Enquanto fêmeas, seus corpos eram violentados na produção de mais força de trabalho, além de "extrair o leite para amamentar seus futuros opressores" (Gonçalves, 2018, p.362). É de seus úteros violentados que nascia a força de trabalho, resultado do estupro perpetrado pelos portugueses contra as mulheres africanas.

As raízes do estupro estão intrinsecamente ligadas a relação de poder patriarcal definido por Heleieth Saffioti (2015, p.11) como "um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade existente entre eles, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres".

O gênero, que "diz respeito às imagens que a sociedade constrói do masculino e do feminino, termo adotado após a recusa do essencialismo biológico, pela repulsa à imutabilidade implícita em a anatomia é o destino" (2015, p.117), adquire materialidade no momento em que o sexo biológico passa a ter um significado socialmente construído.

No poder patriarcal, a dominação e a exploração se correlacionam de forma hierárquica e racialmente diferenciada (Saffioti, 2015), estabelecendo distinções na humanização entre mulheres negras e brancas. A Igreja Católica exerceu poder na construção deste imaginário social culpabilizando as mulheres negras pelos estupros sofridos e interpretando-os como atos de vontade (Giacomini, 1988). Como explica Gonzalez (2020, p.169) "branca para casar, mulata para fornicar e negra pra trabalhar".

A circunscrição da humanidade pensada a partir das mulheres brancas evidencia a necessidade de evocar a memória do movimento de rebeldia expressa no discurso político de Sojourner Truth proferido na Convenção das Mulheres de Ohio, em Akron em 1851: “Ain’t I a woman? / Eu não sou uma mulher?”<sup>3</sup> questionando as opressões e desigualdades enfrentadas enquanto mulher negra, reivindicando a sua humanidade.

Para sustentar essas violências e arbitrariedades, os europeus, portugueses brancos, ao invadirem as terras brasileiras já habitadas pelos povos originários, engendraram a raça como uma construção ideológica que estabeleceu uma assimetria de poder e dominação, criada para justificar a exploração das pessoas negras (Munanga, 2003; Bento, 2015; Schucman, 2012).

Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (Bento, 2015, p.28-29).

Lia Vainer Schucman (2012) define a branquitude como uma posição social sistematicamente privilegiada, da qual os sujeitos de pele branca se beneficiam historicamente. Para a autora, “o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia e o branqueamento” (Schucman, 2012, p.14).

Ao mencionar a “democracia do branqueamento”, Schucman (2012) elucida a centralidade que o branco ocupou ao se posicionar como universal, indo além dos

---

<sup>3</sup> E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem (Tradução Osmundo Pinho, Portal Geledés, 2014, s/p.).

fenótipos e assumindo-se como referência de humanidade. Os europeus se colocaram no centro, construindo uma ideologia de supremacia que marca profundamente a formação social brasileira, inclusive na forma como se produz conhecimento.

Sendo assim, a raça emergiu como uma construção da branquitude enquanto o racismo operou e opera como uma poderosa arma ideológica de dominação, adaptando-se e modernizando-se ao longo da história, conforme aponta Moura (1994). Jeferson Garcia (2022, p.235-236) afirma que "o racismo é uma síntese de múltiplas determinações, é um fenômeno puramente social, é uma categoria do real (...) uma determinada forma de relação social, essa forma não é natural, é social, é histórica". No Brasil, o racismo se manifesta como estrutural e estruturante da divisão de classes sociais, sendo intrínseco à lógica de acumulação do capitalismo (Souza, 2020, 2022).

Portanto, as desigualdades raciais no Brasil foram estruturadas pelo processo de invasão territorial, pela escravidão, pela acumulação primitiva do capital e pelas relações de poder instituídas que se renovam a depender do período histórico. Neste contexto, Aimé Césaire (2020) define o colonialismo como um processo violento, desumanizador e profundamente racista, sustentado por discursos moralistas, cientificistas, religiosos e economicamente capitalistas. Para ele, colonizar é brutalizar, transformar sujeitos em coisas, daí a equação central que propõe: "colonização = coisificação" (Césaire, 2020, p.24).

Essa coisificação sustenta-se na falsa ideia de "civilização", mascarada por um humanismo europeu que, na prática, legitima o domínio sobre os povos negros e indígenas. Césaire (2020) afirma que ninguém coloniza inocentemente, pois a colonização se faz pela força, pela violência e pela imposição ideológica.

Assim, o colonialismo configura-se como a barbárie travestida de civilização, um sistema político e econômico que mutila povos e culturas. Ao explicar esse processo, Césaire (2020) revela a falência ética, espiritual e humana da Europa burguesa "existe uma lei de desumanização progressiva em virtude da qual, doravante, na agenda da burguesia, só há, só pode haver, violência, corrupção e barbárie" (Césaire, 2020, p.64).

Dentro dessa estrutura de dominação, as mulheres negras foram submetidas a múltiplas opressões. Além do racismo e da branquitude, elas enfrentavam o patriarcado, que, segundo Saffioti (2015), não apenas estabelece uma estrutura de

poder baseada no gênero, mas se entrelaça com a divisão de classe e o racismo. Esse imbricamento produz conflitos de interesse e múltiplas camadas de subalternização.

Nesse intrincado mecanismo de poder, a ideologia de controle operava para tentar esvaziar a humanidade dessas mulheres, buscando objetificar seus corpos como propriedade e reduzir suas existências à reprodução e à servidão. O intento era não apenas defini-las, mas determinar onde elas deveriam estar e permanecer: na subalternização.

Lélia Gonzalez (2020) explicita duas representações atribuídas às mulheres negras, ambas relacionadas à funcionalidade servil. De um lado, a "mãe preta"<sup>4</sup> que se perpetua na atualidade como trabalhadora doméstica, vinculada ao trabalho braçal e à força física. De outro, a mulher hipersexualizada, simbolizada pela "mulata", cuja existência é associada à exploração sexual e à objetificação de seus corpos, vistos como instrumentos de prazer, negando-lhes humanidade, afeto, cuidado e intelectualidade.

É nesse contexto da formação social brasileira que se encontra a explicação crítica para a provocação de Conceição Evaristo (2023) "não se espera que uma mulher negra escreva, se espera que uma mulher negra dance, cante, cuide bem de uma casa". Essas representações não permanecem no campo abstrato, mas atravessam o concreto, um exemplo é apresentado pela Winne Nascimento dos Santos (2020) ao mencionar o racismo envolvendo Luana Tolentino, professora de História e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Em 2017, ao ser abordada por uma mulher branca em Belo Horizonte foi questionada se fazia faxina. Ao responder que era professora e na época mestranda, a reação constrangida da interlocutora expôs o racismo cotidiano e as expectativas sociais ainda impostas às mulheres negras. Como menciona Lélia Gonzalez (2020,

---

<sup>4</sup> Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então "bá", é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a "mãe preta" (Gonzalez, 1984, p.235). Nesta localização do que é esperado da mulher negra, aquela que dá colo a todas/os/es, resignada e passiva frente aos processos de violência e dominação.

p.78) “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”.

O racismo sofrido evidencia como as representações e localizações atribuídas às mulheres negras permanecem enraizadas, associando-as, quase automaticamente, a funções de servidão. Sobre isso, Luana Tolentino afirma:

Não me senti ofendida com a pergunta. Durante uma passagem da minha vida arrumei casas, lavei banheiros e limpei quintais. Foi com o dinheiro que recebia por diversas vezes ajudei minha mãe a comprar comida e consegui pagar o primeiro período da faculdade. O que me deixa indignada e entristecida é perceber o quanto as pessoas são entorpecidas pela ideologia racista. Sim. A senhora só perguntou se eu faço faxina porque carrego no corpo a pele escura (Tolentino, 2020, p.62).

Essa realidade é consequência de um passado que insiste em se fazer presente, demarcando continuamente os limites impostos pela racialização da existência. A audácia de uma mulher branca abordar uma mulher negra na rua com a pergunta sobre faxina revela como o racismo se estrutura no país, utilizando características fenotípicas. Em contrapartida, o espanto da mulher que perpetrou o racismo com a presença de uma mulher negra no mestrado e professora desestabiliza as relações de poder.

A afirmação de Luana ao pontuar “não me senti ofendida com a pergunta. Durante uma passagem da minha vida arrumei casas, lavei banheiros e limpei quintais” evidencia mais um legado que marca profundamente a trajetória de muitas mulheres negras no Brasil. E, é reforçado pelo dado recente, revelado pela pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Ministério da Igualdade Racial (MIR) de 2025, que aponta que 69,9% das trabalhadoras domésticas<sup>5</sup> ou cuidadoras são mulheres negras.

É possível inferir que as mulheres negras que exercem o trabalho de docentes, trazem em suas trajetórias a experiência direta ou indireta com o trabalho doméstico. Seja por terem exercido essa atividade em algum momento de suas vidas, seja por

---

<sup>5</sup> A regulamentação do trabalho doméstico no Brasil ocorreu de forma tardia e gradual, refletindo a histórica desvalorização. A Emenda Constitucional nº 20/1998 incluiu o trabalho doméstico na seguridade social, garantindo às trabalhadoras domésticas acesso à previdência social. Somente com a Lei Complementar nº 150, sancionada em 1º de junho de 2015, foram estabelecidos direitos e garantias específicas para essas trabalhadoras. Essa demora na garantia de direitos evidencia como a exploração do trabalho doméstico, essencial para a reprodução e manutenção do capitalismo foi historicamente naturalizada e sustentada pela racialização e generificação do trabalho.

terem sido formadas por mulheres que o desempenharam. Gracyelle Costa Ferreira evidencia essa realidade na dedicatória de sua tese defendida em 2020 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ):

Para minhas avós. Uma doméstica/lavadeira a outra doméstica/costureira. Uma preta a outra parda. Ambas não-alfabetizadas. Racismo, sexismo e pobreza se encarregaram de impedir-lhes o acesso ao ambiente escolar. Menos de 50 anos nos separam. Poderia ser eu no lugar delas ou poderiam ser elas aqui, professoras doutoras. Sábias mulheres. Como elas, minha mãe, eu e tantas outras Só precisávamos de oportunidades para voar (Costa, 2020, s/p).

Na contemporaneidade, a conciliação entre a pós-graduação ou graduação com o trabalho de diarista ainda é uma realidade para mulheres negras. Ao revisitar a biografia de intelectuais brasileiras como Dra. Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Dra. Lélia Gonzalez (1935-1994), Dra. Beatriz Nascimento (1942-1995) e Dra. Conceição Evaristo há um ponto de encontro o de já terem exercido o trabalho doméstico.

Essa condição material imposta às mulheres negras no pós-escravidão gerou consequências históricas de exclusão e violência que reverberam no quantitativo ínfimo de docentes negras em cursos de ensino superior e em sua sobrerrepresentação no trabalho doméstico. Essa realidade evidencia como a ausência de um projeto emancipatório pós-abolição impacta diretamente a produção teórica e o acesso à universidade.

No que se refere ao ensino superior, Clóvis Moura (1994) pontua que todo o arsenal “científico” vindo da Europa era repetido no Brasil sem qualquer análise crítica não porque representasse “a última palavra da ciência”, mas porque já chegava legitimado pelo julgamento das metrópoles.

[...] estabeleceu-se um vínculo de identificação e pertencimento exclusivo com o mundo acadêmico ocidental. Nos vinculamos aos europeus e nos colocamos como seus súditos: em pleno século XX, eles nos ensinaram como uma universidade moderna deveria funcionar e nós repetimos fielmente a maneira indicada. Estabeleceu-se um padrão de fundação subalternizante e dependente” (Carvalho, 2023, p.85).

Essa reprodução acrítica estruturou a produção acadêmica brasileira dentro de uma imposição eurocentrada que atua como instrumento de reprodução e manutenção do racismo. Tal mecanismo não se limita à valorização da Europa como

referência, mas opera na construção dos currículos que colocam o pensamento europeu no centro da produção científica.

Desse modo, a universidade brasileira se constituiu historicamente como um espaço de poder restrito às elites, a educação foi desde o início atravessada por desigualdades de gênero, classe e raça, com acesso a priori exclusivo para homens brancos. Oliveira (2023, p.15) reforça que essas instituições buscam “legitimar cientificamente uma pseudouniversalidade branca que naturaliza uma hierarquia entre raças, acirrando o acesso da população pobre e interditando o da população negra a espaços de poder, inclusive ao ensino superior”.

Para encobrir essas desigualdades raciais e o sangue derramado construiu-se a narrativa de que vivemos em uma terra gentil, marcada pela convivência pacífica entre diferentes grupos étnicos. Essa ideologia consagrada como o mito da democracia racial<sup>6</sup>, tem sido um dos principais instrumentos para a negação do racismo estrutural no país.

Maria Helena Elpídio (2020) descreve o mito como uma verdadeira “cortina de fumaça” que encobre e naturaliza as desigualdades raciais, falseando a cidadania da população negra por meio da negação do acesso aos direitos e às políticas públicas. Segundo Domingues (2003), o mito baseia-se em uma suposta harmonia racial dentro da lógica da ordem burguesa, difundindo a crença de que todas, todos e todes têm as mesmas oportunidades.

Essa perspectiva desloca a responsabilidade pelas desigualdades para o campo moral, individualizando os fracassos e culpabilizando a população negra por sua exclusão social. A miscigenação, nesse contexto, é apresentada como prova de superação das desigualdades raciais, quando na verdade funciona como um instrumento de negação ativa das violências raciais.

Kabengele Munanga (2017) aprofunda essa análise ao afirmar que o mito da democracia racial é um dos pilares que sustentam o racismo à brasileira, um racismo perverso justamente por se esconder sob o disfarce da cordialidade, da negação e da invisibilização. Ao não se assumir como racista, a sociedade brasileira perpetua a exclusão, mantendo intactas as hierarquias raciais herdadas do colonialismo e da escravidão. Assim, o mito da democracia racial opera como um mecanismo ideológico

---

<sup>6</sup> O mito da democracia racial fortalecido pela obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933), postula uma suposta harmonia entre as raças no Brasil, o que mascara as profundas desigualdades raciais presentes na sociedade.

que impede o enfrentamento real das desigualdades e bloqueia o reconhecimento da legitimidade da luta antirracista.

É nesse alicerce ideológico que se constrói a formação profissional do Serviço Social marcada desde sua origem por uma perspectiva conservadora, eurocentrada e racialmente excludente. Como aponta Maria Gracileide Alberto (2019) a profissão teve início em 1932 com forte influência da doutrina social da Igreja Católica, sendo estruturada para formar mulheres que trabalhariam na ação social sob orientação moralista e religiosa.

A influência europeia era tão arraigada que conforme Aguiar (2011), duas integrantes do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) foram enviadas à Europa mais precisamente a Bélgica, Londres, Paris e Genebra para receberem a formação diretamente dos centros educacionais europeus, considerados os detentores do saber legítimo.

Essa gênese marcada pela hegemonia do pensamento europeu, revela como o Serviço Social brasileiro foi concebido sob os mesmos fundamentos coloniais que estruturam o racismo à brasileira: a negação e invisibilização da intelectualidade negra da/o assistente social e a manutenção das desigualdades raciais como questão moral e não estrutural.

A partir dos anos 1960, impulsionado pelas lutas sociais na América Latina e o acirramento das contradições sociais, surgiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, buscando romper com o conservadorismo da profissão. Essa intenção de ruptura se delineou a partir de 1979, impulsionada pelo movimento sindical classista e entidades sindicais da categoria.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada” foi um marco fundamental na redefinição da direção social da profissão. Nele consolidou-se a compreensão da/do assistente social como trabalhador assalariado, inserido na divisão sociotécnica do trabalho mais tarde compreendida também como racial e sexual (Abramides, 2019).

A partir desse momento, o Serviço Social passou a se orientar por um Projeto Ético-Político comprometido com a luta da classe trabalhadora, fundamentado no marxismo e alinhado a uma perspectiva crítica e anticapitalista. Esse compromisso adquire ainda maior importância diante da realidade brasileira. O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. Segundo o Censo de 2022 do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56,1% da população brasileira se autodeclara negra, sendo 9,1% pretos e 47% pardos.

Desse total, 28% são mulheres negras, grupo que é atravessado por múltiplas opressões de raça, gênero e classe e se concentra majoritariamente nos postos de trabalho mais precarizados, com os menores salários e piores condições laborais. O racismo, portanto, não deve ser compreendido como uma questão periférica, mas como um elemento estrutural e estruturante que sustenta o modo de produção capitalista. Como afirma Karl Marx (1818–1883), esse modo de produção é, por natureza, expansivo e não pode se reproduzir sem morte e expropriação. É justamente por meio do racismo que se mantém o processo de apropriação da riqueza social, fundamentado na exploração.

Essa dinâmica de expropriação também se reflete na negação ativa e sistemática das produções das mulheres negras. Esta expressão, utilizada na presente pesquisa, designa o processo histórico de tentativas de exclusão deliberada das produções teóricas destas mulheres das narrativas da história brasileira. Conforme acentua Lélia Gonzalez (1982):

Estamos cansados de saber que nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que fica? É a impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir esse país. A essa mentira tripla se dá o nome de sexismo, racismo e elitismo (Gonzalez, 1982, p.3).

Nesse sentido, embora a academia tenha se constituído historicamente sob uma lógica eurocentrada e excludente, dificultando a legitimação de produções teóricas de mulheres negras, essa configuração foi e continua sendo tensionada. Frente a essa realidade, emerge a quilombagem, definida por Clóvis Moura (1989, p.22) como “um movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional”.

É nesse entrelaçamento entre história e legado que esta pesquisa se insere, sendo a produção teórica das mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial compreendida como expressão de quilombagem na graduação em Serviço Social. A pesquisa evidencia a urgência de integrar as produções dessas intelectuais à formação profissional, reconhecendo nelas elementos indispensáveis para a

construção de currículos racializados, verdadeiramente comprometidos com a classe trabalhadora, que possui cor, raça, gênero e sexualidade.

A quilombagem representa a continuidade da resistência da população negra à exploração e à dominação racial no Brasil. Desde o início do período colonial até meados do século XIX, africanas e africanos não apenas resistiram à escravidão, mas protagonizaram verdadeiros embates ao negar com suas ações concretas, o sistema escravista. Essa ação ativa de enfrentamento foi central para o desmonte do regime colonial como afirma Moura (1989).

Clóvis Moura (1989) explica que a quilombagem não se configura apenas como a formação de quilombos físicos, mas como um modo de insubordinação social e política que atravessa os séculos. Mesmo após a abolição inconclusa, marcada pelo que Moura (1989) nomeia de "escravismo tardio"<sup>7</sup>, os mecanismos de exclusão e marginalização da população negra se reconfiguraram e as formas de resistência também. A quilombagem, nesse sentido, se estende até os dias atuais, expressando-se em múltiplas ações políticas e sociais, individuais ou coletivas, no enfrentamento às opressões.

No tempo presente e no escopo desta tese, a quilombagem é compreendida como uma ação histórica, política e contínua, protagonizada pelas mulheres negras docentes do Serviço Social que lutaram pela inserção e permanência no ensino superior e na pós-graduação e atualmente na docência, produzindo teoricamente sobre a questão étnico-racial.

A produção teórica das mulheres negras emerge intrinsecamente da escrita que nasce do concreto vivido, da realidade da qual elas não se afastam, mas que transmutam em suas veias. Essa escrita configura-se ação íntima e coletiva, um profundo reencontro consigo mesmas, ecoando a força da expressão: "o que eu não falo, eu escrevo".

É também uma práxis negra (Moura, 2019) que no tempo presente denota ação de rebeldia e resistência, sendo a escrita ação subversiva das mulheres negras

---

<sup>7</sup>Para Clóvis Moura (1989, 2019) o escravismo tardio corresponde ao período de transição entre o sistema de trabalho escravizado e o trabalho livre no Brasil, especialmente entre os anos de 1850 e 1888. Com o "fim" oficial do tráfico transatlântico de africanas/os, a escravidão não foi abolida imediatamente, mas passou a operar de forma ainda mais estratégica. Moura argumenta que houve uma modernização conservadora, em que as elites escravistas se readequaram às novas exigências sem abrir mão de seus privilégios, mantendo o controle sobre a população negra e o domínio da força de trabalho por meio de novas formas de exploração e exclusão.

docentes na graduação em Serviço Social, sujeitas históricas e políticas de sua própria transformação e da sociedade. A escrita torna-se política, ponto de encontro das semelhanças e também da diversidade, resposta, reação e rebeldia comprometida com a transformação social.

A práxis negra como categoria tem origem na aproximação de Clóvis Moura (2019) com o marxismo, em sua tentativa de reinterpretar categorias da totalidade a partir da experiência histórica das/os negras/os, perspectiva que, nesta tese é aprofundada a partir da experiência de mulheres negras docentes.

A docência em Serviço Social é compreendida como trabalho. De acordo com o artigo 5º, inciso V, da Lei nº 8.662/1993, trata-se de uma atribuição privativa da/o assistente social, tanto na graduação quanto na pós-graduação, em disciplinas que exijam conhecimentos específicos da profissão.

A teoria, por sua vez, se constitui a partir da realidade, que é reproduzida e interpretado no plano ideal, um processo dialético do real ao concreto pensado. Parte-se da aparência que se expressa no cotidiano das relações sociais, buscando compreender as mediações que conectam as partes ao todo e o todo às partes, em direção à essência e à totalidade histórica dos fenômenos (Marx, 1968; Kosik, 1976; Netto, 2016).

Sendo assim, a produção teórica está intrinsecamente integrada à dinâmica da venda da força de trabalho, particularmente no contexto da ciência brasileira. A exigência dessa produção transcende a mera referência bibliográfica, configurando-se como um dos resultados tangíveis da produção e reprodução da força de trabalho das mulheres negras docentes.

A produção teórica é tecida pelas dimensões objetiva, subjetiva, social, política, ancestral e afetiva. A dimensão objetiva refere-se às condições materiais de existência que condicionam a vida social das mulheres, a estrutura econômica, relações de produção, trabalho, divisão de classe e todas as formas pelas quais a vida concreta se organiza. Já a dimensão subjetiva manifesta-se na elaboração das experiências vividas no que tange as totalidades parciais de opressão geradas pelo sistema capitalista.

É social e política, fundamentada na práxis negra expressa resistência e enfrentamento como afirma a intelectual Ana Paula Procopio da Silva (2023, p.5) “a apreensão de conhecimento não é acúmulo individual de conteúdo, mas aglutinação

coletiva de forças, porque, se a exploração e a opressão são permanentes, o aquilombamento<sup>8</sup> também precisa ser”.

A presença de mulheres negras na universidade, mesmo como discentes, já constitui um ato revolucionário. Quando essas mulheres ascendem como mestras, doutoras, aprovadas em concursos públicos e ingressam na docência com um compromisso ético-político de transformação, o impacto se aprofunda.

Na venda de sua força de trabalho, elas colocam seus corpos, tempo e conhecimentos à construção de uma formação crítica, que não apenas denuncia o racismo e suas múltiplas violências, mas também convoca a sociedade a forjar cotidianamente ferramentas de enfrentamento ao racismo e ao capitalismo.

Nesse sentido, a inserção das produções teóricas de mulheres negras sobre a questão étnico-racial na formação de futuras/os assistentes sociais constitui, em si quilombagem não apenas como memória<sup>9</sup>, mas como ação individual e coletiva, política, afetiva e ancestral, que sustenta a existência e a produção de conhecimentos subversivos, fundamentada na ancestralidade, que, segundo Núbia Regina Moreira é:

“a capacidade que nós, mulheres negras, desenvolvemos, ao aprendermos umas com as outras, de nos posicionarmos como sujeitos históricos que carregamos em nossos corpos experiências compartilhadas no processo que nos constituem com base nas dimensões do “eu” e do “nos” político numa sociedade plurirracial, profundamente colonizada” (Moreira, 2022, p.94).

Beatriz Nascimento (1989) no documentário Ori escrito e narrado por ela, afirma: “estar para ser pelo ser onde está. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou” (Nascimento, 1989, s/p.). Portanto, a autora, em seus estudos (2021), define o quilombo como um corpo em movimento, no qual a circulação e a integração dos corpos negros propiciam a concretude do movimento negro.

---

<sup>8</sup> Nesta pesquisa, são adotadas distinções conceituais entre os termos quilombagem, aquilombamento e quilombo. Quilombagem é compreendida como uma ação de enfrentamento individual ou coletiva que expressa movimento, resistência e subversão. Aquilombamento refere-se ao processo de agrupamento coletivo em formação. Já quilombo é entendido como uma organização coletiva consolidada.

<sup>9</sup> O termo memória denota na explicação de Dagoberto José Fonseca (2000, p.9) como “parte do processo cultural, legado as gerações futuras, sendo um referencial de preservação, de transformação ou de resignificação do meio social”. O uso da memória é social, possui conotações distintas que variam de acordo com os interesses dos agrupamentos sociais e do tempo histórico, “é um exercício político, estando em constante mediação com a realidade social, a fim de estabelecerem uma identidade, um elo de ligação, entre os antepassados e o presente” (Fonseca, 2000, p.9).

Assim, o corpo político das mulheres negras se constrói por meio de um processo contínuo de reconstrução individual e coletiva, tornando-se, ele mesmo, um quilombo em movimento. Um corpo-território que se inscreve na história e se coloca em confronto com as múltiplas formas de opressão de classe, raça e gênero e sexualidade no interior da sociedade capitalista. Portanto, a escrita das mulheres negras tem vida, pois nasce de um corpo em movimento. Assim como o real, que não se apresenta de forma linear, essa produção emerge de um corpo que sente dor, resiste, mas sobretudo, se afeta, cria e subverte.

Retomando a inserção da questão étnico-racial no Serviço Social não foi espontânea ou por tomada de consciência, mas através da quilombagem destas mulheres negras assistentes sociais atuantes no Movimento Negro (MN), no Movimento de Mulheres Negras (MMN) e no Movimento Feminista (MF) (Oliveira, 2023). A partir da década de 1980, essas profissionais passaram a reivindicar por dentro do Serviço Social, a inclusão crítica da questão étnico-racial<sup>10</sup>.

Magali da Silva Almeida (2013), uma das precursoras no debate, destaca a influência de organizações negras e partidos de esquerda nesse processo. Ela relata sua atuação como vice-presidente do CRAS-RJ, onde defendeu a incorporação institucional da pauta antirracista e colaborou na organização da Marcha Contra a Farsa da Abolição em 1988.

No 6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1989, Almeida (2013) ressaltou que a inserção da questão étnico-racial na universidade e na formação profissional foi impulsionada por assistentes sociais negras atuantes no Movimento Negro. Esse processo promove um intercâmbio entre a experiência de luta e o conhecimento acadêmico, configurando uma “tradução intercultural entre o conhecimento forjado na resistência e o saber acadêmico, com o objetivo de construir novas configurações cognitivas e políticas” (Gomes, 2019, p.10).

Márcia Campos Eurico (2018) destaca como um marco importante na luta contra o racismo o processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o

---

<sup>10</sup> O Serviço Social se apropria da questão racial, como questão étnico-racial, sendo importante distinguir que raça e etnia embora complementares, não são sinônimos. Etnia refere-se à herança social e cultural compartilhada por gerações, envolvendo um resgate do pertencimento ancestral que, no sentido político, promove a afirmação da diferença cultural e a valorização humana como explica Márcia Campos Eurico (2013).

Racismo (Durban, 2001). Nesse espaço, discutiu-se o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais sem distinção.

A quilombagem das mulheres negras vem propiciando mudanças significativas na profissão. Como afirma Eurico (2013), o Código de Ética profissional do assistente social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um de seus princípios fundamentais. Essa incorporação normativa expressa os avanços na direção social da profissão instaurada em 1979 e evidencia a influência da militância das mulheres negras no interior da categoria profissional.

No que tange as Diretrizes Curriculares aprovada na assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996, que completarão três décadas em 2026. Roseli Rocha (2014, p.91) descreve que o processo de sua implementação teve início na década de 1980, impulsionado pela necessidade de a profissão responder às transformações da realidade política, marcadas pelas lutas democráticas contra a ditadura militar.

Nesse contexto de mobilização coletiva, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) elaborou as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social (1979) com a participação de docentes, pesquisadores e discentes em diversos fóruns realizados em todas as regiões do país (Rocha, 2014).

A formação profissional em Serviço Social, conforme apontado por Maria Gracileide Alberto Lopes (2019) é um processo sócio-histórico articulado à realidade e ao trabalho profissional. É orientada pelo Projeto Ético-Político, composto pelas Diretrizes Curriculares, Lei de Regulamentação, Código de Ética e resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e ABEPSS. E na militância, como afirma Maria Carmelita Yazbek (2019), que o trabalho profissional da/o assistente social se desenvolve no contexto da luta de classes, conferindo à profissão um caráter político.

Os princípios e pressupostos da formação profissional “constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos em três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABEPSS, 1996, p.8).

O primeiro Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, compreende o ser social como uma totalidade histórica no contexto da sociedade burguesa e o trabalho entendido como práxis, eixo central da reprodução social.

O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional “considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social” (ABEPSS, 1996, p.12).

O Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira examina os padrões de produção capitalista, seus modelos de gestão e organização do trabalho, e as transformações no mundo do trabalho decorrentes das mudanças nos padrões produtivos e de acumulação.

Estuda o Serviço Social em seu caráter contraditório, marcado pelo confronto de classes nas instituições e dinâmicas organizacionais, bem como analisa os diferentes projetos políticos da sociedade brasileira, seus fundamentos, estratégias e propostas (ABEPSS, 1996,) estando a questão étnico-racial inserida nesse núcleo e expressa nos seguintes termos:

Remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e **étnico raciais**, exclusão social, etc. Para tanto devem ser objeto de análise (ABEPSS, 1996, p.11, grifo nosso).

Esta pesquisadora alinha-se à crítica de Cristiane Sabino (2020), que destaca a ausência explícita da categoria racismo nos núcleos da formação profissional, sendo a questão étnico-racial tratada apenas como parte das desigualdades sociais e não como estruturante das relações. “Essa limitação teórica reflete uma perspectiva colonial e eurocentrada que não aprofunda a complexidade do racismo na sociedade burguesa” (2020, p.386).

Maria Helena Elpídio (2020) e outras autoras/es como Rocha (2015), Eurico (2013), Almeida (2013), Pinto (2003), Gonçalves (2018) e Moreira (2020; 2024) reconhecem a centralidade da questão étnico-racial para compreender a vida social brasileira e, conseqüentemente, a formação e o trabalho em Serviço Social.

Considerando a unidade dialética entre formação e trabalho, esta pesquisa buscou apreender a produção teórica de mulheres negras docentes sobre a questão

étnico-racial no processo formativo em sala de aula, através da análise de planos de ensino como um dos pilares da formação antirracista.

Formação essa que tem avançado no interior da categoria, impulsionada pela "quilombagem" de coletivos e profissionais negros, bem como pelas entidades representativas CFESS, CRESS, ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) através de campanhas, documentos, subsídios, notas técnicas, resoluções sobre a questão étnico-racial (Moreira, 2020, 2024) que será aprofundado no segundo capítulo desta tese.

Cabe destacar no primeiro momento, a criação do GTP "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades" em 2010, que corroborou para a expansão a sistematização de produções acadêmicas sobre a questão étnico-racial, incentivando novos processos investigatórios e a articulação entre grupos de pesquisa. Em 2018, a ABEPSS publicou "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social" para fortalecer a centralidade da temática no ensino, pesquisa e extensão.

Antes da promulgação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas e da Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos para pessoas negras, incluindo docentes, a universidade já era um espaço tensionado pela presença de indivíduos negros.

Com a chegada expressiva de discentes impulsionada pela Lei de Cotas, a universidade passou a ser interpelada direta e cotidianamente a reconhecer sua branquitude e sua responsabilidade histórica na reprodução e manutenção do racismo. Sendo assim, as referidas legislações resultado da luta coletiva do movimento negro não apenas fortaleceram, mas também intensificaram um tensionamento preexistente, impelindo a academia a confrontar suas estruturas racistas.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) divulgou em 2022 a pesquisa "Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional". A pesquisa, finalizada em 31/12/2019, contou com 44.212 participantes do recadastramento nacional, o que corresponde a 25,04% das/os 176.524 assistentes sociais inscritas/os ativas/os no período de coleta de dados.

Das/os 44.212 participantes, 92,92% se identificam com o gênero feminino, 6,97% com o sexo masculino, outras expressões de gênero 0,10%. Do total de participantes, 50,34% se declararam negras(os) e 46,98% brancas(os). Dessa forma,

a categoria de assistentes sociais é majoritariamente formada por mulheres negras que se autodeclararam pretas ou pardas.

Sendo assim, o Serviço Social, como profissão comprometida com a classe trabalhadora, é constituído por profissionais que, em sua maioria, vivenciam as opressões e explorações impostas pelo racismo, machismo, patriarcado e capitalismo, onde os ataques à classe trabalhadora são ainda mais violentos quando direcionados à população negra como já foi mencionado.

Foi realizada investigação na plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (<https://bdtd.ibict.br/vufind/>) em junho de 2024, utilizando os descritores: "produção teórica das mulheres negras nos planos de ensino dos cursos de graduação em Serviço Social", "produção teórica das mulheres negras no Serviço Social" e "referencial teórico das mulheres negras no Serviço Social". Não foi encontrado teses e dissertações que abordassem a temática.

A pesquisadora analisou também os anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2022 (<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/enpess-2022>), considerando esse espaço como um importante locus de socialização da produção de conhecimento da categoria. Utilizando os mesmos descritores mencionados anteriormente, aplicados nas categorias de mesa coordenada, apresentação oral e pôster, não foram encontrados resultados relacionados à produção teórica de mulheres negras.

Essa constatação reforça a importância desta tese como uma convocação para repensar coletivamente os rumos da formação em Serviço Social diante do avanço da mercantilização da educação no Brasil. Como analisa Vidal (2020, p.173), “a educação tem sido deslocada para o setor de serviços, com a criação de programas na esfera privada que possibilitam a livre comercialização do ensino superior, transformando-o em um serviço submetido à lógica de mercado e à concorrência capitalista, a favor da classe burguesa”.

De acordo com a pesquisa de Vidal (2020), os dados da Unesco de 2010 afirmam o Brasil é um dos maiores mercados do mundo para investimentos privados na educação, destacando-se a atuação da rede Kroton Educacional. Esse processo de concentração empresarial das instituições privadas de ensino superior caracteriza-se como uma resposta burguesa à crise do capital, negando o acesso ao direito universal ainda que abstrato à educação pública, laica, gratuita e de qualidade.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o ensino a distância (EAD) em cursos de Serviço Social registrou um crescimento expressivo: entre 2010 e 2020, o número de cursos aumentou 428,2%, com as matrículas saltando de 930.179 em 2010 para 3.105.803 em 2020<sup>11</sup>.

Essas particularidades se inserem em um contexto mais amplo de desafios enfrentados pela educação brasileira, marcado pelo avanço da extrema direita, pela perda de força da esquerda e pelas contradições do ensino superior a favor do capital.

Durante o governo Bolsonaro (2019–2022) com recrudescimento de práticas neoconservadoras, fortalecidas pelo reacionarismo intensificaram-se os mecanismos de desmantelamento da política educacional e do anticientificismo, aprofundando-se ainda mais com a crise sanitária da Covid-19<sup>12</sup>. Houve também nesta seara a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE) (Silva, Fernandes e Moreira, 2023).

Diante do exposto, reitera-se a urgência de que a categoria profissional realize um movimento de Sankofa<sup>13</sup>, revisitando sua história para ressignificar os caminhos de uma formação crítica, antirracista e anticapitalista. Essa não é uma tarefa exclusiva de profissionais negras e negros como já havia afirmado Matilde Ribeiro (2004), mas de toda a categoria em seu compromisso com as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, com uma nova sociabilidade sem opressões e classes.

Nesse sentido, a presente tese se alinha aos esforços empreendidos pelas entidades representativas da categoria CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO e o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”, dos Coletivos negros da graduação e pós-graduação no

---

<sup>11</sup> Pesquisa disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>.

<sup>12</sup> Esta pesquisadora ingressou no doutorado em 2020, durante a pandemia da Covid-19, em meio ao corte de bolsas de pós-graduação na PUC-SP promovido pelo governo Bolsonaro. A gestão negacionista, marcada por frases como “é só uma gripezinha” e “e daí?”, desprezou a vida da população brasileira, especialmente a negra e periférica. A primeira morte registrada por Covid-19 no Brasil foi de Dona Cleonice Gonçalves, mulher negra, trabalhadora doméstica, contaminada por seus empregadores recém-chegados da Europa. Sua morte simboliza o racismo estrutural que sustenta a manutenção e reprodução do capitalismo.

<sup>13</sup> Sankofa (Sanko= voltar; fa = buscar, trazer) provérbio do conjunto de ideogramas da escrita dos povos Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Sankofa é usualmente representada por um pássaro que voa para a frente, tendo a cabeça voltada para trás, sendo que, no bico, carrega um ovo, o futuro. Em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki”, cuja tradução “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”.

fomento a construção e fortalecimento de uma formação verdadeiramente antirracista. A análise da presença da produção teórica de mulheres negras nos planos de ensino é, portanto, uma forma de avaliar o impacto das ações já engendradas.

Não se trata apenas de inserir as produções nos planos de ensino, mas de deslocar estruturas, desestabilizar o mito da democracia racial e tensionar os privilégios que sustentam a universidade branca, elitista e patriarcal, confrontando a lógica meritocrática eurocentrada e a negação sistemática da presença negra na formação social brasileira.

O desafio está em assumir este lugar de protagonismo profissional e se engajar nas lutas coletivas, que de maneira assertiva, escancaram que um profissional cuja práxis se orienta pela transformação social não pode romantizar a extinção das classes sociais como caminho natural para a superação de todas as formas de exploração, opressão e dominação no contexto atual da sociedade (Eurico, 2020, p.79-80).

Nas palavras de Chico Buarque, “amanhã vai ser outro dia”, mas esse amanhã chegou e é agora. Esta pesquisadora não nutre esperança quanto ao advento de uma sociedade sem classes em um horizonte próximo, mas acredita que é no cotidiano que se constrói uma formação antirracista com a presença da intelectualidade negra.

E é nesse contexto que a provocação de Conceição Evaristo (2023) “eu sempre escrevi, vocês que só me conhecem agora” ganha sua plena dimensão. Sua afirmação é mais que uma provocação, é deslocamento de tempo. É sobre aquelas que sempre estiveram escrevendo, resistindo, pensando e formando.

Esta pesquisa caminha com elas, por elas e através delas como expressão de quilombagem e subversão intelectual. Na perspectiva de Lélia Gonzalez (1988, p.79), “reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos”.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese foi analisar a produção teórica das mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial na graduação em Serviço Social, reconhecendo nessa produção elementos fundamentais para a construção de currículos racializados para uma formação crítica, antirracista e anticapitalista.

Como objetivos específicos, têm-se: avaliar as diretrizes curriculares, os subsídios, as notas e a Plataforma Antirracista implementados pela ABEPSS e CFESS no que se refere à inserção da produção teórica das mulheres negras sobre

a questão étnico-racial nos currículos de graduação; mapear a presença dessa produção nos planos de ensino das disciplinas dos cursos de Serviço Social ofertados por instituições federais filiadas à ABEPSS; e, por fim, enfatizar a relevância dos currículos racializados, fundamentados nas produções das mulheres negras, como elementos essenciais para uma formação crítica, antirracista e anticapitalista no Serviço Social.

A tese está organizada em três capítulos. O capítulo 1 – Do corpo político emerge o método: percurso de uma pesquisa racializada aborda o movimento que dá origem à investigação e os fundamentos político-metodológicos da pesquisa. No primeiro tópico, a autora revisita suas origens em Sacramento (MG) e a sabedoria ancestral de sua bisavó, Maria Euripa (*in memoriam*), reconectando-se com a escrita a partir de referenciais não colonizados. A leitura de intelectuais negras como Neusa Santos Souza (2021) e Lélia Gonzalez (1984) possibilitou nomear as opressões vividas por ela e por sua família, num processo de tornar-se negra.

Em seguida, reconstrói os caminhos de sua trajetória acadêmica e militante, situando o deslocamento da pesquisa desde a graduação até o doutorado. O capítulo também explicita o caráter político e racializado da pesquisa, detalhando o percurso metodológico, tipo de pesquisa, técnicas e instrumentos utilizados.

A pesquisa está fundamentada no materialismo histórico-dialético (Kosik, 1976; Marx, 2008; Garcia, 2022) e na escrevivência (Evaristo, 2020), articulando abordagem qualitativa e quantitativa (Minayo, 2007), revisão bibliográfica (Lakatos e Marconi, 2010) e pesquisa documental (Senna e Burlandy, 2024).

Foi realizada análise documental das bibliografias básicas de 163 disciplinas de cursos de Serviço Social de seis universidades federais filiadas à ABEPSS, no biênio 2023-2024, totalizando 1.571 citações de autoras e autores. Os dados foram compreendidos a partir da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), fundamentada no método dialético e na escrevivência.

O capítulo 2 – "Quilombagem no Serviço Social: pioneirismo das mulheres negras e os marcos formativos da ABEPSS e CFESS" de maneira sintetizada destaca, no primeiro tópico, o pioneirismo das assistentes sociais negras na inserção da questão étnico-racial, bem como resgata a quilombagem do período colonial. O segundo discute as produções teóricas das mulheres negras expressas nas diretrizes, notas, campanhas e na Plataforma Antirracista da ABEPSS com ênfase na luta por currículos radicalmente racializados.

O capítulo dialoga com produções de mulheres negras assistentes sociais, como Márcia Campos Eurico (2013), Elisabete Pinto (2003), Roseli Rocha (2014), Maria Helena Elpídio (2020), e Magali da Silva Almeida (2013), além dos documentos institucionais da ABEPSS e da Plataforma Antirracista (2022).

No decorrer da tese, a branquitude e o pacto narcísico da branquitude são discutidos com base nos estudos de Maria Aparecida da Silva Bento (2002) e Lia Vainer Schucman (2012). A análise da formação social brasileira é feita a partir de Lélia Gonzalez (1984), enquanto a contribuição de Beatriz Nascimento (2021) é central para compreender o quilombo como corpo em movimento.

Parte-se do conceito de Movimento Negro Educador formulado por Nilma Lino Gomes (2019) e da reflexão sobre a docência a partir da obra de Maria Gracileide Alberto Lopes (2019). A compreensão da formação profissional é ancorada na contribuição de Maria Helena Elpídio (2022), além de outras autoras negras da categoria. Também são mobilizados os conceitos de quilombagem (Moura, 1989), práxis negra (Moura, 2019) e o racismo como arma ideológica (Moura, 1994). Para a análise das relações patriarcais e de gênero, recorre-se à obra de Heleieth Saffioti (2015).

No Capítulo 3 – "A produção teórica das mulheres negras: desafios e perspectivas para uma formação antirracista" são apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida. No primeiro tópico, analisam-se os planos de ensino de seis instituições federais vinculadas à ABEPSS. Em seguida, no segundo tópico, discute-se a presença ou a ausência da produção teórica das mulheres negras nos processos formativos do Serviço Social.

No terceiro tópico, intitulado "Ori em quilombagem: corpos-presença negras na formação em Serviço Social" é apresentado uma síntese das trajetórias das intelectuais negras identificadas nos planos de ensino, ressaltando suas trajetórias acadêmicas e políticas. O capítulo é encerrado com a seção intitulada "Femenagem", um tributo afetivo e político à intelectualidade negra, que inclui a explicação da capa da tese e homenagens às mestras Maria Isabel de Assis, Maria Cristina de Souza e Maria Euripa da Silva.

Já nas considerações finais da tese, são retomadas as principais categorias teóricas discutidas ao longo do trabalho, acompanhadas da sistematização dos resultados. A pesquisa apresenta contribuições relevantes para o debate sobre a formação profissional em Serviço Social, além de propor caminhos para futuras

investigações. Ainda que não tenha sido possível abarcar todas as determinações que envolvem a produção teórica de mulheres negras docentes na formação profissional, esta tese se consolida como uma convocação à construção coletiva de estratégias para o fortalecimento de uma formação crítica, antirracista e anticapitalista no Serviço Social brasileiro.

# 1 DO CORPO POLÍTICO EMERGE O MÉTODO: PERCURSO DE UMA PESQUISA RACIALIZADA

“Para desvendar a pesquisa, precisamos antes desvendar a nós mesmas”  
(Gracyelle Costa, 2024)

## 1.1 A ESCRITA COMO SUBVERSÃO: MEMÓRIAS DE UM REENCONTRO

Procurei algumas maneiras de iniciar a escrita desse primeiro capítulo e, percebi que a tentativa de narrar em terceira pessoa me afastava daquilo que sustenta esta pesquisa: a minha presença. Ao tentar escrever em terceira pessoa, ao reler, acabava escrevendo em primeira.

Foi então que compreendi que não podia separar o que sou daquilo que escrevo. Esta pesquisa nasce do meu corpo, que está presente na academia e traz suas vivências para a escrita a partir da escuta, da convivência e da quilombagem com outras mulheres negras. Por isso, nesta tese assumo a escolha política e metodológica de mesclar tempos verbais, pois eu também sou parte do que se constrói aqui.

Na busca por inspiração para dar corpo à escrita fui revisitar minhas memórias. Perguntei a mim mesma: onde começou minha relação com a escrita? Com a educação? A minha infância, não era cercada de livros, mas encontrei inspiração no fogão a lenha de minha bisavó Maria Euripa (*in memoriam*), no lençol branco que até brilhava ao sol, nas escadas areadas com areia específica.

Ela não era letrada pelos bancos escolares, muito menos pela academia, mas possuía ensinamentos valiosos do cotidiano, alguns que perpassavam o processo de trabalho precarizado, mas que ela se orgulhava. Aprendeu a contar e somar no jogo do bicho. Não assinava seu nome de maneira cursiva, mas fazia “tinino” com o dedo polegar.

Tomei gosto pela educação desde os três anos de idade, quando a única letrada pela universidade da minha família me disse que ela iria me tornar alguém na vida, hoje indago o que é ser alguém na vida? Com certeza para além dos parâmetros burgueses e coloniais. Eu fui me virando, realizando as tarefas, tirando boas notas. Na adolescência, gostava muito de ler, sempre rodeada de livros. Esse apego à educação funcionava como um escape, algo para me ajudar a lidar com o que eu

ainda não entendia, mas sentia. Era uma oportunidade de aprender com outras histórias e me preparar melhor para lidar com a vida.

Até o ensino médio cursado em escola pública, tudo estava sob controle. Porém, ao ingressar na universidade federal, o nível de exigência aumentou. Não bastava apenas escrever e responder criticamente; um conjunto de regras tinha sido imposto para enquadrar minha escrita, para colocá-la em ordem, no mesmo tamanho, com os conectivos certos. No início, entrei na dança, compreendendo que era necessário para a minha aprovação, ainda que naquele momento eu não dispusesse de todos os recursos teóricos, subjetivos e sociais para tecer críticas mais aprofundadas.

Na atualidade tenho bagagem para afirmar o quanto o formato eurocentrado da academia ceifa a criatividade da mulher negra, o quanto tivemos que nos colocar como reprodutoras dessa norma, sempre de longe, como objeto de estudo, repetindo histórias e formatos de escritas, uma normatividade criada pelo outro.

Nos deram scripts, produções teóricas que foram transmitidas como a história única como nomeou Chimamanda Ngozi Adichie (2019). E, a população negra quando retratada estrategicamente é de maneira distorcida e estereotipada. Em vez de reconhecer sua contribuição fundamental para a formação social, econômica, científica, cultural e política do Brasil, a narrativa predominante a apresentava como figuras passivas, submissas, perigosas, raivosas Audre Lorde (2019) e desprovidas de intelecto.

Essa compreensão crítica das correlações de força que configuram a academia brasileira perpassou três momentos distintos da minha formação. O primeiro foi no trabalho profissional em 2018, quando ingressei na Fundação Cultural de Uberaba, instituição da Prefeitura Municipal, responsável por fomentar e fortalecer a política cultural do município.

O presidente e gestor Professor Antônio Carlos Marques era um homem negro e grande entendedor da cultura negra, referência, me ensinou bastante, faleceu em 2019 acometido por insuficiência renal. Na Fundação, os funcionários em sua maioria eram negras/os, o que proporcionou que as manifestações culturais da população negra, em especial as populares, tivessem visibilidade e investimento.

O segundo foi no meu processo de formação na disciplina de “Identidade, oralidade e memória: um arcabouço teórico-metodológico em ciências humanas” ministrada pelo livre docente Dr. Dagoberto José Fonseca, um homem negro,

professor convidado do curso de Ciências Sociais da UNESP de Araraquara, me marcou profundamente ao ministrar aulas sobre memória, oralidade, baseado na diáspora Africana, ele falava sobre a história que me foi negada. Acrescido as contribuições sobre gênero e diversidade da minha orientadora de mestrado a psicóloga Dra. Ana Cristina Nassif Soares.

O terceiro foi na travessia do doutorado, formação atrelada a militância, momento esse que fui internalizar e corporizar que o movimento cotidiano da minha bisavó Maria Euripa também era conhecimento. Existem outros referenciais teóricos, em que intelectuais negras nomeiam a realidade de maneira crítica e próxima, a partir de suas próprias vivências, dissertam por dentro e, mesmo com as nossas diferenças eu também vivia, as trajetórias em diversos momentos se inter cruzavam, tendo como ponto de encontro o racismo, mas sobretudo a subversão.

Na construção da tese me via escrevendo em primeira pessoa, como se eu estivesse falando com as minhas mais velhas e não sobre elas. Sentia-me conectada a elas e não apenas descrevendo seus legados. Conceição Evaristo nomeia esse processo (2020, p. 38) como escrevivência que "surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade".

Essa virada, a princípio, me trouxe muitas inquietações. Precisei estar no Coletivo, me fortalecer e buscar aquela escritora destemida que pisou na universidade pela primeira vez, sem o enrijecimento da vida e da academia. Esse foi meu reencontro com a escrita. As ervas que as benzedadeiras usavam na minha infância, os banhos que as/os pretas/os velhas/os nos recomendam é conhecimento. O livro de receitas da minha Tia Iolanda é conhecimento.

Conhecimento esse que sai da esfera privada e vai para o âmbito público; como seres sociais, chegamos com a nossa história, que nos atravessa e se inscreve no nosso corpo que carrega a bagagem de vivências, memórias e saberes. A Daiana ao ingressar na universidade, no trabalho profissional, nos Coletivos, ela chega como as miudezas que a tornaram quem ela é hoje, um ser social, político e histórico. De onde eu vim também se produz conhecimento, o qual pode ser transformado em produção teórica, pois possibilita a leitura crítica dos fenômenos para além do imediato, na busca pela essência.

A pesquisa nesse sentido é dialética, no ir e vim vamos buscando e construindo sentido, o sentir também se faz presente, afinal evoca nossa subjetividade que é construída na esfera da realidade concreta, atravessada pelas condições materiais, opressões e explorações na sociedade capitalista. Ao estudar as intelectuais negras passei a nomear e entender as opressões que me compõe e perpassam a geração de mulheres negras da minha família.

A psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza explica que “o ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser, ser negro é torna-se negro” (2021, p.115). Pontuando que ser negro demanda uma construção política e histórica.

Entendendo que a minha construção enquanto sujeito partiu de um ideal de brancura; o meu “torna-se negra” não foi um processo no âmbito privado perpassou outras relações sociais, algumas institucionalizadas, outras não, mas sempre no encruzo dos encontros. Como nas comunidades africanas, eu volto para a minha comunidade com conhecimentos que tornam coletivos.

Como enfatiza Ângela Davis (2016), a liberdade é uma luta constante. Sempre me autodeclarei como uma mulher negra, mas o “torna-se negra” (Santos, 2021) é mais profundo; é fazer as pazes com sua história, questionar seu redor, reconhecer-se nas leituras, tomar consciência das consequências e violências provocadas pelo racismo e pelo sistema capitalista, é desconstruir os mecanismos coloniais arraigados, como já adiantava Lélia Gonzalez (1984, p. 229) “muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Prá gente que é preta então, nem se fala”.

Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se permanecemos prisioneiros, "cativos de uma linguagem racista"? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de amefricanos ("Amefricans") para designar a todos nós (Gonzalez, 1988, p.76).

Fui atingir uma consciência efetiva de mim mesma como aborda (Gonzalez, 1988) aprofundando minha ancestralidade, conhecendo a história não contada na universidade, na escuta atenta das mães e pais de santo nos terreiros das religiões de matriz africana, na sabedoria das ervas, na resistência das congadas, com as letras dos sambas-enredos das escolas de samba, no coletivo das manifestações artísticas e culturais do meu povo.

Tornei-me negra quando passei a compor os coletivos, os grupos de estudos. Quando realizei oficinas e escuta qualificada de mulheres no trabalho de base. Quando li autoras/es negras/os e questioneei por não constarem nos planos de ensino no meu processo de formação profissional. Quando ouvi músicas, assisti filmes, documentários que abordam o tema. Quando senti minha ancestralidade. Já dizia Emicida: “permita que eu fale e não as minhas cicatrizes”.

Essa travessia foi possível pela compreensão a partir de estudos de intelectuais negras, desse acesso, desse contato, que no primeiro momento atravessa o meu eu no meu corpo e posteriormente ressoa no âmbito coletivo. Estudar mulheres negras é ter que se encarar, é olhar para a sua história, para as suas mais velhas. Começar a nomear as violências, entender o porquê os seus fizeram a travessia cedo, pela ausência de acesso a saúde, trabalhos precarizados e demais opressões.

O que motiva o povo negro a seguir? A estar em um espaço elitista, branco, opressor como a universidade? Mas que também pode ser potência. É o compromisso com os nossos, como a transformação da sociedade. As mulheres negras de esquerda, dos movimentos sociais carregam um legado de dores profundas, mas vão criando ferramentas, aprendendo a lidar e socializando com as que estão chegando, isso é quilombagem, é afeto, é político. É o compromisso com a coletividade.

O movimento de busca e de reencontro com a escrita perpassou várias etapas, foi complexo estudar, experienciar o racismo, compreender os rebatimentos para a vida do meu povo, mas “rompendo com esse modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio” (Souza, 2021, p. 115), afinal “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (Souza, 2021, p.45) é um movimento contra hegemônico.

## 1.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa acompanha o movimento do real, não é um ato voluntário e mecânico, é tecido como as esteiras utilizadas nas religiões de matriz africana, inicia-se com a escolha da palha (tema do estudo), o preparo (escolha do referencial teórico e bibliográfico), a organização dos movimentos para se alcançar os objetivos (metodologia) e as escolhas dos instrumentais e técnicas, ou seja, cada etapa vai compondo a totalidade, um trabalho integrado, feito a várias mãos.

A metáfora da pesquisa com as esteiras denota também a sensibilidade, intuição e criatividade da pesquisadora aliada a sabedoria dos seus ancestrais, mulheres negras que vieram antes. Esta pesquisadora se coloca como autora ativa na construção do conhecimento político comprometido com a transformação social. Não é apenas ler, pensar, criar, estar no doutorado, escrever uma tese, requer um nível de maturidade teórica, de militância associada ao processo subjetivo e social.

Sendo assim, esta pesquisadora foi caminhando de maneira sucinta para compreender e escolher qual palha usar, o ponto da mesma para confecção, qual linha aplicar, fez movimentos de emendar e remendar a pesquisa distintas vezes, como já dizia Chico Cesar (2017) “caminho se conhece andando”, os movimentos da parte para o todo e do todo para a parte foram sendo aprimorados a cada disciplina cursada, textos lidos, participações em eventos e nos Coletivos de discentes negras/os/es da pós-graduação em um processo de amadurecimento teórico, afetivo e político.

A aproximação desta pesquisadora com a pesquisa ocorreu em 2010 na graduação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do Programa de Educação Tutorial (PET) - Conexões de Saberes Serviço Social com ações educativas direcionadas para crianças e adolescentes que se tornou a linha de pesquisa escolhida.

Seguindo o método dialético, no que tange a totalidade, pesquisar e fomentar ações interventivas com crianças e adolescentes é trabalhar com famílias<sup>14</sup> que, em sua grande maioria, é composta por mulheres negras em desproteção social no município de médio porte que esta pesquisadora trabalhou no âmbito das políticas públicas. O tema de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi as medidas socioeducativas em meio aberto, na residência multiprofissional, o trabalho com famílias e no mestrado instituições de acolhimento.

A mudança na linha de pesquisa no doutorado se consolidou no trabalho profissional, no contato com a rede de serviços, nos atendimentos sociais, nas visitas domiciliares, ao frequentar os terreiros das religiões de matriz africana, nas reflexões críticas sobre o percentual abrangente de mulheres, homens e crianças negras em

---

<sup>1</sup> O termo "famílias" é empregado no plural para reconhecer e abranger a diversidade de composições familiares existentes na sociedade, incluindo diferentes organizações afetivas, culturais e sociais.

desproteção social cunhados pelos processos de opressão e exploração na sociedade capitalista.

Essa mudança também esteve relacionada à participação de discentes negras/os/es da PUC/SP em movimentos estudantis, como as Pesquisadoras(es) Negres Neusa Santos e a Coletiva de Mulheres Negras do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS). Além disso, o contato com coletivos de outros estados como Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, entre outros fortaleceu esse processo.

Magali da Silva Almeida (2021) destaca:

"A luta travada pelos/as estudantes negros/as em seus coletivos prossegue aquilombando ideais, forças e lutas que denunciam práticas de preconceitos e discriminações no espaço universitário como expressão da questão social, resultado da racialização que incide sobre os corpos negros no campo cognitivo, estético, intelectual e, particularmente, na produção do conhecimento" (Almeida, 2021, p. 181).

A partir dos estudos de Beatriz Nascimento (2021), esta pesquisadora compreende os Coletivos como quilombos contemporâneos, espaços de resistência onde os corpos se reconhecem, se fortalecem e se movimentam<sup>15</sup>. Estar inserida nesses quilombos impulsionou esta pesquisadora a aprofundar a reflexão teórica acerca da luta antirracista no interior da categoria profissional, nas disciplinas, cursos e formações ofertadas no âmbito do Serviço Social.

Nesta travessia doutoral, o projeto inicial era intitulado de "Construindo memória política: a trajetória de mulheres negras docentes no Serviço Social brasileiro" com o objetivo de construir uma memória política da trajetória profissional de inserção e permanência de mulheres negras docentes dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social filiados à ABEPSS com compromisso ético-político, produções de pesquisa, ensino, extensão e militância direcionados ao enfrentamento do racismo nas suas distintas manifestações na sociedade capitalista.

Esta pesquisadora se debruçou sobre a temática, iniciou a coleta dos dados, conquanto no processo de pesquisa documental e bibliográfica, se deparou com questionamentos sobre a ausência da produção teórica das mulheres negras da

---

<sup>15</sup> Esta pesquisadora indica o episódio do podcast Escute as Mais Velhas, com a médica e ativista Jurema Werneck, que enfatiza que não devemos nos conformar com o fim do mundo. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4OFBm3LONC6J70fRFyM6IO>.

categoria profissional e externas também. E passou a questionar as consequências desta lacuna para a formação e trabalho profissional das/os assistentes sociais.

Se tratando de uma construção aprofundada e crítica, optou-se por mudar a travessia e analisar a produção teórica das mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial na graduação em Serviço Social, evidenciando a importância de currículos racializados para uma formação crítica e antirracista comprometida com a classe trabalhadora.

### 1.3 PESQUISA POLÍTICA E RACIALIZADA

Ao longo da tese foi utilizada a denominação negros e negras, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se refere ao conjunto de pessoas pretas e pardas. Termos esses utilizados como afirmação racial e posicionamento político em confluência com os movimentos sociais negros que utilizam para ratificar a identidade racial que integra historicamente a luta coletiva.

A nomenclatura mulher foi utilizada para denominar todas que possui identidade de gênero feminina, tal como as mulheres transexuais e transgêneros. A categoria mulheres negras no plural remete a não homogeneização da categoria "mulher", reconhecendo as diversidades que as compõe seja na idade, classe social, sexualidade, cultural, entre outros contornos.

As mulheres negras docentes são a centralidade desta pesquisa. Contudo, faz-se necessário que a categoria profissional das/dos assistentes sociais fomenta estudos e pesquisas com as mulheres indígenas, ribeirinhas, do campo, das florestas, quilombolas, em situação de rua, periféricas, mulheres em privação de liberdade, trabalhadoras domésticas, lésbicas, transexuais, transgêneros, heterossexuais e muitas outras como afirmou Priscila Lira (2019).

Ao referir-se às participantes da pesquisa, utilizou-se o termo intelectual (do latim *intellectualis*, relativo ao intelecto) como estratégia para reafirmar a intelectualidade do povo negro. Essa escolha também ecoa a fortaleza do Orí, que em lorubá significa cabeça (Nascimento, 1989; Nogueira, 2023), sendo que nessa cultura, a integração entre pensamento e emoção gera o Ori Irê, representativo da sabedoria (Nogueira, 2023).

Porque Ori é uma divindade? Porque a mente, em linhas gerais, permite ao ser humano compilar informação, analisá-la e extrair conclusões. Pode-se dizer que a mente é responsável pela criação de pensamentos, pelo raciocínio, entendimento de que tudo que nos cerca, pela memória, pela emoção, pela imaginação e, sobretudo, pelo modo como percebemos e interpretamos tudo que acontece ao nosso redor (Nogueira, 2023, s/p).

Dessa forma, a caracterização das mulheres como intelectuais, objetivou desconstruir estereótipos e relações de poder racistas, sexistas, machistas e patriarcais, desafiando a negação ativa e sistemática de suas produções. Na pesquisa a força do Ori é compreendida como uma ferramenta analítica ancestral que reafirma a intelectualidade das mulheres negras.

Por uma escolha política, esta pesquisadora optou por não utilizar o termo objeto para se referir à produção teórica das docentes negras, pois sugere passividade, elemento suscetível a análise. As mulheres negras, há muito tempo lutam para contarem suas próprias histórias, produzem conhecimento e ingressarem e permanecem na universidade. A intenção não foi estudar sobre as mulheres negras, mas com elas, por elas e para elas.

Assim, a proposta é romper com a posição de “analisadas” e reafirmá-las como construtoras ativas de referenciais teóricos. Suas produções não são apenas dados a serem examinados e engavetados, mas expressões vivas de quilombagem e organização coletiva, que partem do real vivido. As determinações do racismo, do machismo, do sexismo, do patriarcalismo e do capitalismo se inscrevem no corpo político destas intelectuais. Corpo que carrega, transmite e busca, no cotidiano, estratégias coletivas para a transformação de suas trajetórias e da sociedade na qual estão inseridas.

A centralidade da pesquisa é a produção teórica publicizada na academia, contudo, torna-se indispensável a valoração, adensamento teórico e visibilidade aos saberes populares, dos povos originários<sup>16</sup>, dos terreiros, dos territórios, das ferramentas analíticas afrodiaspóricas como a história oral, arte, expressão e sensibilidade cultural, posto que negar e deslegitimar outras formas de conhecimento é perpetrar o racismo.

---

<sup>16</sup> [...] relatado pela maioria das/os estudantes negras/os, quilombolas, indígenas e transexuais, os coletivos negros nas universidades, contestam as bases conservadoras da produção e difusão do conhecimento, a importância da inserção de pensadores que fazem a crítica radical à primazia do saber eurocêntrico, em detrimento de outras referências, que seja, latino-americanas, africanas, asiáticas, exigindo que suas pautas sejam analisadas com base em referenciais que permitem o diálogo com as particularidades destes grupos populacionais (Almeida; Eurico, 2020, p.223).

## 1.4 PERCURSO METODOLÓGICO

### 1.4.1 O método

A realidade social é contraditória, complexa com determinações inesgotáveis. A decomposição desta totalidade se configura como pontua Karel Kosik (1976) no processo de mediação entre a singularidade, particularidade e universalidade, se tornando possível extrair do real suas categorias “que exprimem formas de vida, determinações de existência” (Marx, 2008, p.259).

Rumo à construção do concreto pensado em uma realidade dinâmica e em constante transformação, marcada por mediações imediatas e mediatas (Garcia, 2022), esta pesquisa teve como base teórica o materialismo histórico-dialético. Essa base permitiu a análise crítica da produção teórica das mulheres negras, compreendendo-as como parte de uma totalidade social estruturada pelo modo de produção capitalista.

O método da pesquisa<sup>17</sup> foi dialético que possibilitou analisar a produção de conhecimento das mulheres negras sobre a questão étnico-racial nos planos de ensino a partir das contradições da sociedade capitalista, considerando as múltiplas dimensões da vida social, como gênero, classe e raça na busca pela interioridade dos fenômenos.

Ao longo do percurso de construção desta tese, a pesquisadora foi se dando conta de que a escrevivência emergiu como método, entrelaçada à sua trajetória, corpo e memória. Conforme explica Conceição Evaristo (2020), a escrevivência é uma escrita profundamente enraizada na autoria de mulheres negras. Subverte a identificação social de passiva da escravidão e faz emergir um sujeito situado em seu espaço de pertença, de nascença e de vivência, uma geografia afetiva marcada tanto pela memória da origem quanto pelos elos do presente.

---

<sup>17</sup> A aproximação desta pesquisadora com o método dialético teve início na graduação, mediante a obra “A Dialética do Concreto” de Karel Kosik (1976). Posteriormente, aprofundou-se no tema com a leitura de “Contribuição à Crítica da Economia Política” de Karl Marx (2008) e com a releitura de José Paulo Netto em “Introdução ao Método da Teoria Social” (2016). Mais recentemente, destaca-se a leitura da obra de Jeferson Garcia (2022), especificamente o item 3.1, intitulado Método e Categoria do Pensamento de Marx, presente no Capítulo 3 — Pressupostos Teórico-Políticos para a Compreensão do Racismo — do livro Racismo, Capital e Emancipação Humana: Notas sobre a Questão Negra na Tradição Comunista. O autor aborda o método de forma didática facilitando a compreensão.

Essa escolha metodológica ressoa intrinsecamente com a trajetória desta pesquisadora, mulher negra, filha de Lucimeire do Nascimento que estudou até a quinta série, bisneta de uma lavadeira analfabeta, neta de um homem negro analfabeto e trabalhador rural, que tem sua paternidade desconhecida.

Nasceu no interior de Minas Gerais, em uma família composta majoritariamente por mulheres negras que experienciaram opressões e desempenharam o trabalho doméstico e demais funções precarizadas. Para ela, a escrevivência transcende a metodologia, configurando-se como um mecanismo de elaboração, autorrecuperação, e busca pela transformação social.

Assim, investigar a produção teórica de mulheres negras sobre a questão étnico-racial não se configura como uma análise distanciada do objeto. Pelo contrário, parte de um lugar de profunda pertença, em que o corpo estranha a ausência nos planos de ensino e a baixa representatividade simbólica das docentes. Ainda assim, mesmo que em número reduzido, sente-se em casa ao encontrar vozes que ecoam vivências compartilhadas.

#### **1.4.2 Tipo de pesquisa, técnicas e instrumentos utilizados.**

A pesquisa é qualitativa e quantitativa “que em lugar de se oporem, os estudos quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade, enseja o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas” (Minayo, 2007, p.76).

A pesquisa qualitativa abrangeu subsídios para uma interpretação aprofundada do estudo em questão na perspectiva dialética, na realidade permeada de multiderminações. No que tange a pesquisa quantitativa, ao realizar o mapeamento da produção teórica das mulheres negras, os dados encontrados são mais que variáveis quantificáveis, mas expressam as contradições da formação social brasileira.

A centralidade do estudo se configura em uma pesquisa documental, com análise de planos de ensino de seis universidades federais filiadas à ABEPSS. Senna e Burlandy (2024) tratam com maestria a análise documental como recurso metodológico na pesquisa qualitativa em Serviço Social, pontuando “que os documentos são concebidos como prática política, como parte da própria ação política

dos atores, uma vez que expressam ideais e narrativas que conformem as disputas que se estabelecem entre eles” (Senna e Burlandy, 2024, p.319).

O plano de ensino é compreendido como um documento escrito, de domínio público, disponível nos sítios eletrônicos das instituições de ensino superior. Nele, consta a projeção da organização das disciplinas a serem ministradas, com datas, conteúdos, formas de avaliação e indicação da bibliografia básica e complementar.

A análise desta pesquisa concentrou-se propositalmente na bibliografia básica dos planos de ensino, sob a premissa de que esses conteúdos são trabalhados e debatidos em sala de aula. A sala de aula, por sua vez, configura-se como um espaço crucial para a construção crítica da análise da realidade e para a elaboração das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, indispensáveis para intervenções comprometidas com a classe trabalhadora heterogênea em termos de raça, gênero e sexualidade.

Desse modo, a análise da bibliografia básica configura-se como um indicador relevante para fomentar mudanças curriculares que respondam às complexidades da realidade social.

Foram analisados os planos de ensino de 163 disciplinas, sendo 159 obrigatórias e 4 optativas, totalizando 1.571 citações de autoras e autores referenciados. A temporalidade da análise delimitou-se ao biênio letivo de 2023 a 2024, considerando os semestres 01/2023, 02/2023, 01/2024 e 02/2024 como referência. No entanto, é importante explicar que não foram analisados os quatro períodos em todas as instituições. Para cada universidade incluída na pesquisa, foi selecionado apenas um período letivo, a partir da disponibilidade de acesso aos planos de ensino das disciplinas. Essa escolha metodológica visou garantir a viabilidade da pesquisa dentro dos limites temporais e operacionais do estudo, sem comprometer a profundidade da análise.

A escolha do período analisado, já justificada na introdução, considerou as distintas ações, campanhas, plataformas, diretrizes e a produção teórica acumulada na categoria. O objetivo foi verificar se essas construções têm sido implementadas na formação. A seleção do período pós-pandemia justificou-se pelas significativas mudanças no ensino decorrentes da experiência remota e dos impactos do desmonte educacional recente.

Para além da análise documental dos planos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, buscou-se um contato direto com as produções teóricas de caráter

público de mulheres negras docentes. Essa etapa envolveu a revisão de livros, periódicos, teses, dissertações, vídeos (lives, podcasts) e artigos, conforme a orientação de Lakatos e Marconi (2010). A inclusão de trechos de músicas e matérias de jornais eletrônicos visou aproximar a leitura também de públicos externos a academia.

A produção do conhecimento historicamente ilegítima, nomeada como periférica foram utilizadas nesta pesquisa, o português que segundo Lélia Gonzalez (2020, p.128), “nada mais é do que a marca de africanização do português falado no Brasil”, posto que o conhecimento considerado científico parte do real e precisa alcançar todas as mulheres.

Por um posicionamento condizente com a proposta da pesquisa foi utilizado um quantitativo expressivo de autoras/es negras/os brasileiras/os visando a valorização da produção científica nacional, como bem pontou Beatriz do Nascimento (2021) uma história contada por nós mesmas. Inclusive, foi intencional, como estratégia de dar visibilidade à produção teórica acumulada das mulheres negras no Serviço Social brasileiro, que algumas categorias desta pesquisadora não foram buscadas diretamente na fonte, mas sim a partir do que as autoras já haviam trabalhado.

A pesquisa foi tecida com arcabouço teórico diversificado contemplando autoras/es marxistas, mas trazendo produções teóricas das mulheres negras, atendendo o compromisso político de endossar suas reflexões, publicizar, trazer para o centro as referências retiradas do processo histórico brasileiro. Não se trata de ecletismo científico, ou influência do pensamento pós-moderno, mas do pluralismo teórico contemplando as intelectuais negras de esquerda de diferentes tempos que possuem o compromisso com a transformação social, ou seja, integram o pensamento crítico.

Cabe acrescentar que pluralismo é o sétimo princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Assistente Social vigente que versa sobre a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993, p.3).

#### **1.4.3 Coleta e análise dos dados**

A coleta de dados foi realizada em quatro etapas subsequentes. A primeira etapa foi efetuada no site da ABEPSS, com o objetivo de apropriar-se do quantitativo de UFAs filiadas por regional que possuem o curso de graduação em Serviço Social, destacando a natureza administrativa, pública ou privada das mesmas.

Os cursos de graduação em Serviço Social apresentavam diferenças em relação à organização, gestão, corpo docente, alinhamento político e direcionamento teórico-metodológico.

A escolha das UFAs filiadas à ABEPSS foi intencional, visto que se esperava que os planos de ensino que compunham o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) estivessem alinhados ao direcionamento político da ABEPSS no que se referia à inserção da questão étnico-racial no processo de formação, através da presença da produção teórica das mulheres negras.

Como resultado, a ABEPSS é dividida em seis regionais, sendo elas: Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins); Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe); Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso); Leste (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro); Sul I (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina); e Sul II (São Paulo e Mato Grosso do Sul).

Essas seis regionais totalizam 50 (cinquenta) Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), sendo 41 (quarenta e uma) públicas e 9 (nove) privadas, conforme expresso na tabela abaixo, o que demonstra a predominância da formação em Serviço Social no âmbito público.

**Tabela 1** - Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) com curso de graduação em Serviço Social distribuídos nas regionais da ABEPSS

Regionais da ABEPSS	Total de IES	Quantitativo de instituições públicas	Quantitativo de instituições privadas
Região Norte	8	7	1
Região Nordeste	12	12	0
Região Leste	13	10	3
Região Sul I	9	7	2
Região Sul II	4	2	2
Região Centro Oeste	4	3	1
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>41</b>	<b>9</b>

Fonte: Autora (2025)

A segunda etapa da coleta de dados concentrou-se na definição das Universidades Federais (UFAs) participantes da pesquisa. Para a seleção das 50 (cinquenta) UFAs, adotou-se a técnica de amostragem intencional simples, conforme descrita por Cátia Yumi Nagae (2007). Isso significa que a escolha considerou critérios previamente definidos pela pesquisadora, neste caso, a representatividade regional.

Sendo assim, os critérios de inclusão para a seleção das unidades de formação filiadas à ABEPSS foram definidos por três elementos: o pertencimento a uma das regionais da associação, a oferta do curso de Serviço Social na modalidade presencial durante o biênio 2023-2024 e a disponibilidade pública dos planos de ensino das disciplinas ministradas nesse período.

Foram escolhidas seis universidades federais<sup>18</sup>, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Campus Parintins, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) conforme a tabela abaixo.

**Tabela 2** - Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) filiadas a ABEPSS participantes da pesquisa

Regionais da ABEPSS	Unidades de Formação Acadêmica (UFAs)
Região Norte	Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Campus Parintins).
Região Nordeste	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Região Leste	Universidade Federal Do Espírito Santo (UFES)
Região Sul I	Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC)
Região Sul II	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Região Centro Oeste	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Fonte: Autora (2025)

<sup>18</sup> Após a qualificação, optou-se por alterar o quantitativo de universidades inicialmente previsto para a pesquisa (duas por regional da ABEPSS). Embora essa mudança tenha resultado na não utilização de todos os dados coletados, a pesquisadora expressa agradecimento às instituições de ensino que responderam prontamente e colaboraram com a pesquisa, com destaque a UNESP/Franca.

A seleção das instituições participantes da pesquisa visou garantir a representatividade das diferentes regiões do Brasil, incorporando contextos e especificidades do ensino em Serviço Social. Assim, optou-se por incluir uma universidade de cada regional da ABEPSS, garantindo diversidade territorial na análise. Entretanto, dentro da variedade de instituições existentes em cada regional, a seleção da universidade específica foi realizada de forma aleatória e não intencional.

Essa escolha metodológica buscou apreender distintas abordagens da questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social em âmbito nacional, possibilitando a análise da presença simbólica da produção teórica de mulheres negras em múltiplos contextos regionais e culturais.

A terceira etapa da coleta de dados consistiu no acesso aos planos de ensino das disciplinas, cujo levantamento foi realizado predominantemente nos sítios eletrônicos das universidades. Quando isso não foi possível, o contato foi estabelecido diretamente com as coordenações dos respectivos cursos.

Na UFAM (Campus Parintins), os planos analisados são do semestre 02/2024, na UFBA 01/2023, na UFES 02/2023, na UFSC 02/2024, na UFMT 01/2024. Excepcionalmente, no caso da UNIFESP, a análise e o acesso aos planos foram pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2023, semestre analisado 02/2024.

Embora os planos de ensino fossem de caráter público, a pesquisadora estabeleceu contato via e-mail com a coordenação dos cursos. Esse contato inicial teve como propósito apresentar detalhadamente os objetivos, a metodologia e a relevância da pesquisa.

Essa comunicação visou assegurar que as coordenações dos cursos de Serviço Social estivessem cientes da realização do estudo, de seus futuros resultados e da conseqüente publicização dos dados coletados. Essa abordagem reforçou o compromisso ético e a função social inerentes à pesquisa, garantindo que, após a defesa da tese, haverá uma devolutiva formal dos resultados obtidos às instituições participantes.

A análise dos planos de ensino envolveu a verificação da autoria das produções teóricas presentes na bibliografia básica, classificando-as com base em nomes socialmente associados aos gêneros feminino e masculino.

Uma quantidade expressiva das produções teóricas apresentava apenas a inicial do nome, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas

(ABNT). Para descobrir os nomes completos das autoras e autores a partir do título da obra, a pesquisadora recorreu ao Google e à ferramenta de Inteligência Artificial (IA) generativa Gemini.

Quanto às participantes da pesquisa, foram definidos critérios de inclusão específicos. O primeiro exigia que as autoras fossem mulheres autodeclaradas negras. Em segundo lugar, era necessário que estivessem trabalhando ou tivessem trabalhado como docentes em cursos de graduação em Serviço Social.

O terceiro critério foi a presença de suas produções teóricas na bibliografia básica dos planos de ensino de, no mínimo, uma das seis universidades federais filiadas à ABEPSS nos semestres avaliados no período de 2023 a 2024. A identificação de gênero das autoras foi realizada com base em seus nomes, historicamente associados ao gênero feminino.

Em relação à identificação racial das participantes, desde 2013 a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) inclui no Currículo Lattes o quesito raça/cor<sup>19</sup>, justificando sua adoção como uma medida de promoção da igualdade racial, conforme a Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial.

O preenchimento é opcional, com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Caso o/a pesquisador/a não queira se autodeclarar, há ainda a alternativa de resposta “não desejo declarar”.

Porém, há um nó intencional: os dados do quesito raça/cor não são publicizados na plataforma. A priori, o CNPq afirmou que a finalidade da coleta era para subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a inclusão social e racial no âmbito científico, sendo para uso interno.

Esse posicionamento, no entanto, impede a quantificação da racialização no cotidiano acadêmico e científico brasileiro. Ainda que, a olho nu, seja evidente a predominância de pessoas brancas nesses espaços, a construção de indicadores tornaria essas desigualdades registrada empiricamente.

Escancarar tais disparidades confrontaria o mito da democracia racial e colocaria em xeque o fundamentalismo societal baseado no universalismo e no humanismo, sintetizado na emblemática frase: “existe apenas uma raça, a humana”.

---

<sup>19</sup> Sugiro leitura da Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia da autora Márcia Campos Eurico, disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>.

Esse debate, um verdadeiro vespeiro, exigiria das agências de fomento um papel ativo na mediação, mudanças nas estruturas de poder e a renúncia a privilégios.

Para ter acesso a autodeclaração racial da Plataforma Lattes, o/a pesquisador/a precisa enviar um ofício para o CNPq explicando a finalidade do uso dos dados. Sendo deferida a solicitação, o CNPq encaminha apenas o quantitativo de autodeclaração racial dissociado dos nomes, justificando tal conduta como resguardo da confidencialidade.

Dessa forma, não foi possível por meio do CNPq mapear as mulheres negras docentes dos cursos de graduação em Serviço Social que possuem produção teórica sobre a questão étnico-racial nos planos de ensino.

Em vista disso, para identificar o pertencimento racial das autoras foi realizada uma análise fenotípica, observando características físicas frequentemente associadas ao grupo étnico negro, como a cor da pele, a textura do cabelo e o formato dos traços faciais, como lábios e nariz.

A pesquisadora também assistiu a transmissões ao vivo (lives) nas quais as docentes ministravam palestras e realizavam suas audiodescrições. As mulheres negras, enquanto produtoras de teoria, presença e representatividade, afirmam seu pertencimento racial de maneira explícita em suas falas, textos, publicações e em sua militância.

Para alcançar o quantitativo de produções teóricas de mulheres negras, inicialmente foi realizada a contagem das autorias e, em seguida, o levantamento do número total de produções. Dessa forma, entre as 1.571 citações de autores e autoras analisados, foram identificadas 16 mulheres negras docentes participantes da pesquisa.

A definição de quais mulheres negras do Serviço Social com produção teórica sobre a questão étnico-racial participariam do processo investigativo não foi previamente estabelecida.

No entanto, após a coleta de dados e a análise dos Currículos Lattes, verificou-se que as mulheres negras cujas produções foram identificadas nos planos de ensino ocupavam ou haviam exercido o trabalho docente na graduação em Serviço Social. Dessa forma, o referencial teórico encontrado sobre a questão étnico-racial é de mulheres negras docentes da categoria profissional.

As docentes receberam por e-mail um documento e um formulário. O primeiro documento solicitava a confirmação da autodeclaração racial como negras, seguindo

a definição do IBGE que inclui pessoas pretas e pardas juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual se requeria o consentimento das intelectuais para a utilização dessas informações em eventos ou publicações científicas em conformidade com os protocolos éticos da pesquisa.

Para verificar o vínculo de trabalho atual e o tempo de experiência na docência das docentes dos cursos de Serviço Social, foram analisados seus Currículos Lattes. Contudo, diante da constatação de informações desatualizadas em alguns currículos, foi elaborado e enviado um breve formulário no Google Forms (disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfzlxmOXt8Or359EoDUJZqUvqVgUJu3oLIHA-sKg6yzPzb2HA/viewform>) para que elas pudessem fornecer os dados atualizados.

Embora a pesquisa seja de natureza documental, o contato direto estabelecido com as docentes autoras das produções teóricas encontradas nos planos de ensino, por meio do envio de e-mails, exigiu a submissão do projeto ao Comitê de Ética da PUC/SP, o qual obteve aprovação sob o CAAE 86841125.8.0000.5482.

A coleta e a análise dos dados ocorreram de maneira simultânea, fundamentadas no método dialético (Marx, 2008), na escrevivência Conceição Evaristo (2020) e na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) sendo realizadas em três etapas.

Na pré-análise, a pesquisadora iniciou a leitura crítica dos planos de ensino para coleta e organização dos dados. Em seguida, ordenou, tabulou e sistematizou as informações em tabelas separadas por universidade e semestre. Cada tabela incluía os seguintes itens: disciplina, categoria (obrigatória ou optativa), carga horária, total de autoras e autores, quantitativo de autores homens e de autoras mulheres, bem como a quantidade de mulheres negras docentes do Serviço Social. Na etapa de interpretação, os resultados foram organizados em categorias teóricas alinhadas aos objetivos do estudo.

A análise dialética, conduzida por meio da imersão nos dados e da reapropriação das categorias realizadas em pesquisas no interior do Serviço Social, possibilitou uma reflexão crítica sobre as contradições e os elementos estratégicos que emergiram na construção dos planos de ensino. Já escrevivência como método possibilitou que a pesquisadora analisasse os dados a partir de sua experiência enquanto mulher negra inserida nos contextos de formação em Serviço Social, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Nesse processo, tornou-se possível identificar os desafios presentes na formação em Serviço Social, bem como compreender as relações de poder que atravessam a gênese do conhecimento e a definição das produções teóricas nos planos de ensino.

## **2 QUILOMBAGEM NO SERVIÇO SOCIAL: PIONEIRISMO DAS MULHERES NEGRAS E OS MARCOS FORMATIVOS DA ABEPSS E CFESS**

Este capítulo tem como objetivo atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa: avaliar as diretrizes curriculares, os subsídios, as notas e a Plataforma Antirracista implementados pela ABEPSS e CFESS no que se refere à inserção da produção teórica das mulheres negras sobre a questão étnico-racial nos currículos de graduação.

O capítulo está estruturado em dois tópicos. O primeiro aborda a atuação histórica e pioneira de assistentes sociais negras que, por meio da quilombagem expressa na militância no movimento negro, na docência e na produção intelectual, tensionaram as bases conservadoras da formação profissional e impulsionaram a inclusão crítica da questão étnico-racial.

O segundo tópico dedica-se à análise dos documentos elaborados pela ABEPSS e pelo CFESS como diretrizes, campanhas, notas e a Plataforma Antirracista com o propósito de identificar de que maneira a produção teórica das mulheres negras tem sido reconhecida, incorporada ou invisibilizada nos marcos formais que orientam a formação profissional em Serviço Social. Essa análise fornece subsídios importantes para, no capítulo seguinte, investigar como tais produções têm se concretizado nos planos de ensino das instituições de ensino superior.

### **2.1 DO MOVIMENTO NEGRO AO SERVIÇO SOCIAL: O PIONEIRISMO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NA INSERÇÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL.**

Esta tese se ancora em um passado que se faz presente e convoca memórias de quilombagem inscritas nos corpos de mulheres negras. É nesse movimento que se retoma a história de Kehinde, que mesmo após o sequestro diaspórico e sob a condição brutal da escravidão, reinventa-se e encontra brechas para aprender a ler e escrever.

Enquanto Fatumbi desenhava no quadro-negro e a sinhazinha Maria Clara copiava as letras e os números, eu fazia a mesma coisa com o dedo, usando o chão como caderno. Eu também repetia cada letra que ele falava em voz

alta, sentindo os sons delas se unirem para formar as palavras (Gonçalves, 2006, p. 55).

Percebendo o interesse de Kehinde, à noite, Fatumbi possibilitou que ela estudasse e providenciou papel e pena para que pudesse copiar e fazer os exercícios. Na senzala, ela afirma:

Eu também repetia; mesmo no escuro, eu ficava desenhando as letras na minha cabeça e tentando juntar umas com as outras, formando as palavras. Palavras que depois eu passava para o papel, usando a pena e uma tinta que o Fatumbi ensinou a Esméria a preparar com arroz queimado (Gonçalves, 2006, p.57).

A subversão narrada por Kehinde expressa uma ação coletiva e ancestral de quilombagem. Em contextos informais e adversos, a população negra desenvolveu estratégias para aprender a ler e escrever em português, demonstrando que esse fenômeno não se trata de um caso isolado. Pessoas africanas, oriundas de diferentes etnias e territórios foram estrategicamente separadas dos brasileiros, com o objetivo de dificultar qualquer possibilidade de comunicação entre si, como no caso dos falantes de línguas do tronco Banto (quimbundo e quicongo) e de línguas Iorubá e Ewe-Fon.

Conforme Barros (2016), durante o Império o sistema educacional brasileiro foi marcado por exclusões raciais e sociais. Apesar de a Constituição de 1824 prever ensino primário gratuito, as pessoas escravizadas não eram reconhecidas como cidadãos e foram sistematicamente excluídas da educação.

Leis como a de 1827 e o Decreto Couto Ferraz (1854) permitiram ou oficializaram essa exclusão. Diversas províncias editaram normas que restringiam o acesso às escolas públicas apenas a pessoas livres, e mesmo após a Lei do Ventre Livre (1871), a escolarização dos filhos das mulheres escravizadas continuava condicionada à autorização dos senhores, evidenciando a continuidade da ausência de acesso à educação.

Ainda assim, ocorreu a quilombagem, manifestada na reconstrução de vínculos comunitários e na apropriação da língua portuguesa como ferramenta política e instrumento de luta por liberdade. Katiúscia Ribeiro Pontes (2017) afirma que a produção de conhecimento gerada pelas comunidades negras não se consolidou nos espaços “oficiais de saber”, mas sim no interior das próprias comunidades, nos territórios coletivos.

Esse conhecimento é transmitido por meio da oralidade e do exemplo dos mais velhos, considerados verdadeiras bibliotecas vivas. Ele é construído em espaços como terreiros, escolas de samba, congadas, slams, batalhas de rap, funk e outras expressões da cultura negra, que mantêm vivos os saberes ancestrais (Pontes, 2017).

Essa ancestralidade educativa é abordada na tese de Taís Freitas (2015), que argumenta que as mulheres negras foram pioneiras na educação brasileira. Mesmo sob as condições de coerção e violência da escravidão, elas desempenhavam o trabalho não pago de educadoras das crianças brancas. Frequentemente alugadas ou vendidas como amas de leite, suas responsabilidades iam além da amamentação, abrangendo todo o processo de desenvolvimento infantil das crianças.

Antes de serem reconhecidas como senhoras e senhores, donos da terra e de outros seres humanos, as crianças brancas estavam sob a responsabilidade das mulheres negras, que lhes ensinavam "as primeiras palavras, passos e canções, histórias e proporcionavam as primeiras brincadeiras na infância" (Freitas, 2015, p.51).

A contribuição de Isadora Moura Mota (2022) revela-se igualmente relevante para a compreensão da subversão negra no período escravista. A autora evidencia a funcionalidade da escrita como ferramenta política nas mãos de cativos e libertos. Mediante a análise de documentos policiais do Sudeste brasileiro, Mota (2022) demonstra que a apropriação estratégica da leitura e da escrita confrontava diretamente a ideologia de passividade e inferioridade intelectual historicamente atribuída à população negra pela historiografia oficial. Tal apropriação, portanto, reafirma a centralidade dos saberes negros na própria construção da história brasileira.

A comunicação escrita em articulação com a oralidade, desempenharam uma função crucial na organização das insurreições pela liberdade em diversas regiões do Brasil.

Cativos e libertos organizaram as insurreições de liberdade nas mais diversas partes do Brasil através da distribuição de "papelinhos" ou senhas, da leitura coletiva do noticiário jornalístico ou "papeluchos" e da troca de cartas que, não raro, eram ditadas e depois lidas em voz alta para os que não sabiam ler. Dito de outra forma, o abolicionismo negro em muito se baseou na interface da oralidade e a escrita, no ouvir ler e no escrever de ouvido (Mota, 2022, p.26).

A dimensão social da leitura também se manifestava na escuta atenta dos jornais em espaços públicos "muitos liam ou ouviam a leitura dos jornais por onde

passavam ou trabalhavam, uma prática social que informou a organização de diversos levantes ao longo do século XIX" (Mota, 2022, p.27). Nesse sentido, bilhetes, cartas e jornais foram estrategicamente apropriados como recursos de articulação e mobilização política.

A despeito da diversidade étnica entre os africanas e africanos, a população negra desenvolveu formas peculiares de comunicação para a circulação de informações e a elaboração de estratégias de resistência. Essa organização comunitária e coletiva permitia a transmissão de informações tanto pela oralidade quanto por meio da escrita. Conforme Mota (2022, p.26) afirma, "ainda que o Brasil imperial fosse uma sociedade semiletrada, em que a maior parte da população branca ou negra vivia imersa na oralidade, a palavra escrita circulava para além dos limites determinados pelo Estado".

A alfabetização informal representou um caminho significativo para o acesso ao conhecimento. Em múltiplos casos, homens e mulheres negras assimilavam a leitura e a contagem de forma prática, intrinsecamente vinculada ao trabalho, à religião ou à imperatividade da comunicação familiar (Mota, 2022).

As investigações de Isadora Moura Mota (2022) desconstruem o mito do completo analfabetismo da população negra durante o período escravista. Ao interpretar a alfabetização de forma ampla como um processo de comunicação e prática social, a autora revela como indivíduos cativos e libertos empregaram a escrita como um potente mecanismo de ativismo e ferramenta de subversão em sua busca por libertação. Essa perspectiva confronta a narrativa da historiografia oficial, que intencionalmente promovia a subalternização das mulheres negras ao retratá-las como passivas e intelectualmente inferiores, racismo esse presente nos registros documentais.

Clóvis Moura (1983) afirma que a extinção do modo de produção escravista e a abolição inconclusa não resultaram na efetiva emancipação da classe trabalhadora negra. A mudança de regime não contemplou a população negra, ao contrário, reafirmou-se um projeto liberal que se sustentava no racismo estrutural.

A transição para o capitalismo dependente, portanto, não foi resultado de consciência humanitária ou de um gesto de benevolência da princesa Isabel em 13 de maio de 1888, mas sim da imperativa necessidade de expandir e modernizar as forças produtivas capitalistas, mantendo, contudo, os mecanismos de exclusão racial intactos.

Moura (1983) argumenta que as ideologias de raça e racismo, assim como a política fenotípica do branqueamento, foram reconfiguradas para perpetuar a dominação imperialista, que ainda persiste na sociedade brasileira. Nesse processo, o imigrante branco europeu foi priorizado como força de trabalho livre, enquanto homens e mulheres negros recém-emancipados foram marginalizados, alijados do mercado formal e relegados ao desemprego, subemprego ou informalidade, sendo obstados de comercializar sua força de trabalho de forma estável.

As mulheres negras, em especial, passaram a intercambiar serviços por subsistência, executando labores precários e não remunerados, tais como lavagem de vestimentas, comércio de alimentos ou a mendicância. Nesse período, intensificou-se a desigualdade na distribuição fundiária, e tornou-se evidente que a opulência da burguesia brasileira se fundamentou na exploração, violência e extermínio de indivíduos negros.

Dessa forma, o capitalismo no Brasil consolidou-se de forma dependente, excludente e intrinsecamente racializada, sob a liderança de elites oligárquicas. Esse sistema criou a necessidade de uma “grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores no processo de trabalho, essa franja foi ocupada pelos negros” (Moura, 1983, p. 133), fato que determinou a experiência sócio-histórica e econômica da população negra.

Nesse sentido, Gonçalves (2018) destaca que a questão social brasileira é resultado direto da transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, agravada pelas estruturas do racismo. Consequentemente, instaurou-se um ciclo de empobrecimento nas famílias negras, perpetuado intergeracionalmente.

A pobreza no Brasil ostenta uma dimensão racial que obstrui o acesso e a permanência de mulheres negras no ensino superior, na pós-graduação e na docência. Essa exclusão institucionalizada deslegitima suas experiências, culturas e saberes, perpetuando o projeto colonial (Oliveira, 2023).

Nas décadas que se seguiram à abolição inconclusa, a educação ofertada à população negra recém-liberta não tinha como objetivo a qualificação profissional, mas sim a moralização. Tal oferta educacional era sustentada pelo racismo que classificava os indivíduos como marginais e inaptos para o trabalho livre. Assim, nesse contexto de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre, a educação passou a ocupar um lugar central nas discussões sociais e políticas, sem, contudo, romper com a lógica racista de dominação.

A ideologia do progresso, pautada na valorização da imigração europeia, orientava os projetos educacionais voltados à formação para o trabalho. Tais projetos contemplavam, inclusive, a criação de colônias com características quase militarizadas, focadas na implementação de escolas (Viana; Gomes, 2022). No entanto, mesmo nesses projetos, a educação destinada à população negra permaneceu desvinculada da qualificação profissional.

Há de se destacar que, em contextos de extrema violência, a ciência foi amplamente utilizada como ferramenta para legitimar desigualdades sociais e raciais. No século XVIII, por exemplo, o estudo da morfologia craniana ganhou destaque com o naturalista alemão Johann Friedrich Blumenbach, que sistematizou o uso do crânio como critério de classificação racial. Essa abordagem influenciou diretamente a formação de grandes coleções osteológicas na Europa e serviu de base para o desenvolvimento da frenologia, proposta por Franz Joseph Gall.

A frenologia defendia que a forma do crânio determinava traços intelectuais e de personalidade, consolidando teorias racistas que atravessaram séculos e foram utilizadas para justificar a dominação de povos não europeus. Hoje, tanto a craniologia quanto a frenologia são reconhecidas como pseudociências, sem qualquer embasamento científico.

A partir do século XIX, essas teorias pseudocientíficas ganham novas formas com o avanço do racismo e da eugenia. O pensador inglês Francis Galton (1822–1911), utilizando a corrente teórica darwinista social de Herbert Spencer, fundou a eugenia como um campo científico com o objetivo declarado de “melhorar a raça humana”.

A eugenia propunha a seleção de características físicas e intelectuais supostamente superiores, aprofundando a lógica de hierarquização racial e social. Essa ideologia se articulava ao mesmo tempo à manutenção do poder da burguesia e à superexploração da classe trabalhadora, especialmente os povos racializados, como negros e indígenas.

No Brasil, o movimento eugenista ganha força durante a Primeira República (1889–1930) e torna-se uma das expressões do pensamento conservador no campo das políticas públicas e do projeto de nação. Como destaca Góes (2018), havia uma intencionalidade explícita de conformar o país a um padrão europeu, branco e cristão.

Juristas, médicos e intelectuais defendiam que, por meio da eugenia, seria possível “melhorar a raça”, embranquecer o país e resolver as desigualdades sociais.

Nesse contexto, o racismo se aliava aos interesses das elites na formulação de um projeto nacional excludente, voltado à marginalização sistemática da população negra. Essas teorias determinaram práticas institucionais, discursos e políticas que buscaram (e ainda buscam) negar a humanidade e a intelectualidade da população negra.

Até o século XX, os estudos sobre a escravidão no Brasil tendiam a abordá-la de maneira generalizante, desconsiderando suas especificidades. Como apontam Viana e Gomes (2022), esse cenário começou a se modificar a partir da década de 1960 quando se estabeleceu uma associação entre escravismo e capitalismo.

O que alterou essa realidade foi o movimento negro, cuja trajetória no Brasil remonta às primeiras décadas do século XX. Como explica Nilma Lino Gomes (2019), esse movimento tem origem na imprensa negra, que desempenhou um papel essencial na produção de saberes emancipatórios, atuando de forma educativa e politizadora ao informar a população negra sobre suas condições de vida e seus direitos.

Iniciativas como a Frente Negra Brasileira (1931) e o Teatro Experimental do Negro (TEN, 1944–1968) foram fundamentais na organização política, cultural e intelectual da população negra, lançando as bases para uma luta mais articulada contra o racismo estrutural.

A partir dos anos 1960, em meio ao avanço das lutas sociais na América Latina e ao agravamento das contradições do capitalismo dependente, emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Esse movimento representou uma inflexão crítica na profissão e incorporou diversas vertentes de renovação teórica, entre as quais se destacam a fenomenologia e, sobretudo, a teoria social de Marx. Esta, enquanto matriz ontológica e totalizante, possibilita a apreensão do ser social a partir das mediações concretas da vida cotidiana.

Ao compreender que a sociedade é produto das relações sociais historicamente determinadas, o Serviço Social passou a ser reconhecido como uma profissão inserida na totalidade social, marcada pelas contradições do modo de produção capitalista e pela luta de classes (Yazbek, 2019).

No entanto, a dimensão étnico-racial permaneceu historicamente marginalizada dentro da profissão, reflexo direto da herança colonial. O Serviço Social naturalizou, durante décadas, o racismo estrutural, tratando as desigualdades raciais, de classe e de gênero como questões de ordem moral e não como expressões da

questão social. Como aponta Ana Paula Procópio (2022, p. 47), “o processo de formação da categoria iniciou marcado pela biologia educacional, que se consolidou através de discursos médicos, em um esforço de salvar o país do atraso”.

É no contexto da ditadura civil-militar, a partir da década de 1970, que o acirramento do racismo impulsiona uma articulação nacional inédita, culminando na fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978 renomeado como Movimento Negro Unificado (MNU). O MNU trouxe a educação e o trabalho para o centro da pauta antirracista, sendo decisivo para a emergência de uma geração de intelectuais negras e negros que passaram a questionar a centralidade da produção eurocentrada de conhecimento e a disputar os espaços acadêmicos e profissionais.

Nesse contexto, o movimento de quilombagem pela inserção da questão étnico-racial no Serviço Social consolidando-se através das mulheres negras como Matilde Ribeiro, Elisabete Aparecida Pinto, Magali da Silva Almeida, Maria Inês Barbosa, Edna Muniz, Suelma Inês Alves de Deus, Maria José Pereira e Fátima Rangel Sant’Anna (Almeida; Rocha; Branco, 2019).

Embora o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social tenha ganhado destaque nesta tese a partir de 1980 é crucial reconhecer a atuação profissional e a militância anteriores a essa data, protagonizadas por mulheres negras que já tensionavam. Dentre elas, destacam-se Maria de Lourdes Vale do Nascimento, por exemplo, assistente social e cofundadora do Teatro Experimental do Negro (TEN).

Ela lutou pelos direitos das trabalhadoras domésticas e abordou temas como a mortalidade infantil entre crianças negras, além da relevância dos cuidados na gravidez e no parto. Entre 1948 e 1950, integrou a equipe do jornal Quilombo e do jornal Fala Mulher, em que era debatido a urgência da legalização do trabalho doméstico.

Outro exemplo é Ivone Lara, que se formou em 1947. Durante trinta anos, trabalhou no setor de psiquiatria, defendendo a implantação de elementos artísticos na saúde mental e lutando pela reforma psiquiátrica. Conceição de Maria Costa Muniz<sup>20</sup> também se destacou ao fundar, em 1962, a Escola de Serviço Social da

---

<sup>20</sup>A pesquisadora indica à entrevista concedida por Conceição Muniz ao podcast Práxis Preta, intitulada de “A história do curso de Serviço Social da UFF Campos: pelos olhos da alma”, o episódio está disponível

em:<https://open.spotify.com/episode/3ZphswAEs8o77psPrsyDdH?si=MZkITigbTWiSY05hhXULuw&nd>

Universidade Federal Fluminense. A instituição, criada ao lado de Heloísa Monteiro Paixão, se diferenciava das demais por acolher mulheres negras e estereotipadas de desquitadas. Esses exemplos evidenciam que a presença de mulheres negras no Serviço Social e suas contribuições para a profissão datam de um período anterior ao marco de 1980.

No âmbito da pesquisa, Elisabete Aparecido Pinto foi pioneira com seu TCC realizado em 1986 intitulado "O Serviço Social e a Questão Racial: Um Estudo do Serviço Social e a Clientela Negra". Com essa pesquisa, ela desbravou, buscando respostas e construindo conhecimento diante de suas inquietações sobre as opressões que afetam a população negra. Sua investigação foi crucial, "um ponto de início" para o fortalecimento e aprofundamento das discussões étnico-raciais no Serviço Social.

Como afirma Pinto (2003), o Serviço Social com sua atuação voltada para a transformação social se encontra inserida em uma estrutura racista, ou seja, não tem justificativa para a neutralidade dos profissionais frente questão étnico-racial. Faz-se necessário a apropriação das categorias raça e etnia "para as análises e reflexões nas ciências sociais é fundamental, sobretudo, no Serviço Social, que atua no âmbito das expressões da questão social, atingem prioritariamente, na realidade brasileira, as populações negras e indígenas" (ABEPSS, 2018, p.15).

No que tange os avanços na categoria<sup>21</sup>, criado em dezembro de 2010, durante o ENPESS no Rio de Janeiro, o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades" emergiu como uma estratégia coletiva crucial para o fortalecimento e a visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social.

Conforme a ABEPSS (2013), sua criação também se configurou como uma "forma de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento dos(as)

---

=1&dlsi=425ada7912964aee.

<sup>21</sup> A campanha do CFESS "O Serviço Social: Mudando o rumo da história", de 2003; o "39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS" que aprovou a defesa das políticas afirmativas e cotas raciais por parte do Serviço Social; a brochura do CFESS publicada em 2016: "Assistente Social no combate ao preconceito - Caderno 3 'Racismo'"; a elaboração e mobilização em torno do documento "As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate" (2017); o lançamento da mais recente campanha de gestão do conjunto (2018-2021): "Assistentes Sociais no combate ao racismo" lançada pelo CFESS em 2018; as edições do "CFESS Manifesta", em alusão ao 20 de novembro; dentre outras iniciativas promovidas por UFAs e Conselhos Regionais; defesas de teses e dissertações.

pesquisadores(as)", promovendo a coletivização de debates de ponta e a identificação de temas relevantes para a área.

Seu escopo central é propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa, visando fortalecer as discussões sobre gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no Serviço Social. Para direcionar essas discussões, o GTP adota uma ementa abrangente que abarca o "sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo", as relações de exploração/opressão no Serviço Social e a interseccionalidade entre classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades (ABEPSS, 2013).

O grupo contribui significativamente para a produção e circulação de um conhecimento crítico da questão étnico-racial. Avanços que refletem na visibilidade da temática nos periódicos "Libertas (2013), Temporalis (2014), Argumentum (2017), Ser Social (2017) e Serviço Social e Sociedade (2018)" (ABEPSS, 2018, p.17).

O posicionamento da ABEPSS reconhece as violências coloniais sofridas pela população negra e compreende o racismo como um determinante das relações sociais, reafirmando o compromisso ético-político da profissão com a transformação social e com a eliminação de todas as formas de opressão.

Diante da complexidade das relações raciais no Brasil, profundamente desiguais, a aprovação das ações afirmativas no âmbito da Pós-Graduação é uma medida importante, de caráter reparatório, frente às atrocidades cometidas contra a população negra [...] o que se aplica em relação às cotas no nível de Pós-Graduação ao possibilitar a aplicação de medidas que permitam evitar que a discriminação racial ocorra no momento do acesso e durante a permanência deste grupo na universidade (ABEPSS, 2017, p.2).

O Conjunto CFESS-CRESS lançou sua segunda campanha sobre o combate ao racismo, intitulada "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo", a proposta foi aprovada em 2017 durante o 46º Encontro do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Brasília (DF). No entanto, as ações começaram a partir de maio de 2018, período que comemora o dia das/os Assistentes Sociais. Em 2019, o tema da campanha em comemoração ao dia das/os assistentes sociais foi "Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no cotidiano!".

Josiane Santos (2020) evidencia que a referida campanha desencadeou um processo significativo de mobilização na categoria, ampliando debates, ações, pesquisas e formações voltadas à temática étnico-racial. Com isso, reafirma-se que o combate ao racismo é indissociável do projeto profissional crítico, pois se conecta

diretamente com a defesa dos direitos da classe trabalhadora majoritariamente negra e com a construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Foi aprovada na Plenária remota em outubro de 2020, a criação Comitês de Luta Antirracista em âmbito estadual, resultante da campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” criados nos CRESS na gestão de 2021-2023. Os representantes dos Comitês participaram do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Maceió (AL) durante o mês de setembro de 2022.

A presença de docentes negras, assistentes sociais e pesquisadoras da questão étnico-racial tem impulsionado o aumento das pesquisas sobre o tema. Além disso, a entrada de estudantes negras/os/es pelas políticas de ações afirmativas nas universidades públicas, contribui para a ampliação do debate e da produção acadêmica nesse campo.

Um exemplo é o Coletivo de Mulheres Negras da Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, que está realizando um levantamento das pesquisas em andamento. Entre as 27 (vinte e sete) integrantes que responderam, 14 (quatorze) estão cursando doutorado e 13 (treze) mestrado.

Ao denunciarem e analisar a situação no Brasil em termos de raça e racismo, pesquisadores negros se manteriam presos em uma armadilha de teorizar questões que a branquitude não quer tratar. Portanto, a intelectualidade negra estaria ocupando um nicho sectário, na medida que apenas os temas relativos à raça seriam próprios para estes pesquisadores [...] assim como eu, outras intelectuais gostariam de tratar de temas diversos, mas há uma dupla convocação: a primeira subjetiva, por ser a escrita e a pesquisa uma forma de enfrentamento ao racismo; a segunda externa, por reconhecer como reivindicação história dos movimentos negros e da nossa ancestralidade a ocupação dos espaços acadêmicos e o resgate da memória e história negada (Ferrugem, 2022, p.48-49)

Daniela Ferrugem (2022) explica que a responsabilização pelo debate étnico-racial recai sobre assistentes sociais, pesquisadores e discentes negras e negros dentro da categoria e que há resistência dentro da categoria profissional à inserção do debate étnico-racial e à apropriação dos referenciais teóricos de autores e autoras negras, bem como sua integração nos planos de ensino.

Neste contexto, o racismo e a branquitude em sua intrínseca articulação, engendram "movimentos de expulsão que exigem a luta cotidiana por acesso, permanência, conhecimento e reconhecimento" (Nascimento; Meinerz, 2023, p.4). Como bell hooks (1955) perspicazmente aponta, há uma constante exigência de lidar

com a desconfiança e de reiteradamente provar a própria intelectualidade. A imposição de ser "duas vezes melhor" em função da cor da pele não é apenas exaustiva, mas intrinsecamente injusta e truculenta. Adicionalmente, as recorrentes solicitações para letramento racial e os convites que surgem de forma predominante no mês de novembro, evocam um sentimento de profunda exaustão.

Essas manifestações de racismo são inerentemente violentas e profundamente prejudiciais à saúde mental das mulheres negras, sobrecarregadas por uma bagagem histórica de opressões. A aprovação em processos seletivos e concursos, por si só, não cessa a árdua jornada, pois o enfrentamento ao racismo persiste.

A ausência de mulheres negras em cargos de gestão e a falta de representação simbólica, bem como a solicitude acadêmica, especialmente das que vieram antes, refletem processos enraizados nas contradições da sociedade capitalista e no legado colonial.

A pandemia agravou e escancarou as desigualdades, tornando o acesso e a permanência ainda mais desafiadores, incluindo as condições materiais como falta de recursos essenciais, como computadores, internet e um ambiente de estudo adequado e silencioso. Para as mulheres negras se somam a múltiplas formas de exploração e opressão estruturais que marcam suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

A sobrecarga do trabalho doméstico, em grande parte invisibilizado e não remunerado, recai de forma desproporcional sobre elas, limitando tempo para a produção teórica. Além disso, enfrentam o racismo nas universidades, que questiona sua legitimidade como produtoras de conhecimento, e o sexismo que insiste em subalternizá-las nos espaços de decisão e autoria. Essas camadas de opressão se entrelaçam, revelando um sistema que naturaliza a exclusão e que exige das mulheres negras um esforço contínuo para afirmar sua existência e sua intelectualidade. Ainda assim, há quilombagem.

## 2.2 AS PRODUÇÕES TEÓRICAS DAS MULHERES NEGRAS SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NAS DIRETRIZES, NOTA E PLATAFORMA ANTIRRACISTA.

O debate de 1982 sobre o Currículo Mínimo consolidou a pesquisa "Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro Pós-Novo Currículo –

Avanços e Desafios" realizada pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS).

Essa pesquisa trouxe reflexões sobre a expansão dos cursos de graduação em Serviço Social em instituições privadas, destacando a ausência de informações sobre sua implementação. Além disso, abordou o debate em torno da direção social da profissão e as condições objetivas de trabalho no ambiente universitário como menciona Roseli Rocha (2014).

Em 1993, a ABESS identificou a necessidade de uma revisão curricular, dando início a um amplo debate entre 1994 e 1996. Durante esse período, em parceria com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) foram realizadas aproximadamente duzentas oficinas em sessenta e sete unidades acadêmicas filiadas à ABESS, além de vinte e cinco oficinas regionais e duas de âmbito nacional (Rocha, 2014).

Na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 7 e 8 de novembro de 1996, a "Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social" foi aprovada em Assembleia da ABESS e apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional. Ainda em 1996, a ABESS passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Centro de Pesquisa em Serviço Social, conhecido como Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS) foi integrado à ABEPSS fortalecendo a articulação entre ensino e pesquisa na área.

Segundo Roseli Rocha (2014) as diretrizes curriculares foram inicialmente estruturadas no formato de currículo mínimo. Para adequá-las ao novo modelo exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, a ABEPSS indicou uma comissão de especialistas em ensino de Serviço Social nomeada pelo Ministério da Educação (MEC). Em 1999, o documento final foi encaminhado ao MEC para homologação.

Apesar da aprovação em 1996, as Diretrizes enfrentaram desafios diante da política educacional neoliberal expressa na LDB do mesmo ano. Em 1999, ao serem reformuladas como Diretrizes Curriculares para aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) sofreram alterações significativas em 2001. Essas mudanças comprometeram o projeto original, que propunha conteúdos com a radicalidade necessária para construir uma nova sociedade para além do capital (Rocha, 2015).

As Diretrizes da ABEPSS estabelecem quatro pressupostos que norteiam a formação profissional em Serviço Social como interventiva na questão social, lamamoto (2011) define a “questão social aprendida como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem sua gênese no caráter coletivo da produção” (p.27). Essas expressões envolvem contradições e ambiguidades relacionadas às transformações do modo de produção capitalista.

As transformações no trabalho, no Estado e na organização da classe trabalhadora, decorrentes da reestruturação produtiva e da influência da ideologia neoliberal no Brasil, impuseram ao campo profissional a necessidade de desenvolver novas estratégias de atuação. Nesse contexto, seu processo de trabalho é diretamente influenciado pelas dinâmicas da questão social e pelas formas históricas de enfrentamento, mediadas pela ação do Estado, do capital e dos trabalhadores por meio de políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996).

A formação profissional possui onze princípios entre flexibilidade e rigor, teoria e prática, ética e pluralismo. A flexibilidade curricular permite a diversificação de disciplinas, enquanto o rigor teórico, histórico e metodológico garante uma compreensão aprofundada da realidade social. A adoção da teoria social crítica possibilita a análise dos fenômenos sociais em sua totalidade, e a superação da fragmentação curricular assegura coerência nos conteúdos (ABEPSS, 1996).

Como consta das Diretrizes, tem-se como proposta instituída a valorização da investigação e da intervenção fortalece a conexão entre teoria e prática. A proposta garante padrões de qualidade para cursos diurnos e noturnos, limitando a carga horária noturna a quatro horas. O caráter interdisciplinar e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão promovem uma formação integrada.

O pluralismo acadêmico permite o debate de diversas perspectivas teóricas, enquanto a ética permeia toda a formação. Por fim, a articulação entre estágio e supervisão acadêmica e profissional assegura uma preparação qualificada e alinhada às demandas da profissão (ABEPSS, 1996). Foi acrescentado também o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e cada Instituição de Ensino Superior (IES) ficou incumbida de desenvolver seu currículo pleno.

Esses princípios fundamentam as diretrizes curriculares da formação profissional, garantindo a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p.7).

Entretanto, como aponta Cristiane Luiza Sabino Souza (2020), o racismo segue sendo tratado de maneira fragmentada na formação profissional, desvinculado da totalidade da vida social e da constituição histórica da classe trabalhadora. A autora propõe uma leitura crítica em que o racismo, mais do que expressão de opressão, deve ser compreendido como mediação essencial à constituição e reprodução das estruturas de classe no capitalismo dependente, operando como mecanismo de desumanização, precarização e marginalização dos corpos racializados.

Nesse mesmo sentido, Gonçalves (2018) reforça que o racismo é um elemento histórico fundante das desigualdades sociais no Brasil, anterior à consolidação do próprio capitalismo no país. Ele estruturou as relações de classe, definiu o lugar da população negra na divisão social do trabalho e influenciou diretamente a formulação e implementação de políticas sociais, muitas vezes marcadas por seletividades e aprofundamentos das desigualdades raciais. Portanto, enfrentar a questão social brasileira exige, necessariamente, enfrentar o racismo em todas as suas dimensões.

Sendo assim, apesar dos avanços teórico-críticos observados em parte da produção do Serviço Social brasileiro, ainda há um descompasso entre essas formulações e a apropriação efetiva de uma teoria crítica latino-americana e antirracista nos espaços formais de formação. Essa lacuna compromete a construção de uma direção social crítica do trabalho profissional, pois ignora a complexidade da realidade brasileira, onde o racismo constitui uma base estrutural (Souza, 2020).

Como defende Cristiane Souza (2020), ampliar a apreensão da realidade concreta implica reconhecer que a questão étnico-racial estrutura todos os núcleos da formação profissional. Assim, os Fundamentos do Serviço Social só se concretizam plenamente ao incorporar as particularidades sócio-históricas do Brasil, entre elas, o

racismo como elemento organizador da vida social, da formação da classe e do trabalho profissional.

A Lei nº 10.639/2003 de 9 de janeiro de 2003 e a Lei nº 11.645/2008 foram promulgadas através da quilombagem de movimentos sociais com profissionais da educação e da sociedade, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para determinar o ensino da história e cultura afro-brasileira e dos povos originários em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, de forma transversal e em disciplinas específicas.

Em 2018, a ABEPSS publicou os "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social"<sup>22</sup>, com o objetivo de fortalecer a centralidade da questão étnico-racial na formação, abrangendo os pilares do ensino, pesquisa e extensão, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A seguir, apresentam-se os objetivos específicos do referido subsídio.

- Evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade;
- Subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas na graduação e linhas de pesquisa e disciplinas na pós-graduação;
- Direcionar e fomentar atividades de educação permanente aos profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação;
- Estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na formação graduada e pós-graduada (ABEPSS, 2018, p.12).

Frente o avanço da publicação dos subsídios, consta o arcabouço teórico que o Serviço já construiu sobre a questão étnico-racial, convoca a categoria a apreender a questão racial de maneira aprofundada nas relações de produção e reprodução do capital.

A Plataforma Antirracista foi oficialmente lançada durante o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2022, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e possui uma aba chamada "Sugestões por Área"<sup>23</sup>, que reúne temas para introduzir o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Entre as áreas destacadas estão: formação sócio-histórica brasileira, capitalismo e questão

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://abepss.org.br/subsidios-para-o-debate/>.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://abepss-3dots.webfans.com.br/sugestoesdemateriais-95>.

social/acumulação capitalista e desigualdades sociais, economia política, ética profissional, política social e movimentos sociais.

Além disso, introdução ao Serviço Social, fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, estágio supervisionado e processo de trabalho e Serviço Social são fundamentais para aprofundar essa discussão. A plataforma também sugere como revistas temáticas da área.

A plataforma em questão constitui um acervo valioso para a compreensão aprofundada da questão étnico-racial no Serviço Social, ao disponibilizar uma vasta e qualificada produção teórica de autoria de mulheres negras. Este acervo oferece um material primorosamente sistematizado e organizado por áreas temáticas, revelando-se um recurso de inestimável, consolidando em memória das produções, de quem constrói a profissão. Entre as produções, tem-se a pesquisas de Elpídio (2021), Eurico (2017, 2021), Silva (2017), Sabino (2020, 2021), Martins (2012), Souza (2022), Ferrugem e Loiva (2022) e Gonçalves (2018), entre outras intelectuais.

Entre agosto e outubro de 2023, foram conduzidas oficinas regionais sob o tema "Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior". O ponto culminante dessas atividades foi a oficina nacional, que ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de outubro, sediada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife. Nesse evento, destaca-se a mesa "Relações Étnico-Raciais na Formação em Serviço Social: Contribuições dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP's)" e a mesa "Encontro para uma Formação Antirracista no Serviço Social"<sup>24</sup>.

Os elementos sintetizados neste capítulo possibilitam reconhecer o protagonismo das mulheres negras na inserção da questão étnico-racial, bem como os avanços significativos do Grupo Temático de Pesquisa (GTP), das campanhas e notas públicas produzidas pela categoria profissional. Essas ações refletem o acúmulo político e teórico.

Não obstante tais avanços, persistem lacunas significativas. As Diretrizes Curriculares não mencionam a relevância da inclusão das produções teóricas de mulheres negras. Evidencia-se, assim, que a quilombagem permanece como uma ação permanente de resistência e subversão por dentro do Serviço Social. Trata-se

---

<sup>24</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=boev05dz\\_54](https://www.youtube.com/watch?v=boev05dz_54).

de um tensionamento constante que reafirma a urgência de uma formação profissional radicalmente crítica, antirracista e anticapitalista.

### **3 A PRODUÇÃO TEÓRICA DAS MULHERES NEGRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA**

Este capítulo dedica-se à análise dos dois últimos objetivos específicos desta pesquisa: mapear a produção teórica de mulheres negras docentes acerca da questão étnico-racial nos planos de ensino das disciplinas dos cursos de Serviço Social ofertados por instituições federais filiadas à ABEPSS e enfatizar a relevância dos currículos racializados, fundamentados nas produções das mulheres negras, como elementos essenciais para uma formação crítica, antirracista e anticapitalista no Serviço Social. Ainda que este último objetivo atravesse todo o corpo da tese, neste capítulo ele é retomado e aprofundado com ênfase.

No primeiro tópico, apresenta-se a análise dos planos de ensino de disciplinas ofertadas nos cursos de Serviço Social de seis universidades federais brasileiras: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Campus Parintins, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

A análise também foi realizada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) com o intuito de compreender como se organiza a estrutura curricular. Essas universidades compartilham como base comum o projeto de formação profissional ancorado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que estruturam os currículos a partir da articulação entre três núcleos de formação: (1) fundamentos teórico-metodológicos da vida social, (2) fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e (3) fundamentos do trabalho profissional.

Os dados foram sistematizados e organizados em tabelas, nas quais se apresentam a identificação das/os autoras/es e o número de citações de suas produções teóricas. O foco recai sobre as docentes negras do Serviço Social, cujas informações consolidadas são dispostas no último item de cada tabela. A descrição detalhada da produção teórica de cada autora é apresentada em linha subsequente às informações de cada disciplina. Os comentários que acompanham as tabelas oferecem uma síntese das produções identificadas.

No segundo tópico do capítulo, apresenta-se o quantitativo e a caracterização das produções teóricas identificadas. O terceiro tópico, por sua vez, aborda de maneira sintetizada a trajetória acadêmica das mulheres negras, publicizando sua

produção teórica e reafirmando a intelectualidade do Ori em ação, a quilombagem e a relevância do registro da memória.

Por fim, o quarto tópico apresenta um tributo à intelectualidade negra do Serviço Social brasileiro. Trata-se de um gesto político e afetivo de homenagem e reconhecimento às mulheres negras que protagonizam processos de inserção, ruptura e reinvenção da formação antirracista na profissão. Inicia-se com a explicação da capa desta tese e, na sequência, são reverenciadas a Mestra Maria Isabel de Assis, a Dra. Maria Cristina de Souza e Maria Euripa da Silva (*in memoriam*), bisavó desta pesquisadora, mulher negra e trabalhadora cuja trajetória ecoa como referência da sabedoria ancestral.

### 3.1 MAPEAMENTO DOS PLANOS DE ENSINO: AS SEIS INSTITUIÇÕES FEDERAIS ANALISADAS

#### 3.1.1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Campus PARINTINS

O curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi criado em 25 de setembro de 2007 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), impulsionado pelos projetos “O Amazonas é nosso campus” e o “UFAM Multicampi”. O ICSEZ está localizado campus Parintins, região norte da ABEPSS.

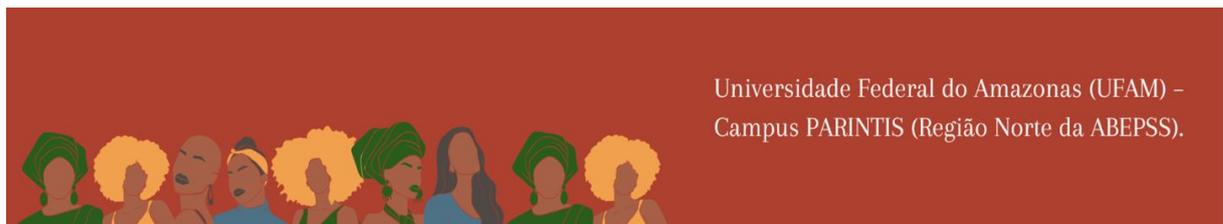
Localizada na região do Baixo Amazonas, Parintins situa-se na ilha de Tupinambarana, à margem direita do rio Amazonas, a 369 km de Manaus em linha reta e a 420 km por via fluvial. Inicialmente habitada pelos Tupinambás, a cidade passou por diversas denominações antes de se tornar oficialmente um município. Foi chamada Vila Nova Rainha, depois Vila Imperatriz, e, em 1880, com a promulgação da Lei Provincial nº 499, foi elevada à categoria de cidade (PPC, 2012). Segundo o IBGE (2022), Parintins possui uma população de 96.372 habitantes.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2012, o curso é ofertado no período diurno, com 50 vagas disponíveis. O ingresso é realizado por duas formas: 50% das vagas, ou seja, 25, são preenchidas por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU). As outras 25 vagas são preenchidas por meio do Processo Seletivo Contínuo (PSC),

baseado em uma avaliação seriada ao longo do ensino médio, com exigência de matrícula em escolas credenciadas no Conselho Estadual de Educação.

A participação do curso de Serviço Social da UFAM, campus Parintins ocorreu de forma direta, mediante resposta da coordenação do curso via e-mail, sem quaisquer objeções à pesquisa. Tal contato foi necessário porque esta pesquisadora precisava elucidar dúvidas sobre os planos de ensino e oferta do curso de Serviço Social pela UFAM, que ocorre tanto no campus de Manaus quanto no campus de Parintins. Em relação aos dados, foram disponibilizados 14 (quatorze) planos de ensino referentes ao 2º, 4º, 6º e 8º períodos de 02/2024 da graduação em Serviço Social. Abaixo, segue a tabela com os dados obtidos.

**Tabela 3** - Planos de Ensino da Universidade Federal do Amazonas - UFAM  
(Campus Parintins).



**2º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
1. Ciência Política	Obrigatória	60 horas	9	8 DALLARI, Dalmo de Abreu.  HOBBS, Thomas.  MAQUIAVEL, Nicolau.  MARX, Karl.  ENGELS, Friedrich.  ROUSSEAU, Jean-Jacques.	1 CHAUÍ, Marilena.	0

				SELL, Carlos Eduardo. WEFORT, Francisco Correia.		
2. Psicologia Social e Serviço Social	Obrigatória	75 horas	3	0	3 BOCK, Ana Mercês Bahia et al.  CHAUÍ, Marilena.  FREIRE, Izabel Ribeiro.	0
3. Formação Social Econômica e Política	Obrigatória	75 horas	3	3 CARVALHO, José Murilo de.  IANNI, Octávio.  PRADO JÚNIOR, Caio.	0	0
4. Fundamentos Histórico Teórico – I	Obrigatória	75 horas	6	3 CASTRO, Manuel Marínque.  NETTO, José Paulo Netto.  CARVALHO, Raul de.	3 IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.	0

#### 4º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
5. Estado, Classe e Movimentos Sociais	Obrigatória	75 horas	5	3 GRUPPI, Luciano.  MONTAÑO, Carlos.  SANTOS, Milton.	2 GOHN, Maria da Glória.  DURIGUET O, Maria Lúcia.	0
6. Análise Institucional	Obrigatória	60 horas	4	3 FALEIROS, Vicente de Paula.	1 MARTINS DE SÁ, Jeanete L.	0

				PONTES, Reinaldo Nobre.  BISNETO, José Augusto.		
7. Ética Profissional em Serviço Social	Obrigatória	75 horas	3	0	3 BARROCO, Maria Lúcia Silva.  BONETTI, Dilséa Adeodata (org).  BARROCO, Maria Lúcia Silva.	0
8. Fundamentos Histórico Teórico III	Obrigatória	75 horas	5	3 ANTUNES, Ricardo.  MARX, Karl.  ENGELS, Friederich.  PAULO NETTO, José.	2 IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.	0

## 5º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
9. Pesquisa em Serviço Social	Obrigatória	60 horas	4	0	4 CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de.  Maria Ozanira da Silva e (Org.)  MINAYO, Maria Cecília de (Org.)  SETUBAL, Aglair Alencar.	0
10. Gestão em Planejamento em Serviço Social	Obrigatória	75 horas	4	2 CHIAVENAT O, Idalberto  OLIVEIRA, Djalma de	2 RICO, Elizabeth de Melo.  RAICHELIS, Raquel	0

				Pinho Rebouças de.	Degensznajn .	
11. Política Social II	Obrigatória	60 horas	3	1 ANTUNES, Ricardo.	2 BOSCHETTI , Ivanete et al (Orgs).  ROJAS COUTO, Berenice.	0
12. Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Obrigatória	165 horas	4	2 NETTO, José Paulo.  FALEIROS, Vicente de Paula.	2 Maria do Carmo Brant de. LEWGOY, Alzira Maria Baptista.	0

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
13. Estágio Supervisionado em Serviço Social III	Obrigatória	165 horas	5	2 NETTO, José Paulo.  FALEIROS, Vicente de Paula.	3 BURIOLLA, Marta Alice Feiten.  CARVALHO, Maria do Carmo Brant de.  LEWGOY, Alzira Maria. Baptista.	0
14. Tópicos especiais	Obrigatória	30 horas	4	3 HOBSBAWN, Eric. J.  SADER, E.  GENTILLI, P.	1 IAMAMOTO, Marilda Villela.	0

Das 14 disciplinas analisadas, foi identificada a presença de 63 autores/as na bibliografia básica, sendo 34 homens e 29 mulheres. Não foi encontrada nenhuma produção teórica das mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial.

Embora o foco desta análise seja a bibliografia básica, foi realizada uma leitura da bibliografia complementar e a disciplina “Tópicos Especiais” foi a única entre as 14 analisadas, que apresentou produções teóricas de mulheres negras docentes do Serviço Social na bibliografia complementar.

Das nove produções analisados, três são de autoras negras, a “Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia” de Márcia Campos Eurico (2022), o artigo “Quando a questão racial é o nó da questão

social” de Renata Gonçalves (2018) e a tese “A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios” de Roseli da Fonseca Rocha (2014).

A presença dessas autoras na bibliografia complementar evidencia que a ausência de suas produções na bibliografia básica das disciplinas analisadas não se deve à falta de conhecimento sobre a existência dessas produções, mas sim a uma escolha política que ainda não contempla a produção teórica produzida pelas mulheres negras.

Essa constatação é reforçada pela justificativa apresentada pela coordenação do curso no e-mail enviado com os dados solicitados para a pesquisa. Segundo o coordenador, o Projeto Político Pedagógico (PPC) está em processo de revisão e pretende-se criar a disciplina “Relações Étnico-Raciais e Serviço Social” e um dos principais desafios é a inserção da questão étnico-racial nas disciplinas que compõe a matriz curricular do curso. Essas alterações ainda demandarão tempo para serem efetivamente implementadas, com previsão de ocorrer dentro de um ou dois anos.

### **3.1.2 Universidade Federal da Bahia – UFBA – Região Nordeste**

O curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi aprovado em agosto de 2008, com a primeira turma ingressando no primeiro semestre de 2009. O curso se insere em um contexto marcado por intensas lutas por direitos sociais, fortalecendo as políticas de ações afirmativas e a defesa do ensino público de qualidade (PPC, 2012).

Localizada em Salvador, capital da Bahia, cidade de relevância histórica e cultural. A UFBA está inserida em um território que concentra uma das maiores populações negras fora do continente africano. De acordo com dados do IBGE (2023), a composição racial da capital baiana é a seguinte: 49,07% da população se declara parda (1.186.416 pessoas), 34,14% se declaram preta (825.509), 16,49% branca (398.688), 0,11% amarela (2.605) e 0,18% indígena (4.395).

A UFBA foi a segunda universidade pública no estado da Bahia a criar um curso de Serviço Social, sendo a primeira a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Sediado no Instituto de Psicologia, no campus de São Lázaro, o curso é ofertado no período noturno, com o objetivo de ampliar o acesso à educação superior

para estudantes trabalhadoras/es. O ingresso ocorre anualmente por meio do SISU, com base na nota do ENEM.

De acordo com o PPC (2012) o curso incorporou a transversalidade da questão étnico-racial e de gênero em sua estrutura curricular. Essa abordagem resulta da articulação coletiva entre discentes, docentes, profissionais e movimentos sociais, reafirmando o compromisso com um Projeto Ético-Político profissional antirracista e antipatriarcal. Esta pesquisadora obteve as informações acima por meio de contato direto com a docente Dra. Elisabete Aparecida Pinto, que foi extremamente solícita ao encaminhar um material compilado para consulta.

A coleta de dados envolveu a análise dos planos de ensino referentes ao semestre 01/2023, compreendendo 30 (trinta) disciplinas obrigatórias distribuídas do primeiro ao oitavo período do curso. Adicionalmente, foi realizado contato com a coordenação do curso via e-mail, que respondeu de forma colaborativa e manifestou apoio à pesquisa. O detalhamento das disciplinas analisadas encontra-se na tabela abaixo.

**Tabela 4** - Planos de Ensino da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Região Nordeste



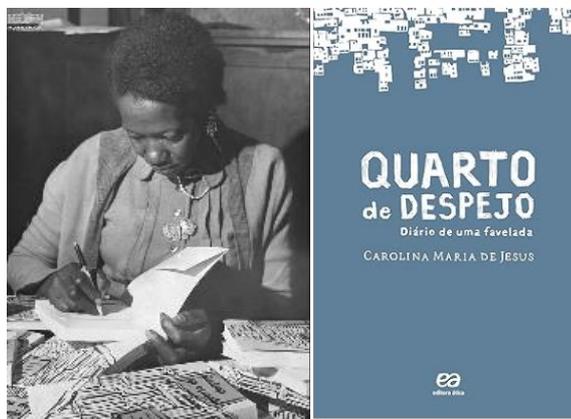
**1º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
1. O Serviço Social e a Questão Social I	Obrigatória	68 horas	4	0	4 IAMAMOTO, Marilda.  JESUS, Carolina Maria de.  SANTOS, Josiane Soares.	0

					YAZBEK, Maria Carmelita.	
2. Introdução ao Serviço Social	Obrigatória	68 horas	10	0	10 ABRAMIDES, M. B. C.  BEHRING, Elaine Rosseti.  RAMOS, Sâmya Rodrigues.  ESTEVÃO, Ana Maria R.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  MOTA, Ana Elizabete.  SPOSATI, Aldaíza.  YAZBEK, M. C.	0

Na disciplina “O Serviço Social e a Questão Social I” foi encontrada a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus (10 ed. São Paulo: Ática, 2014) que merece destaque.

**Figura 1** - Carolina autografando seu livro Quarto de Despejo em 1960 na biblioteca nacional, livro Quarto de Despejo



Fonte: Editora Ática

Publicado originalmente em 1960, o livro apresenta uma escrita autobiográfica de uma mulher negra, pobre e mãe de três filhos sobre a condição material e social na vida nas favelas de São Paulo durante a década de 1950. Ao registrar em forma de diário os anos vividos na favela do Canindé, Carolina aborda distintas expressões da questão social, a fome “hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer” (Jesus, 2014, p.174).

Carolina (2014) relata em sua escrita que foi questionada por um operário se era verdade que se alimentava do que encontrava no lixo. Em resposta, afirmou que “o custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais” (2014, p.112). Diante da fome, era necessário agir como os animais, recorrendo ao que estivesse disponível para sobreviver.

No que se refere às condições de moradia, Carolina (2014) pontua: “eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p.32). Herança colonial do escravismo tardio e da modernização conservadora como aponta Clóvis Moura (1989, 2019) sobre a fase primitiva do capital e a ausência de terras, tal como canta Lazzo Matumbi: “no dia 14 de maio, eu saí por aí, não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir, levando a senzala na alma, eu subi a favela pensando em um dia descer, mas eu nunca descí”.

Carolina (2014) analisa como opressões como sexismo, racismo, contradições de classe, preconceito territorial, os padrões estéticos e a pobreza dificultam a inserção e permanência no mercado de trabalho, demonstrando as estruturas de poder inerentes ao sistema capitalista que bloqueiam a mobilidade das pessoas negras, buscando mantê-las em condições de exploração e subalternização.

Essa realidade remete às reflexões de Lélia Gonzalez (2020), ao apontar que o racismo também se manifesta de forma velada e cotidiana, inclusive nos anúncios de emprego que exigem “boa aparência” um critério profundamente marcado por padrões estéticos eurocentrados.

Gonzalez problematiza “por que será que ela só desempenha atividades que não implicam lidar com o público? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em boa aparência?” (2020, p.85). Sendo assim, quanto mais evidentes forem os traços fenotípicos negros, maior será o

racismo direcionado as mulheres negras, herança do período colonial ainda presente nas relações sociais e no mundo do trabalho.

A leitura crítica de Carolina (2014) traz a brutalidade da pobreza e da desigualdade social e racial, revelando como o cotidiano da população negra e periférica é atravessado por privações que naturalizam a desumanização. Evidencia-se a análise crítica da sua condição material, que atravessa seu corpo e o dos seus, e a ausência do Estado em prover políticas públicas redistributivas.

Sua escrita revela uma consciência social aguçada e a capacidade de transformar a dor em palavra e denúncia, partindo da favela como território político. "Quarto de Despejo" rompe com a escrita literária da elite branca.

Ao inserir o livro de Carolina Maria de Jesus na disciplina "O Serviço Social e a Questão Social I" para além das produções teóricas hegemônicas como as de Maria Carmelita Yazbek (2021) e Marilda Vilela Yamamoto (2001), abre-se espaço para uma análise da questão social a partir das experiências de mulheres negras que experienciam as contradições de classe, gênero e raça. A autora torna-se, assim, referência fundamental para pensar os processos históricos de produção da desigualdade racial e social no Brasil e os limites das respostas estatais às expressões da questão social.

Outra referência importante que merece destaque é da Dra. Josiane Soares Santos, mulher negra docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), uma das participantes desta pesquisa. Seu livro intitulado "Questão Social: particularidades no Brasil", publicado na Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social (vol. 6, São Paulo: Cortez, 2012) foi mencionado na disciplina.

**Figura 2** - Livro intitulado Questão Social: particularidades no Brasil de Josiane Soares Santos.



Fonte: editora Cortez.

A autora analisa como os fenômenos que compõem a questão social permanecem presentes e intensificados no contexto contemporâneo, alcançando uma dimensão e complexidade inéditas em comparação a outros períodos históricos. A autora destaca que as múltiplas formas de desigualdade social não se limitam à pobreza, expressando-se de maneira ampla e estrutural. Ao recorrer aos fundamentos da crítica da economia política, Santos (2012) compreende a questão social como intrinsecamente vinculada à dinâmica do capitalismo e às lutas sociais que emergem em resposta à exploração do trabalho.

A obra de Josiane (2012) evidencia que as mulheres negras vêm produzindo conhecimento em diversas áreas de concentração, para além dos estudos sobre a questão étnico-racial, ampliando o escopo de suas contribuições teóricas para a formação em Serviço Social.

## 2º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
3. Trabalho e Sociabilidade	Obrigatória	68 horas	12	12 ANTUNES, Ricardo.  BRAVERMAN, Harry.  DARDOT, Pierre.  LAVAL, Christian.  LUKACS, Gyorgy.	0	0

				<p>GRESPAN, Jorge.</p> <p>GUÉGUEN, Haud.</p> <p>MARX, Karl.</p> <p>MERCURE, Daniel.</p> <p>MOURA, Clóvis.</p> <p>SAUVÊTRE, Pierre.</p> <p>SPURK, Jan.</p>		
4. Psicologia Social	Obrigatória	68 horas	51	<p>27</p> <p>CAMINO, Leoncio.</p> <p>DELA COLETA, José Augusto.</p> <p>DOISE, Willem.</p> <p>GOUVEIA, Raimundo.</p> <p>LIMA, Marcus Eugênio Oliveira.</p> <p>LIMA, Marcus Eugênio Oliveira.</p> <p>LIMA, Marcus Eugênio Oliveira.</p> <p>LIMA, Tiago Jessé Souza de.</p> <p>VALA, Jorge.</p> <p>MODESTO, João Gabriel.</p> <p>MARTÍN-BARÓ, Ignacio.</p> <p>MYERS, David.</p> <p>MAURO, Túlio Gomes.</p> <p>CAMINO, Leoncio.</p>	<p>24</p> <p>ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira</p> <p>SANTOS, Maria de Fátima de Souza.</p> <p>TRINDADE, Zeidi Araujo.</p> <p>BENTO, Cida.</p> <p>TORRES, Ana Raquel Rosas.</p> <p>BENTO SILVA, Maria Aparecida.</p> <p>CARONE, Iray.</p> <p>BORGES, Livia de Oliveira.</p> <p>CARVALHO, Virgínia Donizate de.</p> <p>RÊGO, Denise Pereira do.</p> <p>DELA COLETA, Marília Ferreira.</p>	0

				<p>PEREIRA, Cícero Roberto.</p> <p>PEREIRA, Marcos Emanuel.</p> <p>DANTAS, Gilcimar Souza.</p> <p>RODRIGUES, Aroldo.</p> <p>JABLONSKI, Bernardo.</p> <p>CHAVES, Antonio Marcos.</p> <p>SOUSA, Yuri Sá Oliveira.</p> <p>TAJTEL, Henri.</p> <p>LIMA, Marcus Eugênio Oliveira.</p> <p>CAMINO, Leoncio.</p> <p>TRÓCCOLI, Bartholomeu T</p> <p>PEREIRA, Marcos Emanuel.</p> <p>SINDIC, Denis.</p>	<p>FERREIRA, Maria Cristina.</p> <p>FRANÇA, Dalila Xavier de.</p> <p>JESUS, Jaqueline Gomes de.</p> <p>JODELET, Denise.</p> <p>LANE, Sílvia T. M.</p> <p>SOUZA, Luana Elayne Cunha de.</p> <p>NEIVA, Elaine Rabelo.</p> <p>JESUS, Jaqueline Gomes de.</p> <p>PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel.</p> <p>ASSMAR, Eveline Maria Leal.</p> <p>SAWAIA, Bader.</p> <p>TECHIO, Elza Maria.</p> <p>TORRES, Ana Raquel Rosas.</p>	
5. Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do S.S. I	Obrigatória	68 horas	8	<p>5</p> <p>AGUIAR, Antônio Geraldo de.</p> <p>BARROS, José D'Assunção.</p> <p>CASTRO, Manuel M.</p> <p>CARVALHO, Raul de.</p> <p>NETTO, José Paulo.</p>	<p>3</p> <p>ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela.</p>	0

6. Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos	Obrigatória	68 horas	26	12 DUSSEL, Henrique.  IANNI, Octavio.  IANNI, Octavio.  MUNANGA, Kabenguele.  PRAXEDES, Walter.  PRAXEDES, Walter.  ALMEIDA, Ivan Antonio.  SAID, Edward W.  SAID, Edward W.  SAID, Edward W.  SAID, Edward W.  SAID, Edward W.	12 ANDERSEN, Monica Levy.  COLLINS, Patricia Hill.  BANDEIRA, Lourdes.  BORGES, Waneide Ramos.  FAURY, Mirian.  FAURY, Mirian.  JACCOUD, Luciana.  MARQUES JARDIM, Silvia Regina;  ABRAMOWICZ, Anete.  BORGES, Maria Elizabeth.  PEREIRA, Danielle Viana Lugo.  SILVA, Mariana Puridade Marques da	2 AMARO, Sarita.  PINTO, Elisabete Aparecida.
--	-------------	----------	----	--	---	--

Produção teórica da Dra. Sarita Teresinha Alves Amaro docente aposentada do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

AMARO, Sarita. "A questão racial na assistência social: debate emergente". In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 81 – São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 58-81.

Produção teórica da Dra. Elisabete Aparecida Pinto docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

PINTO, E. A. O Serviço Social e a questão étnico-racial (um estudo de sua relação com usuários negros). Editora Terceira Margem: São Paulo, 2003.

PINTO, E. A. Ventres livres: o aborto na perspectiva étnica e de gênero. São Paulo: Fala Preta/Terceira Margem, 2002.

PINTO, E. A. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelinda de Campos Mello (1904-1991). Campinas, FE- Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1993.

PINTO, E. A. Sexualidade da Mulher Negra a partir da diáspora africana: o caso do Brasil, Tese de Doutorado. Programa Pós- Graduação em Psicologia Social, PUC/SP. 2004.

PINTO, E. A. FALA PRETA! no contexto das organizações de mulheres negras". In: SOTER (Org.). Gênero e teologia: interpelações e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2003.

PINTO, E. A. Transversalidade equidade de gênero e raça nas políticas públicas:(orçamento e vontade política no município de São Paulo e Salvador no período de 2000 a 2008). Projeto de Pesquisa. 2009. Mimeo.

PINTO, E. A.; BORGES, M. E. S.; PEREIRA, D. L.; SILVA, M. P. M. Transversalidade da questão étnico-racial no processo de implementação do Curso de SS na UFBA. In: Educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. V.10. Salvador: Fast Design, 2010, p. 13-34.

PINTO, Elisabete Aparecida e ALMEIDA, Ivan Antonio (Orgs.). *Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade (exclusão e inclusão social, étnica e de gênero)*. São Paulo: Fala Preta, 2004. (Coleção Falas Pretas, 2)

A análise do conteúdo da disciplina obrigatória "Diversidade de Gênero, Raça e Etnia no Contexto dos Direitos Humanos" revela um esforço na incorporação de uma formação crítica e comprometida com a questão étnico-racial. A disciplina contempla, em sua bibliografia básica, a produção de duas intelectuais negras sendo elas Dra. Sarita Teresinha Alves Amaro e Dra. Elisabete Aparecida Pinto.

No artigo "A questão racial na assistência social: debate emergente" (2005), Sarita Amaro analisa como, apesar de intrinsecamente ligada à questão social brasileira, a dimensão racial recebe pouca atenção na política de assistência. Ao refletir sobre a articulação entre racismo, pobreza e assistência social, a autora demonstra que o racismo opera como uma estrutura que atravessa as políticas sociais, impactando as condições materiais da população negra, que constitui a maioria dos sujeitos atendidos pelos serviços públicos.

Torna-se essencial a inserção da questão étnico-racial no contexto da formação, tendo em vista que o Serviço Social, como profissão interventiva, atua na formulação, implementação, execução e controle social das políticas públicas, como a PNAS. Essa incorporação permite romper com a lógica universalista das políticas sociais, que desconsidera as desigualdades raciais, de gênero, territoriais e culturais que interpelam o público ao qual se direciona o trabalho profissional do assistente social.

A presença de oito obras de Elisabete Pinto no conteúdo programático da disciplina reforça o caráter antirracista desta disciplina. Tem-se as obras, "O Serviço Social e a questão étnico-racial" (2003), essa a pesquisadora não conseguiu acessar. Na obra "Ventres Livres: o aborto na perspectiva étnica e de gênero" (2002), a autora analisa o sofrimento solitário vivido por mulheres que optaram pelo aborto como uma necessidade imposta por determinadas condições sociais. A partir dessa realidade, evidencia que a luta pelo direito ao aborto está diretamente vinculada ao direito de cidadania e conseqüentemente aos direitos humanos.

**Figura 3** - Livro intitulado Ventres Livres: o aborto na perspectiva étnica e de gênero de Elisabete Pinto.



Fonte: Editora Terceira Margem.

O CFESS lançou a nota técnica de 2022 intitulada "A importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal", reafirmando o compromisso das entidades representativas com a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

O documento destaca que é dever ético-político das/os assistentes sociais garantir o acesso à informação sobre métodos contraceptivos, inclusive após situações de abortamento, bem como orientar sobre os direitos legais relacionados ao aborto. O CFESS assume uma posição crítica diante das desigualdades estruturais que atravessam o sistema de saúde no Brasil, reconhecendo que as mulheres negras, pobres e periféricas são as mais impactadas pela criminalização do aborto.

Nesse sentido, a entidade defende a legalização do aborto como um instrumento para a efetivação de políticas públicas de prevenção à gravidez indesejada, proteção da vida das mulheres e combate à violência institucional, apontando a necessidade do trabalho profissional comprometido com a autonomia das mulheres e com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Outra referência citada foi a dissertação de mestrado de Elisabete Pinto defendida em 1993 na Unicamp que resultou no livro "Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelinda de Campos Mello" (1904-1991).

**Figura 4** - Livro intitulado *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelinda de Campos Mello (1904-1991)* de Elisabete Pinto.



Fonte: Editora Anita Garibaldi.

Na dissertação de mestrado, Elisabete Pinto explora a trajetória de Laudelina de Campos Melo, enfatizando sua contribuição histórica na luta por direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Militante do PCB, Laudelina fundou o primeiro sindicato nacional. A autora demonstra como sua atuação política e sindical articulou a luta por direitos trabalhistas com o enfrentamento do racismo e das desigualdades de gênero que afetam especificamente as mulheres negras.

A tese de doutorado de Elisabete, intitulada "Sexualidade da mulher negra a partir da diáspora africana: o caso do Brasil" (2004), também foi referenciada. Esta pesquisadora não conseguiu acessar a tese, por isso se absterá de comentários sobre a pesquisa desenvolvida.

Outras produções da autora também fortalecem o diálogo entre formação profissional e enfrentamento ao racismo, como o artigo "FALA PRETA! no contexto das organizações de mulheres negras" (2003) e o projeto de pesquisa "A Transversalidade da equidade de gênero e raça nas políticas públicas: orçamento e vontade política no município de São Paulo e Salvador no período de 2000 a 2008".

Em coautoria, a obra "Transversalidade da questão étnico-racial no processo de implementação do Curso de Serviço Social na UFBA" (2010) demonstra como a organização coletiva de docentes, discentes e movimentos sociais contribuiu para a construção de uma proposta curricular comprometida com a luta antirracista e antipatriarcal

Como última referência, tem-se a obra organizada por Pinto e Ivan Almeida, "Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade (exclusão e inclusão

social, étnica e de gênero)" (São Paulo: Fala Preta, 2004, Coleção Falas Pretas, 2). Esta pesquisadora não conseguiu acessar essa obra.

Ainda nesta disciplina, destaca-se a presença da obra *Race, Class, & Gender: An Anthology* (Raça, Classe e Gênero: Uma Antologia), organizada por Margaret L. Andersen e Patricia Hill Collins. Atualmente em sua 8ª edição, o livro reúne mais de 60 escritos de diversos estudiosos que abordam como a complexa intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade molda as experiências das pessoas e sua constituição como indivíduos.

Na disciplina de Psicologia Social, merece atenção a inclusão do livro "O pacto da branquitude" de Cida Bento (2022). A obra é resultado do amadurecimento de sua tese de doutorado, defendida em 2002, intitulada "Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público". Nessa obra, a autora aprofunda a reflexão sobre o racismo ao analisar a permanência dos privilégios dos brancos nas instituições e no mundo do trabalho.

### 3º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
7. Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor	Obrigatória	68 horas	16	2 MONTAÑO, Carlos.  SOUSA, Charles Toniolo de.	13 ALVES, Glaucia Lelis.  BAOUR, Josimara Aparecida Delgado.  BARROCO, Maria Lúcia da S.  CARRIJO, Christiane.  DELGADO, Josimara Aparecida.  FRANCO, Maria Asenate Conceição.  GONÇALVES, Renata.	1 AKOTIRENE ,Carla.

					MARTINS, Paloma Afonso.  NOGUEIRA, Cláudia Mazzei.  NORONHA, Valéria.  NOZABIELLI, Sônia.  TAVARES, Márcia.  TAVARES, Márcia.	
Produção teórica da Dra. Carla Akotirene foi docente substituta no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA).						
AKOTIRENE, Carla. Ó pa í, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.						
8. Serviço Social e Processos de Trabalho I	Obrigatória	68 horas	10	5 CARVALHO, Raul.  CARVALHO, Raul.  CARVALHO, Raul.  CARVALHO, Raul.  MARX, Karl.	4 IAMAMOTO, Marilda. V.  IAMAMOTO, Marilda. V.  IAMAMOTO, Marilda. V.  IAMAMOTO, Marilda. V.	1 SANTOS, Josiane S.
Produção teórica da Dra. Josiane Soares Santos docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).						
SANTOS, Josiane S. Combate ao Racismo e o Exercício Profissional de Assistentes Sociais no Brasil. In. In Santos, Josiane S., Rojas, Lylia et al. (orgs). Assistentes Sociais no Combate ao Racismo Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS, Brasília: CFESS, p. 69-86, 2020 Disponível > <a href="https://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessLivroCampanhaCombateRacismo.pdf">https://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessLivroCampanhaCombateRacismo.pdf</a> < em fevereiro de 2023.						
9. Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos Do S.S. II	Obrigatória	68 horas	5	3 NETTO, José Paulo.  NETTO, José Paulo.  MARTINS, Carlos Eduardo.	2 SANTOS, Leila Lima.  YAZBEK, Maria Carmelita.	0
10. Política Social	Obrigatória	68 horas	10	3 ALMEIDA, Ney L.T.  GIOVANNI, Geraldo di.  NETTO, José Paulo.	7 ALENCAR, Monica M. T.  BEHRING, Elaine Rosseti.  BOSCHETTI, Ivanete.  GRANEMANN , Sara.	0

					PEREIRA, Potyara A. P.  PEREIRA, Potyara A. P.  BOSCHETTI, Ivanete.	
11. Ética Profissional	Obrigatória	68 horas	12	4 BRAZ, Marcelo.  MATOS, Maurílio de Castro.  RUIZ, Jefferson Lee.  VAZQUEZ, Adolfo Sánchez.	8 BARROCO, Maria L. S.  BARROCO, Maria L. S.  BARROCO, Maria L. S.  BRITES, Cristina Maria.  BONETTI, Dilsea A.  CHAUÍ, Marilena.  FERNANDES, Neide A.  TEIXEIRA, Joaquina.	0

Na disciplina “Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor”, destacam-se duas produções teóricas a primeira delas é a obra de Dra. Carla Akotirene, “Ó Paí, Prezada: racismo e sexismos institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas” (2020). Carla Akotirene trabalhou como docente substituta do curso de Serviço Social da UFBA entre 2017 e 2018.

**Figura 5** – Livro intitulado Ó Paí, Prezada: racismo e sexismos institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas de Carla Akotirene.



Fonte: Editora Jandaíra.

A obra analisa a realidade das mulheres negras encarceradas em Salvador sob uma metodologia afrocentrada, expondo a ausência de políticas públicas específicas e o descaso institucional no processo de encarceramento feminino. Gênero, raça, classe e sexualidade são determinantes na experiência prisional dessas mulheres, condicionando um tratamento institucional frequentemente desumanizador, marcado pela ausência de garantias mínimas e pelo racismo institucionalizado.

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de 2022 demonstra que, das aproximadamente 42 mil mulheres privadas de liberdade no Brasil, 62% são negras. Esse dado evidencia o caráter seletivo e racializado do sistema penal brasileiro, que historicamente tem como alvo prioritário corpos negros, pobres e periféricos. Consequentemente, o encarceramento para essa população transcende a mera privação de liberdade, implicando a ruptura de laços afetivos e sociais.

Nas desigualdades de gênero no cárcere, enquanto homens frequentemente mantêm vínculos através de visitas, mulheres enfrentam o abandono. Essa disparidade se acentua na maternidade, onde a maioria das mulheres privadas de liberdade perde a guarda de seus filhos. Gestantes também sofrem com a ausência de assistência à saúde adequada durante o pré e pós-parto, e o convívio de bebês com suas mães é limitado ao período de amamentação, seguido por uma abrupta ruptura do vínculo.

Essa conjuntura contemporânea traz resquícios de um passado de violência. A análise de Lélia Gonzalez (2020) sobre as mulheres negras sob condições de escravização aponta altas jornadas e exploração do trabalho compulsório, bem como nutrição precária. Muitas dessas mulheres, para evitar que seus filhos passassem pelas mesmas violências cometiam suicídio.

O paralelo entre o sofrimento histórico e a realidade atual das mulheres negras privadas de liberdade é evidente. A taxa de suicídio nessa população, 20 vezes superior à média nacional (INFOPEN, 2018), explicita a brutalidade do encarceramento. A morte emerge como uma resposta a extrema opressão.

Sendo assim, o sistema prisional, com super-representação da população negra, configura-se como um campo de trabalho profissional para os assistentes sociais. Essa super-representação não é um fenômeno isolado, mas a manifestação do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Esse racismo se manifesta

na desigualdade de acesso à educação, saúde e trabalho, e se perpetua no sistema de justiça criminal, que frequentemente criminaliza a pobreza e reproduz estereótipos raciais. Faz-se necessário que, no espaço de formação da categoria, sejam aprofundadas as raízes históricas e sociais do encarceramento em massa da população negra.

Na disciplina “Serviço Social e Processos de Trabalho I” consta a produção teórica da Dra. Josiane Soares Santos, que contribui com o capítulo “Combate ao Racismo e o Exercício Profissional de Assistentes Sociais no Brasil”, publicado na coletânea Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2020)<sup>25</sup>, organizada pela Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS.

No item “A gente enfrenta o racismo no cotidiano: combate ao racismo institucional e o exercício profissional de assistentes sociais”, a autora analisa a centralidade do racismo nas relações sociais brasileiras e suas implicações no trabalho profissional. Santos (2020) parte do reconhecimento de que o racismo não é uma questão periférica à profissão, mas elemento estruturante da sociedade brasileira, o que exige posicionamento ético-político das/os assistentes sociais. Josiane (2020) sublinha que os ataques aos direitos sociais, impostos por cortes orçamentários e contrarreformas, afetam não apenas as/os usuárias/os, mas também as/os profissionais negras/os da categoria, que partilham das mesmas condições materiais de existência.

#### 4º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
12. Política Social e Questão Social no Brasil	Obrigatória	68 horas	8	0	8 BEHRING, Elaine Rosseti.  BOSCH0ETTI, Ivanete.  BOSCH0ETTI, Ivanete.  BOSCH0ETTI, Ivanete.	0

<sup>25</sup> A obra está disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>.

					COHN, Amélia.  MOTA, Ana Elizabeth.  PEREIRA, Potyara A. P.  SANTOS, Josiane Soares.	
13. Serviço Social e Processos de Trabalho II	Obrigatória	68 horas	6	2 ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de.  ALVES, Leonardo Dias.	3 ALENCAR, Mônica Maria Torres de.  FREIRE, Lucia.  IAMAMOTO, Marilda Villela.	1 EURICO, Márcia Campos.
Produção teórica da Dra. Márcia Campos Eurico docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP.						
EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018 515. Disponível em:< <a href="http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.157">http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.157</a> >. Acesso em 21 de março de 2023.						
14. Pesquisa em Serviço Social I	Obrigatória	68 horas	20	8 GIL, Antônio Carlos.  LAMPERT, Michael da Costa.  MORAES, Carlos Antônio de Souza.  NETTO, José Paulo.  RICHARDS ON, R. J.  SANCHES, Odécio.  SETUBAL, Aglair.  SETUBAL, Aglair.	12 ARAUJO, Luciene.  BARBOSA, Maria Ligia de O.  GUERRA, Iolanda.  LAKATOS, Eva Maria.  MARCONI, Maria de Andrade.  MINAYO, Maria Cecília de S.  MINAYO, Maria Cecília de Souza.  MINAYO, Maria Cecília de Souza.  OLIVEIRA, Márcia Gardênia M.  POTYARA, A. P. P.	0

					QUINTANEIRO, Tânia.	
					SPOSATI, Aldaíza.	
15. Oficina de Análise do Trabalho Profissional	Obrigatória	68 horas	16	1 MATOS. Maurílio Castro.	15 ARREGUI, Carola C.  BELLINI, Maria Isabel Barros.  CAMPOS, Eliane Christine.  FAVÉRO. Eunice Coutinho.  GUERRA, Yolanda.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  LANZA. Líria Maria Bettiol.  LIMA, Telma Cristiane Sasso.  MARQUES, Nadianna Rosa.  MIOTO, Regina Célia Tamaso.  MIOTO. Regina Célia Tamaso.  RAICHELIS, Raquel.  SANTOS. Cláudia Mônica dos.  SILVA, Cláudia Neves da.  TORRES. Mabel Mascarenhas.	0

No quarto período, a disciplina obrigatória “Serviço Social e Processos de Trabalho II” inclui o artigo "A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-

racial e o trabalho do assistente social" <sup>26</sup>(2018) da Dra. Márcia Campos Eurico, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Na produção, a autora analisa o debate étnico-racial e o trabalho profissional do Serviço Social. Ela enfatiza como as diversas formas de opressão impactam a população negra, com ênfase no âmbito do trabalho.

Para Eurico (2018), compreender as desigualdades raciais e a operacionalização do racismo é fundamental para a concretização do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A autora explica como o racismo no Brasil, enraizado na escravidão e numa abolição incompleta, é um fator determinante nos processos de adoecimento e morte da população negra, manifestando-se na violência urbana (genocídio da juventude negra), violência obstétrica contra mulheres negras e no acolhimento institucional de crianças e adolescentes majoritariamente negros.

O artigo critica o mito da democracia racial no Brasil, mostrando como a coleta do quesito raça/cor pode desmistificá-la, revelando a persistência do racismo.

A coleta do quesito raça/cor apresenta-se fetichizada no trabalho profissional das(os) assistentes sociais, que, ao se depararem com a pergunta, não sabem como encaminhar a questão. O preenchimento desse dado requer uma análise acerca do véu que separa a(o) profissional e a população atendida. Não fosse a incidência do racismo entre nós, perguntar a cor seria simplesmente classificar os sujeitos e a partir daí identificar a maior ou menor capacidade de cobertura dos diversos grupos étnico-raciais pelas políticas públicas (Eurico, 2018, p.526).

Segundo Eurico (2018), a coleta do quesito raça/cor no trabalho profissional de assistentes sociais tem sido marcada por um certo fetichismo, revelando dificuldades práticas e éticas na abordagem da questão. Ao se depararem com essa pergunta, muitos profissionais não sabem como conduzir a coleta do dado, evidenciando a existência de um véu simbólico entre eles e os sujeitos atendidos.

Em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, perguntar sobre a cor da pele ultrapassa a simples categorização para fins de mapeamento de acesso a políticas públicas, ao contrário, provoca desconforto, pois confronta o mito da

---

<sup>26</sup> Esse artigo foi citado nos planos de ensino de quatro universidades: UFBA (disciplina Serviço Social e Processos de Trabalho II), UNIFESP - Região Sul II (disciplina Supervisão Acadêmica de Estágio II), UFES – Região Leste (disciplina Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social III) e UFSC – Região Sul I (disciplina Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I). Nas demais disciplinas abaixo essa pesquisadora apenas mencionou o artigo, se abstendo de explicar novamente.

democracia racial e traz à tona tensões produzidas pelo racismo cotidiano, invisibilizado por discursos igualitaristas como afirma a autora.

A autora também destaca um equívoco recorrente nas pesquisas sociais, a análise do quesito raça/cor restrita à população negra. Para ela, essa variável deve ser aplicada de forma universal, permitindo identificar os diferentes níveis de maior ou menor privilégio entre todos os grupos étnico-raciais e não apenas como caracterização de exclusão de pessoas negras.

#### 5º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
16. Saúde e Trabalho	Obrigatória	68 horas	5	3 BENDASSOLL I, Pedro.  DEJOURS, Christophe.  CODO, Wanderley.	2 SOBOLL, Lis Andrea.  JACQUES, Maria da Graça.	0
17. Oficina de Planejamento do Trabalho Profissional	Obrigatória	68 horas	10	1 ALMEIDA, Ney L.T.	9 ABRAMO, Laís.  ALENCAR, Monica M. T.  COUTO, Berenice Rojas.  IAMAMOTO, Marilda V.  MARCONSI N, Cleier.  MIOTO, Regina Célia T.  NOGUEIRA, Vera Maria R.  TEIXEIRA, Joaquina Barata.  TRINDADE, Rosa Lúcia Predes.	0

18. Pesquisa e Serviço Social II	Obrigatória	68 horas	5	2 CHIZZOTI, Antônio.  SEVERINO, Antônio Joaquim.	3 LAKATOS, Eva Maria.  MARCONI, Marina de Andrade.  MINAYO, Maria Cecília de Souza.	0
19. Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Obrigatória	164 horas	16	2 FALEIROS, Vicente de Paula.  NETTO, José Paulo.	14 ABREU, Maria Helena E.  IAMAMOTO, Marilda V.  IAMAMOTO, Marilda V.  LEWGOY, Alzira M. B.  LUBISCO, Nídia Maria Lienert.  MINAYO, Cecília de Souza.  MIOTO, Regina Celia Tamaso.  MIOTO, Regina Celia Tamaso.  PEREIRA, Potyara Amazoneida P.  SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongioviani.  SANTANA, Isnaia Veiga.  SANTOS, Claudia Mônica.  SANTOS, Claudia Mônica.  VIEIRA, Sônia Chagas.	0
20. Conhecimento Científico e Vida Social	Obrigatória	68 horas	6	6 MARX, Karl.	0	0

				ENGELS, Friedrich.		
				MARX, Karl.		
				MARX, Karl.		
				MARX, Karl.		
				ENGELS, Friedrich.		

## 6º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
21. Oficina de Abordagens e Técnicas do Trabalho Profissional	Obrigatória	102 horas	12	2 BOSCH, Eduardo Rombauer van de.  FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio.	10 AMARO, Sarita.  BACKX, Sheila.  FORTI, Valeria.  GUERRA, Yolanda.  GUERRA, Yolanda.  GUERRA, Yolanda.  MARCONSI N, Cleier.  MIOTO. Regina Célia Tamaso.  MOREIRA, Carlos Felipe Nunes.  SANTOS, Cláudia Mônica dos.	0
22. Trabalho Profissional e Política de Assistência Social e Previdência	Obrigatória	68 horas	8	0	8 BOSCH0ET TI, Ivanete.  BRAGA, Léa.  CABRAL, Maria do Socorro Reis.	0

					<p>COUTO, Berenice R.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete.</p> <p>RAICHELIS, Raquel.</p> <p>SPOSATI, Aldaíza.</p> <p>YAZBEK, Maria Carmelita.</p>	
23. Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Obrigatória	164 horas	22	<p>4</p> <p>ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de.</p> <p>NETTO, José Paulo.</p> <p>NETTO, José Paulo.</p> <p>MUNANGA, Kabengele.</p>	<p>18</p> <p>ABREU, Maria Helena Hepidio.</p> <p>AHLERT, Betina.</p> <p>ALENCAR, Monica Maria Torres de.</p> <p>BACKX, Sheila.</p> <p>CAZELA, Mabile Caetano.</p> <p>GUERRA, Yolanda.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda V.</p> <p>IZE, Andressa Rosa.</p> <p>LUBISCO, Nidia Maria Lienert.</p> <p>MARCONSI N, Cleier.</p> <p>RAMOS, Sâmia Rodrigues.</p> <p>ROJAS, Berenice.</p> <p>SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongioviani.</p> <p>SALVADOR, Maria.</p>	0

					SANTANA, Isnaia Veiga.  SANTOS, Claudia Mônica.  VIEIRA, Sônia Chagas.  VILLAVICEN CIO, Jasleidy Lidilia Solorzano.	
24. Trabalho Profissional e Política de Saúde	Obrigatória	68 horas	18	5 ALBUQUERQ UE, Guilherme Souza Cavalcanti de.  CAMPANUCC I, Fabrício da Silva.  MENDES, Áquilas.  PAIM, Jairnilson Silva.  SILVA, Marcelo José de Souza e.	13 BALDOW, Letícia Orlandi.  BRAVO, Maria Inês Souza.  BRAVO, Maria Inês Souza.  ESCOREL, Sarah.  ESCOREL, Sarah.  LANZA, Líria Maria Bettiol.  MARQUES, Rosa Maria.  MIOTO, Regina Célia Tamaso.  NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro.  PEREIRA, Potyara. A. P.  PORTO, Sílvia Marta.  SANTOS, Isabela Soares.  UGÁ, Maria Alicia Dominguez.	0

Na disciplina Oficina de Abordagens e Técnicas do Trabalho Profissional, tem-se a obra de Sarita Amaro, "Visita domiciliar: teoria e prática" (2013) que apresenta uma reflexão sobre essa técnica para o trabalho nas políticas sociais. Amaro (2013) a define como uma ferramenta singular, legitimada por seu foco na compreensão da realidade social dos sujeitos a partir da relação entre profissional e o contexto familiar, tendo o domicílio como central.

Embora historicamente ligada ao Serviço Social e também utilizada por outras áreas como enfermagem, psicologia e medicina de família, e em práticas extensionistas acadêmicas. Portanto, a obra de Amaro (2013) oferece fundamentos teórico-metodológicos éticos e críticos, baseados em sua experiência, sendo um recurso técnico-operativo para análise crítica da realidade social das populações atendidas.

**Figura 6** - Livro intitulado Visita domiciliar: teoria e prática de Sarita Amaro.



Fonte: Foto autoral do livro - Editora Papel Social.

**7º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
25. Orientação de Monografia I	Obrigatória	34 horas	25	9 DEMO, Pedro. DEMO, Pedro. GÓIS, João Bôsco Hora. FEYERABEND, Paul. GIL, Antônio Carlos. GIL, Antônio Carlos.	16 ARAÚJO, Luciene. BARDIN, Laurence. BOURGUIG NON, Jussara Ayres. JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura.	0

				<p>GOFFMAN, Erving.</p> <p>MORAES, Carlos Antonio de Souza.</p> <p>NETO, Otávio Cruz.</p>	<p>GOLDENBERG, Mirian.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza.</p> <p>PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de.</p> <p>PEREIRA, Potyara A. P.</p> <p>SANTOS, Katarine de Sá.</p> <p>SPOSATI, Aldaíza.</p> <p>SOUZA, Sidimara Cristina de.</p> <p>TAVARES, Márcia.</p>	
26. Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos do S.S III	Obrigatória	68 horas	7	<p>2</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula.</p> <p>NETTO, José Paulo.</p>	<p>5</p> <p>ABREU, Marina.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Villela.</p> <p>MARTINELLI, Maria Lúcia.</p> <p>MOTA, Ana Elizabete.</p> <p>YAZBEK, Maria Carmelita.</p>	0
27. Estágio Supervisionado em Serviço Social III	Obrigatória	164 horas	12	<p>2</p> <p>MUNANGA, Kabengele.</p>	<p>10</p> <p>COUTOS, Berenice Rojas.</p>	0

				NETTO, José Paulo.	IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  LUBISCO, Nídia Maria Lienert.  MINAYO, Cecília de Souza.  SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongioviani.  SANTANA, Isnaia Veiga.  VIEIRA, Sônia Chagas.	
--	--	--	--	--------------------	---	--

## 8º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
28. Psicologia e Saúde	Obrigatória	68 horas	12	4 ALMEIDA, Filho, N.  ARCE, Vladimir Andrei Rodrigúes,  KAXARI, Zezinho.  AYRES, Ricardo	8 AGUÍAR, Zenaide.  TEIXEIRA, Carmen Fontes.  CZERESNIA, Dina.  AFONSO, Lúcia.  ROUQUAYROL, Maria Zélia.  GONÇALVES, Mônica Mendes.	0

					SCHUCMAN , Lia Vainer.  PANKARAR Ú, Ivani.	
29. Orientação de Monografia II	Obrigatória	34 horas	23	10 BAUER, Martin W.  DEMO, Pedro.  DEMO, Pedro.  FEYERABEND, Paul.  GASKELL, George.  GOFFMAN, Erving.  GUEDES, Luís Fernando Ascensão.  MAY, Tim.  RICHARDSON, Roberto Jarry.  YIN, Robert K.	13 BARDIN, Laurence.  BONETTI, Aline.  CARDOSO, Ruth.  FLEISCHER, Soraya.  GANCHO, Cândida Vilares.  LAKATOS, Eva Maria.  MAINGUEN EAU, Dominique.  MARCONI, Marina de Andrade.  MINAYO, Maria Cecilia de Souza.  MINAYO, Maria Cecilia de Souza.  QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.  SPINK, Mary Jane.  VASCONCE LLOS- GUEDES, Liliana.	0
30. Tópicos especiais em Serviço Social Tópicos especiais de gênero I	Obrigatória	60 horas	17	4 ANGATU, Casé.  FURLAN, Vinícius.  FUSER, Bruno.  RATTS. Alex	13 EVARISTO, Conceição.  DELGADO, Josimara.  GUEDES, Laura.  HAMPATÉ BÂ, Amadou.	0

					HARTMAN, Saidyia.	
					KILOMBA, Grada.	
					NÚÑEZ, Geni Daniela.	
					CÁCERES, Natanael Vilharva.	
					PEIXOTO, Ionara Almeida.	
					REINA, Vanderlay.	
					TAVARES, Márcia Santana.	
					GOIS, Magaly Nunes de.	
					VERGUEIR O, Viviane.	

A disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social: Tópicos Especiais de Gênero I, tem como objetivos geral e específicos compreender as disputas sociais e políticas em torno da memória e das versões do passado e suas relações com os projetos de futuro; debater as relações entre poder, memória, raça, colonialidade e patriarcado; e apontar processos e políticas de apagamento e silenciamento, bem como de verdade e reparação.

Contudo, observa-se que não há produções de mulheres negras docentes do Serviço Social. As referências que merecem destaque são, Grada Kilomba com a obra “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano” (2019) e Alex Ratts, com “Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento” (2006).

Destaca-se ainda a obra “Poemas da Recordação e Outros Movimentos” (2017), da escritora e intelectual Conceição Evaristo. A autora mobiliza múltiplos recursos estilísticos e afetivos, como uma linguagem poética e crítica, para abordar temas como pobreza, fome, dor, amor, religiosidade e esperança.

Com lirismo e contundência, Evaristo constrói uma crítica social enraizada nas vivências concretas das mulheres negras e das populações marginalizadas, utilizando a poesia como forma de enunciar os “mundos submersos” que apenas o silêncio da

arte pode alcançar. Tal obra remete a música Comida do Titãs, “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”.

A inclusão da obra de Conceição Evaristo (2017) nesta disciplina é uma menção importante, pois indica uma abertura no processo de formação para produções cuja linguística mobiliza a arte como forma de leitura da realidade. Trata-se de uma crítica social construída de maneira sensível, que amplia as possibilidades de reflexão e compreensão das experiências marcadas por desigualdades como a das mulheres negras.

### **3.1.3 Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT**

Segundo informações apresentadas por Josiley Carrijo Rafael (2024) no site institucional, o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi criado por meio da Resolução nº 18, de 9 de março de 1970, resultado da junção entre a Faculdade de Direito e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá.

Embora o curso tenha sido incorporado à UFMT em 1970, sua origem remonta à criação da “Faculdade de Serviços Sociais” pelo Governo de Mato Grosso em 1968 (Lei 2.845), com a nomenclatura ajustada para “Faculdade de Serviço Social” em 1969 (Decreto 1.044).

A autorização oficial para funcionamento do curso ocorreu em março de 1970 (Resolução nº 18/70). Sendo esse período no contexto da ditadura militar e do Ato Institucional nº 5, instaurado no governo de Costa e Silva, no final de 1968, que vigorou até 1978.

A UFMT está situada em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso localizada na região Centro-Oeste do Brasil e da ABEPSS. A cidade se firma como o núcleo urbano mais populoso do estado, uma população de aproximadamente 682.932 habitantes, conforme dados atualizados do IBGE de 2024. Conhecida como “Cidade Verde”, a capital mato-grossense já foi considerada uma das cidades mais arborizadas do país pela presença de quintais frondosas mangueiras e cajueiros.

A UFMT dispõe de diversas formas de ingresso. A principal via de entrada é o SISU, que utiliza as notas obtidas no ENEM. Além disso, a instituição oferece a possibilidade de transferência facultativa, destinada a estudantes regularmente matriculados em outras instituições de ensino superior que desejam prosseguir seus estudos na UFMT. Outra modalidade disponível é a admissão de graduado, voltada

para pessoas que já possuem diploma de curso superior e desejam realizar uma nova graduação. A UFMT também realiza processos seletivos específicos para Quilombolas.

De acordo com o PPC (2007), com oferta anual de 80 vagas, distribuídas igualmente entre os dois semestres letivos, com 40 vagas em cada um. O curso é ofertado no período diurno, com aulas teóricas realizadas no turno matutino, das 7h30 às 11h30, de segunda-feira a sábado.

O currículo passou por alterações significativas, empreendeu sua primeira revisão na década de 1980. Esse processo, marcado por intensos debates e consultorias, culminou na implementação do novo currículo em 1985, que vigorou até 1997 (Resolução CONSEPE 076 de 09/12/1997), quando foi novamente revisado e reestruturado, em conformidade com as diretrizes curriculares propostas pela Associação. Esse novo currículo perdurou até o primeiro semestre de 2007.

O Projeto Político Pedagógico (PPC) em vigor, foi implementado pela resolução CONSEPE 14 de 26/03/2007.

A Suzy Costa e Silva (2023) aponta que, embora o PPC demonstre preocupação com questões como os latifúndios e a ocupação territorial do estado, ele não explicita como essas questões se relacionam com as desigualdades raciais presentes na região. Ela questiona: quem ocupa essas terras? Vão se constituir futuramente nas famílias com maior concentração de terras e de riquezas?

A autora utiliza o exemplo das famílias sulistas, como a do ex-governador Blairo Maggi, para ilustrar seu argumento. Ela destaca que a expansão da empresa dessa família em Mato Grosso, que se tornou um símbolo do cultivo de grãos, evidencia um recorte racial na distribuição do poder econômico no estado.

Salienta também que os desafios postos para a nova direção da formação de assistentes sociais, previstos no PPC 2007, com um perfil profissional consciente, crítico e capaz de intervir em uma sociedade cada vez mais desafiadora, demandam uma reflexão sobre o que está denominado “de vícios do passado”, entre eles o escravismo, “dependência, colonialismo dominação renovados apenas com novas roupagens: menos Estado mais mercado, mais expressões da questão social com o aumento das desigualdades sociais, menos políticas sociais públicas e universais” (UFMT, 2007, p.7).

Em suma, a crítica de Costa e Silva (2023) ressalta a importância de analisar as expressões da questão social a partir das relações raciais, demonstrando como o

PPC, apesar de abordar importantes problemáticas regionais, não abarca essa dimensão fundamental.

Foram analisados os planos de ensino do curso, disponibilizados no site eletrônico da instituição link (<https://www.ufmt.br/consulta-plano-de-ensino/204>), referentes ao período 01/2024. A amostra compreendeu 26 (vinte e seis) disciplinas obrigatórias, distribuídas nos oito períodos do curso. Confira, a seguir, a tabela com os dados.

**Tabela 5** - Planos de Ensino da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Região Centro Oeste.



**1º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
1. Introdução ao Serviço Social	Obrigatória	64 horas	3	1 NETTO, José Paulo.	2 YAZBECK, Carmelita.  IAMAMOTO, Marilda Vilela.	0
2. Sociologia I	Obrigatória	64 horas	7	7 DURKHEIM, Émile.  DURKHEIM, Émile.  MARTINS, Carlos Benedito.  MARX, Karl.  WEBER, Max.  ARON, Raymond.  MOCELLIM, Alan.	0	0
3. Filosofia	Obrigatória	64 horas	4	1 LOWY, Michael.	3	0

					ARANHA, Maria Lucia de Aparecida.  MARTINS, Maria H. P.  CHAUÍ, Marilena.	
4. Psicologia Social	Obrigatória	64 horas	5	3 BENJAMIN, Walter.  BHABHA, Homi K.  FIGUEIREDO. Luís Cláudio M.	2 LANE, Silvia T. Maurer.  WEIL, Simone.	0
5. Metodologia do Trabalho Científico	Obrigatória	64 horas	6	1 MEDEIROS, João Bosco.	5 ANDRADE, Maria Margarida de.  LAKATOS, Eva Maria.  MARCONI, Marina de Andrade.  ANDRADE, Maria Margarida de.  SILVA, Marluce S. e S.	0

## 2º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
6. Fundamentos Hist. Teórico Metodológicos do SES I	Obrigatória	64 horas	7	5 NETTO, José Paulo.  CARVALHO, Raul de.  NETTO, José Paulo.  CASTRO, Manuel Manrique de.  SOUZA, Jamerson Murillo	2 IAMAMOTO, Marilda.  YAZBEK, Maria Carmelita.	0

				Anunciação de.		
7. Formação Social, Política e Econ. do Brasil	Obrigatória	64 horas	17	12 CARVALHO, José Murilo de.  FAUSTO, Boris.  FERREIRA JR., Amarílio.  HOLANDA, Sérgio Buarque de.  JECUPÉ, Kaka Werá.  MALERBA, Jurandir.  MINTO, Lalo Watanabe Minto.  MOTA, Carlos Guilherme.  REGERT, Rodrigo.  BAADE, José Haroldo.  SCHWARTZ, Stuart B.  PERLATTO, Fernando.	5 CRUZ, Teresa Almeida.  BITTAR, Marisa.  STERING, Silvia Maria dos Santos.  VALLE, Lillian do.  VISCARDI, Cláudia;	0
8. Teoria política	Obrigatória	64 horas	6	5 MAQUIAVEL, Nicolau.  MARX, Karl.  HOBBS, Thomas.  LOCKE, John.  ROUSSEAU, Jean-Jacques.	1 ARENDDT, Hannah.	0
9. Serviço Social e Filosofia	Obrigatória	64 horas	12	9 Lôwy, Michael.  TONET, Ivo.  LESSA, Sérgio.  NETTO, José Paulo.	3 Capalbo, Creuza.  GUEDES, Olegna de Souza.  YAZBEK, Maria Carmelita.	0

				AGUIAR, Antonio Geraldo.		
				COUTINHO, Carlos Nelson.		
				Netto, José Paulo.		
				KONDER, Leandro.		
				LEÃO XIII.		

## 3º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
10. Fundamentos Hist. Teórico Metodológicos do SES II	Obrigatória	64 horas	2	2 MANRIQUE CASTRO, Manuel.  NETTO, José Paulo.	0	0
11. Trabalho e Serviço Social	Obrigatória	64 horas	4	3 NETTO, José Paulo.  BRAZ Marcelo.  HARVEY, David.	1 IAMAMOTO, Marilda.	0
12. Questão Social e Serviço Social	Obrigatória	64 horas	9	5 HARVEY, David.  IANNI, Ianni.  DUARTE, Pedro Henrique E.  GRACIOLLI, Eduardo José.  LENIN, Vladimir Ilyich.	4 CISNE, Mirla.  LACERDA, Lélica Elis P.  LACERDA, Lélica Elis P.  PASTORINI, Alejandra.	0
13. Estatística Social	Obrigatória	64 horas	36	26 ESPINOSA, Mariano Martinez.  MOORE, David S.  BARBETTA, Pedro Alberto.	10 BALDI, Brigitte.  BONAFINI, Fernanda César.  SZABAT, Kathryn A.	0

				<p>BARBETTA, Pedro Alberto.</p> <p>COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira.</p> <p>Morettin, Pedro Alberto.</p> <p>BUSSAB, Wilton de Oliveira.</p> <p>Morettin, Pedro Alberto.</p> <p>BUSSAB, Wilton de Oliveira.</p> <p>BOLFARINE, Heleno.</p> <p>BUSSAB, Wilton de Oliveira.</p> <p>LAPPONI, Juan Carlos.</p> <p>LEVINE, David M.</p> <p>STEPHAN, David F.</p> <p>SCHEAFFER, Richard L.</p> <p>MENDENHAL L, William.</p> <p>OTT, Lyman.</p> <p>BOLFARINE, Heleno.</p> <p>BUSSAB, Wilton de Oliveira.</p> <p>BARBETTA, Pedro Alberto.</p> <p>ESPINOSA, Mariano Martinez.</p> <p>REZENDE, Arthur Cardozo.</p> <p>CASTELO, Lucas Matos.</p>	<p>MARCONI, Marina de Andrade.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria.</p> <p>SILVA, Nilza Nunes da.</p> <p>RODRIGUES, Dayane de Carvalho.</p> <p>MARCON, Samira Reschetti.</p> <p>BIESKI, Isanete G. C.</p> <p>MARTINS, Domingos Tabajara de Oliveira.</p>	
--	--	--	--	---	--	--

				MOURA, Marcus Vinicius Duarte.  ESPINOSA, Mariano Martinez.  SPINOSA, Mariano Martinez.		
--	--	--	--	--	--	--

**4º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
14. Política Social I	Obrigatória	64 horas	7	1 DUARTE, Marcus Paulo Eiffle.	6 BEHRING, Elaine Rossetti.  BOSCHETTI, Ivanete.  PEREIRA, Potyara A.  BARRETO, Patrícia Baptista.  PINHEIRO, Lu ci.  RIBEIRO, Isabela Ramos.	0
15. Ética Profissional da/do Assistente Social	Obrigatória	64 horas	9	1 SARENTMO, Hélder Boska de Moraes.	8 BARROCO, Maria Lúcia Silva.  BARROCO, Maria Lúcia Silva.  PAIVA, Beatriz.  SALES, Mione.  VINAGRE, Mônica.  PEREIRA, Tânia Maria Diniz.  ZENERATTI, Gabriella	0

					Mariano Munhoz. GUEDES, Olegna de Souza.	
16. Pesquisa em Serviço Social I	Obrigatória	64 horas	7	4 DEMO, Pedro.  MORAES, Carlos Antonio de Souza.  PEREIRA, José Matias.  NETTO, José Paulo.	3 BARROCO, Maria Lúcia Silva.  GOLDENBERG, Mirian.  MINAYO, Maria Cecília et al.	0

## 5º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
17. Política Social II	Obrigatória	64 horas	8	2 BARCELLOS, Warllon de S.  DUARTE, Marco José de O (orgs.).	6 COUTO, Berenice Rojas.  YAZBEK, Maria Carmelita.  RAICHELIS, Raquel.  BOSCHETTI, Ivanete.  PEREIRA, Potyara A.P.  BOSCHETTI Ivanete (org.)	0
18. Gestão Social II	Obrigatória	64 horas	5	0	5 BAPTISTA, Myrian Veras.  VASCONCELOS, Ana Maria.  PAULA, Luciana G. Pereira de.  SILVA, Laira L. dos Santos.  SILVA, Nicole C. Oliveira.	0
19. Gênero e Etnia	Obrigatória	64 horas	11	2	9	0

				DUARTE, Marco José O.	SAFFIOTI, Heleieth.	
				ALMEIDA, Guilherme S.	PISCITELLI, Adriana.	
					LOURO, Guacira L.	
					CISNE, Mirla.	
					SANTOS, Silvana Mara M.	
					PATEMAN, Carole.	
					PEIXOTO, Valdenízia B.	
					PAIVA, Sabrina P.	
					IRINEU, Bruna A.	

A disciplina “Gênero e Etnia” embora sua ementa proponha abordar a interseccionalidade entre gênero, feminismo, raça/etnia e classe social no contexto das políticas públicas, na prática, observou-se um esvaziamento da perspectiva racial.

A justificativa da disciplina reforça a importância do enfrentamento ao racismo, sexismo e das violências contra a comunidade LGBTQIAPN+ como fenômenos globais que marcam o processo civilizatório moderno e, portanto, reafirma a centralidade desses debates na formação de assistentes sociais. O objetivo geral também parece coerente com uma proposta interseccional, ao afirmar que pretende articular gênero, raça, sexualidade e classe aos fundamentos do Serviço Social.

Contudo, essa coerência entre ementa, justificativa e objetivo não se sustenta quando se observa a bibliografia básica da disciplina. Nela, nenhuma autora negra é referenciada. Autoras brancas feministas como Heleieth Saffioti (2004), Guacira Louro (1997), Adriana Piscitelli (2002) e Carole Pateman (1993) compõem a bibliografia básica, revelando um recorte teórico que prioriza a categoria gênero de maneira eurocentrada e branca, não integrando a racialização das experiências sociais.

Ainda que algumas produções voltadas à questão étnico-racial estejam incluídas na bibliografia complementar, como os textos de Márcia Campos Eurico (2013) “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional” e da Roseli da Fonseca Rocha (2009) “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”, a ausência de autoras negras demonstra distanciamento entre o que

está proposto no texto da ementa e a escolha das produções teóricas aponta para um esvaziamento do debate racial e uma tendência à manutenção do feminismo hegemônico e branco como referencial predominante.

Tal incongruência compromete a formação crítica e antirracista do profissional de Serviço Social, sobretudo em um país marcado por um racismo estrutural e atinge de maneira mais violenta as mulheres negras.

Essa análise crítica da bibliografia adotada na disciplina Gênero e Etnia é corroborada pela pesquisa de Suzy Costa e Silva (2023), que, ao analisar os planos de ensino da referida disciplina entre 2019 e 2022, demonstrou a repetição de um padrão seletivo de referências teóricas.

A autora identifica a predominância de nomes como Heleieth Saffioti, Guacira Louro e Adriana Piscitelli nas discussões sobre gênero, Mirla Cisne, Carole Pateman, além das estadunidenses bell hooks e Angela Davis no campo do feminismo e Márcia Eurico Campos e Silvio Almeida como referências no debate racial.

Suzy Costa e Silva (2023) destaca a ausência das produções de Lélia Gonzalez, considerada uma das fundadoras do feminismo negro no Brasil. Sua ausência nos planos de ensino e, especialmente, nos Núcleos de Fundamentos da Formação do curso de Serviço Social da UFMT, indica não apenas uma tentativa de silenciamento, mas a continuidade de uma lógica acadêmica que privilegia autoras brancas, ainda que trate de temáticas ligadas à raça e ao gênero.

#### 6º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
19. Infância, Adolescência, Juv. e Políticas Sociais	Obrigatória	64 horas	8	1 NOGUEIRA NETO, Wanderlino.	7 RIZZINI, Irene (Org). LEAL, Maria C. (orgs) RIZZINI, Irene ABRAMO, Helena Wendel NOVAIS, Lilians L.C.C.	0

					GONÇALVES, Gisele. MELO, Camila Gibin.	
20. Direito e Legislação Social	Obrigatória	64 horas	4	3 AGUIAR, Roberto.  FILHO, José Cláudio Monteiro de Brito.  SIMÕES. Carlos.	1 BENEVIDES, Maria Victoria.	0
21. Diversidade Étnica: estudos sobre os povos indígenas	Obrigatória	64 horas	15	8 ALBERT, Bruce.  HECKENBER GER, Michael (orgs).  MUNDURUKU , Daniel.  SANTOS GRANERO, Fernando.  SILVA, Sérgio Baptista da.  KRENAK, Ailton.  KOPENAWA, Davi.  ALBERT, Bruce.	7 RAMOS, Alcida Rita.  CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.)  RAMOS, Alcida Rita (Org.)  FRANCHETT, Bruna.  CUNHA, Manuela Carneiro da.  TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. et al (orgs.)  VILAÇA, Aparecida.	0
22. Estágio Supervisionado II	Obrigatória	128 horas	3	1 MARTINS, Ludson Rocha.	2 BERTOLLO, Kathiuça.  LIMA, Joseane Barbosa de.	0

A análise da disciplina "Diversidade Étnica: estudos sobre os povos indígenas" revela uma consonância com os objetivos delineados em sua ementa, de abordar o estudo de sociedades e culturas indígenas brasileiras, destacando os modelos socioculturais, as relações com o ambiente, a terra, o contexto interétnico, as políticas públicas de estado no âmbito da saúde, educação e terra, bem como tratar da presença indígena na região Centro-Oeste e Amazônia brasileira.

Esta pesquisadora tem ciência de que as produções teóricas utilizadas estão em consonância com a proposta da disciplina e as especificidades culturais e regionais do território onde a universidade se localiza. Contudo, faz-necessário pontuar que ao expandirmos a análise para a vasta composição étnica que compõe o Brasil, torna-se imprescindível reconhecer que a diversidade nacional transcende os povos originários. Comunidades quilombolas, com suas histórias de resistência e legados culturais, e outros grupos étnicos que aqui se estabeleceram, como japoneses, chineses, sírios e libaneses, cada um aportando tradições culturais e religiosas específicas, também são pilares da nossa formação étnica.

Nesse contexto de pluralidade, a discussão sobre o racismo demanda uma especificidade crucial: a identificação da etnia alvo. As manifestações e os impactos do racismo não são homogêneos, variando significativamente entre os diversos grupos étnico-raciais que coexistem no Brasil.

É igualmente fundamental a diferença conceitual entre "raça" e "etnia". Enquanto "raça" como constructo sociológico que se ancora nos fenótipos, sendo amplamente compreendida como uma construção social, "etnia" abarca dimensões culturais como a língua, a religião e as tradições que caracterizam o grupo. De acordo com os dados do IBGE de 2010, constatação da existência de mais de 305 etnias de povos originários no Brasil sublinha a diversidade existente.

Portanto, faz-se necessário ao interpretarmos os dados, nos debruçarmos sobre a questão étnico-racial, a amplitude da diversidade étnica brasileira e a singularidade das experiências de cada grupo em face do racismo e das políticas públicas. Essa perspectiva multifacetada nos permite uma compreensão crítica e totalizante das multideterminações do real.

**7º período:**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
23. Serviço Social e Gerontologia	Obrigatória	64 horas	17	1 AIVES Giovanni.	16 CAMARANO, Ana A.  BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva.	0

					GIACOMIN Karla Cristina.  TEIXEIRA, Solange Maria.  TEIXEIRA, Solange Maria.  TEIXEIRA, Solange Maria.  TEIXEIRA, Solange Maria.  TORRES, Mabel M.  CUNHA, Adriana Rodrigues.  SILVA, Maria do Rosário de Fátima.  VIANA DA SILVA BERZINS, Marília Anselmo.  GIACOMIN, Karla Cristina.  CAMARANO, Ana Amélia.  CAMPELO, Sálvea de Oliveira.  SOARES, Paiva Nanci.  SANTOS, Maria Florência dos.	
--	--	--	--	--	--	--

**8º período:**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
24. Sem. Tópicos Especiais em Serviço Social	Obrigatória	64 horas	3	1 KOSIK, Karel.	2 COELHO. Marilene.	0

					SANTOS. Josiane Soares.	
25. Trabalho de Curso (TCC)	Obrigatória	32 horas	2	2 Marx, Karl.  NETTO, José Paulo.	0	0

### 3.1.4 Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Região Leste

O curso de Serviço Social da UFES foi criado em 1970 a partir da resolução nº 12 do Conselho Universitário e foi oficialmente reconhecido pelo Decreto-Lei nº 79.062/76. Ao longo dos anos, o curso passou por diversas reformulações curriculares para se adequar às mudanças sociais e às diretrizes do ensino superior brasileiro. Em 2001, foi aprovado um novo Projeto Pedagógico, que sofreu alterações em 2006, seguindo as orientações da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

O curso está integrado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) no campus da UFES, situado em Vitória, capital do Espírito Santo. O acesso à graduação ocorre anualmente por meio SISU com as notas do ENEM como critério de seleção. A oferta do curso se dá nos turnos diurno e noturno.

No processo de coleta de dados, o acesso aos planos de ensino foi realizado por meio de consulta ao site institucional, onde esses documentos são disponibilizados publicamente, disponível em: <https://servicosocial.ufes.br/20232>. A análise concentrou-se nos planos de ensino referentes ao semestre 2/2023, nas por 30 disciplinas, sendo 27 de caráter obrigatório e 3 optativas ofertadas no primeiro e ao oitavo períodos do curso.

**Tabela 6** - Planos de Ensino da Universidade Federal Do Espírito Santo (UFES) – Região Leste



Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
1. Introdução ao Serviço Social	Obrigatória	60 horas	13	0	10 ABRAMIDE S, Maria Beatriz Costa.  CABRAL, Maria do Socorro Reis.  YAZBEK, Maria Carmelita.  MARTINELLI, Maria Lúcia.  RAICHELIS, Raquel.  DALTON, Andréa Monteiro.  SILVA, Jeane Andréia Ferraz.  PASSAMANI, Maria Emília.  BOSCHETTI, Ivanete.  FARAGE, Eblin.	3 ALMEIDA, Magali da Silva.  ROCHA, Roseli.  BRANCO, Suelma Inês Alves.
Produção Teórica da Dra. Magali da Silva Almeida Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).						
Produção Teórica da Dra. Roseli Rocha docente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).						
Produção Teórica da Mestre Suelma Inês Alves de Deus foi docente na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (FAPSS-SCS), na Universidade de Guarulhos (UNG) e na graduação de Serviço Social da Faculdade de São Paulo (FSP).						
ALMEIDA, M. S.; ROCHA, R. F.; BRANCO, S. I. D. Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, M. L. O (org.). Congresso da Virada e Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.						
2. Oficina Questão Social e Serviço Social	Obrigatória	60 horas	7	3 LARA, Ricardo.  MARANHÃO, César.  NETTO, José Paulo.	2 IAMAMOTO, Marilda.  YASBEK, Maria Carmelita.	2 GONÇALVES, Renata.  SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de.
Produção Teórica da Dra. Renata Gonçalves docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).						

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018

Produção Teórica da Dra. Cristiane Luiza Sabino Souza docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n.2, p.33-55, ago. 2022.

Na disciplina “Introdução ao Serviço Social”, destaca-se a leitura do texto “Assistentes sociais negras na construção da virada do Serviço Social brasileiro”, de Magali da Silva Almeida, Roseli Rocha e Suelma Inês Alves de Deus, publicado como capítulo de livro na obra organizada por Silva (2019). As autoras contribuem de maneira incisiva para o debate sobre a inserção da questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional, a partir da produção crítica de assistentes sociais negras desde o final da década de 1980.

No início, as autoras afirmam que a relação entre antirracismo e democracia como um imperativo para a concretização dos direitos humanos no Brasil, pontuam também que a análise das relações raciais realizada por assistentes sociais negras rompeu com o mito da democracia racial, trazendo o racismo como elemento estruturante das condições de vida, trabalho e resistência da população negra, conforme definida pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

A produção teórica dessas profissionais foi fundamental para tensionar os limites do Projeto Ético-Político do Serviço Social, expondo o racismo institucional presente na formação e no trabalho profissional. As autoras ressaltam que o Serviço Social brasileiro não está imune à reprodução das opressões de raça, classe e gênero, pois carrega as contradições da formação sócio-histórica do país, pelo regime escravista e pela posterior precarização das condições de vida da classe trabalhadora negra no pós-abolição.

Nas considerações finais, o texto reafirma a necessidade de uma análise crítica das relações raciais em sua totalidade e da incorporação da educação para as relações étnico-raciais na formação profissional, conforme estabelecido pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Destaca-se, assim, o protagonismo das assistentes sociais negras na produção de conhecimento, na incidência política e na formulação de práticas antirracistas.

Na disciplina "Oficina Questão Social e Serviço Social" foi trabalhado o artigo “Quando a questão racial é o nó da questão social” de Renata Gonçalves (2018), publicado na revista *Katálysis*. A autora, docente da Universidade Federal de São

Paulo (Unifesp), sustenta que a questão racial constitui o "nó" da questão social no Brasil.

Renata Gonçalves (2018) propõe uma análise que coloca a questão racial no centro da compreensão da questão social brasileira. A autora argumenta que a racialidade não se configura como mera decorrência ou expressão da questão social, mas sim como um elemento que a antecede e a estrutura de forma fundamental.

Para Gonçalves (2018), a gênese da desigualdade social no Brasil está intrinsecamente ligada à formação de nossa sociedade a partir da escravidão. A escravidão não apenas estabeleceu uma estrutura de exploração econômica, mas também construiu uma hierarquia racial que perdurou mesmo após a abolição. A ideologia do branqueamento e a política de imigração seletiva implementadas no pós-abolição são exemplos de como o racismo foi utilizado para moldar o projeto de nação e excluir a população negra.

Nesse sentido, a autora demonstra que a questão racial atuou como alicerce para a desigual distribuição de riquezas e para a conformação das classes sociais no Brasil. A raça, portanto, não é apenas um marcador social, mas um princípio organizador das relações de poder e das oportunidades no capitalismo brasileiro. Além disso, Renata (2018) critica a maneira como o Serviço Social, desde sua origem, abordou a questão social de maneira desatenta à racialidade. A profissão, influenciada pelo mito da democracia racial e por concepções eugenistas, não reconheceu o racismo como elemento estruturante da desigualdade que buscava combater.

O artigo "Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil" de Cristiane Luiza Sabino de Souza (2022), docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também foi mencionado na disciplina. Nele, a autora analisa a relação entre racismo e superexploração da força de trabalho no Brasil, a partir do materialismo histórico-dialético.

A autora problematiza a história do trabalho e da classe trabalhadora brasileira, argumentando que o racismo é um elemento central para compreender as relações sociais no capitalismo dependente latino-americano, influenciando a produção de riquezas, a acumulação de capital e a luta de classes.

Souza (2022) discute o memoricídio instituído pela ideologia da branquitude, que fragmenta a compreensão da história do trabalho e da classe trabalhadora, buscando apagar a história de luta e rebeldia da população negra escravizada. A

recuperação dessa memória histórica é essencial para entender a dinâmica da sociedade brasileira, cuja gênese na invasão colonial e na expropriação impactou a formação da luta de classes, impedindo que negros e indígenas se apropriassem dos meios de produção.

A autora demonstra como as relações de exploração no escravismo colonial deixaram marcas profundas na sociedade do trabalho "livre" subsequente, influenciando a estruturação do poder burguês dependente contra a classe trabalhadora, em particular a parcela negra e indígena. Compreender a luta de classes no capitalismo dependente exige reconhecer a recriação e o aprofundamento das bases de exploração forjadas no escravismo.

Por fim, a produção aponta para o contexto contemporâneo de dominação neoliberal, com a radicalização da pilhagem da riqueza e a destruição de direitos, onde o racismo e o monopólio da terra aprofundam a exploração, especialmente da população negra e indígena, como evidenciado pela guerra às drogas e pela violência ligada à questão da terra. Souza (2022) conclui que a classe trabalhadora precisa reformular o embate, recuperando a memória histórica das lutas contra a opressão para construir coletivamente uma práxis transformadora contra as diversas formas de dominação colonialista e o fetiche da mercadoria.

A inclusão desses textos no plano de ensino aponta para uma tentativa de vincular a análise da questão social à centralidade da questão racial, reconhecendo a racialização das relações sociais e suas implicações na constituição da classe trabalhadora no Brasil. As produções articulam categorias como racismo estrutural, superexploração e classe social, oferecendo contribuições críticas ao debate sobre a formação sócio-histórica do país e as determinações do trabalho sob a lógica capitalista.

## 2º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
3. Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serv. Social I	Obrigatória	60 horas	14	7 ALVES, Leonardo Dias.	6 IAMAMOTO, Marilda.  IAMAMOTO, Marilda.	1 SILVA, Ana Paula Procópio da.

				CASTRO, Manuel Manrique. ESCORSIM NETTO, L. GOES, Weber Lopes. CARVALHO, Raul. de. AGUIAR, Antônio Geraldo de. NETTO, José Paulo.	MARTINELL I, Maria Lúcia. YASBEK, Maria Carmelita. IAMAMOTO, Marilda. YASBEK, Maria Carmelita.	
Produção teórica da Dra. Ana Paula Procópio da Silva docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).						
SILVA, Ana Paula da. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios. In. GONÇALVES, Renata (Orgs.) Antirracismos e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2022.						
4. Teoria Política	Obrigatória	60 horas	10	9 BOBBIO, Norberto. BOYLE, David. CARNOY, Martin. CHATELET, François. FERNANDES, Florestan (org.) GRAMSCI, Antônio. KRISCHKE, Paulo (org.) MAQUIAVEL, Nicolau. WEFFORT, Francisco C.	1 KRISTSCH, Raquel.	0
5. Formação Socioeconômica do Espírito Santo	Obrigatória	60 horas	26	6 PLATKÓVSKI, V.; TITARENKO, S. MARX, Karl. FALEIROS, Rogério N. MERCHÂN-HAMANN, Edgar.	20 COLAO, Magda Maria. MARETO, Kalna. MOREIRA, Vânia Maria Losada. GRAZZIOTTI, Marinete Simões.	0

				SEVERO, Denise O.	MATTOS, Rossana Ferreira da Silva.	
					VARGAS, Neide C.	
					VIEIRA, Vanda de Souza.	
					LIMA, Aline Souza de.	
					TEAO, Kalna M.	
					SANTOS, Silvéria M.	
					OLIVEIRA, Vilma B. de.	
					HOEFEL, Maria da G. L.	
					MASCARENHAS, Raquel M.	
					XAVIER, Gabriela de S.	
					KUNZ, Gilderlânia S.	
					HECKERT, Ana L.	
					CARVALHO, Silvia V.	
					FREIRE, Lúcia M. de B.	
					PRESCHOLDT, Soraya G.	
					FORTUNATO, Daniëlle de. O. B.	

Na disciplina "Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I" foi identificada a presença da produção teórica da autora Ana Paula Procópio da Silva, por meio do capítulo intitulado "Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço

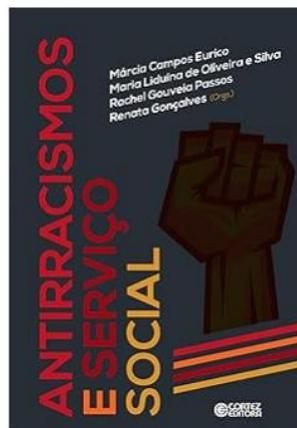
Social brasileiro: apontamentos introdutórios", publicado na coletânea Antirracismos e Serviço Social pela Editora Cortez em 2022.

No capítulo, a autora argumenta que o Serviço Social brasileiro nasceu intrinsecamente ligado a um contexto pós-abolicionista marcado pelas transformações sociais e pela influência das ideias racistas e eugenistas da elite intelectual colonizada.

Ela aponta que o debate teórico-metodológico da profissão, mesmo buscando a contemporaneidade e uma perspectiva crítico-dialética, precisa incorporar de forma explícita as categorias centrais do modo de produção capitalista e os elementos concretos da realidade brasileira, onde o racismo e o higienismo atuaram na sua gênese e continuam a moldar as relações sociais e a institucionalização do Serviço Social no país.

A autora enfatiza a necessidade de que a formação social e histórica brasileira, com suas desigualdades estruturais e práticas racistas e discriminatórias, seja um dado fundamental a ser dissecado e compreendido para a apreensão da gênese e das concepções ético-políticas e teórico-práticas que definem o Serviço Social no Brasil. Em suma, o capítulo busca evidenciar como o racismo e o higienismo foram estruturantes na formação do Serviço Social brasileiro e como essa herança ainda precisa ser considerada na análise da profissão.

**Figura 7** - Livro intitulado Antirracismos e Serviço Social organizado por Maria Campos Eurico, Maria Liduina de Oliveira e Silva, Rachel Gouveia Passos e Renata Gonçalves



Fonte: Editora Cortez

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
6. Fundamentos Teórico-metodológicos do Serv. Social II	Obrigatória	60 horas	6	4 FERNANDES, Florestan.  MOURA, Clóvis.  NETTO, José Paulo.  NETTO, José Paulo.	2 IAMAMOTO; Marilda Villela.  SANTOS, Cláudia Mônica dos.	0
7. Política Social	Obrigatória	60 horas	17	2 SALVADOR, Evilásio.  TEIXEIRA, Rafael Vieira	15 BEHRING, Elaine Rossetti.  BOSCHETTI, Ivanete.  PEREIRA, Potyara Amazoneida.  BEHRING, Elaine Rossetti.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  NALESSO, Ana Patrícia Pires.  RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral.  MIOTO, Regina Célia Tamaso.  NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro.  GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos  DAMASCENO, Heide de Jesus.  SOARES, Raquel Cavalcante.	0

					CORREIA, Maria Valéria Costa.	
					SANTOS, Viviane Medeiros dos.	
					SPOSATI, Aldaíza.	

**4º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
8. Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serv. Social III	Obrigatória	60 horas	7	2 NETTO, José Paulo.  FAGUNDES, Gustavo	4 IAMAMOTO, Marilda Vilela.  SANTOS, Cláudia Monica dos.  YAZBEK, Maria. Carmelita.  FERREIRA; Carla. Cecília	1 EURICO, Marcia Campos.
Produção Teórica da Dra. Márcia Campos Eurico docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP.						
EURICO, Marcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p.515-529, set./dez.2018 <a href="http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.157">http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.157</a> .						
9. Serviço Social e Subjetividade	Obrigatória	60 horas	11	8 ANTUNES, Ricardo.  DUARTE, Marco J. de O. S.  IASI, Mauro L.  LESSA, Sérgio.  TONET, Ivo.  NETTO, José Paulo.  NICÁCIO, Erimaldo Matias.  SAVIANI, Dermeval.	3 AITA, Elis Bertozzi.  FACCI, Marilda Gonçalves Dias.  REMPEL, Enaide Tereza.	0

10. Fundamentos Éticos e Ética Profissional	Obrigatória	60 horas	5	2 NETTO, José Paulo.  TERRA, Sílvia Helena	3 BARROCO, Maria Lúcia.  BRITES, Cristina.  BARROCO, Maria Lúcia.	0
11. Segurança Social I – Assistência e Previdência	Obrigatória	60 horas	22	3 SALVADOR, Evilásio.  QUIRINO, Manuel.  MOURA, Clóvis.	19 BOSCHETTI, Ivanete.  BOSCHETTI, Ivanete.  TEIXEIRA, Sandra Oliveira.  BOSCHETTI, Ivanete.  SILVA, Maria Lucia Lopes da.  DA SILVA, Maria Lucia Lopes.  LIMA, Jéssika Larissa Sousa.  CARTAXO, Ana Maria.  CABRAL, Maria do Socorro Reis.  MOTA, Ana Elizabete.  YAZBEK, Maria Carmelita.  COUTO, Berenice Rojas.  YASBECK, Maria Carmelita.  RAICHELIS, Raquel.  SILVA, Maria Ozanira da.	0

					ARAUJO, Cleonice Correia.  LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada.  BEHRING, Elaine.  BOSCHETTI , Ivanete Salete.	
12. Processo .de Trabalho do Serviço Social	Obrigatória	60 horas	13	9 ANDERSON, Perry.  ANTUNES, Ricardo.  CARCANHOL O, Reinaldo.  CARCANHOL O, Reinaldo.  PRIEB, Sérgio Alfredo Massen.  ENGELS, Friedrich.  HARVEY, David.  MARX, Karl.  MATOS, Maurílio Castro de.	4 IAMAMOTO. Marilda Vilela.  IAMAMOTO. Marilda Vilela.  MOTA. Ana Elizabeth.  MORAES, Lívia de Cássia Godoi.	0
13. Seguridade Social II – Saúde	Obrigatória	60 horas	16	6 CECÍLIO, Luiz Carlos.  OUVENEY, Assis.  FOUCAULT, Michel.  PAIM, Jairnilson.  PAIM, Jairnilson.  SCLAR, Moacyr.	10 BAHIA, Ligia.  DUARTE, Maria José.  FLEURY, Sonia.  GIOVANELL A, Lígia.  LESSA, Ana Paula Girão.  MELO, Deláine Cavalcanti Santana de.	0

					SOARES, Raquel Cavalcante	
					VIEIRA, Ana Cristina de Souza.	
					VASCONCE LOS, Ana Maria.	
					DRAGO, Leandra Maria Borlini.	

Na disciplina "Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social III", foi identificada o artigo intitulado "A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social", publicado na revista Serviço Social & Sociedade (n. 133, set./dez. 2018) de autoria de Márcia Campos Eurico.

#### 5º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
14. Oficina de Trabalho com Indivíduos	Obrigatória	60 horas	11	1 PONTES, Reinaldo.	10 GUERRA, Yolanda.  SILVA, Maria Salette.  MOURA, Reidy Rolim de.  FRANCO, Abigail de Paiva.  FÁVERO, Eunice Teresinha.  OLIVEIRA, Rita C. S.  MIOTO, Regina Célia Tamaso.  TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes.	0

					TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes.  SANTOS, CI áudia Monica.	
15. Processo Grupal	Obrigatória	60 horas	20	10 CARLOS, Sergio Antonio.  FREIRE, Paulo.  STRECK, Danilo R.  REDIN, Euclides.  ZITKOSKI, Jaime J.  BEAUCHAMP, André.  GRAVELINE, Roger.  QUIVIGER, Claude.  NETO, Pedro M. da S.  MOREIRA, Carlos F. N.	10 LANE, Silvia T. M.  MIOTO, Regina Célia.  EIRAS, Alex andra Aparecida Leite Toffanetto Seabra.  CASTILHO, Aurea.  SILVA, Vanessa J.  TRASPADIN I, Roberta.  ANDRADE, Ana Carolina Costa.  CARVALHO, Noeme C.  DIAS, Maria S. de L.  PRATES, Jane. C. A.	0
16. Processos Comunitários e Mobilização Social	Obrigatória	60 horas	22	9 BALDI, Luiz Agostinho de Paula.  VALDO, João Paulo da Silva.  FERNANDES, Florestan.  IASI. Mauro Luís.  KOSIK, Karel.  LUKACS, George.  MARX, Karl.  PRADO, Fernando Correa.	12 ABREU, Marina Maciel.  ABREU, Marina Maciel.  CARDOSO, Franci Gomes.  AMMANN, Safira Bezerra.  DURIGUETT O, Maria Lúcia.  ABRAMIDE	1 ELPÍDIO, Maria Helena.

				STEDILE, João Pedro.	S, Maria Beatriz.  DURIGUETT O, Maria Lúcia.  FARAGE Eblin.  HELFREICH Francine.  IAMAMOTO, Marilda Vilela. TRASPADIN I, Roberta.  SANTOS, Cláudia Monica dos.	
Produção Teórica da Dra. Maria Helena Elpidio docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.22, nº 02, 2022, pg. 316-333. Disponível em: <a href="file:///C:/Users/monic/Downloads/39548-Texto%20do%20artigo-168529-1-10-20221209.pdf">file:///C:/Users/monic/Downloads/39548-Texto%20do%20artigo-168529-1-10-20221209.pdf</a> .						
17. Estágio Supervisionado I	Obrigatória	60 horas	22	12 ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira.  SOUZA, Herbet José de.	10 AMARO, Sarita.  GOES. Alberta Emília Dolores de.  IAMAMOTO, Marilda Vilela.  LIMA, Telma Cristiane Sasso de.  MIOTO, Regina Célia Tamaso.  DAL PRÁ, Keli Regina.  LEWGOY, Alzira Maria Baptista.  SANTOS, Cláudia Mônica.  ABREU, Maria Helena Elpidio.  SANTOS, Cláudia Mônica.	0

18. Pesquisa em Serviço Social I	Obrigatória	60 horas	7	2 NETTO, José Paulo  OLIVEIRA, Guilherme Saramago.	5 DINIZ, Débora.  MUNHOZ, Ana Terra Mejia.  GUERRA, Yolanda.  CUNHA, Ana Maria de Oliveira.  PRATES, Jane Cruz.	0
----------------------------------	-------------	----------	---	---	--	---

Na disciplina "Processos Comunitários e Mobilização Social", destaca-se a produção teórica da professora Maria Helena Elpídio, em coautoria com João Paulo da Silva Valdo, no artigo "O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional", publicado na Revista Libertas (v. 22, n. 2, 2022).

Os autores propõem uma reflexão crítica sobre os impasses enfrentados pelo Serviço Social diante da urgência de incorporar, de forma efetiva, o debate racial na formação profissional. Argumentam que, embora a profissão tenha acumulado nas últimas quatro décadas um legado crítico comprometido com um projeto societário anticapitalista, ainda persiste um tensionamento entre esse projeto e a herança conservadora ligada ao controle social da classe trabalhadora.

Essa tensão é agravada pelo contexto político contemporâneo, marcado pela ofensiva neoliberal, pela ascensão da extrema direita e pela intensificação das desigualdades, nas quais o racismo permanece como ferramenta ideológica de manutenção da supremacia branca e da ordem capitalista. A referida produção teórica foi utilizada no decorrer desta tese, por abranger elementos fundamentais da formação antirracista o processo de formação.

#### 6º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
------------	-------------------------	---------------	----------------------------------	-------------------------	-------------------------	--

19. Serviço Social e o Processo Decisório nas Organizações	Obrigatória	60 horas	10	5 ANDRADE, Renato.  CHIAVENATO, Idalberto.  FALEIROS, Vicente de Paula.  MAXIMIANO, Antonio César Amaru.  HARVEY, David.	5 BAPTISTA, Myriam Veras.  DEGENZAJN, Raquel Raichelis.  RICCO, Elizabeth de Melo.  FREIRE, Lúcia. M. B  MOTA, Ana Elizabete.	0
20. Planejamento em Serviço Social	Obrigatória	60 horas	10	0	10 BAPTISTA, Mirian Veras.  BERTOLLO, Kathiúça.  BOSCHETTI, Ivanete.  BONIN, Silvana.  KRÜGER, Tânia Regina.  COUTO, Berenice Rojas.  GUERRA, Yolanda.  SCHMITZ, Lindsey Oliva Fontana.  SCHAPPO, Sirlândia.  TEIXEIRA, Joaquina Barata.	0
21. Estágio Supervisionado II	Obrigatória	60 horas	16	1 NETTO, Jose Paulo.	15 AMARO, Sarita.  GOES. Alberta Emília Dolores de.  GUERRA, Yolanda.	0

					<p>LIMA, Telma Cristiane Sasso.</p> <p>MIOTO, Regina Célia.</p> <p>Tamaso; PRÁ, Keli Regina Dal.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista.</p> <p>SILVEIRA, Esalva Carvalho.</p> <p>PRATES, Jane Cruz.</p> <p>SANTOS, Cláudia Mônica dos.</p> <p>TRINDADE, Rosa Lúcia Predes.</p> <p>Yazbek, Maria Carmelita.</p> <p>BRAVO, Maria Inês.</p> <p>SILVA, Maria Liduína de Oliveira e.</p> <p>MARTINELL I, Maria Lúcia.</p>	
22. Pesquisa em Serviço Social II	Obrigatória	60 horas	13	<p>5</p> <p>LÖWY, Michael.</p> <p>MAY, Tim.</p> <p>QUIVY, Raymond.</p> <p>CAMPENHOUT, Luc van.</p> <p>OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.</p>	<p>8</p> <p>BOURGUIGNON, Jussara Ayres.</p> <p>DINIZ, Debora.</p> <p>MUNHOZ, Ana Terra.</p> <p>LIMA, Telma Cristiane Sasso de.</p> <p>MIOTO Regina Célia Tamaso.</p>	0

					MINAYO, Maria Cecília de Souza.  SOUZA, Angélica Silva de.  ALVES, Laís Hilário.	
--	--	--	--	--	---	--

## 7º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
23. Família, grupos e redes sociais	Obrigatória	60 horas	8	3 ENGELS, Friedrich.  LESSA, Sérgio.  MÉSZÁROS, István.	5 MIOTO, Regina Célia Tamaso.  CAMPOS, Marta Silva.  CARLOTO, Cássia Maria.  REIS, Isabel C. F.  SARTI, Cynthia A.	0
24. Gestão Social Participativa	Obrigatória	60 horas	23	6 ANDRADE, Renato.  MATOS, Maurílio Castro de.  MONTAÑO, Carlos.  NOGUEIRA, Marco Aurélio.  SALVADOR, Evilásio.  SOUZA FILHO, Rodrigo de.	17 ALESSIO, Maria Alice Gabiatti.  BRAVO, Maria Inês Souza.  FREIRE, Silene de Moraes.  BOSCHETTI , Ivanete.  TEIXEIRA, Sandra Oliveira.  BOSQUETTI , Ivanete.  DEGENZAJ N, Raquel Raichelis.  RICCO, Elizabeth de Melo.	0

					<p>PANSINI, Ana Lúcia de Lima.</p> <p>RIZZOTTI, Maria Luíza Amaral.</p> <p>SÁ, Jeanete Liasch Martins d.</p> <p>SANTOS, Josiane Soares.</p> <p>SILVA, Suellem Henriques da.</p> <p>NEVES, Angela Vieira.</p> <p>VALLE, Karla Fernanda.</p> <p>LEITE, Janete Luzia.</p> <p>TATAGIBA, Luciana.</p>	
25. Estágio Supervisionado III	Obrigatória	60 horas	10	1 GONÇALVES, André de Menezes.	<p>9 GUERRA, Yolanda.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista.</p> <p>LOPES, Gessica dos Santos Machado.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista.</p> <p>IAMAMOTO, Marilda Vilela.</p> <p>VASCONCE LOS, Ana M.</p> <p>MESQUITA, Andréa Pacheco de.</p> <p>GUERRA, Yolanda.</p>	0

					MANFROI, Vania Maria	
26. Atividades Complementares à Formação	Obrigatória	60 horas	Referencial de Regimento Geral para a disciplina Atividades Complementares e normas da ABNT.			

**8º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
27. Movimentos Sociais e Poder Local	Obrigatória	60 horas	21	6 CAMACHO, Daniel.  MARX, Karl. MARX, Karl. MONTAÑO, Carlos. NAKATANI, Paulo. VAKALOULIS, Michel.	15 ALONSO, Angela.  WARREN, Ilse,  FACCHINI, Regina. DO CARMO, Iris.  LIMA, Stephanie Pereira.  FARAGE, Eblin.  HELFREICH, Francine.  FERRAZ, Ana Targina Rodrigues.  BERNARDES, Franciani.  GOHN, Maria da Glória.  GOHN, Maria da Glória  GOHN, Maria da Glória.  DURIGUETTO, Maria Lúcia.  HOEVELER, Rejane Carolina.	0

					SCHERER-WARREN, Ilse.	
28. Política de Trabalho	Optativa	60 horas	9	6 CRUZ, César Albenes de Mendonça.  ANDRADE, Renato Almeida de.  MARINI, Rui Mauro.  MARINI, Rui Mauro.  ENGELS, Friedrich.  NAPOLEONI, Cláudio.	3 HIRATA, Helena.  TEIXEIRA, Sandra de Oliveira.  NEVES, Daniela.	0
29. Tópicos Especiais em Serviço Social II	Optativa	60 horas	8	2 KOSIK, Karel.  HORST, Claudio H. M.	6 GUERRA, Yolanda.  GUERRA, Yolanda.  RAMOS, Adriana.  SANTOS, Francine H. C.  SALAZAR, Silvia Neves.  ANACLETO, Talita Freire M.	0
30. Tópicos Especiais em Política Social Serviço Social, Pobreza e Segurança Alimentar e Nutricional	Optativa	60 horas	30	7 FREITAS, Carlos Machado de.  LEITE, Jáder Ferreira.  LÖSCH, Edaciano Leandro.  LARA, Ricardo.  SOARES, Marcos Antônio Tavares.  VALENTE, Flávio Luiz Schieck.	23 ALPINO, Tais de Moura Ariza.  MAZOTO, Maíra Lopes.  BARROS, Denise Cavalcante de.  AZEVEDO, Darana Carvalho de.  FROZI, Daniela Sanches.  BURLANDY, Luciana.	0

				VALLA, Victor Vincent.	MAGALHÃE S, Rosana.	
					GRISOTTI, Márcia.	
					GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.	
					LEÃO, Marília.	
					LEITE, Maria Laís dos Santos.	
					BRICARELL O, Patrizia Ana.	
					GAIA, Marília Carla de Mello.	
					BURLANDY, Luciana.	
					MAGALHÃE S, Rosana.	
					FROZI, Daniela Sanches.	
					MOTA, Ana Elizabete.	
					NOGUEIRA, Mariana Brito Horta.	
					PEREIRA, Simone Cardoso Lisboa.	
					CARRARA, Virginia Alves.	
					SILVA, Maria Ozanira da Silva.	
					STOTZ, Ethel Noia.	
					ALGEBAILÉ, Eveline B.	

### 3.1.5 Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC – Região Sul I

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criado em 1958, tendo sua autorização formalizada pelo Decreto nº 45.063/1958 e reconhecimento oficial em 1961, por meio do Decreto Federal nº 50.868. Sua criação resultou da articulação entre entidades sociais, filantrópicas e patronais catarinenses, com destaque para o apoio do SESI, SESC e da Fundação Vidal Ramos, que buscavam fixar profissionais de Serviço Social no estado (PPC, 2013).

Inicialmente vinculado à doutrina social da igreja católica, o curso passou por um processo de laicização e integração definitiva à UFSC na década de 1980, vinculando-se ao Departamento de Direito Público e Social do Centro Socioeconômico, mas houve negociações para que o Curso de Serviço Social ficasse vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) (PPC, 2013).

O currículo original refletia as bases conservadoras da formação profissional da época, com forte influência religiosa e filantrópica. A formação incluía disciplinas como Higiene, Cultura Religiosa e Ética Geral, além de estágios em obras sociais supervisionados por assistentes sociais.

Ao longo das décadas, o curso passou por diversas reformulações, especialmente após a implementação das Diretrizes Curriculares de 1996 e da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, sendo o atual Projeto Político Pedagógico com vigência de 2013.

Atualmente, o curso oferece 70 vagas por semestre (40 para o turno diurno e 30 para o noturno), com ingresso por meio do vestibular da UFSC, SISU/ENEM, transferências, retornos e convênios internacionais. A estrutura curricular se orienta pelas diretrizes do MEC e da ABEPSS.

Os planos de ensino referentes ao 02/2024 estão publicizados no site da instituição, disponíveis no link: <https://servicosocial.ufsc.br/planos-de-ensino-2024-2>. Foram analisadas 24 (vinte e quatro) disciplinas, sendo 23 de caráter obrigatório e 1 optativa, distribuídas entre o primeiro e o oitavo período do curso de Serviço Social noturno. No que se refere ao contato com a coordenação e a secretaria do curso, a pesquisadora foi prontamente atendida. A instituição demonstrou-se colaborativa, compreendendo a relevância da pesquisa realizada.

**Tabela 7 - Planos de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Região Sul**

**1º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
1. Serviço Social e Realidade Social I	Obrigatória	72 horas	7	3 IANNI, Otávio.  MOURA, Clovis.  SOUZA, Hebert José de.	4 MOTA, Ana Elizabete.  RAICHELIS, Raquel.  YAZBEK, Maria Carmelita.  YAZBEK, Maria Carmelita.	0
2. Oficina Introdução à Vida Acadêmica	Obrigatória	72 horas	1	0	1 CHAUÍ, Marilena de Souza.	0
3. Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social	Obrigatória	72 horas	21	10 RUIZ, João Álvaro.  GIL, Antonio Carlos.  SEVERINO, Antônio Joaquim.  RUIZ, João Álvaro.  SEVERINO, Antônio Joaquim.  CARVALHO Edmilson.  CARVALHO Edmilson.  LARA, Ricardo.  LUKACS, Gyorgy.  LARA, Ricardo.	11 ANDERY, Maria Amália et al.  MINAYO, Maria Cecília de Souza (org).  LIMA, Telma Cristiane Sasso de.  MIOTO, Regina Célia Tamaso.  MARSIGLIA, Regina Maria Giffon.  CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira.  FRAGA, Cristina Kologeski.  SPOSATI, Aldaíza.	0

					BOURGUIG NON, Jussara Ayres.  SETUBAL, Aglair Alencar.  SETUBAL, Aglair Alencar.	
4. Formação Sócio-histórico do Brasil	Obrigatória	72 horas	36	28 FAORO, Raymundo.  FURTADO, Celso.  CANDIDO, Antônio.  MONTAIGNE, Michel de.  GOMES, Flávio.  FAORO, Raymundo.  PRADO JÚNIOR, Caio.  FAORO, Raymundo.  FURTADO, Celso.  SCHWARZ, Roberto.  FAORO, Raymundo.  LEAL, Victor Nunes.  CARVALHO, José Murilo de.  COSTA, Emília Viotti da.  LEAL, Victor Nunes.  FURTADO, Celso.  MACHADO, Paulo Pinheiro.	8 CUNHA, Manuela Carneiro.  COSTA, Emília Viotti da.  RIBEIRO, Ana Maria Motta.  ALMEIDA, Maria Regina Celestino de.  COSTA, Emília Viotti da.  WOLFF, Cristina Scheibe.  COSTA, Emília Viotti da.  KATCATUR OV, Karen Armenovitch.	0

				<p>CUNHA, Euclides.</p> <p>FAORO, Raymundo.</p> <p>AMADO, Jorge.</p> <p>ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos.</p> <p>PADRÓS, Enrique Serra.</p> <p>CANDIDO, Antônio.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de.</p> <p>FAORO, Raymundo.</p> <p>FURTADO, Celso.</p> <p>LEAL, Victor Nunes.</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio.</p>		
5. Introdução à Teoria Sociológica	Obrigatória	72 horas	20	<p>17</p> <p>Thompson, Edward P.</p> <p>Marx, Karl.</p> <p>Engels, Friedrich.</p> <p>Durkheim, Émile.</p> <p>Weber, Max.</p> <p>Weber, Max.</p> <p>Adorno, Theodor.</p> <p>Horkheimer, Max.</p> <p>Elias, Norbert.</p> <p>Scottson, John L.</p> <p>Bourdieu, Pierre.</p> <p>Foucault, Michel.</p>	<p>3</p> <p>Fraser, Nancy.</p> <p>Honneth, Axel.</p> <p>Franco, Maria Sylvia de Carvalho.</p>	0

				Schwarz, Roberto.		
				Schwarz, Roberto.		
				Fernandes, Florestan.		
				Silva, Josué Pereira da.		
				Silva, Josué Pereira da.		

**2º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
6. Oficina Serviço Social e Produção Textual	Obrigatória	72 horas	8	3 FREIRE, Paulo.  SEVERINO, Antônio Joaquim.  RODRIGUE S, André Figueiredo.	5 MOTTA-ROTH, Désirée.  HENDGES, Graciela H.  ANDRADE, Maria Margarida.  MOTTA-ROTH, Désirée  HENDGES, Graciela H.	0

**3º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
7. Antropologia Social I	Obrigatória	72 horas	15	9 Durkheim, Émile.  MAUSS, Marcel.  LARAIA, Roque.	6 BENEDICT, Ruth.  MEAD, Margaret.  ABU-LUGHOD, Lila.	0

				LEACH, Edmund.  LARAIA, Roque.  LATOURE, Bruno.  CLASTRES, Pierre.  CLASTRES, Pierre.  AMARAL, Wagner.	ROCHA, Ana Luiza Carvalho da.  ECKERT, Cornelia.  BILAR, Jenifer.	
8. FHTM SSI	Obrigatória	72 horas	9	4 NETTO, José Paulo.  FAGUNDES, Gustavo Gonçalves.  CASTRO, Manuel Manrique.  CARVALHO, Raul de.	4 FERREIRA, Carla Cecilia Campos.  GUEDES, Olegna de Souza.  PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro.  IAMAMOTO, Marilda Vilela.	1 SOUZA, Cristiane Luiza Sabino.
Produção Teórica da Dra. Cristiane Luiza Sabino Souza docente na Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC).						
SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 373-391, jul. / dez. 2020 ISSN 1980-8518.						
9. Serviço Social e Economia Política	Obrigatória	72 horas	22	21 NETTO, José Paulo.  BRAZ, Marcelo.  NETTO, José Paulo.  BRAZ, Marcelo.  NETTO, José Paulo.  BRAZ, Marcelo.  MARX, Karl.  GALEANO, Eduardo.  CUEVA, Agu stín.	1 IAMAMOTO, Marilda Viela.	0

				WILLIAMS, Eric. WILLIAMS, Eric. NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. MARX, Karl. CARVALHO, Raul. NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. LARA, Ricardo. MARX, Karl. LARA, Ricardo. MARANHÃO, Cézar.		
10. Classes Sociais e Movimentos Sociais	Obrigatória	72 horas	13	6 OSORIO, Jaime. IANNI, Octavio. IASI, Mauro Luis. SILVEIRA, Ricardo de Jesus. LEITE, Roberio. MATTOS, Marcelo Badaró.	6 WOOD, Ellen M. GALVÃO, Andréia. CISNE, Mirla. ALVES, Andréa Moraes. DURIGUETTO, Maria Lucia. MARRO, Kátia.	1 SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de.
Produção Teórica da Dra. Cristiane Luiza Sabino Souza docente na Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC).						
SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020, p. 91-123.						
11. Serviço Social, Direito e Cidadania	Obrigatória	72 horas	14	12 COMPARATO, Fábio Konder. DALLARI, Dalmo de Abreu.	2 VIEZZER, Moema. COHN, Amélia.	0

				GRONDIN, Marcelo.		
				CARVALHO, José Murilo de.		
				SILVA, José Afonso da.		
				CARVALHO, José Murilo de.		
				LIMONGI, Fernando, et al.		
				SANTOS, Wanderley Guilherme dos.		
				COSTA, Alexandre B. et al.		
				CARVALHO, José Murilo de.		
				COMPARAT O, Fábio Konder.		
				SANTOS, Roberto Santana.		

Na disciplina "Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social I", foi identificada a utilização do artigo "Racismo, conservadorismo e Serviço Social", de Cristiane Luiza Sabino Souza, publicado na Revista Libertas (v. 20, n. 2, 2020). A autora propõe uma análise crítica sobre a articulação entre o conservadorismo e o Serviço Social, tomando como base a formação histórico-social da América Latina e do Caribe, marcada pela colonialidade e pelo racismo.

Partindo de um estudo bibliográfico, Souza (2020) destaca que o conservadorismo, nesta região, está profundamente vinculado ao colonialismo e à reprodução das desigualdades raciais e de classe. Nesse sentido, o racismo é apresentado não apenas como uma expressão do conservadorismo, mas como uma determinação fundamental para sua constituição histórica e sua permanência nas estruturas sociais e institucionais. A autora evidencia que essa lógica também permeia o Serviço Social, desde suas origens até os dias atuais, o que exige uma leitura crítica dos fundamentos da profissão.

Ao explorar essa relação, Souza (2020) aponta os limites teóricos e políticos que ainda dificultam uma compreensão mais radical da sociabilidade burguesa e de seus efeitos na formação profissional. Ela defende a necessidade de desvelar as raízes conservadoras que persistem no fazer profissional e nas diretrizes formativas, chamando atenção para o risco de se naturalizar práticas e discursos que reproduzem o racismo, o sexismo e a desigualdade social. Para a autora, enfrentar essas contradições requer um engajamento teórico e prático que possibilite a construção de estratégias de ruptura com o status quo.

A crítica ao conservadorismo não se limita, portanto, a uma perspectiva conjuntural. Souza (2020) argumenta que é imprescindível recuperar os fundamentos da formação social latino-americana a partir de uma leitura crítica e totalizante, que reconheça o colonialismo e o racismo como categorias teóricas centrais na análise da questão social e na estruturação da sociedade capitalista dependente. Nesse sentido, ela reafirma que a luta antirracista é uma tarefa coletiva, que ultrapassa a responsabilidade exclusiva de negros e indígenas, uma vez que o racismo é constitutivo das formas de dominação que moldam toda a sociedade. Reconhecer essa historicidade e atuar sobre ela é essencial para sustentar um Projeto Ético-Político profissional comprometido com a transformação social.

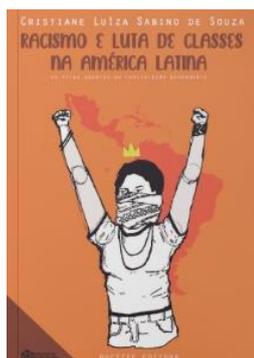
Na disciplina "Classes Sociais e Movimentos Sociais" foi utilizada a produção teórica de Cristiane Luiza Sabino Souza, especificamente o capítulo intitulado "Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente", presente em seu livro publicado pela Editora Hucitec, em 2020. A autora desenvolve uma análise crítica sobre a indissociabilidade entre o racismo e a luta de classes na América Latina, destacando o racismo como uma categoria fundamental para a compreensão da superexploração da força de trabalho nesse território.

Com base no materialismo histórico-dialético e no pensamento social crítico latino-americano, Souza (2020) afirma que a reprodução das relações sociais capitalistas na América Latina está alicerçada na permanência da negação ontológica dos povos negros e indígenas. Tal negação, segundo a autora, não é um resquício do passado, mas uma estratégia ativa e estrutural de manutenção da dependência capitalista, resultante de um processo histórico marcado pela colonização, escravidão e genocídio dos povos originários.

Cristiane Luiza Sabino Souza (2020) contribui para a compreensão de que a luta antirracista deve estar articulada à luta de classes, sendo impossível superá-la

sem a crítica radical ao próprio sistema capitalista. Assim, a autora denuncia as estratégias ideológicas que procuram dissociar essas dimensões e reafirma a importância de um projeto político que enfrente o racismo como uma determinação estruturante da sociabilidade latino-americana, em sua forma mais perversa e desigual.

**Figura 8** – Livro intitulado *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente* de autoria de Cristiane Luiza Sabino Souza



Fonte: Editora Hucitec

#### 4º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
12. FHTM SSII	Obrigatória	72 horas	12	6 AGUIAR, Antonio G.  NETTO, José Paulo.  PADRÓS, Enrique Serra.  VIEIRA, Evaldo.  NETTO, José Paulo.  REZENDE, Juliano Z.	6 GOIN, Mariléia.  KOSSLING, Karin Sant'Anna.  IAMAMOTO, Marilda Vilela.  YAZBEK, Maria Carmelita.  DURIGUETT O, Maria L.  NEGRI, Fabiana Luiza.	0
13. Método Crítico Dialético	Obrigatória	72 horas	15	15 LENIN, Vladimir.	0	0

				LÖWY, Michael.  NETTO, José Paulo.  KONDER, Leandro.  MARX, Karl.  FRIEDRICH, Engels.  WILLIAMS, Raymond.  GRESPAN, Jorge.  CARCANHOL O, Reinaldo.  PRIEB, Sérgio A. M.  NETTO, José Paulo.  KONDER, Leandro.  MUSTO, Marcello.  MARX, Karl.  SILVA, Ludovico.		
14. Política Social	Obrigatória	72 horas	17	0	16 PEREIRA, Potyara A. P.  SOUZA, Celina.  PEREIRA, Potyara A. P.  BEHRING, Elaine R.  BOSCHETTI , Ivanete.  BEHRING, Elaine R.  BOSCHETTI , Ivanete.  BEHRING, Elaine R.	1 COSTA, Gracyelle.

					BOSCHETTI , Ivanete.	
					BEHRING, Elaine R.	
					BOSCHETTI , Ivanete.	
					BEHRING, Elaine R.	
					BOSCHETTI , Ivanete.	
					PEREIRA, Potyara A.	
					PEREIRA, Potyara A.	
					STEIN, Rosa Helena.	
Produção Teórica da Dra. Gracyelle Costa Ferreira docente na Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).						
COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Em Pauta, Rio de Janeiro, v.18, n.46, p.68-84, 2020. Disponível em: <a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/51982">https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/51982</a> .						

No artigo “Trabalhadores negros na origem da política social brasileira”, publicado na revista *Em Pauta* (v. 18, n. 46, 2020), Gracyelle Costa Ferreira propõe uma releitura crítica da história da política social no Brasil, centrando sua análise na presença ativa dos trabalhadores negros na conformação das primeiras experiências de proteção social no país.

A autora parte da constatação de que, tradicionalmente, os estudos da área associam a origem da política social brasileira a três categorias de trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários sem, no entanto, considerar de forma aprofundada a composição étnico-racial desses segmentos. Sua proposta, portanto, é identificar a presença e a ação dos trabalhadores negros nesse processo histórico, evidenciando suas estratégias autônomas de organização e proteção social.

A pesquisa, de cunho bibliográfico e metodologicamente orientada pela história social do trabalho, demonstra que os trabalhadores negros, especialmente os portuários cariocas, não apenas integraram os segmentos considerados na origem da política social, como também protagonizaram formas próprias de sociabilidade e solidariedade racial e classista.

Gracyelle Costa também evidencia (2020) como os sindicatos de portuários se tornaram espaços de articulação política e cultural, onde a identidade negra se

expressava de modo multifacetado. Figuras como João da Baiana e Mano Elói simbolizam essa articulação entre o trabalho, o samba, a religião e a militância sindical. O Sindicato da Resistência, com ampla participação negra, originou em 1940 o Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano, demonstrando como a luta sindical e a resistência cultural negra caminharam juntas na construção de espaços de reconhecimento e dignidade.

#### 5º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
14. Ética Profissional do Serviço Social	Obrigatória	72 horas	10	1 VAZQUEZ, Adolfo Sanches.	9 BARROCO, Maris Lucia Silva.  OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de.  CHAVES, Helena Lúcia Augusto.  PAIVA, Beatriz.  SALES, Mione.  BARROCO, Maris Lucia Silva.  TERRA, Sylvia Helena.  BARROCO, Maris Lucia Silva.  BARROCO, Maris Lucia Silva.	0
15. Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social	Obrigatória	72 horas	19	3 MATOS, Maurílio Castro de.  SCHERRER, Giovane.  MARTINS,	16 BAPTISTA, Myrian Veras.  GUERRA, Yolanda.	0

				Ludson Rocha.	RAICHELIS, Raquel.  GUERRA, Yolanda.  IAMAMOTO, Marilda Vilela.  MANFROI, Vania Maria.  RODRIGUE S, Aline de Andrade.  SANCHEZ CARAVACA, Nalá Ayalén.  SANTOS, Cláudia Mônica dos.  BRITES, Cristina.  CLOSS, Tháisa t.  LEWGOY, Alzira Maria Baptista.  SILVEIRA, Esalba Maria Carvalho.  PRATES, Jane Cruz.  TRINDADE, Rosa L. Predes.  TRINDADE, Rosa L. Predes.	
16. Serviço Social e Previdência Social	Obrigatória	72 horas	9	3 ARAÚJO, Cícero.  NAPOLITAN O, Marcos.  SALLUM, Brasílio.	6 SILVA, Maria Lucia Lopes da.  GRANEMAN Sara.  SILVA, Maria Lucia Lopes da.  LIMA, Jéssika Larissa Sousa.	0

					SILVA, Maria Lucia Lopes da.	
					SILVA, Maria Lucia Lopes da.	
17. Serviço Social e gênero	Optativa	72 horas	11	0	11 CISNE, Mirla.  SANTOS, Silvana Mara Morais.  INÁCIO, Miriam de Oliveira.  LUCIANO, Christiane dos Santos.  BAIRROS, Luiza.  KERGOAT, Danièle.  GONZALES, Lélia.  GURGEL, Telma.  INÁCIO, Miriam de Oliveira.  LUGONES, María.  SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani.	0

**6º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
------------	-------------------------	---------------	----------------------------------	-------------------------	-------------------------	--

18. Pesquisa em Serviço social I	Obrigatória	72 horas	13	7 BRITO, Alan Alves.  MACEDO, José Rivair.  RAMOS, Guerreiro.  MIRANDA, Leonardo Costa.  GIL, Antonio Carlos.  SANCHES, Odécio.  FONTELLES, Mauro José et al.	6 GUERRA, Yolanda.  MINAYO, Maria Cecília de Souza.  SANTANA, Joana Valente.  ANTUNES, Luciana.  MINAYO, Maria Cecília de Souza.  DESLANDE S, Suely Ferreira.	0
19. Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I	Obrigatória	72 horas	11	1 SCHERER, Giovane A.	9 BRAVO, Inês S.  ANDREAZZI, Maria de Fatima S.  CLOSS, Thaísa T.  GUERRA, Yolanda.  IAMAMOTO, Marilda Villela.  LEWGOY, Alzira.  SILVEIRA, Esalba Carvalho.  RAICHELIS, Raquel.  SANTOS, Cláudia Mônica dos.	1 EURICO, Marcia Campos.
Produção Teórica da Dra. Márcia Campos Eurico docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP.						
EURICO, Marcia Campos. A Luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 133, p. 515-529, set./dez. 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&amp;format=pdf">https://www.scielo.br/j/sssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&amp;format=pdf</a> (Texto disponível no Moodle).						

Na disciplina “Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I” foi identificada a produção teórica de Márcia Campos Eurico. A referência utilizada foi o artigo “A luta

contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social”, publicado na revista Serviço Social e Sociedade, nº 133, p. 515-529, no período de setembro a dezembro de 2018.

### 7º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
20. Gestão e Planejamento em Serviço Social I	Obrigatória	72 horas	11	7 WEBER, Max.  RAMOS, Alberto Guerreiro  ABEGÃO, Luís Henrique.  DELAMARO, Maurício César.  DAGNINO, Renato Peixoto.  PALUDO, Augustinho Vicente.  PROCOPIUK, Mario.	4 TEIXEIRA, Joaquina Barata.  BAPTISTA, Myrian Veras.  COUTO, Berenice Rojas.  CAMPOS, Arminda Eugenia Marques.	0
21. Pesquisa em Serviço Social II	Obrigatória	72 horas	30	25 GRAMSCI, Antonio.  MARX, Karl.  BRUYNE, Paul de.  HERMAN, Jacques.  SCHOUTHEE TE, Marc de.  ASTI VERA, Armando.  HIRANO, Sedi.  GIL, Antonio Carlos.  Kerlinger, Fred N.	5 LAKATOS, Eva Maria.  MARCONI, Marina de Andrade.  DESLANDES, Suelly Ferreira.  MINAYO, Maria Cecilia de S.  HAGUETTE, Teresa Maria Frota.	0

				SAVICKAS, Mark L.  SAMPIERI, Roberto Hernández, et al.  RICHARDSON, Roberto Jarry.  Sanches, Odécio.  RICHARDSON, Roberto Jarry.  DEMO, Pedro.  THIOLENT, Michel.  BECKER, Howard S.  BRUYNE, Paul de.  HERMAN, Jacques.  SCHOUTHEE TE, Marc de.  NOGUEIRA, Oracy.  THIOLENT, Michel.  ALMEIDA, Alberto Carlos.  RICHARDSON, Roberto Jarry.  RICHARDSON, Roberto Jarry.		
22. Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II	Obrigatória	72 horas	6	0	6	0
					COUTO, Berenice Rojas.  IAMAMOTO, Marilda Vilela.  MARCOSIN, Cleir.  TOBÓN, Maria Cecilia.	

					ROTTIER, Norma.	
					MANRIQUE, Antonietta.	

**8º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
23. Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III	Obrigatória	72 horas	10	1 ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de.	8 GUERRA, Yolanda.  BRAGA, Maria Elisa.  LEWGOY, Alzira.  SILVEIRA, Esalba Carvalho.  VASCONCELOS, Iana.  CARTAXO, Ana Maria Baima.  MANFROI, Vania Maria.  SANTOS, Maria Teresa dos.	1 ROZA, Isis Silva.
Produção Teórica da Dra. Isis Silva Roza docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).						
ROZA, Isis Silva. Raça, Gênero e Instrumentalidade em Serviço Social: interseções urgentes. AMARO, Sarita e CRAVEIRO, Adriéli Volpato (orgs.). Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade do Serviço Social. Porto Alegre, Nova Práxis Editorial, 2020 (2ª ed. revista e ampliada).						

Na disciplina “Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III” foi identificada a produção teórica da professora Isis Silva Roza, docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio do capítulo “Raça, Gênero e Instrumentalidade em Serviço Social: interseções urgentes” (2020) que aborda a importância da articulação entre raça, gênero e instrumentalidade no Serviço Social, buscando problematizar o racismo, a desigualdade racial e as relações patriarcais no Brasil. A autora destaca a necessidade de compreender como o racismo e o machismo moldaram a formação sócio-histórica brasileira, afetando negros e mulheres de forma significativa até os dias atuais.

A preocupação central é no sentido de conhecer os usuários das políticas públicas, nas quais o Serviço Social está presente. compreender que este sujeito possui uma sexualidade, que, para o profissional, deve ir além de

quem deve ser responsável/referência para recebimento de benefícios. Compreender que o usuário possui uma cor, que irá dizer muito das possibilidades de inserção social deste sujeito. Compreender que a dimensão de classe, raça e gênero estão imbricadas. Por fim, quais as lutas se pode potencializar no cotidiano profissional? (Roza, 2020, p.206).

Nesse sentido, Isis Silva Roza (2020) discute a importância de incorporar criticamente as dimensões de raça e gênero no trabalho profissional do Serviço Social. A autora enfatiza que os espaços de intervenção estão inseridos na realidade concreta e que cabe ao/à assistente social desvendá-los por meio de uma análise crítica que vá além da descrição técnica.

A autora aborda o racismo institucional, evidenciando sua sutileza e persistência nas políticas públicas e práticas institucionais, e convoca a categoria profissional a assumir protagonismo na revisão de normas e regulamentos com teor discriminatório. Aponta ainda a necessidade de promover ações afirmativas, tratar com equidade as populações negras, indígenas e quilombolas, e respeitar seus modos de vida, religiosidade e cultura.

Isis Silva Roza (2020) destaca a relevância da fundamentação teórica para romper com o mito da democracia racial e para sustentar uma atuação comprometida com a justiça social e os direitos humanos, em especial no combate às desigualdades de classe, raça e gênero. Ela também ressalta a criação do GTP de "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades" ABEPSS e a campanha "Assistentes Sociais no combate ao racismo" como marcos na luta antirracista da categoria.

A terminologia interseccionalidade<sup>27</sup> foi cunhada em 1989 por Kimberlé Crenshaw, sendo amplamente utilizada por feministas negras como uma metodologia de análise das opressões múltiplas e interdependentes, centradas nas categorias de raça, gênero e classe, compreendidas como sistemas parciais que integram um sistema único de dominação (Collins, 2022).

No entanto, antes mesmo da difusão do termo, Lélia Gonzalez (1984; 2020), referência incontornável do feminismo negro brasileiro, já articulava essas categorias

---

<sup>27</sup> Recomenda-se, para aprofundar a interseccionalidade construída por mulheres negras de fora da academia, a leitura do livro Patricia Hill Collins "Bem Mais que Ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica" tradução de Bruna Barros et al., São Paulo: Boitempo, 2022 e do Manifesto do Coletivo Combahee River (The Combahee River Collective Statement), traduzido por Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. Este Manifesto foi um documento elaborado por feministas negras e lésbicas dos Estados Unidos, no coletivo ativo em Boston (1974-1980) disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/luizvjj,+plural\\_v26n1\\_traducao\\_CCR.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/luizvjj,+plural_v26n1_traducao_CCR.pdf).

para compreender a condição da mulher negra no Brasil, em uma crítica incisiva ao mito da democracia racial. De forma semelhante, embora sem nomear como interseccionalidade, Angela Davis (2016) realiza análises interseccionais ao discutir as articulações entre gênero, classe e raça na luta política das mulheres norte-americanas entre os séculos XIX e XX, com destaque para o movimento sufragista.

### **3.1.6 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - Região Sul II**

O curso de Serviço Social da UNIFESP foi criado em março de 2009, resultado da adesão da universidade ao REUNI e da articulação entre a ABEPSS e o CFESS. Sua criação atendeu a uma demanda histórica por uma graduação pública federal no estado de São Paulo, que até então era ofertado apenas na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP/Franca (PPPC, 2023).

O Campus está localizado na Baixada Santista região que abrange nove municípios (Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Guarujá). Segundo o PPPC (2023), esse território é estratégico pela proximidade com a capital paulista, o porto de Santos e o polo industrial de Cubatão. O curso faz parte do Instituto Saúde e Sociedade (ISS) e adota uma formação interprofissional e interdisciplinar em saúde. Assim, compartilha diretrizes e atividades com outros cursos do campus, como Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Terapia Ocupacional e Psicologia (PPPC, 2023).

O ingresso para o curso ocorre anualmente através do SISU, com base na nota ENEM. São oferecidas 100 vagas por ano, divididas igualmente entre os períodos vespertino e noturno (PPPC, 2023).

O acesso aos planos de ensino ocorreu por meio do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPPC – 2023), disponível em: [https://unifesp.br/campus/san7/images/servicosocial/PPPC\\_2024\\_SERVICO\\_SOCIAL1.pdf](https://unifesp.br/campus/san7/images/servicosocial/PPPC_2024_SERVICO_SOCIAL1.pdf). Foram analisadas 39 disciplinas obrigatórias do noturno, referentes ao semestre 02/2024, distribuídas do primeiro ao nono "termo", aqui compreendido como período do curso. Em relação ao contato com a secretaria da graduação, a pesquisadora foi prontamente atendida, e a instituição demonstrou abertura e disponibilidade para contribuir com a investigação.

**Tabela 8 - Planos de Ensino da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)-  
Região Sul II**



**1º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
1. Condições de vida e produção social de saúde	Obrigatória	40 horas	7	5 AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita.  ALMEIDA FILHO, Naomar de.  SODRÉ, Francis.  JUNGES, José Roque.  SANTOS, Milton.	2 GARBOIS, Júlia Arêas. DALBELLO-  ARAÚJO, Maristela.	0
2. Formação Sócio-histórica Brasileira	Obrigatória	80 horas	4	1 MOURA, Clovis.	3 FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho.  SCHWARCZ, Lília M.  STARLING, Heloisa M.	0
3. Introdução ao Pensamento Filosófico	Obrigatória	60 horas	3	3 AGOSTINHO, Santo.  DESCARTES, René.  NOGUEIRA. Renato.	0	0
4. Introdução ao Trabalho Científico	Obrigatória	40 horas	3	2 DEMO, Pedro.  SEVERINO, Antônio Joaquim.	1 VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida.	0

5. Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I - FHTM I	Obrigatória	80 horas	3	1 IANNI, Octavio.	1 IAMAMOTO, Marilda.	1 MARTINS, Tereza Cristina dos Santos.
Produção Teórica da Dra. Tereza Cristina Santos Martins docente na Universidade Federal de Sergipe (UFS).						
MARTINS, Tereza. Crise do capital e pandemia: a "questão social" atravessada por determinações do racismo. In: EURICO, M.; PASSOS, R.; ALMEIDA, M.; MARTINS, T. (orgs). Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. São Paulo: Papel Social, 2021.						
6. Natureza, Cultura e Sociedade	Obrigatória	40 horas	3	3 GEERTZ, Clifford.  FOOTE- WHYTE, William.  ROCHA, Everardo.	0	0

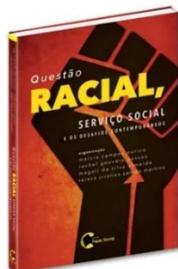
Na disciplina “Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I” (FHTM I), destaca-se a produção teórica da Dra. Tereza Cristina Santos Martins, docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). No capítulo intitulado “Crise do capital e pandemia: a questão social atravessada por determinações do racismo”, a autora busca “desmitificar a falácia que as expressões da questão social exacerbadas na pandemia são resultantes da crise sanitária de covid-19” (Martins, 2021, p.33). Enfatizando que as manifestações da questão social estão relacionadas com lei geral da acumulação do capital, intensificadas pelas crises cíclicas do sistema capitalista.

Tereza Cristina (2021) destaca que, frente à crise do capital, a reação da burguesia é marcada pelo aprofundamento da superexploração da classe trabalhadora negra que se intensifica, evidenciando o entrelaçamento entre exploração de classe e determinações do racismo no capitalismo globalizado. Tereza Cristina (2021) aponta que a intervenção estatal frente à questão social historicamente se dá à margem da cidadania regulada, seja pelo paternalismo ou repressão, em que o Estado responde as demandas sociais ora como “caso de caridade”, ora como “caso de polícia”.

Nesse contexto, não é coincidência que os principais mecanismos de proteção social da população negra estejam localizados no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS). A Tereza (2021) enfatiza que, com o aprofundamento das expressões da questão social durante a pandemia, o Serviço Social foi ainda mais pressionado, pois grande parte da população negra passou a

depende de forma ainda mais intensa do Estado para garantia de condições de sobrevivência.

**Figura 9** – Livro intitulado *Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*



Fonte: Editora Papel Social

## 2º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
7. Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social	Obrigatória	80 horas	3	3 KONDER, Leandro.  LUKÁCS, Gyorgy.  SARTRE, Jean-Paul.	0	0
8. Trabalho e Questão Social	Obrigatória	80 horas	3	1 ANTUNES, Ricardo.	1 NOGUEIRA, Claudia Mazzei.	1 GONÇALVES; Renata.
Produção Teórica da Dra. Renata Gonçalves docente na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).						
GONÇALVES; R. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista <i>Katálysis</i> , Florianópolis, v. 21, n. 3, 2018, p. 514-522. Acesso: <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514">https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514</a> .						
9. Teoria Sociológica	Obrigatória	80 horas	3	3 DURKHEIM, Émile.  FERNANDES, Florestan.  WEBER, Max.	0	0
10. Economia Política	Obrigatória	80 horas	3	2 MARX, Kal.  SANTOS, Milton.	1 SILVEIRA, Maria Laura.	0
11. Desigualdades Sociais e Políticas Públicas de Saúde no Brasil	Obrigatória	80 horas	11	4 MATTA, Gustavo Corrêa.  PAIM, Jairnilson Silva.	7 BARATA, Rita.  BOSCHETTI, Ivanete.	0

				PAIM, Jairnilson Silva.  MACINKO, James.	ESCOREL, Sara.  MOROSINI, Márcia Valéria G.C.  Travassos, Claudia Maria de Rezende.  Almeida, Celia Maria de.  Bahia, Ligia.	
--	--	--	--	--	--	--

Na disciplina “Trabalho e Questão Social” foi utilizado o artigo “Quando a questão racial é o nó da questão social”, publicado na Revista Katálysis, v. 21, n. 3, p.514-522, em 2018, de autoria da Dra. Renata Gonçalves, docente da Unifesp.

### 3º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
12. Teoria Social de Marx	Obrigatória	80 horas	3	3 HARVEY, David.  MARX, Karl.  MARX, Karl.	0	0
13. Teoria Política	Obrigatória	80 horas	3	3 GRAMSCI, Antonio.  MAQUIAVEL, Nicolau.  ROUSSEAU, Jean- Jacques.	0	0
14. Pesquisa Social I	Obrigatória	60 horas	3	2 CHIZZOTTI, Antonio.  NETTO, José Paulo.	1 MINAYO, Maria Cecília de Souza (et al.)	0
15. Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II – FHTM II	Obrigatória	80 horas	4	3 GOES, Weber Lopes.  CARVALHO, Raul de.	1 IAMAMOTO, Marilda Vilela.	0

				CASTRO, Manuel Manrique.		
16. Encontro e Produção de Narrativas	Obrigatória	80 horas	9	4 BENJAMIN, Walter.  BONDÍA, Jorge Larrosa.  CASETTO, Sidnei José.  HENZ, Alexandre de Oliveira.	5 CAPOZZOL O, Angela Aparecida.  CAMPOS, Alessandra Aparecida.  NASCIMEN TO Edaniele Cristine Machado do.  VANZUITA, Simone Cristine  SANTANA, Bianca. .	0

## 4º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
17. Direitos e Legislação Social	Obrigatória	80 horas	3	3 ALMEIDA, Silvio.  PAULA, Renato Francisco dos.  CARVALHO, Jos Murilo.	0	0
18. Constituição do Humano, Políticas e Marcadores Sociais da Diferença	Obrigatória	40 horas	7	4 LEIS, Héctor Ricardo.  MELLO, Luiz.  PINHO, Osmundo.  ZAMBONI, Marcio.	3 DEBERT, Guita Grin.  FRASER, Nancy.  GONÇALVE S, Eliane.	0
19. Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III - FHTM III	Obrigatória	80 horas	5	1 NETTO, José Paulo.	1 BATISTONI, Maria Rosângela.	3 ALMEIDA, Magali.  ROCHA, Roseli da Fonseca.

						BRANCO, Suelma Inês de Deus.
Produção Teórica da Dra. Magali da Silva Almeida Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).						
Produção Teórica da Dra. Roseli Rocha docente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).						
Produção Teórica da Mestra Suelma Inês Alves de Deus foi docente na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (FAPSS-SCS), na Universidade de Guarulhos (UNG) e na graduação de Serviço Social da Faculdade de São Paulo (FSP).						
ALMEIDA, Magali; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019, p. 169-181.						
20. Pesquisa Social II	Obrigatória	60 horas	3	1 FAUSTINO, Deivison.	2 BARROCO, Maria Lúcia.  MINAYO, Maria Cecília de Souza.	0

Na disciplina “Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III – FHTM III” foi trabalhada a produção “Assistentes sociais negras na construção da virada do Serviço Social brasileiro” de autoria de Magali da Silva Almeida, Roseli Rocha e Suelma Inês Alves de Deus.

#### 5º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
21. Política Social I	Obrigatória	80 horas	4	1 MOURA, Clovis.	3 BEHRING, Elaine Rossetti.  BOSCHETTI , Ivanete.  PEREIRA, Potyara A.P.	0
22. Ética Profissional	Obrigatória	80 horas	3	1 SILVA, Uelber B.	2 BARROCO, Maria Lúcia.  BARROCO, Maria Lúcia.	0
23. Gênero, Raça/ Etnia e Classe	Obrigatória	80 horas	3	1 MBEMBE, Achille.	2 DAVIS, Angela.  GONZALEZ, Lélia.	0

24. Processos de Trabalho e Serviço Social	Obrigatória	80 horas	2	0	1 IAMAMOTO, Marilda Vilela.	1 EURICO, Marcia Campos.
Produção Teórica da Dra. Márcia Campos Eurico docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP.						
EURICO, Marcia Campos. Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2011.						

Na disciplina “Processos de Trabalho e Serviço Social” foi utilizada a produção teórica da Dra. Márcia Campos Eurico. Trata-se da dissertação de mestrado da autora intitulada “Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social”<sup>28</sup>, defendida em 2011 na PUC São Paulo.

A autora parte da compreensão de que a complexidade das relações raciais no Brasil revela um campo de disputas no qual o Serviço Social é chamado a intervir, especialmente por estar vinculado a um Projeto Ético-Político que orienta a atuação profissional na perspectiva da emancipação dos sujeitos coletivos. A pesquisa tem como centralidade o racismo institucional e suas implicações no cotidiano do trabalho da/o assistente social.

A dissertação investigou como as/os profissionais percebem o racismo, o preconceito e a discriminação racial em sua prática diária, considerando a maneira como as instituições se organizam. Um dos pressupostos do trabalho é a de que o trabalho profissional é atravessado por interferências do racismo institucional, o que contribui para a naturalização da desigualdade racial e para a culpabilização da população negra pela sua situação de vulnerabilidade social.

Entre os principais achados da pesquisa, destaca-se a dificuldade de articulação entre os princípios ético-políticos da profissão e a prática cotidiana, revelando que o racismo, muitas vezes, é percebido como algo externo (“do outro”) e não como parte das dinâmicas institucionais em que os/as assistentes sociais também estão inseridos. A dissertação aborda a reprodução do silêncio que predomina na sociedade brasileira quanto às especificidades da população negra e afirma que o Serviço Social também contribui para esse silenciamento.

A autora sustenta que o posicionamento ético-político sobre a questão racial exige conhecimento, consciência crítica e engajamento na luta antirracista, articulada

<sup>28</sup> Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17519>.

aos movimentos sociais que enfrentam a discriminação em suas múltiplas formas (por raça, etnia, orientação sexual, crença religiosa, entre outras).

Por fim, ela reafirma que o próprio Projeto Ético-Político do Serviço Social, especialmente no que está disposto no Código de Ética de 1993, exige o combate a todas as formas de preconceito, a defesa dos direitos humanos e a centralidade da liberdade como valor ético. Assim, a dissertação contribui significativamente para tensionar a prática profissional frente ao racismo institucional e convoca a categoria a uma atuação verdadeiramente antirracista.

A disciplina “Gênero, Raça/Etnia e Classe” tem como eixo central o debate étnico-racial e de gênero na construção da sociedade capitalista, abordando as lutas sociais e políticas de enfrentamento às múltiplas formas de exploração e opressão. Trata-se de um espaço formativo que se propõe a articular o Serviço Social com os desafios da luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

A bibliografia básica da disciplina, constam como principais referências as obras "Mulheres, Raça e Classe" de Angela Davis (2016) e "A categoria político-cultural de amefricanidade" de Lélia Gonzalez (1988). Ambas são autoras fundamentais. No entanto, apesar da importância do tema e da proposta crítica do componente curricular, observa-se uma lacuna significativa quanto à produção teórica das mulheres negras docentes da categoria sobre a questão étnico-racial que não foi mencionada.

Já na bibliografia complementar, apenas uma obra contempla diretamente essa produção, a "Questão racial, serviço social e os desafios contemporâneos", organizada por Márcia Eurico, Rachel Passos, Magali Almeida e Tereza Martins (2021), publicada pela editora Papel Social.

A disciplina “Seminários Temáticos I e II” possui uma carga horária de 40 horas. No entanto, não há informações disponíveis sobre a bibliográfica básica e não foi citada na tabela.

#### 6º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
25. Oficina	Obrigatória	80 horas	5	0	5	0

do Trabalho Profissional I					JESUS, Maria Carolina de Jesus. GUERRA, Yolanda. COSTA, Solange Maria Gayoso da. SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila.	
26. Política Social II	Obrigatória	80 horas	5	1 SILVA, Ademir A.	4 GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. BARROS, Ilena Felipe. PAZ. Rosangela Dias Oliveira. PEREIRA, Potyara.	0
27. Supervisão Acadêmica de Estágio I	Obrigatória	60 horas	2	0	1 IAMAMOTO, Marilda Vilela.	1 ALMEIDA, Sheila Dias.
Produção Teórica da Dra. Sheila Dias Almeida docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).						
ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182">https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182</a> . Acesso em 19 jun.2022.						
28. Psicologia Social	Obrigatória	80 horas	4	3 Berger, Peter L. Luckmann, Thomas Farr, Robert M.	1 Bosi, Ecléa.	0

Na disciplina “Supervisão Acadêmica de Estágio I” consta a produção teórica da Dra. Sheila Dias Almeida, docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A referência utilizada é o artigo “Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes”, publicado na revista *Temporalis*, v. 15, n. 29, p.311–333, 2015.

No texto, a autora apresenta reflexões iniciais oriundas de seu projeto de mestrado, apresentado à comissão examinadora do Programa de Pós-graduação em

Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2013. Por se tratar de uma pesquisa inicial, a metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica, com leitura crítica das obras citadas ao longo da problematização e de outras que abordam temas como políticas públicas, cidadania, democracia e questão étnico-racial.

Sheila Almeida (2015) parte de inquietações pessoais e profissionais para discutir a lacuna existente entre o Serviço Social e a temática étnico-racial, chamando atenção da profissão para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. A autora defende que a construção de uma sociedade justa, sem opressões e sem classes, requer o compromisso ativo de assistentes sociais no combate ao racismo e na consolidação do Projeto Ético-Político da profissão.

O artigo reconhece os avanços obtidos pela categoria com marcos como o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), mas também aponta os limites na efetivação do trabalho profissional que enfrente as desigualdades raciais de forma estruturada.

A autora argumenta que é necessário um processo de transformação social que vá além dos discursos e confronte a hegemonia do capital em suas diversas dimensões econômica, política, cultural, educacional e simbólica articulando o combate ao racismo à luta de classes. Enfatiza ainda a importância da descolonização do conhecimento como passo fundamental para a construção de respostas sociais qualificadas e antirracistas.

Conclui afirmando que, seja em uma sociedade capitalista ou em qualquer outra ordem social, se o racismo não for combatido diretamente, as desigualdades raciais continuarão estruturando as relações sociais. Assim, propõe que a construção de uma sociedade verdadeiramente livre e igualitária exige a articulação indissociável entre os determinantes de classe, raça, etnia e gênero.

Cabe mencionar que na disciplina “Oficina do Trabalho Profissional I” foi citado o livro “Quarto de despejo: Diário de uma favelada” de Maria Carolina de Jesus.

#### 7º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras
------------	-------------------------	---------------	----------------------------------	-------------------------	-------------------------	---------------------------------

						docentes do Serviço Social
29. Oficina do Trabalho Profissional II	Obrigatória	80 horas	5	1 VILERIENE, Reginaldo Miguel de Lima.	4 FREIRE, Madalena.  BARBOSA, Elisabete Carlos Vasconcelos  SANTOS, Sueynia.  MARRO, Kátia Iris.	0
30. Classes e Movimentos Sociais	Obrigatória	80 horas	4	1 MOURA, Clovis.	3 ABRAMIDE S, Maria Beatriz.  GALVÃO, Andréia.  DURIGHETT O Maria Lúcia.	0
31. Oficina de TCC	Obrigatória	40 horas	5	1 Otávio Cruz & GOMES, Romeu.	4 GUERRA, Yolanda.  MINAYO, Maria Cecília de Souza.  DESLANDE S, Suely Ferreira & NETO.  ALCOFORA DO, Mirtes Guedes.	0
32. Supervisão Acadêmica de Estágio II	Obrigatória	60 horas	7	2 MOREIRA, Tales Willyan Fornazier.  SARMENTO, Hélder Boska de Moraes.	4 CAPUTI, Lesliane.  SANTOS, Claudia Mônica.  BACKX, Sheila.  GUERRA, Yolanda.	1 EURICO, Márcia.
Produção Teórica da Dra. Márcia Campos Eurico docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP.						
EURICO. Márcia. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, no. 133. São Paulo: Cortez, p.515-529, set/dez. 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/ssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&amp;form">https://www.scielo.br/j/ssoc/a/M6LN5kSVxDzLNYWtkTxqvBc/?lang=pt&amp;form</a> .						
33. Planejamento Social	Obrigatória	60 horas	3	0	3 BASTISTA, Myrian Veras.	0

					XAVIER, Eliana Melo.	
					BERTOLLO, Kathiuça.	

Na disciplina “Supervisão Acadêmica de Estágio II” encontra-se a produção teórica da Dra. Márcia Campos Eurico, docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP. A referência utilizada é o artigo “A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social”, publicado na revista Serviço Social e Sociedade, nº 133, p.515-529, no período de setembro a dezembro de 2018.

#### 8º período

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
34. Oficina do Trabalho Profissional III	Obrigatória	80 horas	3	0	2 KOGA, Dirce.  MIOTO, Regina.	1 EURICO, Márcia.
Produção Teórica da Dra. Márcia Campos Eurico docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP.						
EURICO, Marcia. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo, EM PAUTA, RJ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69.						
35. Supervisão Acadêmica de Estágio III	Obrigatória	60 horas	4	1 BRAZ. Marcelo.	2 COUTO, Berenice Rojas.  TEIXEIRA. Joaquina Barata.	1 EURICO, Márcia Campos.
Produção Teórica da Dra. Márcia Campos Eurico docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP.						
EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serviço Social e Sociedade, n.114, São Paulo, p. 290-310, abr./jun., 2013. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnGjknqyL/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnGjknqyL/?format=pdf&amp;lang=pt</a>						
36. Orientação de TCC I	Obrigatória	60 horas	Regulamento e manual institucional	0	0	0

Na disciplina “Oficina do Trabalho Profissional III”, consta a produção teórica da Dra. Márcia Campos Eurico, docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP. A referência utilizada é o artigo “Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo”, publicado na revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, 1º semestre de 2020, p.69-83.

Neste artigo, a autora aborda os impactos do racismo na vida cotidiana de crianças negras, cujas infâncias são frequentemente marcadas pela miséria e pela violência do Estado capitalista. A autora examina a interseccionalidade entre classe social, papéis de gênero e a questão étnico-racial no contexto brasileiro, demonstrando como o patriarcado e o conservadorismo se conectam com o racismo para perpetuar a desigualdade social que afeta a infância.

Além disso, o artigo problematiza a marginalização do debate sobre relação étnico-racial e os privilégios da branquitude no campo do Serviço Social, contrastando essa realidade com o projeto Ético-Político da profissão, que se orienta pela defesa dos direitos humanos. Márcia Campos Eurico (2020) defende a construção de uma infância livre de racismo e argumenta que, para investigar as possibilidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes no sistema capitalista, é essencial considerar sua inserção de classe, papel de gênero e grupo étnico-racial, bem como a relação desses elementos com a totalidade social.

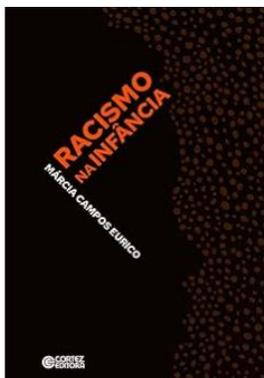
O texto também destaca a importância de compreender como a organização familiar e as interações sociais, influenciadas por sistemas de poder como o patriarcado, o eurocentrismo, o cristianismo e a heteronormatividade, produzem desigualdades baseadas em classe social, machismo, sexismo e lesbotransfobia. Nesse sentido, o artigo ressalta as atribuições dos assistentes sociais em desvelar essas complexidades, promover a transformação das relações sociais, defender a educação não violenta, adotar práticas antirracistas, fortalecer os movimentos sociais e combater o racismo institucional.

Márcia Eurico (2020) enfatiza que a raça é uma construção social que marca a diferença e desqualifica a população negra e que a superação do racismo exige lutas sociais e o engajamento profissional na transformação das relações étnico-raciais. Por fim, a autora conclui que a concepção de infância como etapa peculiar do desenvolvimento humano implica a corresponsabilidade da família, comunidade, sociedade e Estado na proteção das crianças e que a violência étnico-racial deve ser reconhecida como forma de maus-tratos, violando direitos fundamentais.

Para aprofundar a reflexão sobre os impactos do racismo institucional na vida de crianças e adolescentes negras(os), recomenda-se a leitura da tese de doutorado intitulada “Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e

adolescentes negras(os) acolhidas(os)”<sup>29</sup>, defendida por Márcia Campos Eurico em 2018, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

**Figura 10** – Livro intitulado Racismo na Infância de Márcia Campos Eurico



Fonte: Editora Cortez

Na disciplina “Supervisão Acadêmica de Estágio III” também está presente a produção teórica da autora, o artigo “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional”, publicado na revista Serviço Social e Sociedade, nº 114, p.290-310, abril/junho de 2013.

**9º período**

Disciplina	Obrigatória ou Optativa	Carga horária	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
37. Gestão Social	Obrigatória	60 horas	4	3 SILVA, Ademir Alves da.  SOUZA FILHO, Rodrigo de.  GURGEL, Cláudio.	1 BEHRING, Elaine.	0
38. Serviço Social e Debate Contemporâneo	Obrigatória	80 horas	5	2 NETTO, José Paulo.  VALDO, João Paulo da Silva.	1 YAZBEK, Maria Carmelita.	2 Rocha, Roseli.  ELPIDIO, Maria Helena.

<sup>29</sup> A tese está disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21267>.

Produção Teórica da Dra. Maria Helena ELPÍDIO docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).			
Produção Teórica da Dra. Roseli Rocha docente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).			
ELPIDIO, M. H; VALDO, J. P. S; ROCHA, R. (orgs.) Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico racial em debate. Annablume: São Paulo, 2021, 286p.			
39. Orientação de TCC II	Obrigatória	60 horas	Referência institucional Manual do Trabalho de Conclusão de Curso.

Na disciplina “Serviço Social e Debate Contemporâneo” consta a produção teórica da Dra. Maria Helena Elpidio e da Dra. Roseli Rocha em parceria com o João Paulo da Silva Valdo. A obra “Desafios para o Serviço Social” na luta antirracista: questão étnico-racial' apresenta uma análise sobre a fundação racial da sociedade brasileira. E segundo os autores no livro é demonstrado como o conceito de raça/etnia é central para a compreensão das questões estruturais da sociedade. De acordo com os autores:

A obra propõe um mosaico de análises que entrelaçam raça, gênero e classe, oferecendo elementos que possibilitam a desconstrução de mecanismos ideológicos de dominação e, crucialmente, incitando-nos a assumir o desafio do projeto transformador da luta antirracista. A leitura deste suscita reflexões sobre como a questão étnico-racial foi negligenciada por um longo período no Serviço Social Brasileiro. Portanto, trata-se de uma leitura atemporal e essencial para o processo de descolonização do pensamento (Elpidio; Rocha; Valdo, 2021, s/p).

**Figura 11** – Livro intitulado Desafios para o serviço social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate organizado por Roseli Rocha, Maria Helena Elpidio e João Paulo da Silva Valdo.



Fonte: Editora Annablume

A análise dos dados coletados nos planos de ensino das seis universidades federais, UFAM – Campus Parintins, UFBA, UFMT, UFES, UFSC e UNIFESP abrangeu 163 disciplinas (159 obrigatórias e 4 optativas), nas quais foram identificadas 1.571 citações de autoras e autores nas bibliografias básicas. Conforme demonstrativo na tabela abaixo.

**Tabela 9 - Soma total das seis universidades**

Regionais da ABEPSS e período de análise	Disciplinas	Obrigatória ou Optativa	Quantitativo total de autoras/es	Quantitativo de autores	Quantitativo de autoras	Quantitativo de mulheres negras docentes do Serviço Social
Região Norte UFMA (Campus Parintins) 02/2024	14	14 Obrigatórias	63	34	29	0
Região Nordeste (UFBA) 01/2023	30	30 Obrigatórias	412	140	267	5
Região Centro Oeste (UFMT) 01/2024	26	26 Obrigatórias	217	107	110	0
Região Leste (UFES) 02/2023	30	27 obrigatórias 3 optativas	385	125	252	8
Região Sul I (UFSC) 02/2024	24	23 obrigatórias 1 optativa	340	182	153	5
Região Sul II (UNIFESP) 02/2024	39	39 Obrigatórias	154	70	72	12
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>159 Obrigatórias 4 optativas</b>	<b>1.571</b>	<b>658</b>	<b>883</b>	<b>30</b>

Fonte: Autora (2025)

Na UFAM (Campus Parintins) na análise de 14 disciplinas obrigatórias foram encontradas 63 autoras/es, sendo 34 homens e 29 mulheres. Intelectuais negras docentes não foram referenciadas.

Na UFBA, 30 disciplinas obrigatórias foram examinadas, registrando 412 autoras/es, 140 homens e 267 mulheres. Cinco mulheres negras docentes foram identificadas: Sarita Amaro, Elisabete Aparecida Pinto, Carla Akotirene, Josiane Soares Santos e Márcia Campos Eurico.

Nas 26 disciplinas obrigatórias da UFMT, foram encontrados 217 autores/as, sendo 107 homens e 110 mulheres e nenhuma produção teórica de mulheres negras docentes.

A UFES apresentou 30 disciplinas, 27 obrigatórias e 3 optativas, com 385 autoras/es, 125 homens e 252 mulheres. Oito intelectuais negras foram identificadas: Maria Helena Elpídio, Márcia Eurico, Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva

Almeida, Roseli Rocha, Suelma Inês Alves de Deus, Renata Gonçalves e Cristiane Luiza Sabino de Souza.

Na UFSC, foram analisadas 24 disciplinas, sendo 23 obrigatórias e 1 optativa. Identificaram-se 340 autores/as, dos quais 182 eram homens e 153, mulheres. Foram encontradas produções teóricas de quatro mulheres negras: Gracyelle Costa Ferreira, Márcia Eurico, Isis Silva Roza e Cristiane Luiza Sabino de Souza, esta última com duas produções.

Por fim, na UNIFESP, 39 disciplinas foram analisadas, identificando 154 autoras/es, 70 homens e 72 mulheres. As sete mulheres negras encontradas foram Tereza Cristina, Renata Gonçalves, Magali Almeida, Roseli Rocha (citada duas vezes), Suelma Inês Alves de Deus, Márcia Eurico (citada quatro vezes) e Maria Helena.

Os resultados da análise indicam 1.571 citações de autoras e autores na bibliografia básica dos planos de ensino, 658 homens, 883 mulheres, sendo 30 de mulheres negras, com repetição de nomes, totalizando 16 autoras negras encontradas. Essa distribuição evidencia predominância de produções teóricas escritas por mulheres, embora UFAM e UFSC apresentem maior presença de homens.

A diferença total, que gira em torno de 25%, configura uma predominância de produções de mulheres, mas não de forma abrupta ou excessivamente expressiva, considerando os dados divulgados pelo CFESS (2022) apontam para um contingente de aproximadamente 200 mil assistentes sociais no Brasil, dos quais 92% são mulheres (cis, transexuais e travestis).

Apesar da significativa presença de mulheres na profissão e nas referências bibliográficas analisadas, constata-se uma conjuntura de sub-representação de mulheres negras como autoras de produções teóricas sobre a questão étnico-racial nos planos de ensino.

### 3.2 A PRODUÇÃO TEÓRICA DAS MULHERES NEGRAS DOCENTES SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: PRESENÇA OU AUSÊNCIA?

Das 163 disciplinas investigadas, as mulheres negras foram mencionadas apenas 30 vezes (conforme a tabela de soma das universidades), com repetição de

nomes, totalizando 16 autoras negras distintas e 32 produções sobre a questão étnico-racial em suas diversas manifestações e linhas de pesquisa.

A UFBA apresentou o maior número de produções citadas nos planos de ensino (12), seguida da UNIFESP (9), UFES (6) e UFSC (5). Elisabete Aparecida Pinto, docente da UFBA foi a mais citada, posteriormente Márcia Campos Eurico conforme explicitado na a tabela abaixo.

**Tabela 10** - Quantitativo de produções teóricas das mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial encontradas nos planos de ensino

<b>Mulheres negras docentes do curso do Serviço Social</b>	<b>Quantitativo de produção teórica das mulheres negras docentes</b>
1. Elisabete Aparecida Pinto	8
2. Márcia Campos Eurico	7
3. Cristiane Luiza Sabino Souza	3
4. Magali, 5. Roseli, 6. Suelma	2
7. Maria Helena/Roseli Rocha	1
8. Renata Gonçalves	2
Maria Helena Elpídio	1
9. Sheila Dias Almeida	1
10. Isis Silva Roza	1
11. Ana Paula Procopio da Silva	1
12. Sarita Teresinha Alves Amaro	1
13. Josiane Soares Santos	1
14. Gracyelle Costa Ferreira	1
15. Tereza Cristina Santos Martins	1
16. Carla Akotirene	1
<b>Total 16 docentes</b>	<b>32 produções teóricas</b>

Fonte: Autora (2025)

Uma explicação para o número limitado de 16 docentes citadas em 163 disciplinas reside nos critérios de inclusão desta tese, que considerou apenas mulheres negras docentes. Esse número reduzido, portanto, demonstra que os espaços de docência no Serviço Social reproduzindo uma lógica nacional são ocupados por pessoas brancas.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), referentes ao ano de 2022, o Brasil conta com 58.311 docentes negros em Instituições de Ensino Superior (IES), o que representa 24,8% do total. Desses, 26.770 são mulheres negras (11,4%) e 31.541 são homens negros (13,4%). Em contraste, 176.778 docentes brancos atuam no Ensino Superior,

correspondendo a 75,2% do total. Nesta pesquisa o quantitativo de docentes brancos foi homogeneizado não abarcando o quantitativo de mulheres e homens brancos.

Assim, conforme observado nas experiências da pesquisadora no ambiente acadêmico, onde a branquitude se manifesta como a presença predominante no corpo docente. Essa constatação é corroborada pelos dados do relatório "A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da Pós-Graduação na área do Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)", apresentado pela gestão do CFESS "Aqui se respira luta!" (2021-2022).

O relatório evidenciou que, dos 35 programas analisados, apenas 71 docentes se autodeclararam negros/as, indígenas e/ou quilombolas, enquanto 529 não se autodeclararam negros/as. O relatório, no entanto, não apresenta dados desagregados por gênero, o que impede a identificação precisa do quantitativo de mulheres negras. Além disso, outra questão a ser pontuada é que as autodeclarações foram enviadas pela coordenação das pós-graduações, não ficando evidente o método de coleta do requisito raça/cor no interior dos cursos.

Embora a tese se concentre na graduação, é pertinente tê-la como referência de parâmetro de análise, pois as docentes que trabalham na pós-graduação também atuam na graduação, ou, se atuam apenas na pós, já passaram pela graduação.

Portanto, observa-se um monopólio do poder nas mãos da branquitude para direcionar o posicionamento político adotado na escolha das produções teóricas. Esse poder se manifesta também nas funções de gestão, que desempenham um papel crucial ao mediar os distintos interesses (institucionais, docentes e discentes), influenciando a construção dos currículos, dos seminários e, conseqüentemente, o direcionamento da formação.

Gonçalves (2018) argumenta que as universidades brasileiras perpetuam um tipo de apartheid racial, caracterizado por uma limitada representatividade simbólica. Nesse contexto, docentes negras frequentemente não encontram seus pares e observam a recorrência de um padrão histórico: servidores negros ocupam outros setores da universidade, predominantemente o trabalho de serviços gerais, mas não o espaço da docência.

No início de sua obra, Bento (2022) compartilha uma experiência pessoal com seu filho Daniel, então com dez anos, que se recusou a retornar à escola após uma aula sobre escravidão. A recusa foi motivada por um comentário racista de um colega branco, que de forma debochada apontou para crianças negras limpando para-brisas

no semáforo e disse “aqueles meninos também são descendentes de escravo! É uma vergonha, né?” (Bento, 2022, p.8).

O comentário associava diretamente a herança da escravidão como motivo de vergonha. Esse episódio provocou na autora uma profunda reflexão sobre a forma como a história da escravidão é ensinada e vivenciada, não apenas como conteúdo, mas como experiência emocional e identitária para crianças negras. Dessa vivência emerge a motivação da autora para a escrita do livro, compreender como a branquitude se exime da vergonha histórica, deslocando-a para os corpos negros.

Bento (2022) elucida que a vergonha não é inerente à branquitude, mas sim imposta ao outro, ocultando sua responsabilidade com a herança escravista brasileira. Além disso, Cida que trabalhava como psicóloga organizacional pontuou “que nos altos postos de empresas, universidades, do poder público, enfim, em todas as esferas sociais, temos, ao que parece, uma cotanção explicitada de 100% para brancos. Esses lugares de alta liderança são quase que exclusivamente masculinos e brancos” (Bento, 2022, p.9).

A autora afirma que mesmo pessoas brancas com discursos progressistas tendem a se calar diante dos privilégios mantidos pela branquitude. Para explicar esse silêncio, ela formula o conceito de “pactos narcísicos da branquitude” que consistem em acordos implícitos e não verbalizados que garantem a manutenção da branquitude intocada, sem a necessidade de confrontar os benefícios herdados do racismo e da escravidão.

Esses pactos funcionam como uma forma de autopreservação coletiva, apagando memórias e verdades incômodas sobre o passado e o presente. A branquitude se observa, se admira e se estabelece como padrão e conseqüentemente, rejeita o que é diferente e se protege para evitar a perda de seus privilégios Lia Vainer Schucman (2012).

A branquitude assim, naturaliza as desigualdades raciais presentes nos currículos e no cotidiano de trabalho, apresentando-as como fenômenos naturais e recorrendo ao discurso da meritocracia. Essas desigualdades, no entanto, não geram comoção, pois afetam um ponto sensível para a branquitude: seus privilégios, em “uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito racial vendido como liberalismo meritocrático” (Bento, 2022, p.40).

Nesse contexto, indivíduos brancos, detentores de privilégios e da “senha da brancura”, frequentemente se posicionam como aliados na luta antirracista de forma

superficial e conivente com as determinações institucionais. Essa aliança, na maioria das vezes, se apresenta de forma superficial, conformada às diretrizes institucionais, e descomprometida com transformações das estruturas de poder. A essa postura simbólica e performática esta pesquisadora denomina de antirracismo de performance<sup>30</sup>.

O antirracismo de performance manifesta-se quando ações institucionais são reduzidas à abertura de vagas por cotas para discentes e docentes negras/os, sem o devido respaldo de permanência, valorização ou condições equânimes. A performance se intensifica quando docentes negras são utilizadas como respostas institucionais a pressões externas, muitas vezes contratadas sob condições precarizadas e valores salariais inferiores aos de seus pares brancos.

Da mesma forma, quando a formação antirracista se restringe à realização de seminários, campanhas ou eventos esporádicos, sem uma incorporação crítica e constante nos processos cotidianos de trabalho, o compromisso institucional revela-se frágil. A ausência de enfrentamento direto às violências institucionais revela o que está pesquisadora denomina de véu da invisibilidade, tentativas de suavizar os conflitos e esconder as feridas abertas do racismo mesmo quando as evidências são escancaradas.

A responsabilização exclusiva das docentes negras por todas as pautas, demandas, projetos e orientações que envolvam a questão étnico-racial representa mais uma faceta deste antirracismo de performance. Trata-se de um processo de sobrecarga que isenta os demais profissionais, como se o enfrentamento ao racismo fosse uma incumbência exclusiva das mulheres negras, as quais, além de serem referência, são também frequentemente demandadas pelas discentes negras que, desamparadas institucionalmente, buscam refúgio em quem reconhece suas dores e trajetórias.

Portanto, o antirracismo de performance se consolida nas decisões cotidianas, nas microações e nas grandes resoluções institucionais que operam a manutenção e a reprodução do racismo. Ele se apresenta como mudança, mas conserva na prática,

---

<sup>30</sup>Importante destacar que, ao apontar uma tendência institucional ao antirracismo de performance considerando que a universidade está inserida em uma sociedade estruturada pelo racismo, não se pretende homogeneizar a atuação de docentes brancas/os. Reconhece-se a ação de trabalhadoras/es docentes brancas/os comprometidas/os com a luta antirracista e anticapitalista, que não apenas reconhecem seus privilégios, mas também os tensionam em suas práticas cotidianas e institucionais.

a estrutura que privilegia alguns e marginaliza outros, revestido de uma estética progressista que serve para mascarar sua convivência com a ordem vigente.

Diante disso, a construção de uma formação verdadeiramente antirracista é uma responsabilidade coletiva. Não há neutralidade possível. O enfrentamento ao racismo exige renúncia de privilégios, mudança crítica das práticas institucionais e transformação das estruturas de poder que se dá no cotidiano.

Cabe indagar: qual é a responsabilidade das pessoas brancas na formação antirracista? Um dos caminhos concretos é a inclusão estrutural das produções teóricas de mulheres negras nos planos de ensino, reconhecendo nelas não apenas fontes de conhecimento, mas fundamentos ético-políticos indispensáveis para uma formação profissional, em que vidas negras não sejam constantemente ceifadas ou subjugadas.

Carvalho (2023) indaga se a crescente presença de discentes negras/os resultará na superação do saber eurocêntrico ou em sua reprodução. O autor evidencia o risco de que esses/as discentes “terão a oportunidade de aprender com os brancos, o saber que importa, ou o único saber válido de fato: o saber eurocêntrico” (2023, p.81).

A tipologia das 32 produções teóricas identificadas compreende uma variedade de formatos, incluindo artigos em periódicos, capítulos de livro, livros completos, projetos de pesquisa, teses e dissertações. Essas produções abrangem um período histórico significativo, estendendo-se de 1993, 2003, 2004, 2005, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020 a 2022, o que demonstra a longevidade e a continuidade do debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social, bem como a produção teórica consolidada de mulheres negras no interior da categoria profissional ao longo das décadas. Dentre os formatos, os artigos em periódicos constituem a maioria, totalizando quatorze publicações, conforme detalhado na tabela subsequente.

**Tabela 11 - Artigos em periódicos**

Artigos em periódicos				
Título e autora	Nome do periódico e data da publicação	Publicação Individual ou coletiva	UFAs por regional da ABEPSS	Disciplina
1. Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez,2018.	Individual	UNIFESP - Região Sul II	Supervisão Acadêmica de Estágio II

2.	EURICO, Marcia. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo.	EM PAUTA, RJ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69.	Individual	UNIFESP - Região Sul II	Oficina do Trabalho Profissional III
3.	EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.	Serviço Social e Sociedade, n.114, São Paulo, p. 290-310, abr./jun., 2013.	Individual	UNIFESP - Região Sul II	Supervisão Acadêmica de Estágio III
4.	Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez,2018.	Individual	UFES – Região Leste	Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serv. Social III
5.	Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez,2018.	Individual	UFBA – Região Nordeste	Serviço Social e Processos de Trabalho II
6.	Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.	Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez,2018.	Individual	UFSC – Região Sul I	Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I
7.	SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil.	Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v.14, n.2, p.33-55, ago. 2022.	Individual	UFES – Região Leste	Oficina Questão Social e Serviço Social
8.	SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. Racismo, conservadorismo e Serviço Social.	In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 373-391, jul. / dez. 2020ISSN 1980-8518.	Individual	UFSC – Região Sul I	Fundamentos Teórico- Metodológicos do Serviço Social I
9.	GONÇALVES; R. Quando a questão racial é o nó da questão social.	Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2018, p. 514-522.	Individual	UNIFESP - Região Sul II	Trabalho e Questão Social
10.	GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social.	R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.	Individual	UFES – Região Leste	Oficina Questão Social e Serviço Social
11.	ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional.	In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.22, nº 02, 2022, pg. 316-333.	Coletivo 1 autora e 1 autor	UFES – Região Leste	Processos Comunitários e Mobilização Social
12.	ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes.	Temporalis, [S. I.], v. 15, n. 29, p. 311–333, 2015	Individual	UNIFESP - Região Sul II	Supervisão Acadêmica de Estágio I
13.	COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira.	Em Pauta, Rio de Janeiro, v.18, n.46, p.68-84, 2020	Individual	UFSC – Região Sul I	Política Social

14. AMARO, Sarita. "A questão racial na assistência social: debate emergente".	In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 81 – São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 58-81.	Individual	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos
--	--	------------	------------------------	---

Fonte: Autora (2025)

A produção teórica de Márcia Campos Eurico demonstra relevância e abrangência na formação em Serviço Social, notadamente na questão étnico-racial. A autora configura-se como a única referência nas quatro universidades analisadas, sendo citada em seis disciplinas, o que atesta o reconhecimento e a influência de seus textos nos componentes teóricos da área.

Os artigos "A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social" (2018), "Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo" (2020) e "A percepção do assistente social acerca do racismo institucional" (2013) são ferramentas analíticas importantes para a formação e trabalho profissional. A recorrência do primeiro artigo nas bibliografias da UNIFESP, UFES, UFBA e UFSC sinaliza sua centralidade na discussão sobre racismo.

A produção de Eurico, articulada em disciplinas como Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I, II e III, Oficina do Trabalho Profissional III, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III e Serviço Social e Processos de Trabalho II, reforça o compromisso ético-político da autora.

A autora Cristiane Luiza Sabino de Souza teve duas produções teóricas citadas. O primeiro artigo, intitulado "Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil" (2022) foi incluído na disciplina Oficina Questão Social e Serviço Social da UFES. O segundo artigo, "Racismo, conservadorismo e Serviço Social" (2020) foi citado na disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço da UFSC.

A professora Renata Gonçalves teve duas citações da mesma produção teórica. O artigo intitulado "Quando a questão racial é o nó da questão social" (2018) foi citado nas disciplinas Trabalho e Questão Social da UNIFESP e Oficina Questão Social e Serviço Social da UFES.

O artigo de Maria Helena Elpídio, em coautoria com João Paulo Valdo, intitulado "O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional" (2022) foi citado na disciplina Processos Comunitários e Mobilização Social, ofertada na UFES.

Na UNIFESP o artigo de Sheila Dias Almeida, "Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes" (2015) foi citado na disciplina Supervisão Acadêmica de Estágio I.

Na disciplina de Política Social da UFSC tem-se a produção de Gracyelle Costa Ferreira, com o artigo "Trabalhadores negros na origem da política social brasileira" (2020).

Na UFBA na disciplina Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos foi citada a produção de Sarita Teresinha Alves Amaro "A questão racial na assistência social: debate emergente" (2005).

A classificação Qualis CAPES (A1, A2, A4, B1) atesta o rigor editorial, a qualidade e o impacto das revistas acadêmicas. Dos 14 artigos analisados, 13 são de autoria individual e 1 coletivo, distribuídos em revistas de reconhecida relevância: 6 em Serviço Social e Sociedade (A1), 2 em Katálysis (A1), 1 em Temporalis<sup>31</sup> (A4), 1 em Germinal: marxismo e educação em debate (A2), 2 em Em Pauta (A2) e 2 em Libertas (B1).

A publicação em periódicos representa um desafio significativo nas ciências sociais aplicadas e áreas afins, conferindo visibilidade e legitimação acadêmica no campo do Serviço Social e áreas correlatas. Esse desafio se intensifica quando se trata de publicações sobre a questão étnico-racial, considerando o histórico uso da ciência como ferramenta de legitimação do racismo.

Entre 1957 e 1964 houve um período de efervescência intelectual nas Ciências Sociais brasileiras, marcado por leituras críticas da realidade nacional. Contudo, foi apenas nas décadas de 1970 e 1980 que se consolidou uma revisão mais sistemática da história da população negra, impulsionada pelo fortalecimento do movimento negro e pelas lutas por direitos. Esse movimento marcou o início de uma crítica contundente ao mito da democracia racial e à invisibilização das experiências negras na produção do conhecimento como foi mencionado no capítulo 2.

Portanto, publicar em periódicos A1, quando o tema é a questão étnico-racial especialmente sob o protagonismo de mulheres negras, não se trata apenas de um desafio teórico ou metodológico, mas de um enfrentamento político. Isso porque tais revistas ainda reproduzem, em muitos casos, critérios de validação do conhecimento

---

<sup>31</sup> A revista Temporalis lançou o volume 25, número 49 (2025), com o dossiê temático "Formação antirracista em Serviço Social" disponível para leitura em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis>.

baseados em referências eurocentradas que deslegitimam ou desconsideram produções oriundas de perspectivas contra hegemônicas.

Em relação às publicações em capítulos de livros, foram identificadas dez produções, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 12 - Capítulo de livro**

Capítulo de livro				
Título e autora	Nome do livro e da editora	Publicação Individual ou coletiva	UFAs por regional da ABEPSS	Disciplina
15. ALMEIDA, Magali; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. <i>Assistentes Sociais negras na construção da "virada" do Serviço Social brasileiro</i> . In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.).	Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019, p. 169-181.	Coletiva 3 autoras	UNIFESP - Região Sul II	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III - FHTM III
16. ALMEIDA, M. S.; ROCHA, R. F.; BRANCO, S. I. D. <i>Assistentes Sociais negras na construção da "virada" do Serviço Social brasileiro</i> . In: SILVA, M. L. O (org.).	Congresso da Virada e Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.	Coletiva 3 autoras	UFES – Região Leste	Introdução ao Serviço Social
17. SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. <i>Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente</i> .	São Paulo: Hucitec, 2020, p. 91-123.	Individual	UFSC – Região Sul	Classes Sociais e Movimentos Sociais
18. MARTINS, Tereza. <i>Crise do capital e pandemia: a "questão social" atravessada por determinações do racismo</i> .	In: EURICO, M.; PASSOS, R.; ALMEIDA, M.; MARTINS, T. (orgs). <i>Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos</i> . São Paulo: Papel Social, 2021.	Individual	UNIFESP - Região Sul II	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I - FHTM I
19. SILVA, Ana Paula da. <i>Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro: apontamentos introdutórios</i> .	In: GONÇALVES, Renata (Orgs.) <i>Antirracismos e Serviço Social</i> . São Paulo: Cortez, 2022.	Individual	UFES – Região Leste	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serv. Social I
20. ROZA, Isis Silva. <i>Raça, Gênero e Instrumentalidade em Serviço Social: interseções urgentes</i> .	AMARO, Sarita e CRAVEIRO, Adriéli Volpato (orgs.). <i>Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade do Serviço Social</i> . Porto Alegre, Nova Práxis Editorial, 2020 (2ª ed. revista e ampliada).	Individual	UFSC – Região Sul I	Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III

21. SANTOS, Josiane S. Combate ao Racismo e o Exercício Profissional de Assistentes Sociais no Brasil.	In: In Santos, Josiane S., Rojas, Lyllia et al. (orgs). Assistentes Sociais no Combate ao Racismo Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS, Brasília: CFESS, p. 69-86, 2020.	Individual	UFBA – Região Nordeste	Serviço Social e Processos de Trabalho I
22. PINTO, E. A. FALA PRETA! no contexto das organizações de mulheres negras”.	In: SOTER (Org.). Gênero e teologia: interpelações e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2003.	Individual	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos
23. PINTO, E. A.; BORGES, M. E. S.; PEREIRA, D. L.; SILVA, M. P. M. Transversalidade da questão étnico-racial no processo de implementação do Curso de SS na UFBA.	In: Educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. V.10. Salvador:Fast Design, 2010, p. 13-34.	Coletiva	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos
24. PINTO, Elisabete Aparecida e ALMEIDA, Ivan Antonio (Orgs.). Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade (exclusão e inclusão social, étnica e de gênero).	São Paulo: Fala Preta, 2004. (Coleção Falas Pretas, 2).	Coletiva	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos

Fonte: Autora (2025)

O capítulo “Assistentes sociais negras na construção da virada do Serviço Social brasileiro” de Magali Almeida, Roseli Rocha e Suelma Branco (2019) foram localizadas nas disciplinas Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III (FHTM III) da UNIFESP e na Introdução ao Serviço Social na UFES.

O capítulo de Cristiane Luiza Sabino de Souza “Racismo e luta de classes na América Latina” (2020) foi incluído na disciplina Classes Sociais e Movimentos Sociais na UFSC. Na UNIFESP, o texto de Tereza Martins (2021) “Crise do capital e pandemia: a questão social atravessada por determinações do racismo” foi encontrado na disciplina FHTM I.

Na UFES o capítulo de Ana Paula da Silva, “Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro” foi localizado em FHTM I. O texto de Isis Roza (2020), “Raça, gênero e instrumentalidade em Serviço Social: interseções urgentes” foi utilizado na disciplina Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III, na UFSC.

Na UFBA, a presença do capítulo de Josiane Santos (2020) "Combate ao racismo e o exercício profissional de assistentes sociais no Brasil" aparece vinculado à disciplina Serviço Social e Processos de Trabalho I.

Três capítulos de Elisabete Aparecida Pinto foram identificados nas disciplinas Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos na UFBA "Fala Preta! no contexto das organizações de mulheres negras" (2003); "Transversalidade da questão étnico-racial no processo de implementação do Curso de Serviço Social na UFBA" (2010) e a obra organizada com Ivan Almeida, "Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade" (2004).

Constatou-se a presença de 4 livros completos, conforme detalhado na tabela abaixo.

**Tabela 13 - Livro completo**

Livro completo				
Título e autora	Nome do livro e da editora	Publicação Individual ou coletiva	UFAs por regional da ABEPSS	Disciplina
25. ELPIDIO, M. H; VALDO, J. P. S; ROCHA, R. (orgs.) Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico racial em debate.	Annablume: São Paulo, 2021, 286p.	Coletiva 2 autoras e 1 autor	UNIFESP - Região Sul II	Serviço Social e Debate Contemporâneo
26. PINTO, E. A. O Serviço Social e a questão étnico-racial (um estudo de sua relação com usuários negros) ...	Editora Terceira Margem: São Paulo, 2003	Individual	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos
27. AKOTIRENE, Carla. O pai, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas.	1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.	Individual	UFBA – Região Nordeste	Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor
28. PINTO, E. A. Ventres livres: o aborto na perspectiva étnica e de gênero.	São Paulo: Fala Preta/Terceira Margem, 2002.	Individual	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos

Fonte: Autora (2025)

A coletânea "Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate" organizada por Maria Helena Elpídio, João Paulo da Silva Valdo e

Rosane Rocha (2021), foi utilizada na disciplina Serviço Social e Debate Contemporâneo, na UNIFESP.

Na UFBA dois livros completos de Elisabete Aparecida Pinto foram identificados na disciplina Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos. O primeiro é "O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros" (2003). O segundo "Ventres livres: o aborto na perspectiva étnica e de gênero" (2002).

Por fim, a obra "Ó pai, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas" de Carla Akotirene (2020), foi encontrada na disciplina Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor na UFBA.

Foram encontrados 10 capítulos de livro publicados por mulheres negras, sendo seis de autoria individual e quatro coletivos. Dentre os quatro livros completos identificados, três são de autoria individual e um coletivo, publicados por distintas editoras, como Hucitec, Papel Social, Nova Práxis Editorial, Loyola, Fast Design, CFESS, Annablume, Terceira Margem, Jandaíra, Fala Preta e Cortez esta última sendo a mais citada. A maioria dessas editoras está concentrada em São Paulo, com ao menos uma em Porto Alegre, o que demonstra uma concentração de editoras na capital paulista.

Esse quantitativo aponta avanços no mercado editorial brasileiro, que tem ampliado, ainda que de forma desigual, os espaços para autoras negras, especialmente no que se refere às produções que abordam a questão racial e de gênero. Esse movimento foi impulsionado por uma significativa pressão social e política por maior diversidade e representatividade, especialmente a partir da atuação do movimento negro e das/os intelectuais negras/os. Trata-se de uma transformação que emerge também do fortalecimento de editoras independentes e antirracistas, que têm acelerado a publicação de obras de autoria negra.

Segundo Vagner Amaro, na matéria da Alma Preta (2021), um dos fundadores da Editora Malê, esse movimento editorial desafia o histórico bloqueio das grandes empresas editoriais, que por muito tempo impediram a circulação de obras de autores e autoras negras.

O barateamento dos custos de produção de livros, aliado a políticas públicas que ampliaram o acesso de pessoas negras e de baixa renda ao ensino superior, criou um ambiente mais propício para o florescimento da literatura negra no Brasil. Essa

conjuntura possibilitou que mais mulheres negras passassem a publicar, não só literatura, mas também produção teórica, crítica e acadêmica (Amaro, 2021).

De acordo com a matéria do Geledés (2018), a presença crescente de escritoras negras no mercado editorial de Maria Firmina dos Reis a Conceição Evaristo e Grace Passô é uma resposta ao anseio por narrativas que expressem as múltiplas vozes e experiências negras. Essa literatura traz à tona temas como racismo, escravidão e luta por direitos, tornando-se essencial para o diálogo cultural e social contemporâneo.

Para Maria Mazarello (2018) responsável pela Mazza Edições, a escrita dessas autoras é potente porque “bota o dedo na ferida”, abordando de forma direta as questões do preconceito e da negritude, incomodando um status quo branco que prefere ignorar essas vozes. Giovana Xavier também aponta, em entrevista ao jornal O Globo (2019, s/p) que “o mercado editorial descobriu que mulher preta vende”.

É importante considerar que se tratam de mudanças recentes e gradativas no que tange à inserção da questão racial no mercado editorial. O capital se apropria do que gera lucro, se o mercado está favorável à produção da intelectualidade negra, ele vai investir. No entanto, como pontua Conceição Evaristo (2023, s/p) no início desta tese “eu sempre escrevi, vocês que me conhecem agora”. Para que, na contemporaneidade, essas publicações existam, muitas mulheres colocaram seus corpos na luta. Lembro-me de Obá e das Yabás, nossa revolução não será mais com sangue derramado, mas com produção teórica, crítica e politizada.

Essa produção carrega uma marca ancestral e política, como também destaca a matéria do Geledés (2018): são autoras “filhas da contemporaneidade, mas que, com sua escrita, não deixam de se relacionar com a potência de suas ancestralidades e matrizes africanas” (2018, s/p).

Assim, a crescente produção teórica das mulheres negras por dentro e fora do Serviço Social não só contribui para o avanço do conhecimento acadêmico e político, como também transforma o próprio mercado editorial brasileiro, tornando-o mais diversos e racializado. Essa transformação, atravessada por práticas de quilombagem e pelo acúmulo histórico do movimento negro, vem reconfigurando os espaços de publicização do conhecimento e de formação de opinião como revistas acadêmicas, editoras, eventos e prêmios literários ao desafiar as lógicas eurocêntricas, elitistas e excludentes predominantes na academia. Publicar torna-se, portanto, um ato político e simbólico de subversão e quilombagem.

**Tabela 14 - Projeto de Pesquisa**

Projeto de Pesquisa	UFAs regional por da ABEPSS	Disciplina
29. PINTO, E. A Transversalidade equidade de gênero e raça nas políticas públicas:(orçamento e vontade política no município de São Paulo e Salvador no período de 2000 a 2008). Projeto de Pesquisa. 2009. Mimeo.	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos.

Fonte: Autora (2025)

A única produção identificada na modalidade de projeto de pesquisa refere-se ao trabalho de Elisabete Aparecida Pinto, intitulado “Transversalidade e equidade de gênero e raça nas políticas públicas: orçamento e vontade política no município de São Paulo e Salvador no período de 2000 a 2008”. Elaborado em 2009 se insere na disciplina “Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos” da UFBA.

**Tabela 15 - Dissertação**

Dissertação	UFAs regional por da ABEPSS	Disciplina
30. EURICO, Marcia Campos. Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2011.	UNIFESP - Região Sul II	Processos de Trabalho e Serviço Social
31. PINTO, E. A Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelinda de Campos Mello (1904-1991). Campinas, FE- Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1993.	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos

Fonte: Autora (2025)

No que se refere às dissertações de mestrado, foram identificadas duas produções. A primeira é de Márcia Campos Eurico com a dissertação “Questão racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social”, defendida em 2011 na PUC-SP presente na disciplina “Processos de Trabalho e Serviço Social” da UNIFESP.

A segunda é a dissertação de Elisabete Pinto, intitulada “Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelinda de Campos Mello (1904-1991)”, defendida em 1993 na Unicamp. Esta última integra a disciplina “Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos” da UFBA.

**Tabela 16 - Tese**

Tese	UFAs por regional da ABEPSS	Disciplina
32. PINTO, E. A Sexualidade da Mulher Negra a partir da diáspora africana: o caso do Brasil, Tese de Doutorado. Programa Pós-Graduado em Psicologia Social, PUC/SP. 2004.	UFBA – Região Nordeste	Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos

Fonte: Autora (2025)

O campo das teses de doutorado, foi localizada uma produção de Elisabete Pinto, defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP intitulada “Sexualidade da mulher negra a partir da diáspora africana: o caso do Brasil” compondo a disciplina “Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos” na UFBA.

O ingresso na pós-graduação no Brasil é marcado por um processo seletivo excludente, que exige projeto de pesquisa, currículo com publicações e proficiência em línguas estrangeiras sendo uma no mestrado e duas no doutorado. Para mulheres negras, esse caminho é ainda mais desafiador, considerando que muitas vêm do ensino público, onde o acesso a aulas de idiomas é limitado, tornando difícil a aprovação nos exames de proficiência exigidos.

Esses limites estruturais se intensificam nas condições materiais de permanência. O deslocamento até a universidade, os custos com livros, acesso a eventos acadêmicos, estrutura para estudo (como mesa, cadeira, computador, internet) são fatores que impactam diretamente a permanência na pós-graduação.

Durante a pandemia, com a adoção do ensino remoto, as aulas passaram a ocorrer no ambiente doméstico, os desafios se agravaram, filhos chamando, trabalho remunerado e não remunerado se misturavam no cotidiano dessas mulheres. Muitas vezes, são mulheres-mães que garantem o suporte necessário para que outras mulheres-mães possam concluir seus estudos.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) publicado pela CAPES em 2024, afirma que as mulheres possuem a maioria dos títulos de mestrado desde 2000 e de doutorado desde 2003, contudo, sua presença é menor nas áreas de engenharia (33%) e ciências exatas e da terra (36%). É importante referir que esta pesquisa não especificou a raça/cor/etnia dessas mulheres.

Por outro lado, a participação das mulheres é alta em doutorados nas ciências da saúde (62%) e em linguística, letras e artes (65%). Esses números evidenciam a permanência da divisão sexual e racial do trabalho, onde as mulheres, sobretudo as negras, continuam a ser inseridas em áreas historicamente associadas ao cuidado, o que se configura como uma herança colonial da imposição de trabalhos vinculados a essa esfera.

As violências de gênero persistem, em dezembro de 2023, a professora Maria Caraméz Carlotto (UFABC) teve sua solicitação de bolsa de produtividade indeferida pelo CNPq sob a justificativa de que provavelmente suas gestações dificultaram a realização de pós-doutorado no exterior o que poderá ser compensado no futuro. Outro exemplo foi o de Cibele Russo (USP São Carlos), cuja bolsa foi negada com base na suposta baixa produtividade durante o período de sua licença maternidade.

A pesquisadora Anna Benite (2024) afirma que a violência de gênero também se manifesta na prática científica, com experimentos baseados unicamente no genoma masculino, invisibilizando as especificidades das mulheres nas pesquisas e políticas de saúde. Essas experiências reafirmam que a ciência não é neutra. Como afirma Grada Kilomba (2019, p.51), a academia “não é neutra, nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de violência”.

Em resposta a antigas reivindicações, a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), autora do Projeto de Lei 1741/2022, das Mães Cientistas, aprovado pela Câmara dos Deputados, prevê prorrogação de 120 dias nos prazos de defesa de teses e dissertações em casos de parto ou adoção. A Lei 13.536/2017, por sua vez, garante às bolsistas o direito a afastamento por maternidade, com suspensão das atividades por até 120 dias. Ou seja, apenas em 2017 e 2022 foram aprovadas essas legislações, demonstrando o caráter patriarcal da ciência brasileira.

A queda na procura por programas de pós-graduação também foi registrada no PNPG. Em 5% dos cursos de mestrado, o número de candidatos foi menor que o de vagas; no doutorado, 31 áreas apresentaram queda superior a 25% em 12 delas, ultrapassando 30%.

O documento atribui essa diminuição na demanda por cursos de mestrado e doutorado às consequências da pandemia. No entanto, é necessário ampliar essa análise, considerando também mudanças estruturais que vinham ocorrendo antes e foi reforçada na crise sanitária. Entre elas, destacam-se a ampliação do ensino à

distância, o avanço das parcerias público-privadas na educação, a transformação do ensino em mercadoria e o crescimento do anticientificismo no país.

Além disso, as transformações no mundo do trabalho têm gerado uma busca por retorno financeiro mais imediato, o que impacta diretamente a escolha pela formação *stricto sensu*. No caso da docência, por exemplo, a expansão do ensino EAD tem alterado os critérios de contratação e as possibilidades de valorização profissional. Em uma sociedade capitalista, muitos buscam o mestrado e o doutorado em busca de aumento salarial.

Somado a isso, o racismo, ainda que não incluído na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), adoece. Seja em suas manifestações sutis ou explícitas, como a pressão pela conformidade com o que é considerado a forma legítima de produzir conhecimento, ou pela imposição de normas institucionalizadas que deslegitimam saberes amefricanos (González, 2020), é o racismo operando como mecanismo de violência.

As madrugadas emergem como um espaço temporal de silêncio, quando os demais dormem as mulheres negras adentra mais uma jornada a da escrita, da produção para a pós-graduação. A “síndrome da impostora”<sup>32</sup>, internalizada por muitas mulheres negras, reforça esse estado permanente de inadequação, uma ferida colonial. Nesse sistema, que posiciona essas mulheres em um estado de alerta e de autopercepção de inadequação, a humanização cede lugar à exaustão.

Essas imersões cotidianas reverberam diretamente na saúde física e mental, intensificadas pelo desgaste dos múltiplos turnos que essas mulheres enfrentam. Não se trata apenas de dar conta das exigências acadêmicas, mas de sobreviver a um ritmo que cobra respostas constantes, enquanto tudo o que se deseja, muitas vezes, é a possibilidade de apenas entregar o possível.

Ainda mais se tratando de temas que envolvem o eu, no processo vai sendo desvelado e nomeado as opressões. Um dissertar por dentro que desorganiza, e que

---

<sup>32</sup> A Síndrome do Impostor, identificada por Clance e Imes (1978), descreve a experiência psicológica de indivíduos bem-sucedidos que, internamente, se sentem como fraudes, duvidando de suas próprias capacidades. Em mulheres negras, ela se manifesta de forma intensificada, não sendo um fenômeno isolado, mas resultado de um sistema capitalista, racista, machista e colonial, que desde a escravidão construiu uma identificação e localização social marcadas pela subalternização. As relações sociais e as instituições reafirmam esse lugar, exigindo um movimento contrahegemônico e um enorme desgaste para ultrapassar essas determinações coloniais no contexto acadêmico, que, em sua origem, foi estruturado para a burguesia masculina. bell hooks (2023) não utiliza o termo “síndrome da impostora”, mas mapeia caminhos de autorrecuperação. Ela cita, por exemplo: línguas de fogo, aprendendo a afirmação crítica, conhecendo a paz, sonhando-nos escuras profundezas: beleza negra.

não considera o tempo de elaboração, fazendo com que os prazos e exigências não possibilitem uma autorrecuperação. Escrever, partindo da sua realidade, sobre opressões e sobre o racismo vivido, é também reviver traumas. E na pós-graduação não há esse setor ou oferta de serviço psicológico, cabendo as mulheres negras se responsabilizarem integralmente pela manutenção de sua saúde.

Devido a todos esses fatores, muitas mulheres negras não ingressam na pós-graduação. Algumas ingressam e não permanecem. Outras concluem seus cursos, mas não querem continuar na academia. Assim, desenvolver projetos e escrever dissertações e teses sendo mulheres negras sobre a questão étnico-racial no Serviço Social que compõe o aparato científico brasileiro podem ser compreendidos como quilombagem, subversão coletiva insurgente dentro de uma estrutura que cotidianamente busca, nas microações demonstrar que não é lugar para elas.

Sendo assim, no concerne à tipologia das produções teóricas identificadas e analisadas compreende 14 artigos, 10 capítulos de livro, 4 livros completos, 1 projeto de pesquisa, 2 dissertações e 1 tese.

Das 163 disciplinas analisadas, apenas 18 (cerca de 11%) incluem produções teóricas de mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial conforme a tabela abaixo.

**Tabela 17** - Quantitativo de disciplinas com produção teórica sobre a questão étnico-racial de autoria de mulheres negras

Nome das disciplinas	Quantitativo de produções teóricas	Optativa ou obrigatória
1. Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos	9	obrigatória
2. Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	3	obrigatória
3. Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serv. Social III	2	obrigatória
4. Oficina Questão Social e Serviço Social	2	obrigatória
5. Supervisão Acadêmica de Estágio I	2	obrigatória
6. Supervisão Acadêmica de Estágio III	2	obrigatória
7. Supervisão Acadêmica de Estágio II	1	obrigatória
8. Processos de Trabalho e Serviço Social	1	obrigatória
9. Política Social	1	obrigatória
10. Introdução ao Serviço Social	1	obrigatória
11. Classes Sociais e Movimentos Sociais	1	obrigatória
12. Serviço Social e Debate Contemporâneo	1	obrigatória
13. Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor	1	obrigatória
14. Serviço Social e Processos de Trabalho I	1	obrigatória
15. Serviço Social e Processos de Trabalho II	1	obrigatória
16. Oficina do Trabalho Profissional III	1	obrigatória

17. Trabalho e Questão Social	1	obrigatória
18. Processos Comunitários e Mobilização Social	1	obrigatória
<b>TOTAL: 18 disciplinas</b>	<b>32 produções teóricas.</b>	<b>Todas obrigatórias.</b>

Fonte: Autora (2025)

Embora esta tese defenda que a questão étnico-racial deva estruturar todas as disciplinas da formação em Serviço Social, os dados levantados demonstram que, entre as 163 disciplinas analisadas, apenas quatro apresentam em seus títulos menções diretas à temática de raça e etnia.

São elas: Gênero e Etnia (UFMT, obrigatória, quinto período), Diversidade Étnica: Estudos sobre os Povos Originários (UFMT, obrigatória, sexto período), Gênero, Raça, Etnia e Classe (UNIFESP, obrigatória, quinto período), contudo, sem produções de mulheres sobre a questão étnico-racial.

A disciplina Diversidade de Gênero, Raça, Etnia no Contexto dos Direitos Humanos (UFBA, obrigatória, segundo período) que se destaca por ser a única, dentre as quatro, que contempla em sua bibliografia básica nove produções de mulheres negras, com textos de Sarita Amaro e Elisabete Pinto.

As disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I e Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social III, estruturam a base crítica da profissão, compreendendo o Serviço Social em sua historicidade e no interior do processo de reprodução social.

As obras de José Paulo Netto (2005), Marilda Villela Iamamoto (1994, 1998, 2008) esta última a autora mais citada em todos os planos, Raul Carvalho (1998) e Maria Carmelita Yazbek (1980, 2019) foram as mais referenciadas.

No que concerne às produções de mulheres negras identificadas, a obra de Ana Paula Procópio da Silva (2022) revela-se fundamental, na medida em que promove um movimento de retorno de Sankofa, resgatando criticamente o passado para compreender o presente e projetar transformações no futuro. Ao racializar a gênese do Serviço Social no Brasil, a autora evidencia que sua constituição esteve profundamente articulada ao higienismo.

Ao analisar o processo de formação profissional nas décadas de 1930 e 1940, Ana Paula (2022) destaca que a pobreza da classe trabalhadora, majoritariamente composta por pessoas negras, passou a ser concebida pelo Estado como um problema de ordem moral, justificando intervenções por meio de práticas de aconselhamento e atendimento. Como ela pontua: “a pobreza da classe trabalhadora,

de maioria negra, passou a ser considerada pelo Estado um problema de ordem moral passível de atendimento e aconselhamento” (Silva, 2022, p.45).

A autora também apresenta que as primeiras escolas de Serviço Social foram marcadas pela forte influência política e ideológica do movimento da higiene mental, expressa na presença de disciplinas como Higiene, Higiene Mental e Puericultura nos currículos de formação. Esses dados, segundo Silva, foram levantados com base nos estudos de Vasconcelos (1985).

Ao trazer esses elementos, a autora desmistifica uma suposta homogeneização na gênese da profissão, demonstrando que a classe trabalhadora atendida pelo Serviço Social brasileiro tem cor, raça e etnia. Racializar essa história é fundamental para compreender os fundamentos conservadores que ainda atravessam a formação e o trabalho profissional e para fortalecer uma perspectiva crítica e antirracista no interior da profissão. Ela finaliza o artigo com o item “reconhecer o racismo no passado para enfrentá-lo no presente” (Silva, 2022, p.49).

O artigo de Magali da Silva Almeida, Roseli da Fonseca Rocha e Suelma Inês Alves de Deus referenciado nas disciplinas de Fundamentos e Introdução ao Serviço Social, evidencia que a profissão está historicamente vinculada aos movimentos sociais. As autoras demonstram que as mulheres negras foram protagonistas na mediação entre as demandas do movimento negro e o interior da categoria profissional, tensionando a inserção da questão étnico-racial no processo de formação como já foi mencionado no decorrer desta tese. Assim, reafirmam que a produção intelectual e a militância negra são parte constitutiva da história do Serviço Social brasileiro.

Para aprofundar neste legado das mulheres negras, recomenda-se a leitura da tese de doutorado da Flávia de Brito Souza, intitulada “Escrevivências no Serviço Social: histórias e trajetórias sobre o protagonismo de assistentes sociais negras na análise da questão racial no Serviço Social”<sup>33</sup> defendida em 2024 na UFSC no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em Florianópolis.

Esta tese teve como objetivo identificar e analisar o protagonismo de assistentes sociais negras na abordagem da questão racial no interior da profissão de Serviço Social. Para tanto, foram entrevistadas assistentes sociais negras precursoras dessa história: Fátima Cristina Rangel Sant'Anna, Magali da Silva Almeida, Matilde

---

<sup>33</sup> Tese disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264466>.

Ribeiro e Suelma Inês Alves de Deus. Assim, a pesquisa fundamenta-se na perspectiva dos corpos negros políticos, das experiências e das vivências, registrando suas escrevivências por meio da oralidade, em consonância com a tradição africana como explica a autora.

Na disciplina de Classes Sociais e Movimentos Sociais são amplamente referenciadas as produções de Maria Beatriz Costa Abramides (2014), Maria Lúcia Duriguetto (2014) e Maria da Glória Gohn (1995). A única produção de uma mulher negra encontrada que trata da questão étnico-racial nesse campo foi a de Cristiane Luiza Sabino Souza (2020), que aponta a persistência da negação ontológica dos povos negros e indígenas como um mecanismo estruturante da ordem social brasileira. Essa negação, conforme a autora, é uma estratégia ativa de reprodução do capitalismo dependente, forjado na colonização, escravidão e genocídio dos povos originários.

Nas bibliografias analisadas, não há qualquer produção sobre os movimentos sociais negros, que, historicamente, sempre se deu em diversas formas de resistência: irmandades pretas, quilombos, banditismo, saques, revoltas escravas, movimentos abolicionistas, Movimento Negro Unificado (MNU), feminismo negro, movimento de mulheres negras, Marcha das Mulheres Negras de Brasília (2015), Marcha de São Paulo, entre outras.

Em relação aos movimentos protagonizados por mulheres negras, foram omitidas Dandara dos Palmares, Zeferina, Aqualtune, Tereza de Benguela, Maria Felipa de Oliveira e Esperança Garcia. A memória de Luiza Mahin, vinculada à Revolta dos Malês (1835) e à Sabinada (1837-1838), também não é considerada. Igualmente Maria Firmina dos Reis, precursora da literatura abolicionista, e Virginia Bicudo, pioneira na sociologia e psicanálise no Brasil (Lira, 2019).

A crítica de Priscila Lira (2019, p. 48) é contundente nesse sentido ao afirmar que “apresentar este feito na história das mulheres no Brasil é de suma importância, considerando a ausência de registro do protagonismo das mulheres negras nas lutas dos movimentos sociais”. Lira também destaca que é “imprescindível que o registro da história não esteja pautado apenas pelo ponto de vista da branquitude, europeia, burguesa e heteronormativa” (2019, p.48).

O Serviço Social, com sua perspectiva crítica e seu compromisso histórico com a transformação social, não pode se omitir diante da invisibilização dessas trajetórias. Assumir um Projeto Ético-Político comprometido com a emancipação humana implica

também reconhecer a quilombagem como parte essencial da construção de um novo horizonte societário. Por ser uma profissão política, que se coloca nas trincheiras com os movimentos sociais exige, portanto, a inserção das experiências históricas e contemporâneas da resistência negra fundamentais na construção da profissão e da formação social do Brasil.

Diante do posicionamento político de ausência de produções que abordem a resistência negra nos movimentos sociais, esta pesquisadora indica a inclusão da obra “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação” de Nilma Lino Gomes. Destacam-se algumas produções relevantes na área do Serviço Social, como a tese de Ana Paula Procópio, defendida na UFRJ em 2017, intitulada “O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura” e a dissertação de mestrado de Isis Roza “Entre sonhos e lutas: as vivências quilombolas em Barro Preto” defendida em 2009 na UFJF.

Ainda para essa disciplina, indica-se a tese de Priscila Beralda Oliveira (2023), “O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares na cidade de São Paulo (2003-2014) e a questão racial: impacto na formação do assistente social” defendida na PUC-SP. A dissertação de Priscila Lira “Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social” defendida na UNIFESP em 2019 também se torna necessária.

No que se refere ao debate no interior das entidades da categoria, destacam-se as produções de Tales Fornazier, seu livro “Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo” de 2020 e sua tese “Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social? Caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional”, defendida em 2024.

A disciplina de Política Social analisa as determinações sócio-históricas da emergência e desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas, abordando diferentes concepções de política social, o Estado de Bem-Estar Social (em países centrais e periféricos) e os impactos do neoliberalismo. Nos cursos analisados, as produções teóricas mais citadas são de Ivanete Boschetti (2008, 2009, 2010), Berenice Rojas Couto (2012), Potyara Pereira (2008) e Elaine Rossetti Behring (2008, 2010).

Entretanto, a única produção que racializa o debate nesta disciplina é a obra de Gracyelle Costa (2020), cuja contribuição é fundamental na desconstrução da narrativa sobre a origem da política social brasileira, frequentemente desvinculada da

experiência da população negra. Ao destacar a atuação dos trabalhadores negros nos portuários cariocas, Costa (2020) explica que a política social não se originou apenas de ações estatais voltadas para trabalhadores brancos, mas também para os negros.

A autora apresenta experiências históricas como organizações mutualistas, irmandades religiosas, fundos de libertação e práticas culturais afrodiáspóricas, que demonstram formas próprias de sociabilidade, solidariedade racial e classista. Sua pesquisa evidencia que a luta por melhores condições de vida esteve intrinsecamente ligada à afirmação da identidade negra e à resistência cotidiana ao racismo.

Com isso, defende uma concepção antirracista da história da política social brasileira, que reconhece a população negra como sujeito histórico desse processo, e a diáspora africana como elemento constitutivo das estratégias de sobrevivência e resistência. Portanto, a obra de Gracyelle Costa (2020) é crucial para a disciplina de Política Social, pois descentraliza a análise das origens da política social de uma perspectiva eurocêntrica, incorporando as contribuições e vivências da população negra. Ela demonstra que a política social também é fruto das lutas dos trabalhadores negros e de suas formas próprias de organização, oferecendo uma perspectiva mais completa e racialmente consciente sobre a formação das políticas sociais no Brasil.

Nas disciplinas Trabalho e Questão Social e Oficina Questão Social e Serviço Social, são discutidos temas como o trabalho enquanto categoria fundante da sociabilidade humana, a divisão social, sexual e racial do trabalho na sociedade de classes, a acumulação capitalista, as desigualdades de classe, raça e gênero, bem como a questão social em sua particularidade brasileira. Entre os principais referenciais teóricos mobilizados, destacam-se Maria Carmelita Yazbek e Josiane Soares Santos (2012). No entanto, em relação à produção teórica que racializa a compreensão da questão social, destaca-se a contribuição de Renata Gonçalves.

Nas disciplinas Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor, Serviço Social e Processos de Trabalho I e II, Oficina do Trabalho Profissional III e Oficina de Análise do Trabalho Profissional, discute-se a dimensão técnico-operativa da profissão, abordando a instrumentalidade como mediação no trabalho do/a assistente social, além das estratégias e instrumentos como observação, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, registros e documentação.

Entre os referenciais predominantes estão Karl Marx (1981), Friedrich Engels (1981), Ricardo Antunes, Yolanda Guerra (1995), Marilda Iamamoto e Regina Célia Tamaso Miotto, que oferecem uma base crítica sobre o trabalho, os processos de

exploração/opressão e os desafios da profissão diante das contradições do capitalismo.

De modo articulado, as disciplinas Supervisão Acadêmica de Estágio I, II e III promovem a reflexão e a orientação crítica sobre o trabalho profissional nos campos de estágio, considerando as demandas dos sujeitos atendidos, os serviços e políticas sociais, os modelos de gestão e as estratégias de intervenção. A proposta visa desenvolver a autonomia do discente e fortalecer o trabalho profissional comprometido com os direitos humanos, em consonância com os princípios do Projeto Ético-Político.

Das produções teóricas das mulheres negras citadas nestas disciplinas, é uma convocação à forma como elas descrevem, tendo em vista que o assistente social atua diretamente nas políticas sociais, desde a sua implementação, execução, planejamento, bem como avaliação e monitoramento.

Sendo assim, Isis Silva Roza (2020) afirma sobre o trabalho profissional nas políticas sociais que a intervenção profissional exige atenção às marcas sociais que constituem os corpos atendidos, como raça, gênero, classe e sexualidade, e à forma como essas opressões se materializam no cotidiano. A análise do profissional deve ir além do imediato, promovendo uma escuta qualificada e humanizada, que reconheça o sujeito em sua integralidade e historicidade. A única intelectual negra que abordou o corpo.

Como afirma Márcia Campos Eurico:

As(os) assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional nas diversas políticas públicas, no complexo e contraditório processo de reprodução das relações sociais. No modo de produção capitalista, a manutenção de níveis extremos de desigualdade social está mediada pela funcionalidade do racismo (Eurico, 2018, p.523).

A autora (2013) a partir dos estudos de Lopes e Quintiliano (2007), explica que no âmbito do Serviço Social e das políticas públicas, quando instituições deixam de garantir acesso qualificado a sujeitos negros/as em razão de sua origem étnico-racial, cor da pele ou cultura, ocorre a materialização do racismo institucional.

Esse tipo de racismo compromete profundamente o desenvolvimento das políticas sociais e reforça práticas de exclusão historicamente consolidadas. Como alerta Eurico (2013), esse processo é contraditório, pois evidencia questões que o país historicamente tenta silenciar. A banalização da questão racial, inclusive entre

segmentos da população negra, contribui para a culpabilização individual pela condição social, encobrendo a complexa trama das relações sociais racistas.

Nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, observa-se uma recorrente centralidade das contribuições de autoras como Maria Cecília de Minayo (1993, 1994, 2007) e Eva Maria Lakatos e Maria de Andrade Marconi (2010). Não há, em nenhuma das ementas analisadas, menção a pesquisas, técnicas ou instrumentos construídos a partir de referenciais intelectuais negros/as. Tal ausência ratifica a hegemonia de um modo único de produzir teoria, conhecimento e pesquisa no interior da formação profissional que não seja a partir de experiências e metodologias racializadas.

No que tange à produção teórica das mulheres negras docentes, Cristiane Sabino (2020, 2022) expôs que utilizou o materialismo histórico-dialético e Márcia Eurico (2020) e Isis Roza (2020) utilizaram a interseccionalidade como ferramenta analítica. Eurico (2020) traz a intersecção entre classe social, os papéis de gênero e a questão étnico-racial no processo de reprodução das relações sociais assimétricas no Brasil. Isis (2020) aborda o imbricamento entre raça, gênero, classe e sexualidade e como essas opressões se materializam no cotidiano.

Esta pesquisa propõe a retomada do quilombo como corpo em movimento, tal como formulado por Beatriz Nascimento (1979). A autora entende o quilombo não apenas como forma de organização territorial, mas como experiência política e existencial negra, um corpo em movimento que articula resistência, ancestralidade, memória e coletividade. Os corpos negros, mesmo atravessados por opressões, contradições de classe e precarizações diversas, reinventam estratégias coletivas para se manterem vivos em vida e insurgentes.

Essa pesquisadora, portanto, inova ao reafirmar o corpo em movimento como a gente central na produção do conhecimento. Sua análise emerge da própria experiência enquanto mulher negra na pós-graduação, adotando a escrevivência como método. Ao partir do real vivido e não de estruturas eurocentradas, sua produção teórica se ancora no chão negro da existência, tensionando os modos hegemônicos de se fazer ciência.

É incomodar. É jogar no rosto da casa-grande o que é que nos foi feito e, inclusive, marcar esse presente que ainda tem essa marca do passado, se você pensa na condição em que se encontra a grande maioria da coletividade negra brasileira, e não só a brasileira como a diaspórica. Uma proposta em que tanto a memória como o cotidiano, como o que acontece aqui e agora, se transformam em escrita. Essa história silenciada, aquilo que não podia ser

dito, aquilo que não podia ser escrito, são aquelas histórias que incomodam, desde o nível da questão pessoal, quanto da questão coletiva. A escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia (Evaristo, 2020, s/p).

Não foi identificado entre as produções analisadas, abordagens que tratem da oralidade como mecanismo de transmissão de saberes, histórias, culturas e valores por meio da fala. Nas sociedades africanas, tanto antes quanto após os processos de colonização, a oralidade desempenhou função central na preservação das memórias coletivas, dos conhecimentos ancestrais e na organização social.

No campo acadêmico, essa perspectiva é cada vez mais mobilizada como ferramenta metodológica de produção de conhecimento. Um exemplo relevante é a tese de Rosicler Lemos da Silva, intitulada “Franca não é do imperador, é do povo preto! Memórias, identidades e resistências”, defendida em 2023. Nesse trabalho, a autora adota a História Oral como metodologia para acessar as memórias e trajetórias de resistência da população negra do município de Franca (SP).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca interpretar os processos de construção das identidades étnico-raciais por meio da escuta e do registro das memórias de pessoas negras desde a infância até a velhice. Esses relatos abrangem diversas dimensões da vida familiar, comunitária, educacional, profissional, religiosa, esportiva, de lazer, política, entre outras e são confrontados com a história oficial da cidade, promovendo uma crítica às narrativas hegemônicas.

A História Oral, nesse sentido, permite o acesso a memórias subterrâneas de sujeitos historicamente marginalizados, atribuídas a pessoas consideradas “comuns”. Tais memórias possuem a mesma relevância das versões institucionalizadas nos livros didáticos e científicos, geralmente produzidas por um grupo restrito de pesquisadores em sua maioria, homens brancos, heterossexuais, pertencentes às elites acadêmicas e econômicas.

Rosicler Lemos da Silva (2023) utiliza Portelli (2000), que aponta que o desafio da História Oral vai além da preservação da memória: ela é também instrumento de resistência, de luta e de transformação social. Na pesquisa da autora, a oralidade é compreendida enquanto método, com base nas contribuições de autores como Dagoberto José Fonseca (2021). Silva (2023, p. 40) afirma: “utiliza-se o conceito do saber científico africano, que, de acordo com Fonseca (2021), por mais que possua

um rigor científico, não é um método estático e enrijecido por estar fundamentado nas vivências, saberes, cultura e oralidade da população africana”.

A teoria social marxista, como matriz ontológica totalizante que apreende o ser social em sua concretude histórica e nas contradições entre capital e trabalho, exige que se afirme que as determinações de raça e gênero não podem ser subsumidas como secundárias ou derivadas. A partir da ontologia do ser social, é possível compreender a historicidade do racismo como relação social estruturante, que atravessa a classe trabalhadora e precariza, de forma ainda mais violenta, a vida dos sujeitos negros e negras.

Na disciplina de Ética Profissional, os textos de Maria Lúcia Silva Barroco (2008, 2012) predominam e essa pesquisadora não encontrou produções de mulheres negras como sobre o imbricamento da questão étnico-racial e a ética profissional de maneira aprofundada.

Diante do exposto e dos resultados da análise dos dados, das 163 disciplinas examinadas, apenas 18 (cerca de 11%) incluem produções teóricas de mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial. Isso revela que a formação em Serviço Social ainda não é estruturada nem transversalizada por uma abordagem antirracista.

Para essa ausência da presença nos planos de ensino, esta pesquisadora buscou elementos para a compreensão desse resultado da pesquisa no conservadorismo reatualizado na contemporaneidade como neoconservadorismo, no racismo institucional e acadêmico que permeia a operacionalização dos cursos de Serviço Social, bem como no pacto da branquitude no antirracismo de performance.

Segundo Maria Carmelita Yasbek (2019), o conservadorismo configura-se como um modo de pensamento e uma experiência histórica que emergem como contramovimento aos avanços da modernidade, tendo como função central a restauração e preservação da ordem capitalista. Ao se opor às transformações sociais, defende a tradição, a hierarquia e a manutenção de privilégios, atualizando-se conforme os contextos históricos e políticos.

Iamamoto (2007) observa que o conservadorismo se manifesta de diversas formas ao longo da trajetória da profissão e permanece presente na atualidade, dificultando a incorporação de debates críticos, como a questão étnico-racial. Segundo a autora, “a mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar” (p.24), o que contribui para a reprodução de práticas alinhadas à manutenção da ordem capitalista, burguesa e neoliberal.

No Serviço Social, essa herança conservadora marca profundamente a gênese da profissão no Brasil. Como destaca Eurico (2013, p.306), esse conservadorismo impediu que o debate racial fosse incorporado ao Serviço Social até a década de 1980. Cristiane Luiza Sabino Souza (2020) reforça que, na América Latina e no Caribe, o conservadorismo está intrinsecamente ligado ao colonialismo e à reprodução das desigualdades raciais e de classe, sendo o racismo um de seus fundamentos estruturantes. Essa lógica atravessa a formação e o trabalho profissional das/os assistentes sociais, exigindo uma leitura crítica dos seus fundamentos.

Dessa forma, o conservadorismo segue sendo um obstáculo à consolidação de uma formação crítica e antirracista, especialmente quanto à inserção da produção teórica de mulheres negras sobre a questão étnico-racial. Na contemporaneidade, ele se atualiza no neoconservadorismo, adaptando suas premissas ao contexto neoliberal, o que resulta no controle social, na defesa da ordem capitalista e na crítica à esquerda progressista.

O racismo nesta pesquisa revela-se nas formas institucional e acadêmica. De acordo com os estudos de Márcia Eurico (2013), ancorados no referencial da Amma Psique e Negritude (Quilombhoje, 2008), o racismo institucional se manifesta por meio de dois eixos interdependentes: o político-programático e o das relações interpessoais.

A dimensão político-programática refere-se à ausência de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que enfrentem, de forma eficaz, o racismo estrutural. Essa dimensão inclui a invisibilização do racismo nas práticas institucionais, na burocracia cotidiana e na construção de normas que perpetuam desigualdades raciais (Eurico, 2013).

Já a dimensão interpessoal compreende as relações estabelecidas entre gestores, trabalhadores, usuários e usuárias no cotidiano das instituições, muitas vezes marcadas por atitudes discriminatórias naturalizadas (Eurico, 2013). A ausência de políticas de ingresso e permanência também é uma manifestação do racismo institucional.

A essa manifestação soma-se o racismo acadêmico, expressão específica do racismo institucional no campo da produção e legitimação do conhecimento. O racismo institucional e acadêmico se expressa, sobretudo, na estruturação eurocentrada dos currículos, na ausência ou escassez de referências teóricas produzidas por intelectuais negras e negros e na baixa representatividade docente.

Esse racismo não se dá apenas pela exclusão direta, mas pela forma como o conhecimento é hierarquizado e legitimado, privilegiando produções brancas, masculinas e de matriz eurocêntrica. Ele opera como um filtro seletivo que busca negar e deslegitimar o conhecimento produzido pelas negras/os.

Josiane Santos (2020) oferece uma contribuição decisiva ao asseverar que o enfrentamento do racismo institucional não deve ser concebido como uma ação fragmentada, mas sim como um componente intrínseco do Projeto Ético-Político inerente à profissão. A autora incita os profissionais de Serviço Social a assumirem essa incumbência com veemência, discernindo que, ainda que a erradicação do racismo não seja uma prerrogativa exclusiva da categoria, configura-se como uma responsabilidade coletiva inegável.

Essas relações de poder, que têm o pacto da branquitude (Bento, 2002) como um de seus sustentáculos, referem-se a acordos implícitos que asseguram os privilégios e os lugares de poder das pessoas brancas nas instituições acadêmicas, inclusive naquelas que se autodenominam progressistas. Nesta pesquisa, esse pacto se revela na resistência em incluir efetivamente autoras negras nos planos de ensino.

Nesse contexto, o que se observa é uma prática de antirracismo de performance, na qual se produz uma aparência de compromisso com a pauta racial por meio de eventos, campanhas e menções pontuais, mas sem alterar no concreto as estruturas de poder e os privilégios estabelecidos desde o período colonial.

É possível afirmar, portanto, que a inserção da questão étnico-racial nos planos de ensino não tem ocorrido e quando ocorre é de maneira lenta. A centralidade desta pesquisa reside nas produções de mulheres negras sobre a questão étnico-racial. Frente à realidade dos dados apresentados, torna-se evidente a lacuna na inserção dessas autoras no processo formativo. A dificuldade de introduzir a questão étnico-racial nos currículos já é significativa, quando se trata de incluir a produção teórica de mulheres negras do interior da categoria, o desafio se torna ainda maior.

No entanto, há quilombagem, e essa realidade é cotidianamente tensionada, sobretudo por coletivos de estudantes negros e por docentes negras. A mudança surge a partir dos movimentos sociais, com a rebeldia e a resistência como regra. Portanto, compreender o racismo institucional e acadêmico no Serviço Social requer relacioná-lo ao pacto da branquitude que sustenta privilégios e ao antirracismo de performance que reproduz e garante perpetuação do racismo.

Nas produções teóricas das mulheres negras, identificam-se abordagens convergentes, como a crítica ao mito da democracia racial, o compromisso com o projeto Ético-Político do Serviço Social e a análise da construção da raça no período colonial. Algumas autoras articulam diretamente a questão racial à categoria de classe social, enquanto outras enfatizam as resistências e lutas antirracistas no que tange ao acesso a políticas públicas. Há também produções que se concentram nas políticas sociais e na formulação de ações afirmativas.

Esse conjunto de abordagens revela, ao mesmo tempo, a pluralidade e a fragmentação do debate, refletindo tanto as disputas presentes nos movimentos sociais antirracistas quanto as tensões existentes nos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar a reflexão crítica sobre essas diferentes interpretações, especialmente no que se refere à relação entre a questão racial e os fundamentos da profissão, como afirmam Elpídio, Silva e Valdo (2024). Como nos convoca Eurico (2011, p.528): “o debate está posto e cabe às(aos) profissionais se engajarem na luta contra todas as formas de exploração/opressão, caminho indispensável rumo à efetivação do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social”.

### 3.3 ORI EM QUILOMBAGEM: CORPOS-PRESENÇA NEGRAS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Este item inicia-se sob a égide de Obá, orixá cujo nome deriva de um rio na Nigéria, conhecida por liderar seu povo de Elekô e por sua resistência ao patriarcado. A exemplo de Obá, as intelectuais negras referenciadas nesta tese enfrentam na vida e na academia, o patriarcado, o racismo institucional e acadêmico, o sexismo, o pacto da branquitude, o antirracismo de performance e o neoconservadorismo que impactam diretamente a formação em Serviço Social ainda em disputa.

As fotografias com microfones em mãos são intencionais, simbolizam a oralidade como forma de resistência e continuidade ancestral. Essas mulheres são corpos-presença, filhas e mães, que constroem sentidos coletivos por meio da escrita, da ação, da escuta e da quilombagem. São Ori pensantes em constante movimento, referências políticas e teóricas. O quantitativo reduzido de suas produções presentes nos planos de ensino não indica ausência, mas expressa outras formas de presença e contribuição à formação profissional.

A formação antirracista em Serviço Social não tem se dado prioritariamente nas salas de aula, mas em espaços de aquilombamento cotidiano: congressos como o ENPESS e CBAS, rodas de samba, coletivos negros, núcleos de estudo, projetos de pesquisa, ensino e extensão, movimentos sociais e ações, campanhas das entidades como ABEPSS, CFESS, CRESS e ENESSO.

Essas mulheres são docentes e pesquisadoras, autoras de uma memória viva, escrita nos corredores universitários, na militância e nos espaços institucionais que ocupam. Seus corpos produzem outros sentidos de pensar e construir a formação em Serviço Social. Essas autoras não apenas analisam a realidade criticamente, mas o recriam por meio da quilombagem cotidiana, do compromisso político e ético com a população negra.

É fundamental registrar e demarcar essa presença e essa memória. Beatriz Nascimento (1989) discute a relação entre memória e intelecto na articulação entre passado, presente e futuro, apontando para a construção da identidade coletiva negra como humanização e continuidade cultural.

Essa identidade ancora-se em referenciais próprios e exige a documentação de trajetórias e a construção de memórias políticas. Esta tese, portanto, documenta e afirma essas trajetórias como memória viva e como ato político. Afinal, elas estão aqui, presentes e atuantes, com seus corpos, vozes, com muito trabalho, construindo e transformando esta profissão, enegrecendo as trincheiras e trazendo a questão étnico-racial para o centro. A seguir, são apresentadas breves biografias das intelectuais, elaboradas com base nas informações disponíveis em seus currículos Lattes.

**Figura 12** - Foto da Dra. Márcia Campos Eurico



Fonte: CRESS/SP

Márcia Campos Eurico, filha de Jovelina e Vicente, mãe de Henrique, Gustavo e Maysa. Graduiu-se em Serviço Social pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) entre 2002 e 2005, onde desenvolveu a pesquisa “A Infecção da Mulher pelo HIV em Relações Estáveis” como Trabalho de Conclusão de Curso.

Posteriormente, obteve o título de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) entre 2008 e 2011, com a dissertação “Questão Racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social e a obtenção do título de Doutorado na mesma instituição com a tese “Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)” entre 2015-2018. Produções já mencionadas na tese.

Atualmente é assistente social do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e realiza Estágio Pós-Doutoral voluntário no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) desde 2022. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais - UNIFESP na Baixada Santista.

Sua trajetória acadêmica e política é marcada pelo compromisso com a luta antirracista e com a valorização da produção intelectual negra. Foi professora substituta no curso de graduação em Serviço Social da PUC/SP em 2018 e professora convidada do curso de Relações Internacionais da mesma instituição, aonde ministrou a disciplina de relação étnico-racial. Trabalhou como docente no Curso de Graduação e na Pós-Graduação da Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS/SP) entre 2014 e 2020, onde também coordenou o Núcleo de Pesquisa em Relação Étnico-Racial e Serviço Social Carolina Maria de Jesus (2016–2020). De 2006 a 2013 foi professora instrutora do Curso de Serviço Social da Universidade Guarulhos.

Márcia tem ampla experiência na área da saúde e das políticas públicas. Atuou como assistente social no SAE DST/AIDS Fidelis Ribeiro da prefeitura de São Paulo (2009–2012), coordenadora da Unidade Básica de Saúde Ermelino Matarazzo (2007–2009) e dos Projetos de Prevenção em Pares do Programa Municipal de DST/Aids de São Paulo. Foi conselheira do Conselho Gestor de Saúde da UBS Ermelino Matarazzo e conselheira titular do Conselho Municipal da Igualdade Racial (COMPIR) de Guarulhos/SP, gestão 2010–2011.

É pesquisadora do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos (PROAFRO/UERJ), associada da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Coordenou a ênfase de raça/etnia do GTP Serviço Social, Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/etnia e Sexualidades da ABEPSS nos biênios 2019–2020 e 2021–2022. Participa da Frente Nacional Assistentes Sociais no Combate ao Racismo desde 2020 e do GT de Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (2020–2022).

Seu trabalho tem sido reconhecido, foi vencedora do X Prêmio Dr. Benedicto Galvão (2021) na categoria personalidade de destaque com a obra *Racismo na Infância*, promovido pela Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP. Como autora convidada, participou do lançamento de seu livro na 27ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo (2024), na 10ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas (2023) e na 5ª Bienal Internacional do Livro de Brasília (2022).

**Figura 13** - Foto da Dra. Roseli da Fonseca Rocha



Fonte: CRESS/MA

Roseli da Fonseca Rocha, filha de Antonia Cezarina e Hudson Maia, sobrinha de Marlene Rocha Inocêncio, graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1996. Concluiu o mestrado em Política Social na UFF em 2005, com a dissertação intitulada “A política de proteção integral no município de Niterói dirigida a crianças e adolescentes em situação de risco social por envolvimento com drogas: avanços e entraves institucionais”<sup>34</sup>. Obteve o título de Doutora em

---

<sup>34</sup> Dissertação disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/19078>.

Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2014, defendendo a tese “A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios”<sup>35</sup>.

Atualmente, Roseli atua na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde lidera o eixo Enfrentamento às desigualdades étnico-racial na Coordenação de Equidade, Diversidade, Inclusão e Políticas Afirmativas da Fiocruz (Cedipa/PR/Fiocruz). Nessa função, dedica-se à construção e implementação de políticas voltadas à equidade, valorização da diversidade étnico-racial e de gênero. Integra a Câmara Técnica de Atenção e a Câmara Técnica de Promoção da Saúde da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz).

No âmbito acadêmico, Roseli colabora com a Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher – Mestrado e Doutorado do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) como professora e também na residência multiprofissional e de Enfermagem da mesma instituição ministrando a disciplina "Diversidade e desigualdades sociais na Atenção à Saúde".

Como pesquisadora, participa dos grupos Origens e Destinos: uma avaliação da política de cotas universitárias e seus efeitos no mercado de trabalho e Transição de cuidados de adolescentes: um estudo sobre acesso aos serviços de saúde na perspectiva da integralidade. Além disso, integra o Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça da Fiocruz.

Em sua trajetória profissional, Roseli trabalhou como docente e coordenadora do Curso de Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade do IFF/Fiocruz/UNIRIO, tutora e preceptora da Residência Multiprofissional do IFF/Fiocruz e referência técnica do Serviço Social do instituto. Entre 2018 e 2023, integrou a coordenação colegiada do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz.

Pesquisa equidade e relações étnico-raciais e de gênero no Brasil, formação profissional e questão étnico-racial, Serviço Social e diversidade humana e saúde da população negra.

---

<sup>35</sup> Tese disponível em: [https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1153327](https://sucupiralegado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1153327).

**Figura 14** - Foto da Dra. Cristiane Luiza Sabino Souza



Fonte: Foto tirada por Júlia Amaro – UFSC

Cristiane Luiza Sabino Souza, filha de Maria, irmã de Daiane e Bruno, sobrinha de Geralda e prima de Val, graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em 2012, com o TCC intitulado: “Formação da sociedade de classes no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes”.

Em 2015, ingressou no Mestrado em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), concluindo-o em 2016 com a dissertação “Questão Agrária, Superexploração e Migração Temporária: O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente<sup>36</sup>”.

Na sequência, iniciou seu Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2016, obtendo o título em 2019 com a tese: “Terra, Trabalho e Racismo: Veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil”<sup>37</sup>.

Atualmente Cristiane é docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tanto na graduação quanto na pós-graduação em Serviço Social, acumulando dez anos de experiência na docência.

Além disso, integra o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC), contribuindo para pesquisas e debates nas áreas de América Latina e dependência, trabalho e superexploração, questão agrária e questão racial. Em 2024, iniciou seu pós-doutorado em andamento na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

---

<sup>36</sup> Disponível em: [https://sappg.ufes.br/tese\\_drupal//tese\\_10077\\_Cristiane%20Sabino.pdf](https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_10077_Cristiane%20Sabino.pdf).

<sup>37</sup> Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Cristiane%20Luiza%20Sabino%20de%20Souza.pdf.

**Figura 15** - Foto da Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos



Fonte: Youtube

Renata Cristina Gonçalves dos Santos inicia a apresentação do seu currículo lattes se autodeclarando preta de nascença e de consciência política. Sua formação inicial em Serviço Social foi obtida no Institut Cardijn, em Louvain-La-Neuve, na Bélgica, onde entre 1989 e 1992 desenvolveu estudos sobre o papel das mulheres no contexto do desenvolvimento de uma sociedade dependente.

A busca pelo aprofundamento conduziu à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em que de 1995 a 1999 cursou o Mestrado em Ciências Sociais, investigando as imbricadas relações entre lutas sociais e gênero, com a dissertação “Lutas Sociais e Relações de Gênero: a constituição do grupo de mulheres do São José”.

O percurso de Renata Gonçalves culminou com o Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) entre 2001 e 2005, incluindo estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris na França. Com a tese “Vamos Acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema” defendida em 2005.

Atualmente é docente na graduação e na pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) no Campus Baixada Santista, aonde coordena dois núcleos de estudo, o Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti – Gênero, Sexualidades, Feminismos, em parceria com a professora Cristiane Gonçalves e o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares: análise da questão racial no Brasil junto ao professor Deivison Nkosi Faustino.

Seus estudos concentram-se na investigação das complexas interconexões entre classes sociais, relações de gênero e raça, com ênfase no feminismo negro, nas intelectuais negras, no racismo no Brasil e nos movimentos sociais. Atualmente, lidera o projeto de pesquisa Intelectuais Negras Brasileiras, integrado às atividades do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB -UNIFESP).

**Figura 16** - Foto da Dra. Magali da Silva Almeida



Fonte: CRESS/MA

Magali da Silva Almeida, mulher de grande relevância para a construção da profissão, pioneira da inserção da questão étnico-racial no Serviço Social. Filha de Almey e Eugenio (cujo legado é preservado na memória), neta de Durvalina e afilhada de Lucy.

Sua acadêmica inicia-se na graduação em Serviço Social pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM) em 1978, em que apresentou seu TCC intitulado de "Reflexões sobre a prática de Serviço Social de Grupo".

O aprofundamento de seus estudos a conduz à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde em 1998 obtém o título de Mestre em Memória Social e Documento, com a dissertação "Candomblé e pobreza: um estudo sobre representação e identidade em um terreiro de candomblé em Nova Iguaçu (1984–1998)".

Além da graduação e do mestrado, Magali da Silva Almeida tornou-se especialista em Planejamento e Gerência de Saúde (ENSP/Fiocruz, 1993), Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (ENSP/Fiocruz, 1993) e Metodologia do Serviço Social (UFF, 1978).

Realizou o Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) de 2006 a 2011, com um período de doutorado-sanduiche na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Defendeu a tese intitulada "Mulher negra militante: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro"<sup>38</sup>.

Posteriormente, realizou Pós-doutorado em Serviço Social pela UERJ e pelo Centro de Estudos de Mulheres e Gênero da Universidade do Texas em Austin, consolidando sua trajetória de qualificação avançada.

A experiência docente de Magali é extensa e significativa, abrangendo 47 anos de atuação. Na Faculdade de Serviço Social da UERJ (1989–2013), desempenhou funções de coordenação, tanto do curso de graduação (2012–2013) quanto do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (2000–2013).

Além disso, coordenou o curso de atualização "A Teoria e as Questões Políticas da Diáspora Africana nas Américas" (2007–2012), em colaboração com a ONG Criola e o Centro de Estudos Africanos e Afro-Americanos da Universidade do Texas, ampliando o alcance de sua atuação para além dos muros da universidade.

Na UFBA, Magali também exerceu funções de coordenação, liderando o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (2018–2020), o Núcleo Docente Estruturante (2017–2020) e a Coordenação de Estágio (2013–2017), contribuindo para o fortalecimento do ensino e da pesquisa em Serviço Social nessa instituição.

Atualmente, mantém vínculo permanente como docente da graduação e pós-graduação em Serviço Social no Instituto de Psicologia da UFBA e coordena o Pós-Afro (2024–2025), além de coordenar o Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos e liderar o Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORI/CNPq), demonstrando sua contínua dedicação à produção de conhecimento e à formação de novas gerações de profissionais.

A atuação de Magali transcende o âmbito acadêmico, estendendo-se à participação em conselhos e grupos de pesquisa de relevância nacional. Representou o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra (CISPN) do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (2008–2014) e coordenou a Ênfase de Raça/Etnia do Grupo Temático de Pesquisa

---

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/projetosEspeciais/ETDs/consultas/conteudo.php?strSecao=resultado&nrSeq=27717&idi=1>.

(GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS em diversos biênios (2010–2012, 2014–2016 e 2016–2018).

No campo da pesquisa e extensão, Magali coordena atualmente um projeto voltado para o aprimoramento da atenção psicossocial de mães e familiares vítimas de violência de Estado na Bahia. Seus estudos e publicações abrangem uma ampla gama de temas, incluindo os fundamentos do Serviço Social, as relações sociais de raça/etnia, gênero e classe, as religiões de matrizes africanas e o racismo religioso, as políticas de ação afirmativa na educação superior, a saúde da população negra, a população em situação de rua, o trabalho de cuidado da mulher negra em situação de rua, o movimento de mulheres negras no Brasil, o feminismo negro e a violência letal de Estado, consolidando sua posição como uma intelectual de referência no Serviço Social.

**Figura 17** - Foto da Mestra Suelma Inês Alves de Deus



Fonte: Práxis Preta

Suelma Inês Alves de Deus iniciou sua formação acadêmica com a graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), concluída em 1982. Obteve o título de Mestre em Gerontologia pela mesma instituição em 2003, com a dissertação intitulada “A Espera da Liberdade: O estudo sobre o envelhecimento profissional”.

Com 20 anos de experiência na docência, Suelma trabalhou na Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (FAPSS-SCS), na Universidade de Guarulhos (UNG) e na graduação em Serviço Social da Faculdade de São Paulo (FSP).

Além de sua atuação na formação profissional, integrou a diretoria do Instituto GERA – Aproximando Gerações e da Soweto Organização Negra, espaços nos quais desempenhou um papel ativo no debate e na formulação de políticas voltadas à equidade racial e social. Atualmente, ocupa um cargo na diretoria administrativa no referido instituto.

É integrante do Grupo de Estudo das Relações Étnico-Raciais no Serviço Social (GERESS) e desenvolve estudos nas áreas de envelhecimento, raça e etnia, habitação e desenvolvimento urbano.

**Figura 18** - Foto da Dra. Maria Helena Elpídio



Fonte: Jornal Século Diário

Maria Helena Elpídio, filha de D. Tereza e seu Verinho, possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 1999, com o TCC “Velhice Asilada: um retrato sem retoques”. Em 2005 concluiu o Mestrado em Educação pela mesma instituição, com a dissertação “A política de extensão universitária da UFES no contexto neoliberal”.

Se tornou doutora em Serviço Social em 2015 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a tese intitulada "Território política social e Serviço Social no contexto do social-liberalismo"<sup>39</sup>. Concluiu o Pós-doutorado em 2020 pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/PGSS/UFJF).

Atualmente, Maria Helena Elpídio é docente na UFES, atuando na graduação em Serviço Social, bem como integrando o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS-UFES).

---

<sup>39</sup>Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/15896/1/Tese%20-%20Maria%20Helena%20Elpidio%20Abreu.pdf>.

Desenvolve pesquisa no Núcleo de Estudos Interfaces (UFES) e no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFES), além de ser membro do Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social (NECLATSS – UERJ/UFJF). Foi presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) durante a gestão 2017-2018 e atualmente é pesquisadora nível PQ 2 do CNPq. Seus estudos concentram-se nos fundamentos e na formação profissional do Serviço Social, com ênfase na questão do território e na relação étnico-racial.

**Figura 19** - Foto da Dra. Tereza Cristina Santos Martins



Fonte: CRESS/SE

Tereza Cristina Santos Martins, filha de Marinalva e Adão, mãe de Lumara e Isabel se graduou em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1996 e apresentou seu TCC "Uma Perspectiva de Análise da Situação Educacional Formal e da Viabilidade da proposta de Educação do MST no Assentamento Quissamã" ao findar do curso.

Obteve o Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma universidade em 2001, com a dissertação intitulada de "Questão agrária e questão ambiental: Um estudo do assentamento irrigado Jacaré-Curituba". Se tornou doutora em Serviço Social em 2012 pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a tese "Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da questão social no Brasil"<sup>40</sup>.

Realizou Pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre os anos de 2022 a 2023. Atualmente é docente do curso de

---

<sup>40</sup>Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10708/1/Tereza\\_Cristina\\_Servi%c3%a7oSocial.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10708/1/Tereza_Cristina_Servi%c3%a7oSocial.pdf).

Serviço Social UFS e bolsista de Produtividade em Pesquisa PQ 2 pelo CNPq (2024-2027).

Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS (PROSS/UFS) entre 2015 e 2019 e integrou a gestão 2017-2018 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na coordenação de pós-graduação da regional nordeste.

Atualmente, coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ/UFS) e participa do Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS do GTP ampliado - ênfase raça e etnia. Também integra o corpo editorial da Revista Serviço Social & Sociedade.

Em reconhecimento à sua contribuição intelectual e social na defesa da igualdade racial recebeu em 2018, a Comenda Jacinta Clotilde do Amor Divino, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Tem experiência no debate sobre trabalho, questão social e movimento social, com ênfase na questão étnico-racial, bem como movimentos sociais rurais e urbanos.

**Figura 20** – Livro intitulado Racismo Estrutural, Institucional e Serviço Social de Tereza Cristina Santos Martins e Nelmiros Ferreira da Silva



Fonte: ABEPSS

**Figura 21** - Foto da Dra. Sheila Dias Almeida



Fonte: Currículo Lattes

Sheila Dias Almeida filha de Luzia, irmã de Anderson (*in memoriam*), mãe de Aisha Yamê e Ébano. Possui graduação em Serviço Social pela UFRJ, em 2011 apresentando o TCC intitulado de “? Nossos Passos vêm de longe? Vozes de Mulheres Negras entre o passado e o presente”.

Concluiu o mestrado em Serviço Social pela UFRJ em 2015, onde desenvolveu a pesquisa "Um olhar sobre o silêncio indolente que invisibiliza as relações raciais na produção de conhecimento". E o doutorado na mesma área de instituição em 2023 com a tese “Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações em Serviço Social no Brasil”.

Sheila exerce a docência no curso de Serviço Social na UFOP e foi convidada e atualmente trabalha no Ministério da Igualdade Racial do governo federal, em Brasília no cargo de coordenadora de políticas de ações afirmativas no mercado público e privado.

Ao refletir sobre sua caminhada como mulher negra, docente, intelectual e militante Sheila Dias Almeida destaca o caráter coletivo de sua atuação, que soma mais de 25 anos de dedicação a diversas frentes de luta. “Ela ressalta a importância da "escrevivência" como forma de se encontrar, dar voz a si mesma e ocupar o lugar de sujeito, ecoando as ideias de bell hooks (2020) sobre a capacidade de nomear e reivindicar a própria posição” (Dias, 2024, s/p).

Sheila integrou a gestão "Aqui se Respira Luta!" da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no biênio 2021-2022, como suplente docente. Participou do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Orçamento Público de Pessoal e Serviço Social, do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO/UERJ), do Grupo de Estudos sobre Linguagens, Culturas e Identidades (GELCI) e do NEABI-UFOP.

De acordo com a autora, um marco significativo em sua trajetória foi a participação na consolidação da questão étnico-racial como tema central nos Grupos de Trabalho e Pesquisas (GTPs) da ABEPSS, especialmente no GTP "Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades".

A centralidade das suas pesquisas são ensino superior, ações afirmativas, pós-graduação e a questão étnico-racial.

**Figura 22** - Foto da Dra. Ana Paula Procópio da Silva



Fonte: CRESS/RJ

Ana Paula Procópio da Silva construiu uma sólida trajetória acadêmica e profissional, iniciando sua formação superior com a graduação em Psicologia pela Universidade Gama Filho (UGF) entre 1991 e 1996. Posteriormente, direcionou seus estudos para o campo do Serviço Social, realizando a graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no período de 2001 a 2007, apresentando o trabalho de conclusão de curso intitulado de "O Serviço Social Brasileiro e as relações internacionais: o CFESS no Comitê MERCOSUL e FITS e as estratégias de mundialização da luta dos trabalhadores".

O aprofundamento de sua formação em Serviço Social se deu com o Mestrado na mesma instituição (UERJ) concluído em 2009, com a dissertação "Contribuições ao estudo da organização sindical: a trajetória do Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro na década de 1980"<sup>41</sup>. Realizou o doutorado em Serviço Social pela UFRJ obtendo o título em 2017 com a tese "O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura".

Ana Paula é docente adjunta do curso de Serviço Social UERJ. No âmbito da saúde mental, desempenhou o trabalho de coordenadora da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UERJ entre 2020 e 2024. Coordenadora adjunta do PROAFRO/UERJ, pesquisadora integrante do Centro de Estudos Octavio Ianni (FSS/UERJ). Além disso, é associada a ABPN, ABEPSS e liderança do Grupo

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/15956/1/1/Dissertacao%20Ana%20Paula%20Procopio.pdf>.

Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Feminismos e Sexualidades.

Participante do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra e Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra do Rio de Janeiro. Integrante da coordenação do Movimento 21 Dias de Ativismo Contra o Racismo. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social e processos de trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: fundamentos do serviço social, trabalho, relação étnico-racial, gênero, educação, saúde e saúde mental conforme explicitado em seu currículo lattes.

**Figura 23** - Livros de autoria da Dra. Ana Paula Procópio da Silva



Fonte: Editora Hucitec e CRV

**Figura 24** - Foto da Dra. Gracyelle Costa Ferreira



Fonte: Academia.edu

Gracyelle Costa Ferreira possui graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) concluída em 2010, desenvolveu o TCC intitulado "A contra-reforma do estado brasileiro: reflexão teórica sobre a mitificação do terceiro setor e a refilantropização da Assistência Social na década de

1990". Obteve o título de Mestra em Serviço Social pela UERJ em 2016, com a dissertação "Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos que dela necessitam: Análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)".

Paralelamente, especializou-se em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2013-2015), com o título "Assistência Social: a cor dos/as que dela necessitam. Subsídios para o debate sobre a transversalidade étnico-racial e de gênero no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)".

Seu percurso acadêmico avançou com o doutorado em Serviço Social pela UERJ (2016-2020) realizou o doutorado sanduíche na University of Texas at Austin. Sua tese, intitulada "Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros"<sup>42</sup>. Gracyelle realizou Pós-Doutorado na PUC-SP entre 2022-2023 e foi pesquisadora visitante na Harvard University, vinculada ao Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center.

Atualmente, Gracyelle docente da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Sankofa: Racismo, Política Social e Transgressões na Diáspora. Sua produção acadêmica se concentra nos estudos sobre eugenia, racismo, política social, extrema direita e teoria social crítica, e mais recentemente, tem desenvolvido pesquisas sobre Inteligência Artificial e tecnologia, com foco em suas implicações sociais e éticas.

**Figura 25** - Foto da Dra. Isis Silva Roza



Fonte: Academia.edu

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/16398/2/Tese%20-%20Gracyelle%20Costa%20Ferreira%20-%202020%20%E2%80%93%20Completa.pdf>.

Isis Silva Roza é filha de Sônia Aparecida Januário e de Luiz Carlos da Silva, mãe de Danilo e neta de Augusta, Oliveira (em memória), Terezinha e José Januário.

Sua formação superior iniciou-se na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde obteve a graduação em Serviço Social em 2007, com o TCC intitulado de "A participação popular no município de Juiz de Fora: uma análise crítica dos conselhos de desenvolvimento local". Desenvolveu o Mestrado em Serviço Social na mesma instituição concluído em 2009, com a dissertação "Entre sonhos e lutas: as vivências quilombolas em Barro Preto"<sup>43</sup>.

E o Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), título obtido em 2022 com a tese "Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da região Sudeste"<sup>44</sup>, orientada pela professora Nilma Limo Gomes.

Atualmente, Isis Silva Roza é docente do curso de Serviço Social da UFOP. Suas pesquisas concentram-se nos temas relacionados à intelectualidade negra, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), interseccionalidade, formação e trabalho profissional no Serviço Social.

**Figura 26** - Foto da Dra. Sarita Teresinha Alves Amaro



Fonte: Google

Sarita Teresinha Alves Amaro possui graduação em Serviço Social em 1991 pela PUC do Rio Grande do Sul, em que apresentou o TCC intitulado de "Serviço Social Transformador: a práxis da formação profissional e política". Realizou o

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgservicosocial/wp-content/uploads/sites/131/2013/04/isis.pdf>.

<sup>44</sup> Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/43714/1/TESE%20ISIS%20SILVA%20ROZA%20-%20Trajet%C3%B3rias%2C%20pr%C3%A1ticas%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20conhecimento%20de%20intelectuais%20negras%20e%20negros%20dos%20N%C3%BAcleos%20de%20Estudos%20Afro-Brasileiros%20da%20regi%C3%A3o%20sudeste.pdf>.

Mestrado em Serviço Social na mesma instituição, concluindo em 1995 com a dissertação "Política, a máquina surrealista: da involução à revolução social".

A formação doutoral de Sarita Amaro também foi realizada na PUC do Rio Grande do Sul entre 1998 a 2002, com a tese "A infração infanto-juvenil e seu inventário na história infantil de maltrato físico: um olhar complexo sobre a vitimização e as estratégias de resistência". Complementando sua formação, realizou Pós-Doutorado na Universidade de Trás-os-Montes-Alta Douro, UTAD, em Portugal entre 2012 a 2013.

Ao longo de sua carreira acadêmica, Sarita Amaro atuou como docente em diversas instituições de ensino, abrangendo cursos de Serviço Social, Educação, Enfermagem, Comunicação Social, Administração e Letras, em diferentes estados do Brasil, incluindo Minas Gerais, Sergipe e Rio Grande do Sul. Atualmente, é docente aposentada do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Além de sua atuação no ensino, Sarita Amaro contribuiu como consultora do International Fellowships Program da Ford Foundation e como avaliadora de periódicos do Portal SciELO. Sua competência também se manifesta como parecerista de revistas científicas como Katálysis (UFSC), Serviço Social em Revista (UEL), Saúde e Sociedade (USP) e Raízes e Rumos (UNIRIO).

A autora também desempenhou um papel ativo na organização social, participando da criação de organizações negras, como a Associação Cultural de Desenvolvimento Afrodescendente (ACDA) e exercendo funções em sindicatos, como a Secretaria de Etnia e Gênero do SINDISERF/RS. Atualmente, a intelectual preside o Conselho Editorial da Nova Práxis Editorial. Além disso, ocupa o cargo de Embaixadora do Instituto Provítima e é editora-chefe da Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa.

**Figura 27** - Livros da Dra. Sarita Teresinha Alves Amaro



Fonte: Editora Nova Práxis

**Figura 28** – Foto da Dra. Elisabete Aparecida Pinto



Fonte: UFBA

Elisabete Aparecida Pinto possui graduação em Serviço Social pela PUC Campinas em 1986), em seu TCC pesquisou “O Serviço Social a Questão Racial: um estudo da relação do Serviço Social e Clientela Negra”. Obteve o Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas em 1993), com a dissertação "Gênero, Etnicidade e Educação: a trajetória de Laudelina de Campos Mello". Sua formação doutoral foi realizada na PUC/SP com o título de Doutora em Psicologia em 2004 com a tese "Sexualidade na Identidade da Mulher Negra a partir da Diáspora Africana: o caso do Brasil".

Entre 2017 e 2020, participou do Programa de Cooperação Técnica na UNIFESP colaborando com a formulação de programas voltados para ações afirmativas e assistência estudantil. Atualmente, Elisabete é docente do curso de Serviço Social da UFBA, nesta instituição ocupou cargos como coordenadora de Programas de Assistência Estudantil e coordenadora do Colegiado de Graduação em Serviço Social (2009-2013), liderando a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso com foco na inclusão e equidade racial e de gênero.

Elisabete Pinto se destaca como pesquisadora e líder do Núcleo de Estudos Gênero, Raça/Etnia e Geração (NEP-GREG). É sócia fundadora da Fala Preta! Organização de Mulheres Negras. Na área da saúde, foi coordenadora Técnica de Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, onde implementou, em 2006 o Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Falciformes e Outras Hemoglobinopatias, que recebeu indicação ao Prêmio São Paulo Gestão.

**Figura 29** - Foto da Dra. Josiane Soares Santos



Fonte: CFESS

Josiane Soares Santos possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1996. Mestrado em Serviço Social pela UFRJ, onde defendeu a dissertação "Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro" em 2000 e o Doutorado em Serviço Social também pela UFRJ com a tese "Particularidades da questão social no capitalismo brasileiro" em 2008.

Ela é docente do curso de Serviço Social da UFRN. Além de sua experiência no ensino de graduação e pós-graduação, Josiane tem uma expressiva participação em entidades representativas do Serviço Social. Ela foi presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-SE) de 1999 a 2002, ocupou a vice-presidência regional Nordeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na gestão 2009/2010 e integrou a diretoria do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de 2014 a 2017, presidiu esta entidade no período 2017-2020.

Desenvolve pesquisas na área de Serviço Social e da questão ambiental vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas da UFS (GPEM/UFS) e ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Questão urbano-rural-ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTMOSS/UFRN).

**Figura 30** - Foto da Dra. Carla Akotirene Santos



Fonte: Culturadoria UniBH

Carla Akotirene Santos é filha de Zilmar Regina. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador, concluída em 2008, onde desenvolveu o TCC "Racismo institucional um crime do estado; uma pena para as mulheres". Ela prosseguiu seus estudos na UFBA, obtendo o Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo em 2010 com a dissertação "Opá! Prezadas! [não citado] Racismo e Sexismo Institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador".

Concluiu o Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo em 2022 também na UFBA com a tese "É flagrante forjado, doutor Vossa Excelência? Um ebó epistêmico para despachar as condutas jurídicas ocidentais nas audiências de custódia em Salvador". Carla Akotirene foi docente substituta do curso de Serviço Social da UFBA entre 2017 e 2018.

Além de sua atuação acadêmica, ela é fundadora do projeto Opará Saberes, que se dedica a facilitar o ingresso de pessoas negras na pós-graduação. Em 2016, foi incluída na lista Mulheres Inspiradoras do coletivo feminista Think Olga. Em 2017, foi indicada por Djamilia Ribeiro ao prêmio Trip Transformadores, como uma das sete mulheres que contribuem para repensar a sociedade por meio de ações concretas.

Em 2018, Carla foi convidada pela ONU Mulheres a participar da campanha digital #MulheresNegrasNosODS, onde compartilhou suas análises sobre temas como racismo urbano, violência contra mulheres negras, trabalho decente e os desafios do Brasil em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2020, o livro "Interseccionalidade" foi selecionado pela Revista Vogue como uma das dez obras fundamentais escritas por mulheres negras e figurou em uma lista da Revista Glamour. Nesse mesmo ano, foi colunista convidada da Vogue Brasil, participou do Festival GRLS! do canal GNT e foi homenageada pelo bloco afro Ilê Aiyê, do qual fez parte na juventude, na sede do bloco, a Senzala do Barro Preto, Curuzu, Salvador em reconhecimento à sua trajetória como defensora dos direitos das mulheres negras. Em 2021, Carla foi nomeada uma das cem pessoas negras mais influentes da lusofonia pela Bantumen Powerlist 100, um reconhecimento internacional que reafirma a relevância de sua produção teórica e política.

**Figura 31** - Livros de autoria da Dra. Carla Akotirene Santos



Fonte: Amazon.

### 3.4 FEMENAGEM

#### 3.4.1 Tributo à intelectualidade negra do Serviço Social brasileiro

A imagem que compõe a capa desta tese é uma femagem às mulheres negras que abriram caminhos e construíram um pensamento crítico e antirracista no Serviço Social brasileiro. As doutoras e mestras representam corpos políticos que, ao inscreverem suas trajetórias na história da profissão, reconfiguram o próprio sentido de existência e resistência no campo ético-político do Serviço Social.

O fundo vermelho evoca a força de Iansã, Eparrei Oyá orixá dos ventos e das transformações, que com sua energia de movimento e revolução inspira esta tese como um grito vital pela mudança. O vermelho também é cor de guerra e coragem, reverberando as batalhas travadas por essas mulheres na academia, na militância e na vida.

Os búzios espalhados pela imagem remetem à ancestralidade, à sabedoria dos mais velhos, a conexão com as raízes que guia essas intelectuais em suas jornadas, os búzios reafirmam que o conhecimento que sustenta esta tese é coletivo e enraizado na amefricanidade (Lélia Gonzalez, 2020).

As folhas alongadas e pontiagudas remetem a espada de Ogum, orixá da guerra, da tecnologia e do trabalho e a lança de São Jorge simbolizam a proteção, a luta contra as injustiças e a abertura de caminhos. Elas representam a força combativa dessas mulheres, que enfrentam o racismo, machismo, sexismo e demais opressões na academia, se aquilombaram e abriram caminhos para as futuras gerações.

A palavra “QUILOMBAGEM” que na pesquisa representa ação contra hegemônica. O punho cerrado que compõe o título é um gesto de resistência. A imagem das docentes negras, por sua vez, materializa a presença viva dessas intelectuais na formação em Serviço Social.

Convém salientar que, embora a pesquisa tenha identificado 16 intelectuais negras, a ilustração da capa retrata 19 mulheres, pois na mesma não é possível abarcar a totalidade de mulheres que pavimentavam a formação antirracista. Afinal, são muitas e não andam sós.

Autoras representadas na imagem da capa (da esquerda para a direita, de cima para baixo): Dra. Maria Helena Elpídio, Dra. Matilde Ribeiro, Dra. Márcia Campos Eurico, Dra. Rachel Gouveia Passos, Dra. Roseli da Fonseca Rocha, Dra. Elisabete Aparecida Pinto, Dra. Cristiane Luiza Sabino Souza, Dra. Isis Silva Roza, Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado, Dra. Ana Paula Procópio da Silva, Dra. Sheila Dias, Mestra Suelma Inês Alves de Deus, Dra. Magali da Silva Almeida, Dra. Tereza Cristina Santos Martins, Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos, Mestra Maria Isabel de Assis (*in memoriam*), Dra. Josiane Soares Santos, Dra. Gracyelle Costa Ferreira e Dra. Sarita Teresinha Alves Amaro.

Além das autoras cujos rostos compõem a capa, é essencial reconhecer a relevância de outras pesquisadoras negras que vêm contribuindo de forma substancial para a construção de uma formação antirracista no Serviço Social.

Fica o reconhecimento à Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira, Dra. Priscila Beralda Moreira de Oliveira, Dra. Rosicler Lemos da Silva, Dra. Tais Pereira, Dra. Qelli Viviane Dias Rocha, Dra. Vanessa Saraiva, Dra. Roberta Pereira da Silva, Mestra Málu Ribeiro Vale, Mestra Daniela Cristina Augusto Campos, Mestra Priscila Lira, Mestra Daniela Carvalho, Dra. Carla Teodoro, Mestra Kajali Lima Vitória, Mestra Gabriele Ponciano da Silva, Dra. Carla Akotirene, Mestra Laisa Nascimento, Mestra Samara Santos, Mestra Vanessa Ramos, entre tantas outras que vieram antes, que estão presentes hoje e que certamente ainda virão. A elas, todo reconhecimento, gratidão e saudação.

Em abril de 2025, a mulher negra, nordestina, assistente social e referência na luta antirracista Mauricleia Soares dos Santo (*in memoriam*) tornou-se ancestral. Ela presidiu o CRESS-SP, trabalhou por décadas em defesa da profissão e foi uma das idealizadoras da Campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, seu legado permanece, Mauricleia presente!

### 3.4.2 Mestra Maria Isabel de Assis: uma rosa negra semeando a primavera

**Figura 32** - Foto da Mestra Maria Isabel de Assis



Fonte: CRESS/SP

Mestra Maria Isabel de Assis<sup>45</sup>, conhecida como Mabel, filha de Ogum e Iansã fez sua travessia no dia 1 de dezembro de 2019, deixando um legado de seis décadas de luta, afeto e sabedoria. Assistente social, docente e militante, sua trajetória se entrelaça com Serviço Social brasileiro no que tange a luta antirracista e das mulheres negras.

Filha da periferia da zona norte de São Paulo, nascida em uma família que fugiu da violência no campo em Minas Gerais, sua infância foi marcada pela pobreza, mas também pela potência cultural de um lar musical e acolhedor. Educada entre as histórias contadas ao redor do fogão a lenha desenvolveu a habilidade de articular teoria e prática. Raízes essas narradas com sensibilidade por Renata Gonçalves e Magali da Silva Almeida (2020), revelam a ancestralidade presente na formação de Mabel, herança que ela soube transgredir para esfera coletiva.

Sua trajetória rumo à universidade começou com a participação no cursinho preparatório do Quilombo Central, onde buscava o sonho de ingressar no curso de

---

<sup>45</sup> Para conhecer mais sobre a trajetória e o legado de Maria Isabel de Assis (Mabel), recomenda-se a leitura da homenagem em vida publicada por Renata Gonçalves e Magali da Silva Almeida, intitulada Mabel Assis, uma rosa negra semeando a primavera, disponível na Revista Em Pauta: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47193/31993>. Também se destaca a homenagem realizada pelo CRESS-SP: <https://cress-sp.org.br/femenagem-do-cress-sp-a-companheira-mabel-assis/>. Para acessar sua produção acadêmica, consulte seu currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2979794386046121>. Além disso, é recomendada a entrevista Ponto de Vista 160 - de 22/11/2017, disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=9HtAad9TVG8>.

Direito (Gonçalves; Almeida, 2020). As notas de corte elevadas escancararam o sistema educacional marcado pelo racismo e elitismo acabaram por barrar seu acesso. Determinada, iniciou em 1993 a graduação em Serviço Social na PUC-SP aos 34 anos e concluiu o curso em 1996 aos 37.

Em 2003, iniciou o mestrado em Ciências Sociais na mesma instituição. Aos 46 anos defendeu a pesquisa “Mulheres Negras: Violência e Resistência no Distrito da Vila Brasilândia” que evidenciou o racismo e a violência de gênero no território onde ela cresceu.

Em 2018, aos 59 anos ingressou no doutorado em Antropologia Social na PUC-SP, com a pesquisa “Homicídio de Mulheres Negras: Racismo e Patriarcado no Contexto Brasileiro” e foi interrompida, pois sua travessia ocorreu em 2019 e Mabel tornou-se ancestral. Seu saber foi tecido de chão e livros, colocou seu corpo a favor das dores e forças da sua gente.

No que se refere à docência, deixou seu legado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e na Universidade Guarulhos (UNG), onde trabalhou no curso de Serviço Social entre 2008 e 2016. Coordenou o Núcleo de Políticas Sociais Milton Santos da UNG de 2010 a 2014 e integrou a equipe da pós-graduação em Serviço Social da instituição entre 2014 e 2015. A partir de 2014, passou a contribuir para a formação de futuras/os assistentes sociais na FAPSS, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Trilhou também os caminhos do serviço público na Subsecretaria da Igualdade Racial de Guarulhos, onde formou servidores(as) para o enfrentamento do racismo institucional e para a implementação de políticas sociais com recorte étnico-racial. Atuou em hospitais, universidades, coordenações, redes e núcleos. Foi coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa das Relações Raciais e Serviço Social da FAPSS-SP, contribuindo para a formação crítica de assistentes sociais. Sua voz ecoou em cursos, oficinas, palestras, livros e encontros e, em 2017 foi homenageada na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP).

Mabel, mãe de Ítalo e William, avó de Laís, Vinícius, Nicolas, Sara e William Gabriel seu compromisso político e ético segue ecoando nos espaços onde atuou, no CRESS/SP, nas salas de aula, nos territórios mantendo-se vivo na memória e nas ações de quem partilha da luta. Mabel presente!

### 3.4.3 Dra. Maria Cristina de Souza

**Figura 33** - Foto da Dra. Maria Cristina de Souza



Fonte: Site institucional da UFTM

A garota, Dra. Maria Cristina de Souza filha de Alcebíades e Diva, tia de Livia, Murilo e Fernanda. Graduiu-se em Serviço Social pela PUC-Campinas em 1988, obteve o título de mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB) em 1997 e de doutora em Serviço Social pela PUC-SP em 2009 com a tese intitulada “A questão da pobreza na percepção de assistentes sociais que trabalham na política de assistência social”.

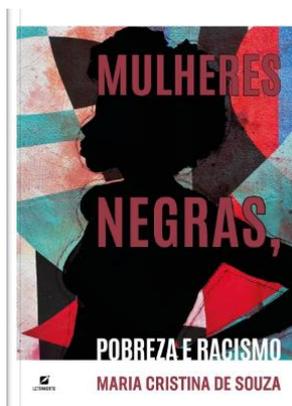
Seus estudos concentraram-se na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nas temáticas da pobreza, cidadania e questão étnico-racial. Trabalhou como docente na Universidade Nove de Julho e como assessora da Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB-Campinas), além de ter coordenado o trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) foi docente do curso de Serviço Social por onze anos, onde coordenou o Grupo de Pesquisa Pobreza e Cidadania. Participou do Programa de Extensão Temas Raciais desde 2013, bem como do Grupo de Estudos Político-Sociais POLITIZA, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Era também membro da ABPN.

Trabalhou de forma incessante para incorporar a questão étnico-racial e a luta antirracista à formação em Serviço Social da UFTM. Contribuiu para a implantação das bancas de heteroidentificação de cotas raciais, atuando como palestrante, integrante de comissões e na elaboração de cursos de formação sobre o tema. Maria Cristina esteve presente em diversos movimentos sociais e foi idealizadora e responsável pela implementação da Pós-Graduação Lato Sensu em Políticas Sociais

e Questão Racial na UFTM. Fez sua travessia no dia 13 de maio de 2024. Maria Cristina de Souza presente!

**Figura 34** – Livro intitulado Mulheres negras, pobreza e racismo de Maria Cristina de Souza



Fonte: Editora Letramento

#### 3.4.4 Maria Euripa da Silva

**Figura 35** - Maria Euripa da Silva



Fonte: Acervo pessoal

Minha bisavó, nossa mais velha, sua presença perpassa gerações da nossa família, sempre lembrada e reverenciada. Hoje compreendo que sua coroa era seu paninho branco, seus ensinamentos perpassam a alfabetização e me inspiraram na escrita desta tese, o saber popular. Seu legado de cuidado, resistência e honestidade

está no meu corpo. A sua memória me lembra de onde eu vim, seus ensinamentos não estavam na escrita dos livros, mas na oralidade, nos chás de guaco quando eu ficava doente, nas suas orações, no seu fogão a lenha com cera vermelha, na sua sabedoria ancestral que me impulsionou e me fortaleceu.

Lavadeira de roupas nos córregos, trabalhadora precarizada brasileira, desenvolveu osteoporose com desgaste e perda de massa óssea. Hoje eu te vingo, mas sobretudo sou sua continuidade, sua ancestralidade está na minha escrita, no processo de alfabetização e na palavra que te foi negada, que historicamente foi silenciada. Hoje te coloco no centro dos letrados, não que você precisasse disso, mas para reafirmar que o saber popular também é conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Minha voz, uso pra dizer o que se cala”.  
(Elza Soares, 2015)

Atingir este ponto da pesquisa não foi uma trajetória singela. Em um território marcado pela herança colonial, minha experiência como mulher negra historicamente se distancia da facilidade. Contudo, herdei a potência da transformação africana forjada na resistência, cujos passos residem na sabedoria ancestral inscrita no Ori e na quilombagem de minhas precursoras.

Minha mãe, eu consegui, sua filha vai poder ter escolhas que você não teve, sei que queria outros caminhos para mim que não fossem iguais aos seus. Honro a jornada das minhas, como a da Tia Iolanda e da Tia Maria, conseguimos. Nesta trajetória, torno-me a segunda mulher negra doutora de Sacramento/MG, a primeira Dra. Carolina Maria de Jesus. Consciente das expectativas depositadas, precisei nesta travessia ancorar-me na minha humanização.

As produções teóricas das mulheres negras foram cruciais para a elaboração da minha trajetória, para nomear as dores e as violências, mas sobretudo, a compreensão das minhas raízes Amefricanas conforme trabalhado por Lélia Gonzalez (2020). Desvelar essa história desafia a subalternização, pois como afirma Conceição Evaristo (2020) “a nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Nós, mulheres negras, incumbimo-nos de refazer o movimento de Sankofa, reconstruindo o self para além das determinações coloniais e burguesas, narrando nossa própria versão da história. Os herdeiros deste sistema reconhecem o potencial revolucionário da nossa coletividade, por isso a formação antirracista se torna perigosa, pois liberta, evoca a práxis negra, engendrando buscas de ruptura e transformação.

Ainda mais em um contexto marcado pela violência física e emocional contra as mulheres negras, pela negação do racismo, assim como pela tentativa de apagar da história o legado cultural da população negra, há uma contínua busca pela subalternização e exploração de nossos corpos. A tomada de consciência das atrocidades da escravidão e da invasão colonial, dos corpos violentados e das cicatrizes revela que esse passado ressoa no presente.

Contudo, é revistando a história que forjamos ferramentas e estratégias de autorrecuperação. Nos Coletivos, nos encontros e nas narrativas compartilhadas, reencontramos nosso pertencimento. Nós, mulheres negras, persistimos em deixar nossos lares, transpor distâncias, investir tempo e recursos, confrontando o racismo acadêmico e institucional, o pacto da branquitude, o patriarcado, o antirracismo de performance na pós-graduação.

Essa presença, o corpo como quilombo em movimento (Beatriz Nascimento, 1989) na universidade, por si só representa uma afirmação. Produzir teoricamente a partir das construções culturais e científicas da população negra busca construir uma formação que realmente dialogue com a realidade brasileira, com o povo.

Ações essas que demandam excessivamente do corpo negro na academia. Muitas não lograram êxito nessa jornada. Eu, Daiana Cristina do Nascimento, oriunda da escola pública, beneficiária de programas sociais, do cursinho popular, do PET e de bolsas de permanência estudantil, bolsista MEC na residência multiprofissional e bolsista CAPES na metade do mestrado e do doutorado, consegui chegar até aqui.

E nessa empreitada, a presença física ou escrita daquelas que me antecederam foi fundamental, como um sussurro que dizia: “eu também passei por isso, vamos juntas”. Essa é a força ancestral e afetiva que pulsa na experiência vivida. Não poderia iniciar estas considerações finais sem me colocar por inteira: mulher negra, filha, pesquisadora, corpo político e memória viva. Sou continuidade das que vieram antes. A revolução, agora, não será mais com sangue derramado, mas com produção teórica.

Sendo assim, o objetivo geral da tese foi alcançado: analisar a produção teórica das mulheres negras docentes sobre a questão étnico-racial na graduação em Serviço Social, reconhecendo nessa produção elementos fundamentais para a construção de currículos racializados voltados a uma formação crítica, antirracista e anticapitalista.

A tese abarcou um dos pilares da formação antirracista que se materializada na sala de aula com os conteúdos trabalhados e projetados nas disciplinas. Foram analisadas as bibliografias básicas dos planos de ensino de 163 disciplinas, sendo 159 obrigatórias e 4 optativas pertencentes às seis universidades federais filiadas à ABEPSS, UFAM – Campus Parintins, UFBA, UFMT, UFES, UFSC e UNIFESP.

Nessas disciplinas, foram identificadas 1.571 citações de autoras e autores, sendo 658 homens, 883 mulheres, sendo 30 de mulheres negras, com repetição de nomes, totalizando 16 autoras negras, sendo elas: Márcia Campos Eurico, Roseli da

Fonseca Rocha, Cristiane Luiza Sabino Souza, Magali da Silva Almeida, Renata Gonçalves, Suelma Inês Alves de Deus, Maria Helena Elpídio, Sheila Dias Almeida, Isis Silva Roza, Ana Paula Procopio da Silva, Sarita Teresinha Alves Amaro, Josiane Soares Santos, Elisabete Aparecida Pinto, Gracyelle Costa Ferreira, Tereza Cristina Santos Martins e Carla Akotirene.

Ao todo, foram encontradas 32 produções teóricas sobre a questão étnico-racial. No que tange à tipologia dessas produções, 14 artigos, 10 capítulos de livro, 4 livros completos, 1 projeto de pesquisa, 2 dissertações e 1 tese. As 32 produções teóricas identificadas e analisadas nesta pesquisa abordam uma variedade de temas cruciais para a compreensão do racismo na formação social brasileira.

Dentre eles, destacam-se o trabalho profissional, o aborto, a política de assistência social, a necessidade de uma infância sem racismo, o racismo institucional, a luta contra explorações e opressões, a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil, a centralidade da questão racial no projeto de formação profissional e como nó da questão social, as relações sociais e os caminhos para uma sociedade sem classes, a experiência de trabalhadores negros e a origem social da política social brasileira.

A relevância da quilombagem das mulheres negras no Congresso da Virada, a análise do racismo e da luta de classes na América Latina, a compreensão da questão social atravessada pelos determinantes do racismo, a eugenia e o racismo na gênese do Serviço Social, as imbricações de raça, gênero e interseccionalidade, a transversalidade da questão étnico-racial na implementação dos cursos de Serviço Social, a religião, o racismo nas penitenciárias femininas, as categorias de gênero e raça nas políticas públicas, a etnicidade na educação e a sexualidade da mulher negra.

A produção teórica dessas mulheres, somada à abordagem desta pesquisadora ao trazer suas produções, teses, dissertações, livros, vídeos converge com o avanço no acúmulo de conhecimento sobre a questão étnico-racial impulsionado pela criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades" (2010), pelas campanhas, diretrizes, plataformas e oficinas de formação antirracista fomentadas pela ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS, ENESSO, movimentos estudantis e coletivos de pós-graduação, bem como pela crescente inserção de discentes negros/os/es na universidade.

O tema do 18º ENPESS realizado em dezembro de 2024, em Fortaleza (Ceará) “Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios a uma formação profissional emancipatória no Serviço Social” evidencia a centralidade da temática. Diante disso, afirmar que a ausência da questão étnico-racial nos planos de ensino se deve ao desconhecimento não se sustenta, ainda mais se tratando de cursos vinculadas à ABEPSS.

As produções teóricas identificadas abrangem períodos históricos distintos, de 1993, 2003, 2004, 2005, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020 a 2022, demonstrando a longevidade do debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social. Apesar da adesão à teoria social crítica nos anos 1980, a inserção dessa temática ocorreu a partir da quilombagem protagonizada por assistentes sociais negras vinculadas ao movimento negro, como destacado por Magali da Silva Almeida no 6º CBAS em 1989. Esse enfrentamento, com 45 anos de produção e atuação, evidencia o compromisso dessas mulheres com a construção de um Serviço Social verdadeiramente comprometido com a classe trabalhadora, da qual elas fazem parte.

Das 163 disciplinas analisadas, apenas 18 (cerca de 11%) incluem produções teóricas de mulheres negras. Esse dado evidencia que, apesar dos esforços coletivos e das contribuições acumuladas nas últimas décadas, a formação profissional em Serviço Social ainda não está estruturada nem transversalizada pela questão étnico-racial.

Cabe destacar que, na etapa de coleta de dados, não foram realizadas entrevistas com as/os docentes responsáveis pela construção dos planos de ensino, tampouco com discentes, o que impede a confirmação de que as produções identificadas tenham sido, de fato, abordadas em sala de aula. Mesmo com essa limitação metodológica, o resultado da pesquisa é relevante, pois evidencia as tentativas da negação da intelectualidade negra e a retirada persistente das contribuições das mulheres negras na formação profissional, reproduzindo um movimento nacional.

Nas disciplinas analisadas, não há menção dos movimentos sociais negros, dos quilombos, das insurreições e demais resistência negra. Também estão ausentes metodologias de pesquisa ancoradas na oralidade, na escrevivência e em outras ferramentas analíticas construídas pela intelectualidade negra.

Dessa forma, nesta tese defendeu-se que a questão étnico-racial deve estruturar as disciplinas ofertadas, considerando que a profissão interventiva já dispõe

de um arcabouço teórico construído que pode ser incorporado a diversas disciplinas. O Serviço Social, profissão majoritariamente composta por mulheres negras, cujo público atendido é composto pela população negra, historicamente explorada pelo capital, não pode continuar fundamentado exclusivamente em produções teóricas que não abordem o racismo como estrutural e estruturante, totalidade parcial crucial para a manutenção e reprodução do capital.

A questão racial não pode ser reduzida a uma expressão derivada da questão social, ao contrário, o racismo constitui um elemento fundante da própria formação da desigualdade no Brasil, sendo uma categoria estruturante da questão social. A contradição se acentua ao considerar que o Serviço Social assumiu no seu Projeto Ético-Político o compromisso com a classe trabalhadora brasileira que possui cor, raça, etnia e sexualidade.

Em uma sociedade estruturada pelo racismo, onde as manifestações da questão social afetam diretamente a população negra em suas condições materiais, subjetivas e sociais, é imperativo que os currículos sejam racializados no processo de formação com a presença de produções teóricas negras. É necessário compreender o porquê de a "carne mais barata do mercado" ter sido e continuar sendo a negra: são mulheres e homens negros que compõem majoritariamente a população carcerária, é a juventude negra que morre a cada 23 minutos, é o povo negro o principal público das políticas sociais.

Esta tese percorreu a historicidade do período colonial para compreender esse presente e Oxum nos ensina que a história das mulheres negras tem raízes profundas na África, e que a produção da vida é intrinsecamente ligada aos seus ventres. Na lógica capitalista, é de seus úteros que historicamente emergiu a força de trabalho. A subalternização e a exploração das mulheres foram cruciais para a construção econômica brasileira.

Elas sustentavam a casa-grande: limpando, cozinhando, amamentando, educando os filhos dos escravistas, simultaneamente sendo vítimas de violência sexual. O trabalho não remunerado perpetuou essa engrenagem de exploração e dominação. Na contemporaneidade, as mulheres negras trabalhadoras domésticas continuam a manter o ambiente privado em ordem para que seus empregadores possam produzir a mais-valia e acumular riqueza. Ou seja, a tentativa sistemática de negar a intelectualidade dessas mulheres visa mantê-las na franja marginal e

explorada da sociedade, é essencial para a reprodução do capital. São as mulheres negras as que mais sofrem com violência doméstica, obstétrica e institucional.

A negação do acesso à educação formal, por exemplo, sempre reforçou essa lógica de exclusão, portanto, para que o/a assistente social consiga realizar uma análise da totalidade e não reproduza o racismo, é necessário apropriar-se criticamente dos elementos que compõem a formação social brasileira. Isso é ainda mais urgente num momento histórico em que a extrema-direita avança, o anticientificismo se fortalece, o recrudescimento se impõe e a esquerda perde força.

Em 8 de novembro de 2026, as Diretrizes Curriculares do Serviço Social completarão 30 anos. Esse marco deve ser entendido como uma oportunidade de abrir caminhos, ajustar demandas impostas pela realidade sem perder a criticidade e o horizonte revolucionário. A radicalidade necessária para este momento deve partir do reconhecimento de que não é mais possível manter uma formação alicerçada em bases eurocentradas, sem considerar o racismo como estruturante.

Os espaços de formação estão em disputa com o neoconservadorismo e as instituições reproduzem o racismo institucional e acadêmico, atrelado ao pacto da branquitude. A docência, composta majoritariamente por sujeitos brancos, atribuiu a eles um poder na escolha e direcionamento de quais produções serão trabalhadas, juntamente com a gestão do departamento.

E, ratificando que não se trata de um movimento hegemônico, mas que há antirracismo de performance, esta pesquisadora propõe esse conceito para nomear posturas simbólicas e superficiais de sujeitos que se dizem aliados na luta antirracista, mas que, na prática, se conformam às diretrizes institucionais e pouco contribuem para a transformação das estruturas de poder. Trata-se de um antirracismo aparente, que adota uma estética progressista enquanto mantém a lógica que privilegia uns.

Diante disso, a construção de uma formação verdadeiramente antirracista é uma responsabilidade coletiva. Não há neutralidade possível. Enfrentar o racismo exige a renúncia de privilégios, a revisão crítica das práticas institucionais e o compromisso com transformações reais no cotidiano.

Outra questão a ser pontuada é que a pesquisadora situa o corpo, manifestando que não é necessário afastar-se do objeto, mas que é possível construir produções teóricas a partir das experiências vividas, assim como esta pesquisadora realizou, ao trazer suas vivências enquanto mulher negra também produzindo teoricamente sobre a questão étnico-racial.

Assim, utiliza-se a escrevivência de Conceição Evaristo (2020) como método, compreendendo o corpo como quilombo em movimento Beatriz Nascimento (1979), atravessado por processos de opressão, mas também de subversão e quilombagem, porque as revoluções, se não nas ruas, se fazem no cotidiano, nas escolhas teóricas, nos currículos racializados, nas práticas éticas e nos enfrentamentos concretos à estrutura racista. É ali, no cotidiano aparentemente banal que se constrói uma formação antirracista.

A formação antirracista, portanto, não se efetiva plenamente nos espaços institucionalizados de construção de conhecimento. Tal como no período colonial, a população busca sua educação também nas ruas. Os desfiles das escolas de samba exemplificam essa formação contundente, materializando narrativas contra hegemônicas, como nos sambas-enredo da Mangueira, Vai-Vai e Portela, que reescrevem a história oficial, denunciam a violência colonial e exaltam a ancestralidade negra.

Os versos "Brasil, chegou a vez, de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês" (Mangueira, 2019), "Teu nome vive, teu povo é livre, teu filho venceu, mulher" (Portela, 2024) e "Fogo na estrutura, justiça, igualdade e paz" (Vai-Vai, 2024) transcendem a mera canção, configurando-se como pedagogias cantadas que denunciam, curam e reconstróem, ancoradas na cultura popular.

Como canta a Mangueira (2019) "Brasil, o teu nome é Dandara, tua cara é de Cariri". Como afirma a Portela: "Saravá, Kehinde, toda força que vem de você está em mim". Estes versos falam das mulheres negras que construíram esse país. Os sambas-enredo são dispositivos educativos, narrativas públicas de resistência e afirmação negra. Eles ensinam o que a academia busca silenciar e retirar da história, veiculando um conhecimento cantado, coreografado, sentido no corpo e que, como tal, educa politicamente.

Por se tratar de uma pesquisa política, este trabalho enfrentou o desafio de trazer à tona verdades silenciadas em espaços historicamente elitistas e racistas como a universidade, em uma sociedade ainda ancorada no mito da democracia racial. Mas, como ensina Elza Soares (2018) "minha voz eu uso para dizer o que se cala".

As tentativas de desumanização falharam. As mulheres negras sempre trouxeram a sabedoria no corpo. Desde que pisaram em solo brasileiro, resistiram com seus ensinamentos, culturas e práticas ancestrais, transmitidas de geração em

geração. A quilombagem como ação política no período escravista é prova viva disso. Africanas e africanos resistiram com rebeldia, estratégia, inteligência e organização.

A herança da quilombagem permanece pulsante. As mulheres negras seguem ocupando espaços historicamente negados às suas existências. Elas não apenas resistem, elas criam, sustentam, decidem e subvertem. Essa é a herança que nos habita e que, nesta tese, se manifesta como quilombagem, memória e promessa de continuidade.

Pode parecer óbvio dizer, mas há momentos em que é preciso reafirmar o óbvio, a formação antirracista não é responsabilidade exclusiva da intelectualidade negra e não deve ser encarada como pauta apenas das pessoas negras, a formação antirracista é para toda a categoria profissional.

A branquitude precisa estar junto, mas de verdade. Precisa estar disposta a romper com as estruturas de poder que a privilegiam. Isso significa abrir mão dos privilégios, repensar práticas e construir alianças que não sejam performáticas, mas comprometidas com a transformação.

Roseli Rocha (2023) traz a metáfora da “virada pela esquerda” a partir do movimento do AU, um movimento acrobático básico da capoeira que consiste em apoiar as mãos no chão e girar o corpo lateralmente, com as pernas no ar, semelhante a uma roda lateral ou “cabriole”. A autora propõe que essa virada simbolize a possibilidade de transformação interna e coletiva, sem hierarquizar as desigualdades, mas atuando “por dentro” da roda de capoeira, da gira e, principalmente, do Serviço Social.

Sendo assim, a formação profissional precisa ser atravessada por dentro pela produção teórica da intelectualidade negra. Essa construção é coletiva e inadiável. Ainda há muito a ser enfrentado internamente pela categoria, e isso só será possível com a força de um movimento coletivo que se reconhece diverso, tensionado e em constante reconstrução.

A formação antirracista é uma responsabilidade de todos e todas que se comprometem com a construção de uma nova sociabilidade e não apenas de intelectuais negras/os.

Escrevo para a mulher que me pariu para  
dizer que eu vivo e te vingo para que  
nenhuma mulher precise desaparecer.

Danielle Magalhães

**Lucimeire Nascimento, presente!**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS. CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)**. Cadernos Abess, São Paulo, n.7, p.58-76, 1997.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Brasília (DF), 2018. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 181–186, jan. 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AGUIAR, A. G. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

AKOTIRENE, Carla. **Ó pa í, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Magali da Silva. Entrevista com Magali da Silva Almeida. JANOÁRIO Ricardo de Souza; ROCHA; DIAS; Sheila (entrevistadores). **Revista Libertas**, v.13, n.1, 2013.

ALMEIDA, Magali Silva; EURICO, Márcia Campos. **Ação afirmativa para negras/os na Pós-Graduação Brasileira: contribuições do Serviço Social ao debate sobre o acesso e permanência**. In: Racismo Institucional e Serviço Social. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. **Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019, p. 169-181.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Relações raciais no Brasil e políticas coloniais: a presença dos coletivos de estudantes negros e negras no ensino superior**. In: EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (org.). Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Campinas: Editora Papel Social, 2021.

ALMEIDA, Sheila Dias. SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 311–333, 2015. DOI: 10.22422/2238-1856.2015v15n29p311-333. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 19 jun.2022.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. A questão racial na assistência social: debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, n. 81, p. 58–81, São Paulo: Cortez, 2005.

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: teoria e prática**. São Paulo: Papel Social, 2016.

ASSIS, Maria Isabel de. **Mulheres negras: violência e resistência no distrito da Vila Brasilândia**. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 773–788, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BENITE, Anna M. Canavarro. **Investiga Menina! apresenta a cie... 2024** – Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN. 2022. Brasília: DEPEN.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em instituições federais de ensino superior e técnico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 2.

BRASIL, Lei 12.288/10. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.383, de 4 de abril de 2017. Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a reserva de vagas para negros em concursos públicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Seção 1, p. 1.

CARULA, Karoline; MARÍLIA, B. A. **Escravidão e maternidade no mundo atlântico**: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Eduff, 2022.

CARVALHO, José Jorge de. **Encontro de Saberes e descolonização**: para uma refundação étnica, racial epistêmica das universidades brasileiras In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Organizadores: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

CÉSAR, Chico. **Deus me proteja**. Francisco, Forró e Frevo. Discos, 2008.

CFESS. **PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília (DF): CFESS, 2022. 144 p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acesso em: 02.fev.2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros et al. São Paulo: Boitempo, 2022.

COSTA, Gracyelle. **Trabalhadores negros na origem da política social brasileira**. Em Pauta, Rio de Janeiro, v.18, n.46, p.68-84, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/51982>. Acesso em: 02.fev.2023.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. **Manifesto do Coletivo Combahee River (The Combahee River Collective Statement)**. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/luizvjj,+plural\\_v26n1\\_traducao\\_CCR.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/luizvjj,+plural_v26n1_traducao_CCR.pdf). Acesso em: 2 jun. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMENICO et.al. **Histórias para ninar gente grande**. Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: 2019.

DOMINGUES, P. J. O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo no pós- -abolição (1889-1930). **Tempos Históricos**, v. 5, p. 275-292, 2003.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações de Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista Katálisis (R. Katál.)**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/rk/a/6h7XvN5pc9v4H4MJF8DkHSb/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva. **O Serviço Social na encruzilhada**: a questão racial e o projeto de formação profissional. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.22, nº 02, 2022, pg. 316-333. Disponível em:  
<file:///C:/Users/monic/Downloads/39548-Texto%20do%20artigo-168529-1-10-20221209.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

ELPIDIO, M. H; VALDO, J. P. S; ROCHA, R. (orgs.) **Desafios para o serviço social na luta antirracista**: questão étnico racial em debate. Annablume: São Paulo, 2021, 286p.

ELPÍDIO, M. H.; SILVA, S. R. V. da; VALDO, J. P. S. A questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social: apontamentos e desafios. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 84-99, maio/ago.2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/91738/54807>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

EMICIDA. **Amarelo**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**, n.114, São Paulo, p. 290-310, abr./jun., 2013. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018 515. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.157>>. Acesso em 21 de março de 2023.

EURICO, Márcia Campos. **Questão racial e serviço social**: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

EURICO, Marcia. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo, **EM PAUTA**, RJ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69.

EVARISTO, Conceição. **A Escrivivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). *Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a. p. 26-47.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo é a convidada do Trilha de Letras**. Entrevista concedida ao programa Trilha de Letras. TV Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xplu30xQvzg>. Acesso em: 2 fev. 2024.

FERRUGEM, Daniela. **A racialização como estruturante da questão social**: entre silêncios e insurgências na produção de conhecimento em Serviço Social. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10518>.

FONSECA, Dagoberto José. **Professoras negras**: Mulheres, acadêmicas e intelectuais. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. v. 1. 292p.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: união e resistência dos trabalhadores negros. 2020. 291 f. Tese

(Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FREITAS, Tais Pereira. **Tintas pretas e papéis brancos**: educadoras negras e emancipação. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

GABRIEL, Ruan de Sousa. **Giovana Xavier**: "Mercado editorial descobriu que mulher preta vende". *Época – Globo*, 14 jul. 2019. Atualizado em: 16 set. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/giovana-xavier-mercado-editorial-descobriu-que-mulher-preta-vende-23823057>. Acesso em: 2 jun. 2021.

GARCIA, Jeferson. **Racismo, capital e emancipação humana notas sobre a questão negra na tradição comunista**. 1. ed. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2022, 341p.

GERBER, Raquel (Direção). **Ôrí [documentário]**. São Paulo: Agatha Produções, 1989. 1 vídeo (91 min), color.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

GHIRALDELLI, Reginaldo; ELIAS, Michelly (orgs.). **Diretrizes curriculares e formação em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2024. 336 p.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Revista Poiésis**, v.12, n. 22 p. 350-367, Jun/Dez 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7358>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GONÇALVES, Renata; ALMEIDA, Magali da Silva. Mabel Assis, uma rosa negra semeando a primavera. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47193. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47193>. Acesso em: 2 set. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A importância da Organização da Mulher Negra no Processo de Transformação Social. In: **União dos Coletivos Pan-Africanistas** (Org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana, São Paulo, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher negra**. In: Carta 1: falas, reflexões, memórias. n.4. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez**: primavera para as rosas negras. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

hooks, bell. **Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 11.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 199 p.

KATIÚSCIA, Ribeiro Pontes. **Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a Lei 10.639/03.** 2017.93f. Dissertação (Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino, Rio de Janeiro, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2010.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de mulheres negras e o Serviço Social.** 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

LOPES, Maria Gracileide Alberto. **Docência em Serviço Social.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. 99 p.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução de Maria Luiza X. de A. Ferreira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, Tereza. **Crise do capital e pandemia**: a "questão social" atravessada por determinações do racismo. In: EURICO, M.; PASSOS, R.; ALMEIDA, M.; MARTINS, T. (orgs). *Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. São Paulo: Papel Social, 2021.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATUMBI, Lazzo. **14 de maio**. In *ÀJÒ*, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sQo8gKGdH2U>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, E. R. (2007). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

MORAES, Carlos Antonio de Souza; LIMA, Neusa Cavalcante (orgs.). *Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias*. São Paulo: Cortez, 2024. 384 p.

MOREIRA, Núbia Regina. **Feminismo Negro**: ações antirracistas no mundo contemporâneo in *Antirracismos e Serviço Social* (org) EURICO, Márcia Campos; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata. São Paulo: Cortez, 2022.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Adesão formal ou real ao antirracismo no Serviço Social? Caminhos e descaminhos do debate étnico-racial na categoria profissional**. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e a luta antirracista**: contribuições das entidades da categoria no combate do racismo. 2019.180 f.

Dissertação (Mestrado em serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e luta antirracista**: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Editora: Letramento, 2020.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. Editora Atica, 1989.

MOTA, Isadora Moura. **Papelinhos, papeluchos, jornais e cartas**: letramento e insurreições negras no Brasil imperial. In: VIANA, Iamara da Silva; MOTA, Isadora Moura; SILVA, Antônio Carlos Higino da; FERREIRA, Higor; CANEDO, Bárbara; RIBEIRO NETO, Alexandre; MONTANO, Leandro Duarte; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dos letramentos, escravidão, escolas e professores no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-38, ago./set./out. 1994.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **O negro de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e rebelião negra**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

MUNIZ, Conceição. **Conceição Muniz**: a história do curso de Serviço Social da UFF Campos, pelos olhos da alma. Entrevista concedida a: Práxis Preta. 7 jan. 2024. Podcast (1h27min). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3ZphswAEs8o77psPrsyDdH?si=MZkITigbTWiSY05hhXULuw&nd=1&dlsi=425ada7912964aee>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **As ambiguidades do racismo à brasileira**. In: KON, N.M.; SILVA, M.L.; AB-UD, C.C. (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NAGAE, Catia Yumi. **Amostragem Intencional**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estatística) – Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. Revista Manchete, Rio de Janeiro, p. 130-131, set. 1976.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-696.

NOGUEIRA, Sidnei. **Você sabe quem é o Orixá Orí?** Diálogos da Fé, CartaCapital, 5 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/voce-sabe-quem-e-o-orixa-ori/>. Acesso em: 20 nov.2023.

OLIVEIRA, Priscila Beralda Moreira de. **O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares na cidade de São Paulo (2003-2014) e a questão racial: impacto na formação do assistente social**. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelinda de Campos Mello (1904-1991)**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PINTO, Elisabete Aparecida. **FALA PRETA! no contexto das organizações de mulheres negras**. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2003.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Sexualidade da mulher negra a partir da diáspora africana: o caso do Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Transversalidade e equidade de gênero e raça nas políticas públicas: orçamento e vontade política no município de São Paulo e Salvador no período de 2000 a 2008**. 2009. Projeto de pesquisa (mimeo.).

PINTO, Elisabete Aparecida. **Ventres livres: o aborto na perspectiva étnica e de gênero**. São Paulo: Fala Preta/Terceira Margem, 2002.

PINTO, Elisabete Aparecida; BORGES, Maria Elza Soares; PEREIRA, Djenane Lúcia; SILVA, Maria Patrícia Machado. **Transversalidade da questão étnico-racial no processo de implementação do Curso de Serviço Social na UFBA**. In: *Educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social*, v. 10. Salvador: Fast Design, 2010. p. 13–34.

PINTO, Elisabete Aparecida; ALMEIDA, Ivan Antonio (Orgs.). **Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade (exclusão e inclusão social, étnica e de gênero)**. São Paulo: Fala Preta, 2004. (Coleção Falas Pretas, v. 2).

RAFAEL, Josiley Carrijo. Frestas de um relicário: 50 anos do Serviço Social da UFMT e seu encontro com as diretrizes curriculares da ABEPSS. **Temporalis, [s.l.]**, v. 20, n. 40, p. 128–143, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2020v20n40p128-143. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/30944>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios**. 2014. Tese

(Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014.

ROCHA, Gustavo. **Autoras negras abrem horizontes e mercados**: escritoras como Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo estimulam a nova geração. Portal Geledés, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/autoras-negras-abrem-horizontes-e-mercados/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ROSÁRIO, Fernanda. **Editoras independentes aceleram o crescimento de publicações de pessoas negras**. Edição de Nadine Nascimento. Imagem: Arquivo pessoal/Kitembo. Alma Preta Jornalismo, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/editoras-independentes-aceleram-o-crescimento-de-publicacoes-de-pessoas-negras>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ROZA, Isis Silva. **Raça, Gênero e Instrumentalidade em Serviço Social**: interseções urgentes. AMARO, Sarita e CRAVEIRO, Adriéli Volpato (orgs.). Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade do Serviço Social. Porto Alegre, Nova Práxis Editorial, 2020 (2ª ed. revista e ampliada).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Josiane S. **Combate ao Racismo e o Exercício Profissional de Assistentes Sociais no Brasil**. In. In Santos, Josiane S., Rojas, Lylia et al. (orgs). Assistentes Sociais no Combate ao Racismo Comissão da Campanha de Gestão 2017-2020 do CFESS, Brasília: CFESS, p. 69-86, 2020 Disponível ><https://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessLivroCampanhaCombateRacismo.pdf>< em fevereiro de 2023.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 6).

SANTOS, Winnie Nascimento dos. **Significações de mulheres pretas inseridas no mundo do trabalho em posições de prestígio social**. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados

em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SENNA, Monica de Castro Maia; BURLANDY, Luciene. **Análise documental como recurso metodológico na pesquisa qualitativa em Serviço Social**. In: MORAES, Carlos Antonio de Souza; LIMA, Neusa Cavalcante (orgs.). Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias. São Paulo: Cortez, 2024. p. 314 – 336.

SILVA, Ana Paula Procópio. **Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço Social brasileiro**: apontamentos introdutórios. EURICO, Márcia Campos; OLIVEIRA, Maria Liduína; PASSOS, Rachel Gouveia. Antirracismos e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2022.

SILVA, Ana Paulo Procopio. **Desafios à educação antirracista no Serviço Social**: o racismo estrutural e a formação social histórica brasileira. In Racismo Institucional e Serviço Social. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Mulher negra na encruzilhada: a ‘não ser’ que é e fala. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 21, e2619, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9ZhqHKsrZg987cSGqd7SbNg>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; FERNANDES, Rafaela Bezerra; MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Formação pós-graduada em Serviço Social no contexto pandêmico: desafios do Ensino Remoto Emergencial. **Argumentum**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 41–58, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i2.39487. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/39487>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SILVA, Rosicler Lemos da. **Franca não é do imperador, É do povo preto! Memórias, identidades e resistências**. 2023. 237f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

SILVA, Suzy Costa e. **“O lixo vai falar, e numa boa”**: a dialética ausência-presença para inserção de Lélia Gonzalez no projeto de formação em Serviço Social. 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOARES, Elza. **Minha voz**. In: A Mulher do Fim do Mundo. Deckdisc, 2015.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.2, p.33-55, ago. 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 373-391, jul. / dez. 2020ISSN 1980-8518.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020, p. 91-123.

SOUZA, Flávia de Brito. **Escrevivências no Serviço Social**: histórias e trajetórias sobre o protagonismo de assistentes sociais negras na análise da questão racial no Serviço Social. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** Tradução de: Osmundo Pinho. Austin, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

WERNECK, Jurema. **Jurema Werneck**. Podcast Escute as mais velhas, 3 jun. 2025. 1 episódio (45min35s). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4OFBm3LONC6J70fRFyM6IO>. Acesso em: 24 jul. 2025.

VIDAL, Karina Caputti. **A precarização da educação superior nos marcos da contrarreforma**: os organismos internacionais e agenda neoliberal para a educação. In Políticas Públicas e Direitos Sociais no contexto da crise contemporânea. 1.ed. São Paulo: Paulinas, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.